



JUSTIÇA
FEDERAL
TRF2

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2014

Rio de Janeiro - RJ
Março / 2014



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1454350.13323387-5314 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201501359A



Presidente:
Desembargador Federal SERGIO SCHWAITZER

Vice-Presidente:
Desembargador Federal POUL ERIK DYRLUND

Corregedora-Regional:
Desembargadora Federal SALETE MACCALÓZ

Desembargador Federal PAULO CESAR MORAIS ESPÍRITO SANTO
Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA DA SILVA
Desembargador Federal ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal ANDRÉ RICARDO CRUZ FONTES
Desembargador Federal ROY REIS FRIEDE
Desembargador Federal ABEL FERNANDES GOMES
Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES
Desembargador Federal MESSOD AZULAY NETO
Desembargadora Federal LANA MARIA FONTES REGUEIRA
Desembargador Federal GUILHERME COUTO DE CASTRO
Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Desembargador Federal JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA
Desembargador Federal JOSE FERREIRA NEVES NETO
Desembargadora Federal NIZETE ANTONIA LOBATO RODRIGUES CARMO
Desembargador Federal LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
Desembargador Federal ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
Desembargador Federal AUGUSTO GUILHERME DIEFENTHAELER
Desembargador Federal MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal RICARDO PERLINGEIRO MENDES DA SILVA
Desembargadora Federal CLAUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
Desembargadora Federal SIMONE SCHREIBER
Desembargador Federal MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO

Desembargadora Federal Aposentada:
Maria Helena Cisne

Juizes Federais Convocados:
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
FÁTIMA MARIA NOVELINO SEQUEIRA
ALEXANDRE LIBONATI DE ABREU
CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
SANDRA MEIRIM CHALU BARBOSA DE CAMPOS
LUIZ NORTON BAPTISTA DE MATTOS
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
CRISTIANE CONDE CHMATALIK
FÁBIO TENENBLAT
GUSTAVO ARRUDA MACEDO

Diretor Geral:
ROQUE BONFANTE DE ALMEIDA



JUSTIÇA
FEDERAL
TRF2



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1454350.13323387-5314 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201501359A

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	8
FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	8
ORGANOGRAMA FUNCIONAL – ÁREA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA	9
GESTÃO ESTRATÉGICA	39
MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL (2010-2014)	39
INDICADORES DA JUSTIÇA FEDERAL	42
METAS ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA FEDERAL	55
MONITORAMENTO E DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA	57
PRINCIPAIS PROJETOS DA 2ª REGIÃO	58
REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (2015-2020)	62
SOCIEDADE	65
MACROPROCESSO FINALÍSTICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO	65
MAPA DE JULGADOS	69
SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR)	96
PROCESSOS INTERNOS	99
ACESSO À JUSTIÇA	99
INSTALAÇÃO DE VARAS FEDERAIS NA 2ª REGIÃO	99
TURMAS RECURSAIS INSTALADAS	99
DISTRIBUIÇÃO DE UNIDADES JUDICIÁRIAS NA 2ª REGIÃO	100
OUVIDORIA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO	101
OUTROS CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO NA 2ª REGIÃO	102
EFICIÊNCIA OPERACIONAL	105
GOVERNANÇA CORPORATIVA	105
CORREIÇÕES GERAIS ORDINÁRIAS	107
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	113
ADMINISTRAÇÃO GERAL	123
GESTÃO DOCUMENTAL	132
AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS	140
CONTROLE INTERNO	142
CONTROLE CONTÁBIL	150
CONFORMIDADE CONTÁBIL	153



SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO	154
INOVAÇÕES E PROJETOS DE MELHORIAS PARA JEFs E TURMAS RECURSAIS.....	156
PROJETOS EM ANDAMENTO	158
RECURSOS	160
GESTÃO DE PESSOAS.....	160
MAGISTRADOS	160
SERVIDORES.....	161
ESTAGIÁRIOS	164
ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO – EMARF	165
PREVIDÊNCIA	175
CARREIRA.....	175
QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL	176
INFRAESTRUTURA E TI	180
INFRAESTRUTURA.....	180
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS	187
ATUALIZAÇÕES DE SISTEMAS E MELHORIAS	189
AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES.....	190
MANUTENÇÕES E ATUALIZAÇÕES REALIZADAS.....	191
PROJETOS EM ANDAMENTO	191
CONVÊNIO COM A CEF E BB PARA A INFRAESTRUTURA DE TI-2009/2014.....	193
ORÇAMENTO	195
ORÇAMENTO 2014 PARA A JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO	195
ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	196
AÇÕES QUE NÃO CONSTARAM DA LOA 2013 E QUE TIVERAM EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR.....	204
SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO – PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPVs)	204
CONCLUSÃO	212
ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS.....	217



APRESENTAÇÃO

Segundo o disposto no art. 22, XXXII, do Regimento Interno, dentre as atribuições do Presidente deste Tribunal inclui-se a de apresentar, na primeira sessão ordinária do mês de março, o “Relatório de Atividades” e “Mapa dos Julgados”, do exercício anterior ao ano em curso, bem assim o de colocá-los na Rede Corporativa (Intranet) do Tribunal. Em cumprimento a esse dispositivo, apresento o “Relatório de Atividades do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ano 2014”, que se encontra disponível na pasta “DOCUMENTOS – Relatórios”, da página inicial da Intranet do TRF2.

O Relatório de 2014 deixou de seguir o modelo anteriormente adotado, para adquirir uma feição menos técnica, abordando, de maneira mais simples e acessível, as ações desenvolvidas pela Justiça Federal da 2ª Região, em observância às diretrizes traçadas no “Mapa Estratégico da Justiça Federal 2010-2014”.

Em assim sendo, este Relatório de Atividades aliou o desempenho das atividades às três perspectivas: *Sociedade*, *Processos Internos* (subdividido nos temas *Acesso à Justiça* e *Eficiência Operacional*) e *Recursos* (abarcando *Gestão de Pessoas*, *Infraestrutura e TI* e *Orçamento*), precedidas pelos capítulos introdutórios Organização Institucional e Gestão Estratégica.

Nessa rota, é certo que a Justiça Federal da 2ª Região deu continuidade, em 2014, à execução e ao acompanhamento do último exercício do ciclo estratégico 2010/2014 do Painel Estratégico da Justiça Federal – PEJF e do Painel Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, bem assim aos programas, projetos e processos estratégicos enunciados na Resolução do CJF nº CF-RES-2012/00194, de 20/07/2012, e na Resolução nº T2-RSP-2012/00108, de 10/12/2012, do TRF2.

Por conseguinte, estabelecemos como prioridades estratégicas: alinhamento e integração sistêmica, acesso à justiça e eficiência operacional, mediante à agilização dos trâmites judiciais, à promoção da conciliação, a melhora dos sistemas de gestão e da estrutura e do funcionamento das turmas recursais.

Demais disso, promovemos reformas organizacionais e procuramos aperfeiçoar constantemente os fluxos de trabalho e informação, com a boa gestão dos recursos financeiros e a readaptação da força de trabalho, máxime para as novas reivindicações surgidas com a virtualização das ações judiciais, que permite a tramitação de processos exclusivamente por meio digital.

Cuidando do modelo de Gestão Organizacional, com a Resolução nº TRF2-RSP-2014/00005, de 21/02/2014, fundamos a Coordenadoria de Planejamento e Gestão Corporativa – COPLAN e as Seções de Governança Corporativa e de Gestão por processos, vinculadas à primeira, no intento de consolidar o modelo de Gestão da JF2 e de aperfeiçoar seu sistema de governança, partindo-se de métodos modernos e flexíveis de gestão.

Ainda no domínio da política de gestão participativa, validamos outras medidas adotadas, a exemplo do incremento da troca de boas práticas entre setores similares dos três órgãos que compõem a JF2 e da realização de projetos de maneira conjunta, aproximando os técnicos especializados em cada área, numa política de integração capaz de propiciar o desdobramento das ações segundo as necessidades e prioridade fixadas pela alta administração.

Sublinhamos, por satisfatório, que, em consonância com as diretrizes previstas na Metodologia de Gerenciamento de Projetos da Justiça Federal – cujas revisões e atualizações são coordenadas pelo Conselho da Justiça Federal – CJF, evoluímos na escala de maturidade em termos de uma cultura de projetos, no contexto de uma governança corporativa aliada ao Planejamento Estratégico, graças, nitidamente, ao apoio dos Escritórios de Projetos do TRF2 e das unidades seccionais.

Analizando a situação dos projetos da JF2, distinguimos as iniciativas que se agregaram ao portfólio estratégico da 2ª Região no ano anterior e que foram concluídas em 2014.

A primeira, o programa “TRF-25 Anos” agrupa várias ações, no ideal de assinalar o jubileu de prata da criação e da instalação do TRF2, aí se incluindo o Projeto “Pioneiros”, o qual seleciona fatos



para preservação da memória documental e oral, com a gravação, em vídeo, de entrevistas com os magistrados e os servidores.

A outra, o projeto da Reforma do Plenário do TRF2, a despeito do reduzido prazo de execução, foi finalizado a tempo de ser o palco para o evento de Comemoração dos 25 anos do Tribunal, num espaço revitalizado por uma acústica e iluminação mais eficientes, dotado de equipamentos adequados às exigências tecnológicas de acompanhamento de futuras sessões da Corte, sem prejuízo das adaptações físicas legalmente reguladas, para ampliação da acessibilidade do local.

Em aditamento, no curso do segundo semestre de 2014, fomentamos estudos visando à adoção de um planejamento e gestão de infraestrutura na Justiça Federal de 1º e 2º graus da 2ª Região, com o auxílio de uma equipe multidisciplinar, envolvendo arquitetos, engenheiros e representantes das áreas de gestão estratégica do TRF2 e Seções Judiciárias, como consta do Processo Administrativo nº TRF2-ADM-2014/00337. Esse planejamento, com término previsto para o primeiro trimestre de 2015, servirá de orientação para as iniciativas da área de Infraestrutura, fornecendo os elementos indispensáveis à elaboração dos Planos de Obras plurianuais, anuais e suas respectivas revisões, no âmbito da 2ª Região.

Outra consideração: como já apontávamos no Relatório de Gestão/Exercício 2013, diante do crescente volume dos pleitos judiciais e do permanente encargo de modernização dos sistemas de trabalho, tornaram-se imprescindíveis melhorias de ocupação espacial e infraestruturais nas instalações da JF2.

O Projeto de Adequação Institucional do complexo predial do TRF2 – objeto do Procedimento de Execução Orçamentária e Financeira nº TRF2-EOF-2014/00271, com prazo de execução em 36 meses, iniciando-se em 12/01/2015 –, foi incluído no Plano de Obras Anual 2014, aprovado pelo CJF, depois de comprovadas as precárias condições do imóvel, pela área técnica do referido Conselho. O projeto foi todo desenvolvido pela Subsecretaria de Obras e Manutenção Predial, embasando-se nas novas diretrizes de ergonomia, sustentabilidade, eficiência energética e normas de acessibilidade.

O estudo logístico para a execução dos serviços partiu da premissa de minimizar as interferências na área fim do Tribunal, para não prejudicar o atendimento à população. A meta física para o exercício foi estimada em função do escalonamento da adaptação por pavimentos, donde cada andar deverá estar totalmente adaptado, para que os serviços sejam iniciados no pavimento subsequente. A fim de viabilizar o esvaziamento do prédio necessário à execução da obra, alugamos um prédio de três andares e pavimentos contíguos de outro prédio, para onde remanejaremos, provisoriamente, algumas secretarias administrativas, de acordo com as imposições da obra.

A área destinada aos magistrados será similar à atual, no entanto serão criados espaços para abrigar oito novos gabinetes no prédio, para satisfazer futuras ampliações do número de desembargadores.

Em alinhamento com as novas tendências de racionalização da ocupação espacial, utilizaremos um leiaute padrão para todos os pavimentos, com pisos frios, forro em placas de gesso removível branco, iluminação com lâmpadas de LED, de maior eficiência energética, e divisórias acústicas. Na área de acessibilidade, criaremos sanitários para portadores de necessidades especiais em todos os andares, os balcões de atendimento passarão a ter altura acessível aos cadeirantes e instalaremos piso tátil nos corredores, para guiar pessoas com deficiência visual.

Na SJRJ, restando infrutífera a oportunidade de locação de espaço para funcionamento temporário das Varas Federais instaladas no Anexo I do foro da Avenida Rio Branco, que possibilitaria a reforma sem que as instalações estivessem em operação, tivemos que reavaliar o projeto de reforma de seus Anexos I e II, para abarcar exclusivamente itens que permitissem a reforma sem a obrigatoriedade de desocupação do prédio, quais sejam: substituição dos elevadores e do sistema de refrigeração; reforma das torres de refrigeração do sistema de ar condicionado e aumento do número de difusores de ar condicionado; reforma de banheiros; substituição da tubulação de água, de todos os



quadros e sistemas de proteção do sistema elétrico; troca de pisos; melhorias nos acabamentos das áreas comuns, no sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV e no sistema de prevenção e combate a incêndio; e adequação à acessibilidade. A alteração na proposta do projeto reduziu o valor total da obra e, por consequência, o seu cronograma.

Ressaltamos, no assunto complexo predial, que a JF2 permanece trabalhando para garantir os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais – PNE, observando, para tanto, as imposições legais relativas à acessibilidade nas dependências e a comunicação com o público interno e externo, concorde com a Recomendação nº 27, de 16/12/2009, do CNJ.

Simultaneamente aos projetos regionais, não medimos esforços para a positivação das Metas do Poder Judiciário, quer as pendentes dos anos anteriores, quer as quatro metas definidas pelo CNJ para o ano de 2014, no VII Encontro Nacional do Judiciário, ocorrido em Belém/PA nos dias 18 e 19 de novembro de 2013.

Assim é que, para apoiar e coordenar os planos de ação para as metas nacionais, através da Portaria TRF2-PTP-2014/00167, de 28/04/2014, designamos um desembargador federal e dois juízes federais, com a atribuição de gerenciamento e controle para o efetivo cumprimento das mesmas até 31/12/2014, além de representar o TRF2 perante o CNJ e o CJF, na qualidade de Gestores de Metas Nacionais.

Afora isso, para cada Gabinete da JF2, concebemos mais um cargo, o de Assessor de Gestão de Metas, talhado para o acompanhamento das metas prescritas pelo CNJ.

Em 2014, dos 34 indicadores estipulados para a JF, em alguns deles pudemos vislumbrar o desempenho da JF2 acima da expectativa. Vejamos.

A Taxa de Implantação de Varas, consonante com o cronograma de instalação de varas federais apazado no anexo II da Resolução CJF nº 102, de 14/04/2010, foi plenamente atingida, com a instalação de cinco Juizados Especiais Federais em Campo Grande, no Município do Rio de Janeiro, em 15/12/2014.

Nesse tema, abrimos espaço para frisar a importância dos Juizados Especiais Federais na democratização do acesso à justiça. Costuma-se afirmar que a primeira instância de jurisdição é a porta de entrada do Judiciário. Mas, é preciso que se diga que os Juizados são uma porta ainda mais imediata para a população, com seus ritos mais céleres e simples e pelo tipo de causa que julgam.

Ora, o bairro de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, é o mais extenso e o mais populoso do município, contando perto de 383 mil habitantes. Sem falar que a competência territorial dos JEFs da Zona Oeste inclui os bairros de Santa Cruz, Paciência, Sepetiba, Cosmos, Guaratiba, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Inhoaíba, Santíssimo, Senador Camará e Senador Vasconcelos, e os municípios vizinhos de Seropédica e Itaguaí. Somadas as populações, as novas unidades judicantes passam a beneficiar aproximadamente 1,3 milhão de pessoas. Nessa região densamente povoada, vislumbramos, assim, a expectativa de uma demanda superior a de muitas localidades do interior do estado.

Razão de orgulho para a JF2, verdadeiramente, é saber que o Foro Federal de Campo Grande aflora como o primeiro núcleo jurisdicional avançado da Justiça Federal brasileira, ou seja, o primeiro a operar em local diverso da sede da Seção Judiciária. Esperamos que esse primeiro Foro regional faça-se o embrião de outros e que sirva de exemplo para a Justiça Federal do resto do país.

Após esse adendo, apreendemos que a Taxa de Processos Antigos Julgados no JEF, em ambas as seccionais, ultrapassou, regionalmente, a meta firmada em 71,3%.

A Taxa de Processos Antigos Julgados na Turma Recursal superou a meta anual em 20,6%. No que concerne à Taxa de Congestionamento na Turma Recursal impende aclarar que o desempenho abaixo da expectativa do indicador reflete a reestruturação efetivada nas turmas recursais da SJRJ, em 2012, e, na SJES, em 2013, que gerou impactos sobre a produtividade, devido a fatores, como: o



tempo despendido na redistribuição do acervo processual, os ajustes em andamento na estrutura de pessoal das novas turmas implantadas e a carência de juízes suplentes.

No particular, é certo que a Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais – que funciona no CJF – está elaborando o anteprojeto de lei que cria mais cargos e funções, para complementar a estruturação das turmas recursais iniciada pela Lei nº 12.665/2012, a qual criou 75 turmas recursais permanentes, integradas por três juízes federais cada uma, para os JEFs das cinco regiões.

Aqui na JF2, para lograr a redução do volume processual que tramita em grau de recurso nos Juizados, instalamos, em 09/12/2014, três novas Turmas Recursais (5ª, 6ª e 7ª), no foro da Avenida Venezuela do Município do Rio de Janeiro, compostas de três juízes federais titulares e respectivos suplentes, em observância aos ditames do indigitado diploma legal.

Por sua vez, admitimos que o desempenho abaixo da expectativa apontado pelo indicador Taxa de Congestionamento do 2º Grau traduz o impacto inaugural decorrente da finalização do projeto regional Justiça 100% Digital, com a plena implantação do processo judicial eletrônico no âmbito do TRF2, em especial, por conta do alto nível de complexidade de alguns aspectos envolvendo a migração dos processos físicos para virtuais, os quais estão sendo equalizados, paulatinamente.

Nessa seara, ainda importa sopesar que, ao longo do exercício de 2014, avançamos na consolidação do sistema de processo eletrônico no âmbito da JF2. O processo eletrônico, que funciona através do sistema informatizado Apolo, teve início na segunda instância federal da 2ª Região, com um cronograma definido na Portaria nº TRF2-PTP-2013/00828, de 16/12/2013. Segundo essa agenda, a princípio, a virtualização se operaria apenas com os recursos de matéria administrativa e, atualmente, além de todas as classes recursais, 21 classes processuais referentes a ações de competência originária, cíveis e criminais, são ajuizadas de forma eletrônica. De modo igual, a partir de 16/10/2014, com a entrada em vigor da Resolução nº TRF2-RSP-2014/00019, que alterou as Resoluções nºs TRF2-RSP-2014/00006 e TRF2-RSP-2014/00011, a petição do agravo de instrumento e a resposta do agravado, assim como todas as comunicações oficiais ao órgão jurisdicional em que tramita o processo originário, devem ser apresentadas e/ou feitas exclusivamente por meio eletrônico.

Resulta daí que, ao completar um ano em dezembro de 2014, o serviço de distribuição e processamento dos autos eletrônicos no TRF2, neste mesmo mês, admitiu 5.598 novos processos no formato digital, contra 555 processos ingressos em papel. No total do ano de 2014, registramos a distribuição de 51.063 processos virtuais e 19.733 processos físicos.

Outra consequência: a consolidação do sistema de processo eletrônico clamou por uma atenção especial ao planejamento de treinamento específico para utilização do Sistema APOLO. Disponibilizamos 24 cursos para diferentes turmas e ministramos 2 palestras, propiciando que fossem treinados, no novo Sistema, aproximadamente 526 servidores.

Prosseguindo na conjuntura do desempenho, não podemos deixar de evocar a conciliação, por valiosa à atuação dos órgãos da JF2. Por intermédio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região – NPSC2, organizamos e operamos os mutirões de conciliação, envolvendo uma série de polêmicas, entre estas: Sistema Financeiro da Habitação, Crédito Comercial, Danos Morais, Danos Morais (Pré- Processual), Gratificações de Desempenho, Execução de Título Extrajudicial e Benefícios Previdenciários. Em 2014, processamos 73 eventos de conciliação e realizamos 4.680 das 7.374 audiências designadas, revertendo em 13.427 pessoas atendidas.

Aliás, de bom grado destacamos que o TRF2 recebeu Menção Honrosa na categoria Tribunal Regional Federal, na quarta edição do Prêmio Conciliar é Legal, noticiada pelo Ofício nº 212-2014-GABCONS-EC/CP, do Presidente da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania e Coordenador do Movimento pela Conciliação do Conselho Nacional de Justiça, sendo certo que a cerimônia de entrega do prêmio se realizou no dia 16/06/2014, no Plenário do CNJ.

De outro tanto, apreciando a estatística processual, constatamos que a produtividade dos magistrados da JF2 mostrou uma variação de 3%, contrapondo-se os exercícios de 2013 e de 2014, na medi-



da em que este último ano totalizou o número de 443.993 feitos julgados, superior aos 431.306 do ano anterior. No total de processos distribuídos, a variação foi de 8%, eis que, em 2013, recebemos 378.614 processos e, em 2014, autuamos 408.581.

Inferimos, portanto, que a elevação do número de processos distribuídos não causou prejuízo à produtividade, haja vista que o número de feitos julgados supera o quantitativo de distribuídos.

Em outra sequência, nos indicadores do Painel Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, captamos o alcance de: (a) 34% das metas dos indicadores que foram coletados e informados, desempenho esse inferior ao verificado no ano anterior; (b) 33% de metas parcialmente alcançadas; e (c) 33% de metas não alcançadas.

No exercício de 2014, identificamos o desempenho regional acima da expectativa apurado para a Taxa de Solução das Solicitações dos Clientes, que superou em 26,7% a meta de 74% estabelecida para o fim do ciclo estratégico, posto que, do total de 46.372 solicitações, resolvemos 43.493 delas.

Deixamos de atender a meta de 100% da Taxa de Processos Estratégicos de Governança de TI Monitorados, no mesmo prazo, vez que, do total de 4 processos estratégicos de governança considerados – Aquisição de Bens e Serviços; Gerenciar Projetos em TI; Gestão de Contratos e Gestão de Risco –, ainda não conseguimos implantar esse último processo estratégico na 2ª Região.

No indicador Taxa de Aderência ao Requisito de Nivelamento Força de Trabalho, sopesamos que o desempenho abaixo da expectativa da meta, ao término do ciclo estratégico, deveu-se à carência de cargos especializados para a área de TI. Atentamos, aqui, para a existência de estudos coordenados pelo CJE, para a formulação de projeto de lei que crie esses cargos, conforme o Processo nº CF-PPN-2012/00119. Sinalamos, igualmente, que, para contornar as dificuldades geradas por tal deficit, os órgãos da JF2 vêm aplicando medidas para suprir, mesmo que precariamente, às necessidades de pessoal da área de TI.

Tais desempenhos, porém, não podem significar que descuramos do ambiente da Tecnologia da Informação – TI. Ao revés, tanto progredimos no compromisso de intensificar a uniformização dos procedimentos regionais de TI, quanto mantivemos o foco em promoções essenciais à modernização do nosso parque tecnológico e ao aperfeiçoamento da política de TI.

Nesse enredo, assinalamos os seguintes investimentos: contratação de fábrica de software para manutenção do sistema SIGA; upgrade para dispositivo de armazenamento, proporcionando aumento da capacidade de armazenamento e performance; contratação de Mentoring para o sistema SIGA; aquisição de licenças Microsoft; aquisição de terminais de autoatendimento; renovação de licenças de software (antivirus, vmware); licenças go global; aquisição de equipamento de alta disponibilidade para rede (CISCO); aquisição de equipamentos No-break, para as Varas Federais localizadas no interior do Estado; aquisição de monitores de vídeo, de scaneres, de microcomputadores e de impressora off-set; expansão da rede Wi-Fi, dentre outros.

De forma semelhante, ao abordar a readequação da força de trabalho, traçamos por rumo o aprimoramento dos nossos serviços administrativos, abrangendo ajustes estruturais e procedimentais.

Nessa direção, diante da exigência de harmonização e racionalização das atividades desenvolvidas na área administrativa, para melhor atender a área judicial, concretizamos diversas alterações na estrutura organizacional do TRF2. Assim: a adequação da Assessoria de Comunicação Institucional - ACOI, da Assessoria de Concursos - APCO, da Secretaria Geral - SG, da Secretaria de Atividades Judiciárias - SAJ, da Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação - SED, da Secretaria de Infraestrutura e Logística - SIE, da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças- SPO, e a do Centro Cultural da Justiça Federal - CCJF.

Ao mesmo tempo, instamos a SGP a fazer o levantamento das lotações e da situação da distribuição da força de trabalho das unidades administrativas do TRF2, para subsidiar o ajustamento, quer da lotação, quer da distribuição da força de trabalho, à exigência do serviço.



Em prosseguimento, agora pretendendo o amoldamento de lotação e da força de trabalho dos Quadros de Pessoal da 2ª Região às necessidades dos serviços, autorizamos a abertura de inscrições para a redistribuição de cargos de provimento efetivo entre o Tribunal e as Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, consoante o permissivo do parágrafo 1º do art. 37 da Lei nº 8112/90. A decisão foi tornada publica pelo Edital Nº TRF2-EDP-2014/00009, de 15/09/2014.

Ao demais, por meio da Resolução nº TRF2-RSP-2014/00023, de 26/10/2014, e da Resolução nº TRF2-RSP-2014/00026, de 31/10/2014, divulgamos modificações na estrutura organizacional da SJRJ e da SJES, respectivamente.

E, com a Resolução nº TRF2-RSP-2014/00009, de 30/04/2014, remanejamos o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CESOL do TRF2 para a SJRJ; enquanto que alteramos a estrutura dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, através da Resolução nº TRF2-RSP-2014/00007, de 08/04/2014, na presunção de ajustar as funções comissionadas aos trabalhos empreendidos na Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região.

Sem dúvida, a readequação da força de trabalho não pode prescindir da valorização do servidor, até mesmo porque tal pensar vai ao encontro da Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Judiciário, instituída pelo CNJ, pela Resolução nº 192/2014, que visa ampliar a disseminação de conhecimentos técnicos e estimular o autodesenvolvimento e a participação contínua dos servidores nas ações de educação.

Nesse diapasão, direcionados à Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região – EMARF, firmamos Acordos de Cooperação Acadêmica e Técnica com o Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP, o Instituto Iberoamericano de Derecho Marítimo, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e a Escola Judiciária Eleitoral – TRE/EJE, com o escopo de promover a integração institucional, por meio de atividades acadêmicas, a exemplo de: Fóruns, Conferências, Seminários, Programas de Estudos Avançados. Afora isso, assinamos Termos Aditivos, para prorrogação da vigência dos Acordos de Cooperação Acadêmica e Técnica, com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e a Universidade Federal Fluminense – UFF.

Dirigida aos servidores, lançamos uma prática pioneira na JF2, que foi a regionalização da programação de ações de capacitação. A regionalização importa em melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros e a democratização das oportunidades, eis que os servidores, independentemente de sua vinculação funcional, podem participar dos cursos ofertados, tanto no TRF2 como nas SJRJ e SJES. Outro importante projeto que desenvolvemos foi o Ambiente Virtual de Aprendizagem, o Espaço Educacional, que significou um grande avanço na efetivação de práticas educativas à distância.

No tema da gestão ambiental, se é fato que a JF2 ainda não aderiu oficialmente à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), por outro lado, é certeza que adotamos várias práticas integrantes desse Programa, de sorte a estimular o uso racional dos recursos naturais e a reduzir impactos socioambientais negativos gerados pela atividade pública.

Das dinâmicas implantadas, citamos a coleta e o descarte correto de resíduos perigosos e não perigosos; a aquisição de bens de consumo sustentáveis (material de limpeza biodegradável, papel proveniente de madeira de reflorestamento, equipamento de impressão frente e verso); a disponibilização de caixa coletora de resíduos elétricos e eletrônicos; a análise semestral da qualidade do ar ambiente; a manutenção de rotina e controle das instalações elétricas, a instalação de sensores de presença e lâmpadas econômicas; a instalação e manutenção de torneiras automáticas; a manutenção periódica, a aquisição de veículos biocombustíveis e o uso racional da frota; projetos de reutilização e racionalização do material bibliográfico; o reaproveitamento de papel e o descarte de aparas de papel, em local próprio, para reciclagem; e a substituição gradativa dos insumos usados na impressão gráfica por outros com a mesma função, tal qual a de chapas de impressão off set pelas chapas térmicas negativas, que dispensam o uso de produtos químicos para sua revelação, já que o processo de produção, mais limpo e ecológico, é feito somente com água.



Pontuamos, inclusive, que, seguindo orientações do CJF (artigo 24 da Resolução nº 318, de 04/11/2014), a unidade encarregada pela gestão documental no TRF2 procedeu à eliminação de documentos institucionais, mediante critérios de responsabilidade social e de preservação ambiental, através da reciclagem do material descartado e da destinação do resultado para programas de entidades sem fins lucrativos, conveniadas com o TRF2 para este fim.

Por derradeiro, relevante assinalar que, em 2014, ainda pudemos contar com a prestimosa colaboração dos Órgãos de controle, para o aperfeiçoamento de diversos processos de trabalho. A inspeção do Tribunal de Contas da União – TCU, a pretexto de construir um diagnóstico da atual situação de governança e de gestão das aquisições na Administração Pública Federal, e a Inspeção Geral Ordinária da Corregedoria – Geral da Justiça Federal, unidade integrante do CJF.

Insistimos que responder à sociedade nos seus anseios de justiça nos impõe, antes dos números e da celeridade, a busca da prestação jurisdicional moldada ao tempo presente, principalmente na perspectiva da transparência. Administrar a Justiça que se propõe moderna não é tarefa de um só, mas de uma equipe e do todo plenamente engajado.

Aspiramos colocar em prática um programa de ação viável no curto prazo de um mandato de dois anos – o biênio abril/2013–abril/2015 –, porém capaz de servir de alicerce para as futuras gestões.



ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Na esfera do Poder Judiciário, a Justiça Federal – JF é o órgão ao qual compete processar e julgar as causas em que a União, suas entidades autárquicas e empresas públicas federais figurem como interessadas na condição de autoras ou rés, além de outras questões de interesse da federação, previstas no art. 109 da Constituição Federal.

A Justiça Federal da 2ª Região – JF2 compreende o Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF2 e as: Seção Judiciária do Rio de Janeiro – SJRJ e Seção Judiciária do Espírito Santo – JFES.

A primeira instância da JF2 compõe-se de Juízes Federais, em exercício nas seções judiciárias – sediadas nas capitais do estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo – e nas subseções judiciárias – situadas nas principais cidades do interior.

Quanto à segunda instância de julgamento, o TRF2 julga, em grau de recurso, as ações provenientes da primeira instância (seções judiciárias), desfrutando, ainda, de competência originária para o exame de algumas matérias previstas no art. 108 da Constituição Federal.

Com sede na cidade do Rio de Janeiro e jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, atualmente o TRF2 é composto por 27 Desembargadores Federais vitalícios, escolhidos entre os Juízes Federais de 1ª Instância, membros do Ministério Público e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, nomeados pelo Presidente da República, nos termos da Constituição Federal.

De acordo com o art. 108 da Constituição Federal de 1988, compete ao Tribunal processar e julgar:

- originariamente:

- os juízes federais da sua área de jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral
- as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da região;
- os mandados de segurança e *habeas data*, contra ato do próprio Tribunal ou juiz federal;
- os *habeas corpus*, quando a autoridade coatora for juiz federal;
- os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal.

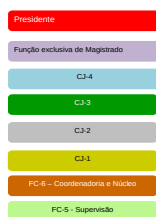
- em grau de recurso:

- as causas decididas por juízes federais e juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.

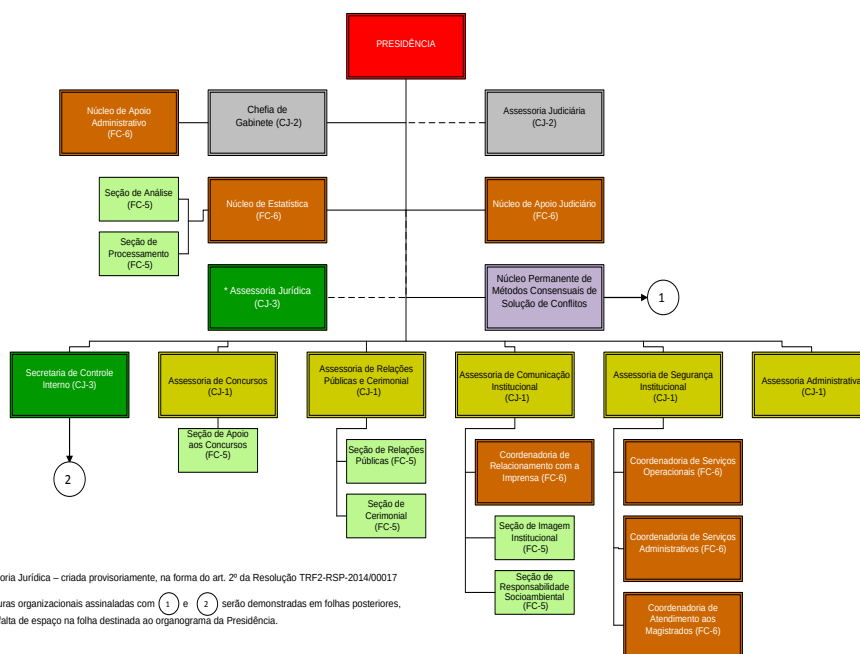


ORGANOGRAMA FUNCIONAL – ÁREA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO Legenda de Cores do Organograma - 12/03/2015

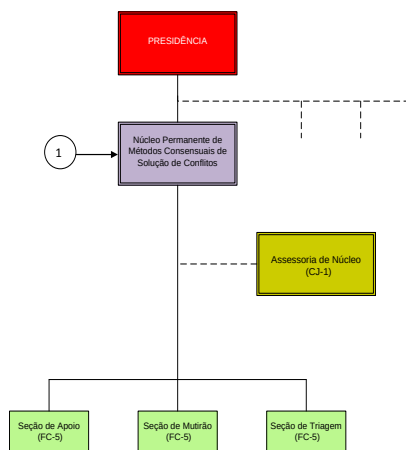


PRESIDÊNCIA 12/03/2015



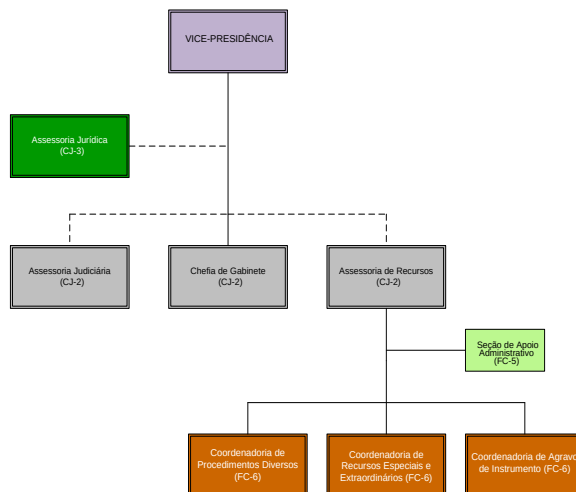
NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

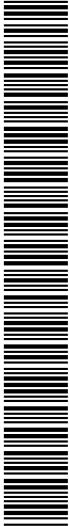
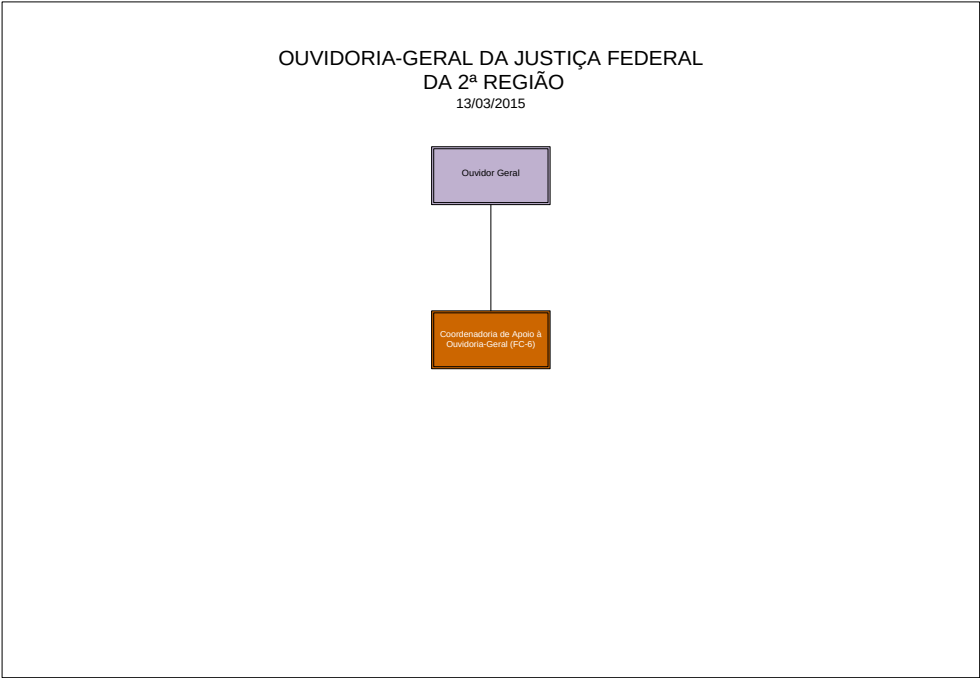
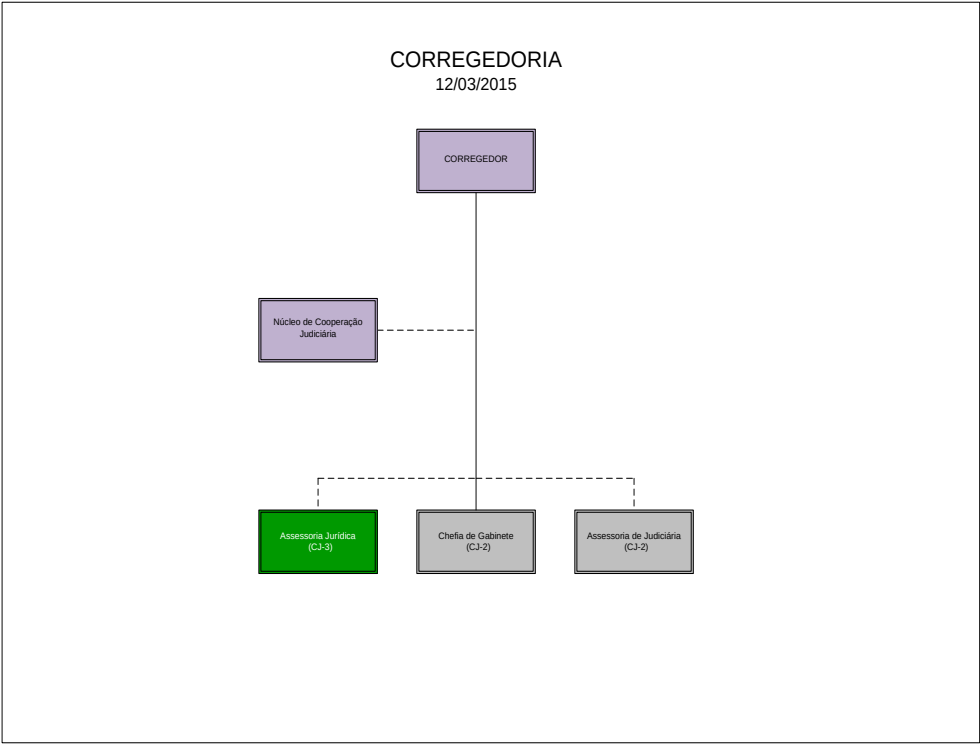
12/03/2015



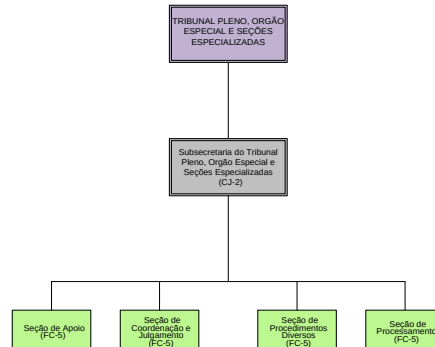
VICE-PRESIDÊNCIA

12/03/2015

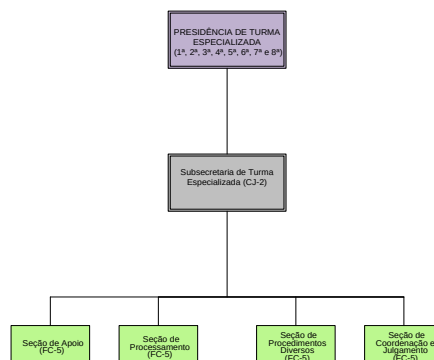




TRIBUNAL PLENO, ORGÃO ESPECIAL E
SEÇÕES ESPECIALIZADAS
12/03/2015



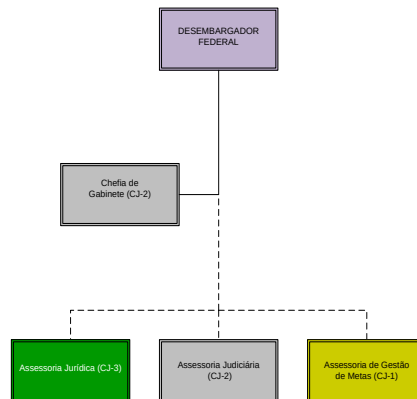
TURMAS ESPECIALIZADAS (*)
02/10/2014



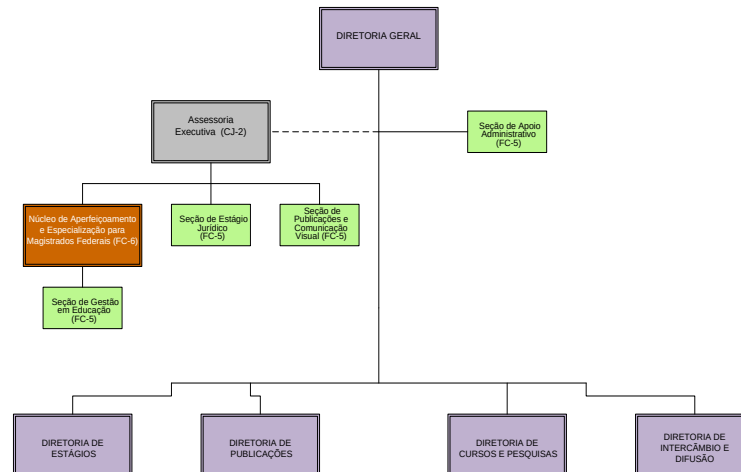
- * Penal, Previdenciária e Propriedade Industrial (1ª e 2ª Turmas)
- * Tributária (3ª e 4ª Turmas)
- * Administrativa (5ª, 6ª, 7ª e 8ª Turmas)



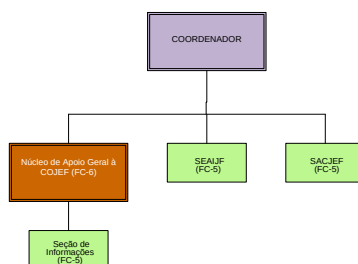
GABINETES DOS DESEMBARGADORES
12/03/2015



ESCOLA DE MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL
12/03/2015

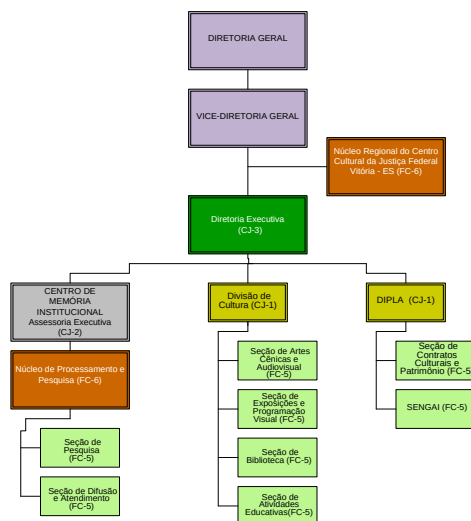


COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
12/03/2015



SEAJF - Seção de Ações Itinerantes – Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal – Complexo do Alemão
SACJEF - Seção de Apoio Jurisdicional dos JEFs, Turmas Recursais e Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência

CENTRO CULTURAL DA JUSTIÇA FEDERAL
12/03/2015

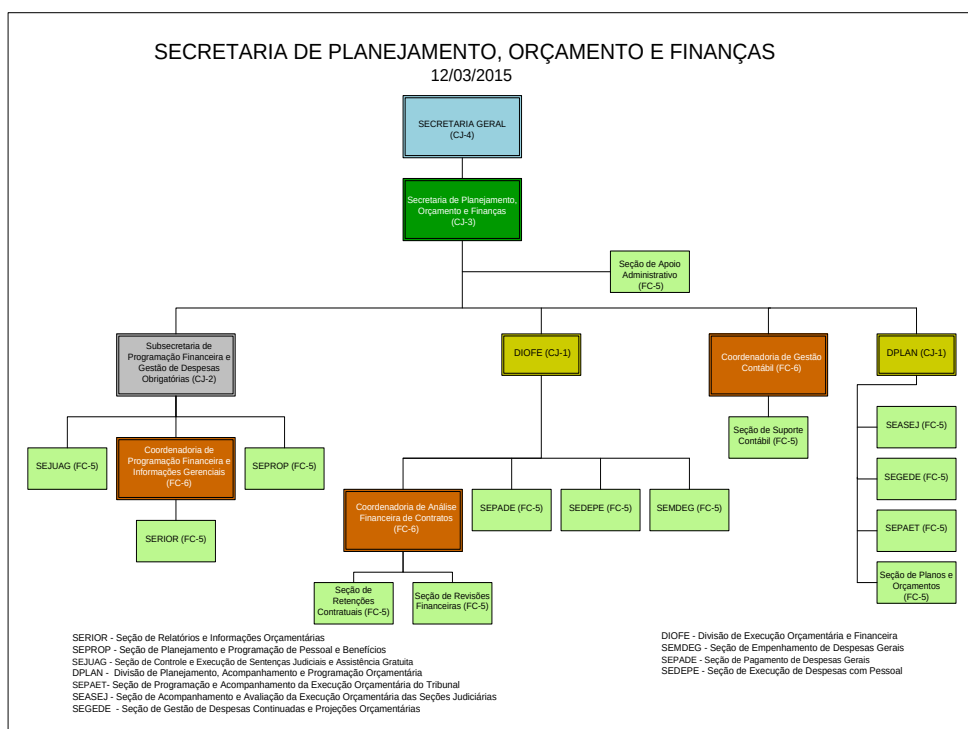
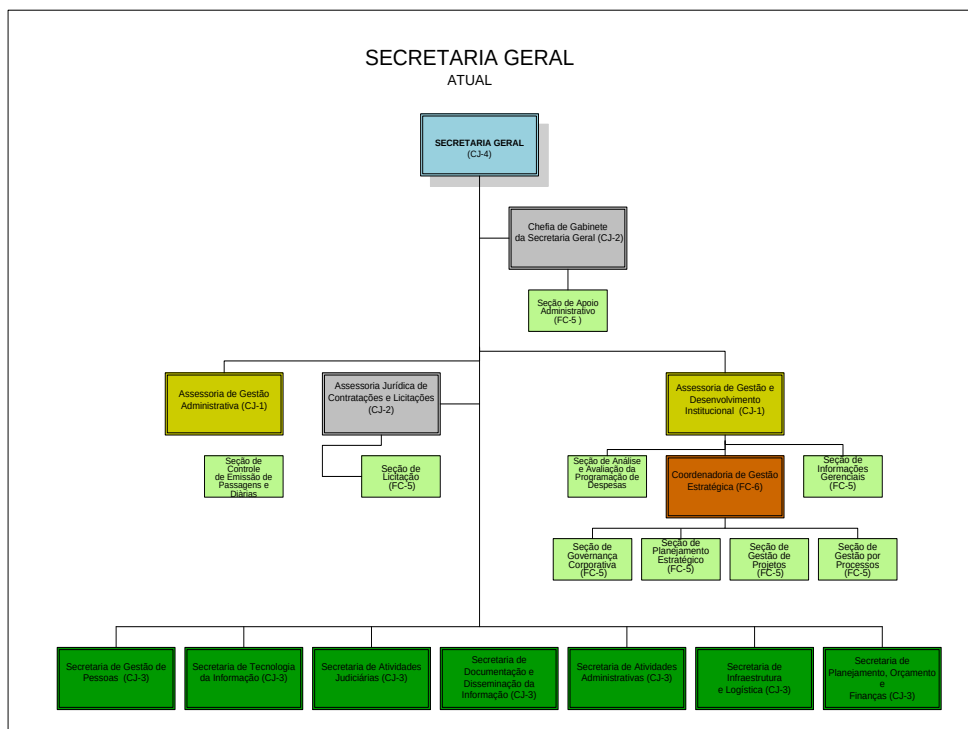


DIPLA - Divisão de Planejamento e Administração
SENGAI - Seção de Engenharia, Arquitetura e Infraestrutura Predial



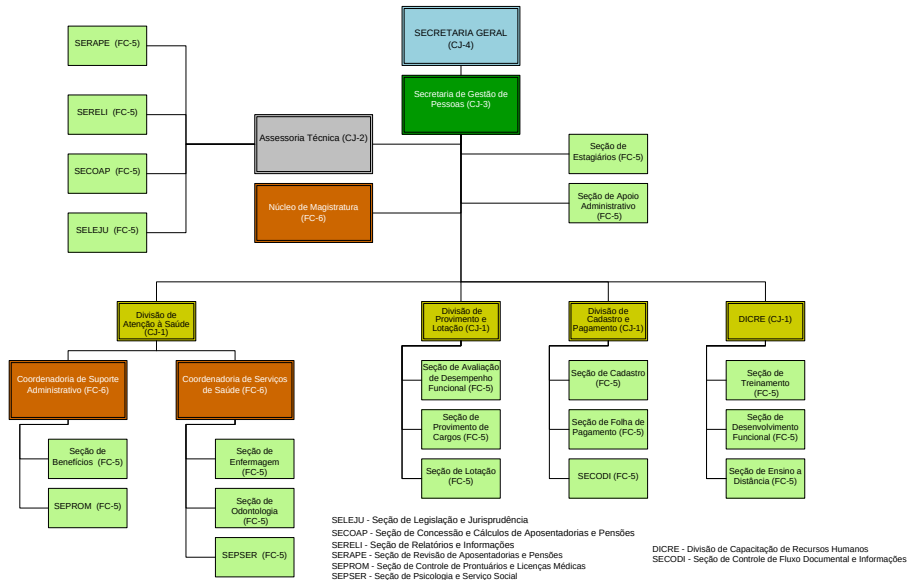
Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1454350.13323387-5314 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>





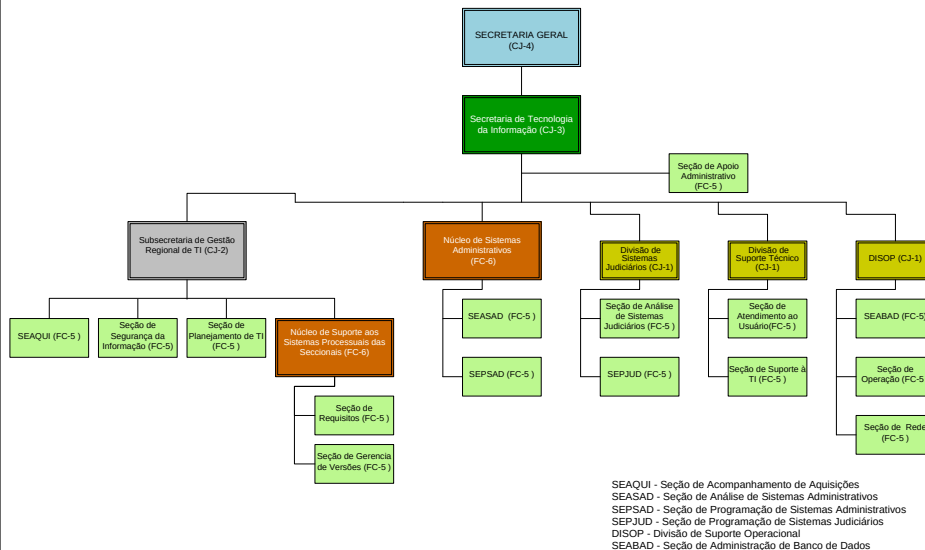
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

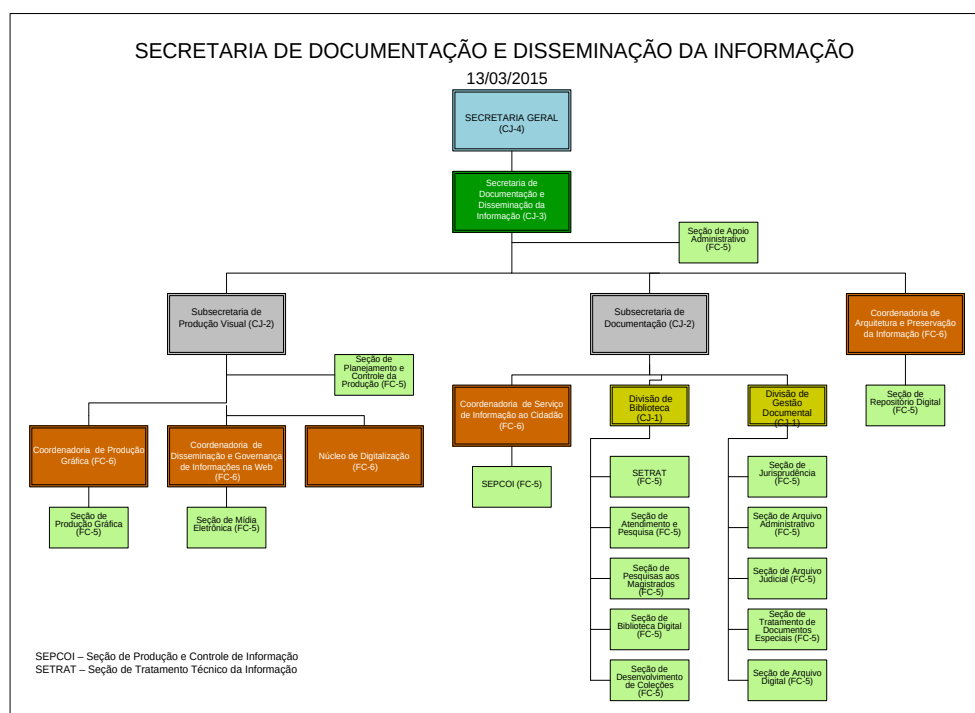
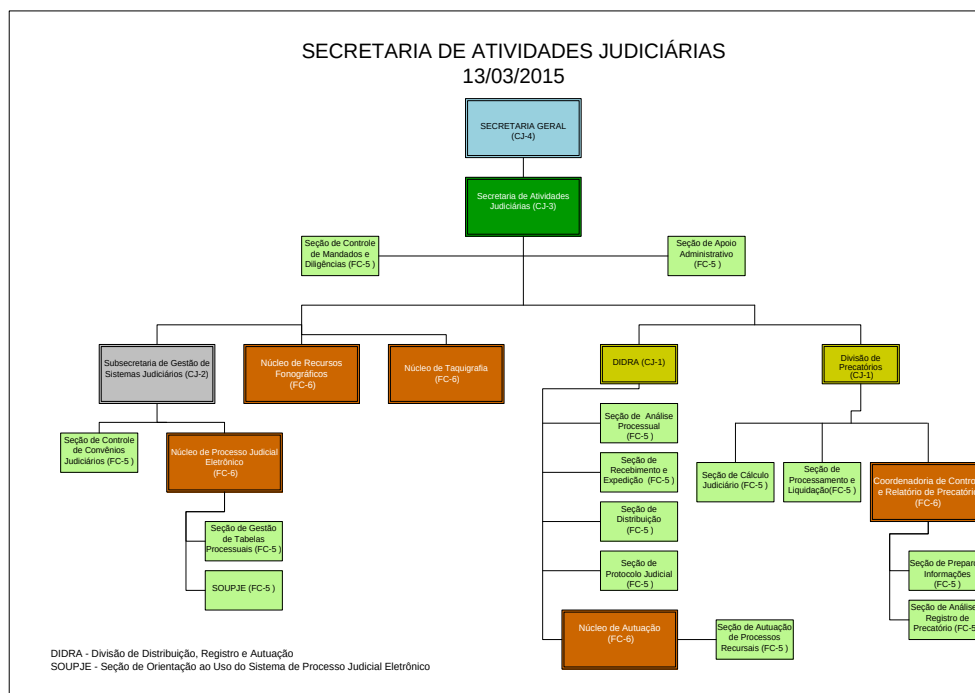
12/03/2015



SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12/03/2015



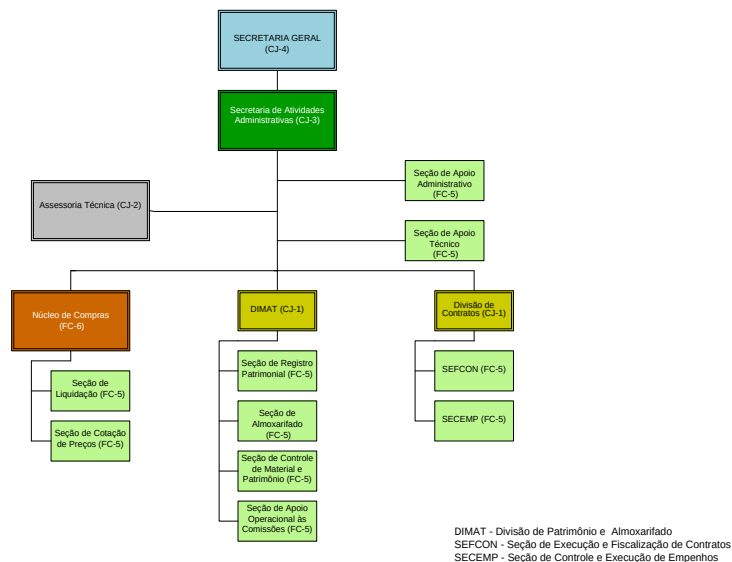


Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1454350.13323387-5314 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



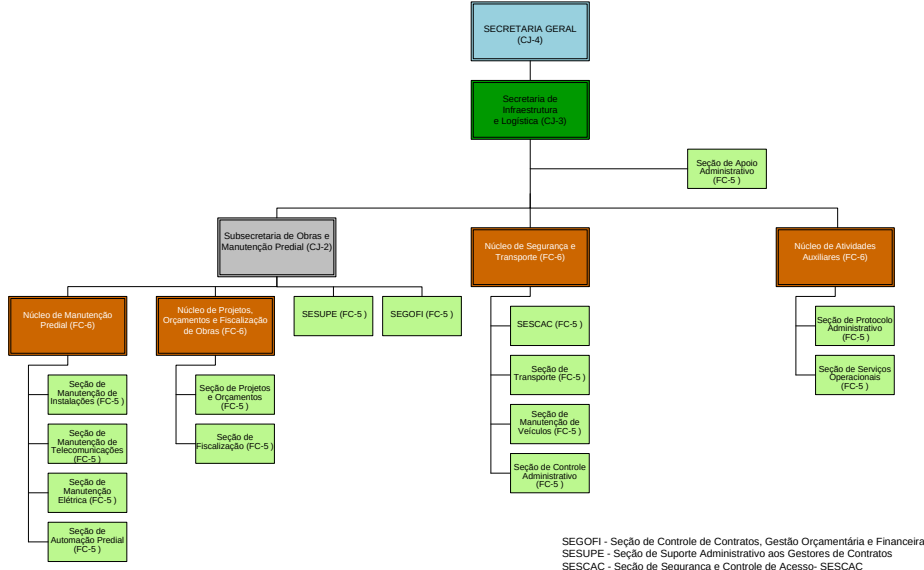
SECRETARIA DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

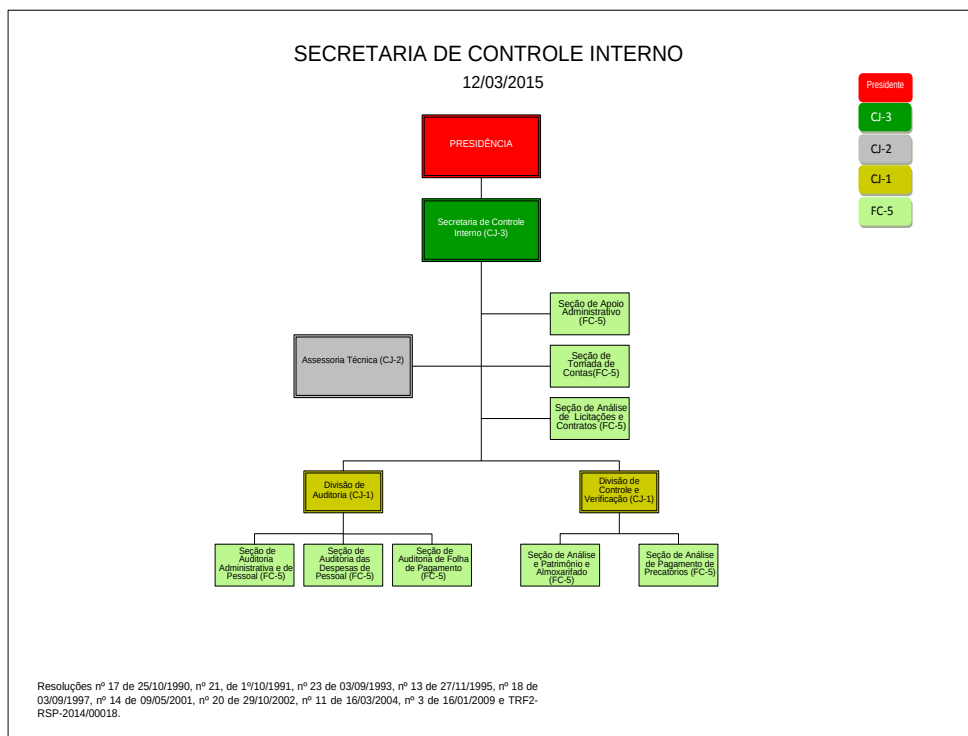
12/03/2015



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

12/03/2015





O quadro abaixo divulga as áreas ou subunidades mais estratégicas da gestão do TRF2, singularizando as principais competências, os titulares responsáveis e respectivos períodos de atuação.

Quadro nº1 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – TRF2

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Representar o Tribunal; realizar o gerenciamento institucional, comunicação interna e externa; e controle interno.	Desembargador Federal Sérgio Schwaitzer	Presidente	1/1/2014 a 31/12/2014
Vice- Presidência	Substituir o Presidente; decidir sobre admissibilidade de recurso extraordinário, recurso especial, recurso ordinário de <i>habeas corpus</i> e recurso ordinário em mandado de segurança, com respectivos agravos, e resolver os incidentes suscitados; decidir sobre os pedidos de extração de carta de sentença criminal, nos processos sob sua jurisdição.	Desembargador Federal Poul Erik Dyrland	Vice-Presidente	1/1/2014 a 31/12/2014



Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Corregedoria	Orientação e normatização das condutas funcionais e dos serviços judiciários; fiscalização e acompanhamento dos serviços judiciários; administração da composição humana judicial e da estrutura organizacional judiciária; investigação e disciplinamento das condutas funcionais; orientação à sociedade sobre os serviços judiciários.	Desembargadora Federal Salete Maccalóz	Corregedora-Regional da Justiça Federal da 2ª Região	1/1/2014 a 31/12/2014
Secretaria Geral - SG	Elaborar diretrizes e planos de ação geral do TRF2; representar, quando indicado, a Presidência do Tribunal em atos e solenidades; traçar as diretrizes das Secretarias de Gestão de Pessoas, Planejamento, Orçamento e Finanças, Atividades Judiciárias, Tecnologia da Informação, Documentação e Disseminação da Informação, Infraestrutura e Logística, bem como fiscalizar seu funcionamento; promover o desenvolvimento organizacional, planejamento estratégico e elaboração de projetos.	Roque Bonfante de Almeida	Diretor Geral	1/1/2014 a 31/12/2014
1ª Turma: Especializada em Direito Penal, Previdenciário e da Propriedade Industrial	Julgar e processar os feitos em matéria criminal, previdenciária e de propriedade industrial.	Desembargador Federal ABEL GOMES – Presidente Desembargador Federal PAULO ESPIRITO SANTO Desembargador Federal ANTONIO IVAN ATHIÉ	Desembargador Federal	1/1/2014 a 31/12/2014
1ª Turma: Especializada em Direito Penal, Previdenciário e da Propriedade Industrial	Julgar e processar os feitos em matéria criminal, previdenciária e de propriedade industrial.	Desembargador Federal MESSOD AZULAY NETO – Presidente Desembargador Federal ANDRÉ FONTES	Desembargador Federal	1/1/2014 a 31/12/2014



Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
		Desembargadora Federal SIMONE SCHREIBER		
3ª Turma: especializada em Direito Tributário	Julgar e processar os feitos em matéria tributária.	Desembargadora Federal LANA REGUEIRA – Presidente Desembargadora Federal CLÁUDIA NEIVA Desembargador Federal MARCELLO GRANADO	Desembargador Federal	1/1/2014 a 31/12/2014
4ª Turma: especializada em Direito Tributário	Julgar e processar os feitos em matéria tributária.	Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES – Presidente Desembargador Federal FERREIRA NEVES Desembargadora Federal LETICIA DE SANTIS MELLO	Desembargador Federal	1/1/2014 a 31/12/2014
5ª Turma: especializada em Direito Administrativo	Julgar e processar os feitos em matéria administrativa.	Desembargador Federal ALUISIO MENDES – Presidente Desembargador Federal MARCUS ABRAHAM Desembargador Federal RICARDO PERLINGEIRO	Desembargador Federal	1/1/2014 a 31/12/2014
6ª Turma: especializada em Direito Administrativo	Julgar e processar os feitos em matéria administrativa.	Desembargadora Federal NIZETE LOBATO CARMO – Presidente Desembargador Federal GUILHERME COUTO Desembargador	Desembargador Federal	1/1/2014 a 31/12/2014



Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
		Federal GUILHERME CALMON		
7ª Turma: especializada em Direito Administrativo	Julgar e processar os feitos em matéria administrativa.	Desembargador Federal LUIZ PAULO ARAÚJO – Presidente Desembargador Federal REIS FRIEDE Desembargador Federal JOSÉ ANTONIO NEIVA	Desembargador Federal	1/1/2014 a 31/12/2014
8ª Turma: especializada em Direito Administrativo	Julgar e processar os feitos em matéria administrativa.	Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA – Presidente Desembargador Federal GUILHERME DIFENTHAELER Desembargador Federal MARCELO PEREIRA	Desembargador Federal	1/1/2014 a 31/12/2014
Assessoria de Gestão e Desenvolvimento Institucional - AGED	Assessorar o Diretor Geral nas questões relativas à governança corporativa, planejamento estratégico e de execução orçamentária, gestão por processos, bem como, apresentar informações gerenciais de suporte à tomada de decisões.	José Luis Santos Canelas	Assessor de Gestão e Desenvolvimento Institucional	1/1/2014 a 31/12/2014
Coordenadoria de Gestão Estratégica - CEGEST	Apoiar a administração do TRF2 na implementação, operacionalização e gestão do planejamento estratégico institucional, incluindo o gerenciamento e acompanhamento de projetos.	Cláudio Luiz Gonçalves Sassi	Coordenador de Gestão Estratégica	1/1/2014 a 31/12/2014
Ouvidoria	Proporcionar a comunicação da sociedade com a JF no âmbito da 2ª Região; sugerir aos demais órgãos da 2ª Região a adoção de medidas ad-	Desembargador Federal Abel Gomes	Ouvidor Geral	1/1/2014 a 31/12/2014



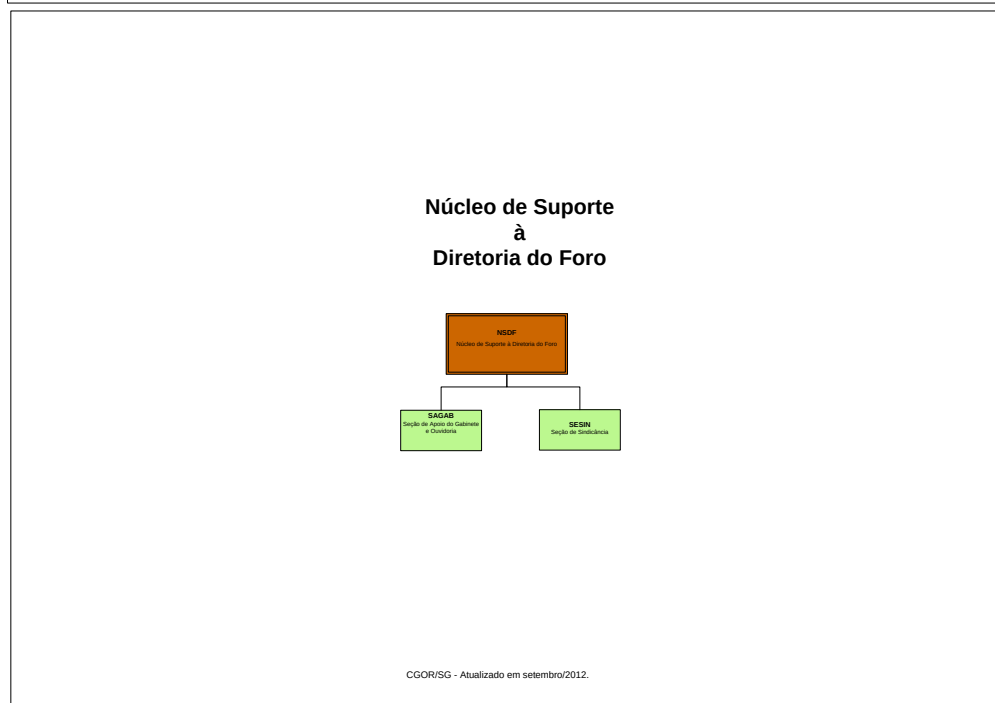
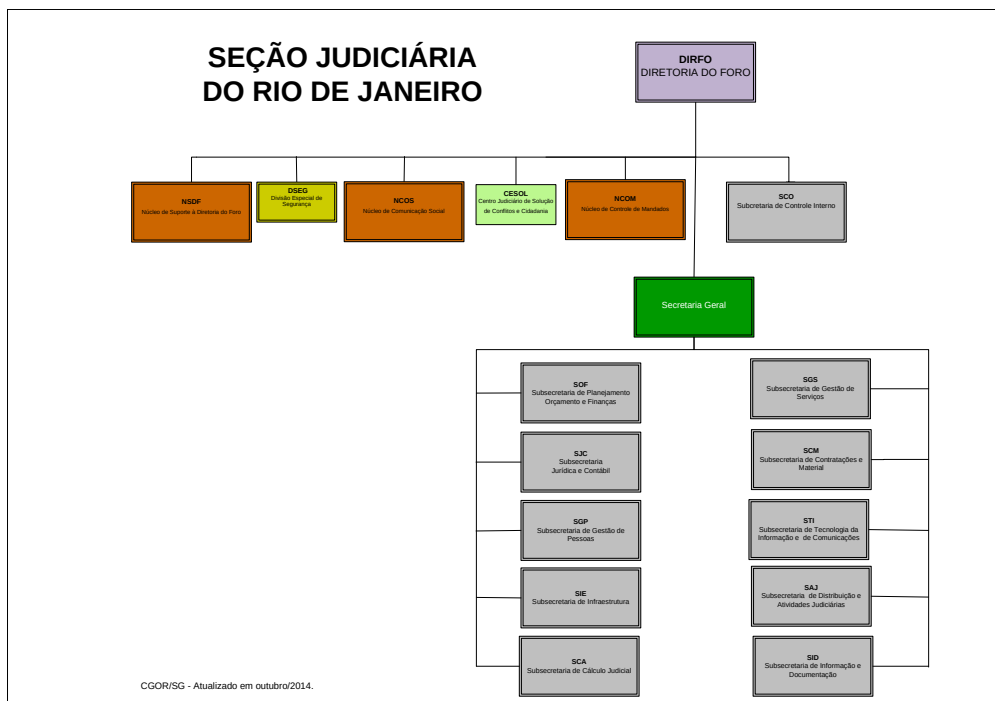
Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	ministrativas tendentes à melhoria e ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, com base nas informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios recebidos.			
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais Solução de Conflitos - NPSC2	Promover a pacificação social entre litigantes, através de métodos não adversariais.	Tânia Regina de Souza Alencar	Diretora	1/1/2014 a 31/12/2014
Escola da Magistratura Regional Federal 2ª Região - EMARF	Aperfeiçoamento e especialização de magistrados e programa de estágio jurídico.	Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama	Diretor-Geral	1/1/2014 a 31/12/2014
Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP	Planejar, coordenar, dirigir e controlar as atividades relativas aos recursos humanos, no âmbito do Tribunal.	Regina Helena Moreira Faria	Diretora	1/1/2014 a 31/12/2014
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças - SPO	Planejar, dirigir e controlar as atividades de elaboração e execução orçamentária e financeira do TRF2; acompanhamento da programação orçamentária do TRF2, SJRJ e SJES; execução de débitos judiciais, empenhamento, pagamento e execução de despesas.	Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo	Diretora	1/1/2014 a 31/12/2014
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI	Planejamento e acompanhamento de aquisições de TI; segurança da informação; suporte aos sistemas processuais das Seções Judiciárias; análise e programação de sistemas judiciários e administrativos; suporte à TI.	George Gaio Figueira Rêgo da Costa	Diretor	1/1/2014 a 31/12/2014
Secretaria de Atividades Judiciárias - SAJ	Análise, registro, autuação, distribuição, alterações e redistribuição dos feitos; informação processamento, liquidação, controle e pagamento de precatórios e requisitos de pequeno valor; taquigrafia e sonorização; cumprimentos de mandados	Cláudia Ribeiro Simões	Diretora	1/1/2014 a 31/12/2014



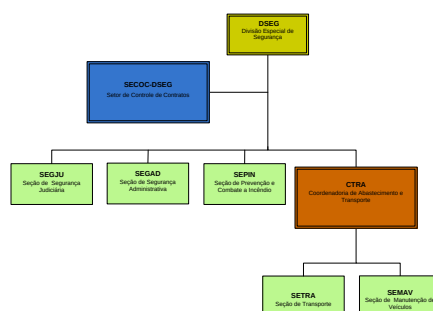
Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	judiciais expedidos.			
Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação - SED	Arquitetura e preservação da informação; governança de informações na Web; gestão documental; publicação do e-DJF2R; produção gráfica e editorial; divulgação e tratamento técnico da informação; biblioteca e biblioteca digital.	Lenora de Beaurepaire da Silva Schwaitzer	Diretora	1/1/2014 a 31/12/2014
Secretaria de Atividades Administrativas - SAT	Planejar e coordenar as atividades relacionadas à aquisição e contratação, previsão e distribuição de material, bem como controle e manutenção de bens patrimoniais do Tribunal.	Andréia Alvares de Azevedo Oliveira	Diretora	1/1/2014 a 31/12/2014
Secretaria de Infraestrutura e Logística - SIE	Planejar e coordenar as atividades relacionadas à infraestrutura predial e logística, incluindo: projetos, obras, reformas, manutenção e operação prediais, segurança, transporte, protocolo administrativo, reprografia, telefonia, gestão ambiental, organização e limpeza o âmbito dos imóveis do TRF2.	Luiz Felipe Fernandes	Diretor	1/1/2014 a 31/12/2014
Secretaria de Controle Interno - SCI	Coordenar as atividades de controle da Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e de Pessoal do Tribunal e das respectivas Seções Judiciais.	Maria de Fátima Gonçalves Lessa	Diretora	1/1/2014 a 31/12/2014
Assessoria de Comunicação Institucional - ACOI	Desempenhar atividades relativas à comunicação institucional do tribunal, visando a formação da identidade e imagem positiva da instituição, buscando difundir o posicionamento da mesma perante a sociedade, com credibilidade.	Viviane Gorgati Viégas	Diretora	1/1/2014 a 31/12/2014

Fonte: Portal TRF2



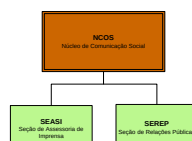


Divisão Especial de Segurança



CGOR/SG - Atualizado em outubro/2013.

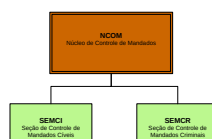
Núcleo de Comunicação Social



CGOR/SG - Atualizado em setembro/2012.

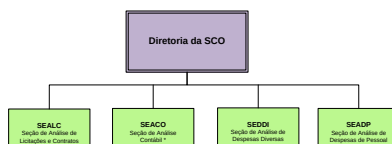


Núcleo de Controle de Mandados



CGOR/SG - Atualizado em setembro/2012.

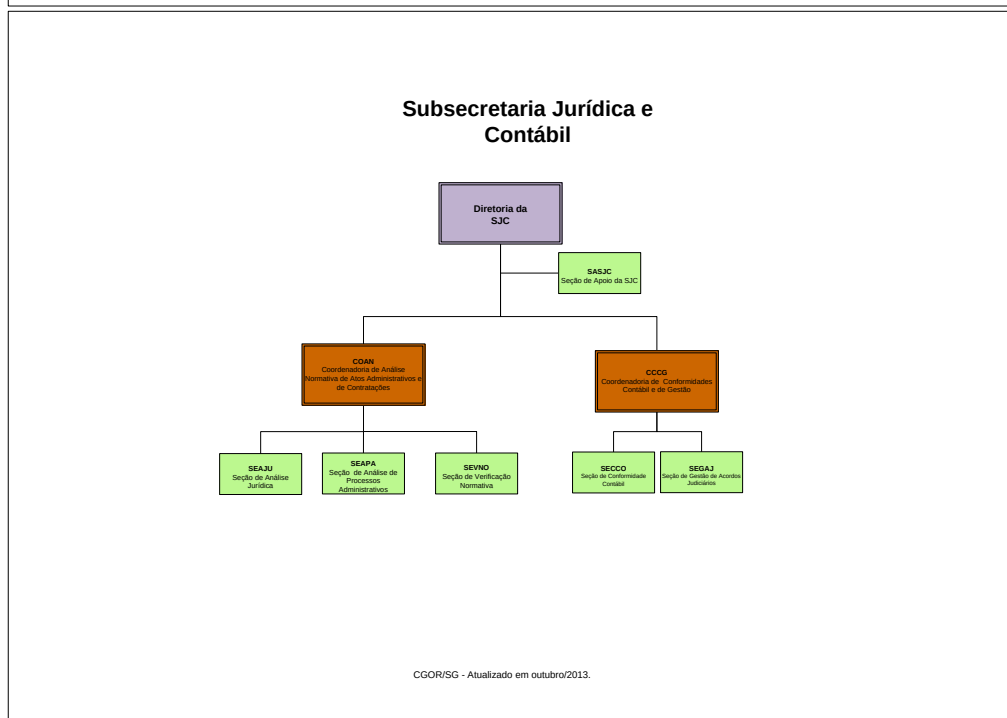
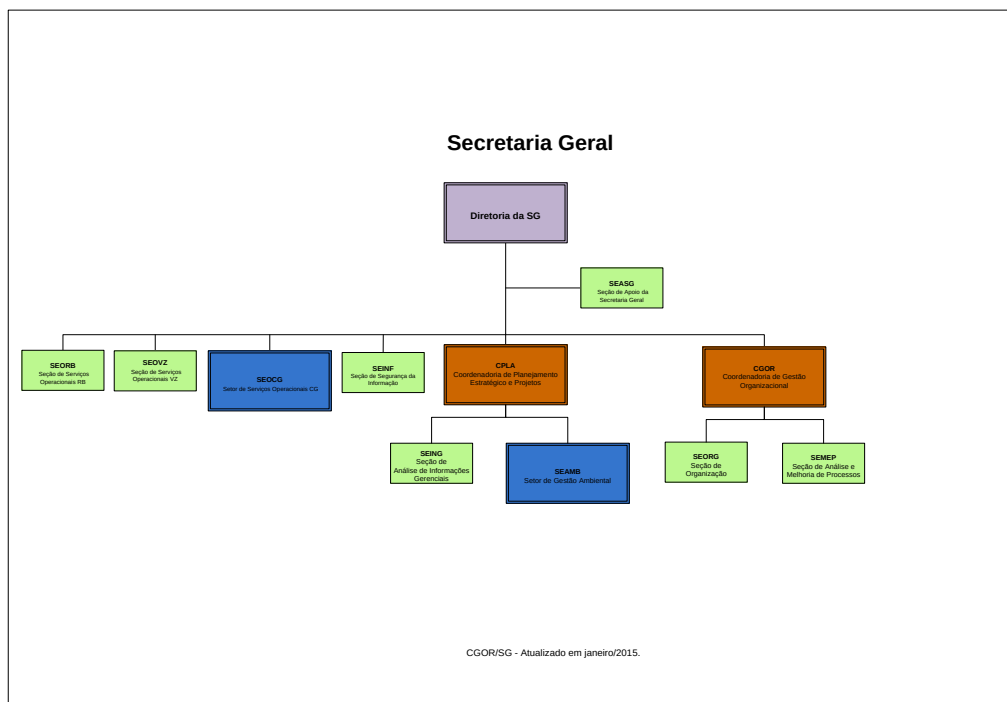
Subsecretaria de Controle Interno



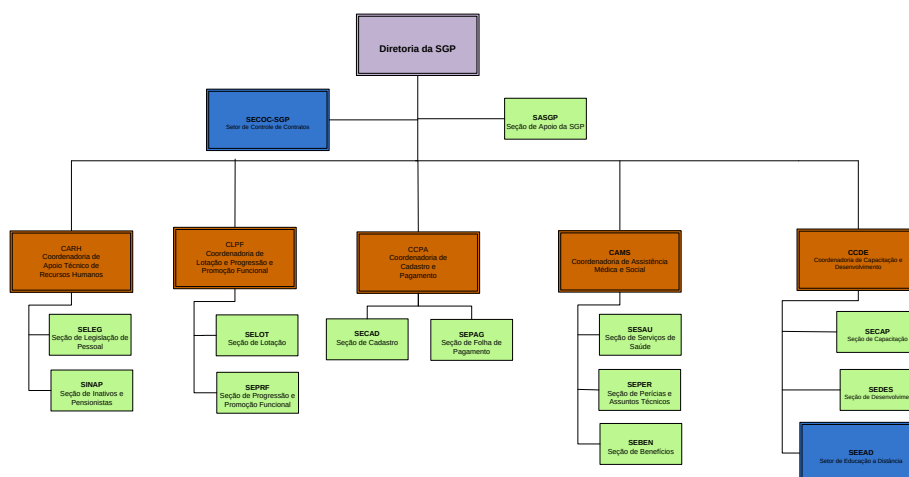
* Vinculação Funcional estabelecida entre a SEACO - da estrutura da SCO - e a SG pela Portaria 3913/PGD-2014/0008.

CGOR/SG - Atualizado em janeiro/2015.



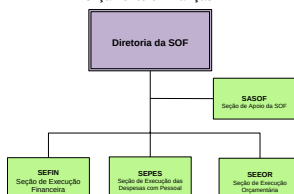


Subsecretaria de Gestão de Pessoas



CGOR/SG - Atualizado em outubro/2014.

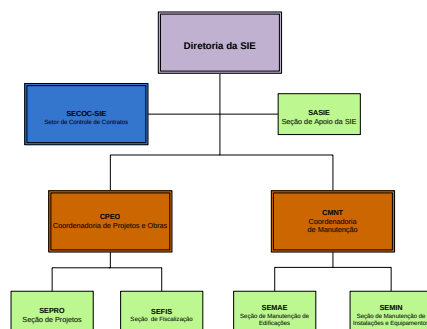
Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Finanças



CGOR/SG - Atualizado em setembro/2012.

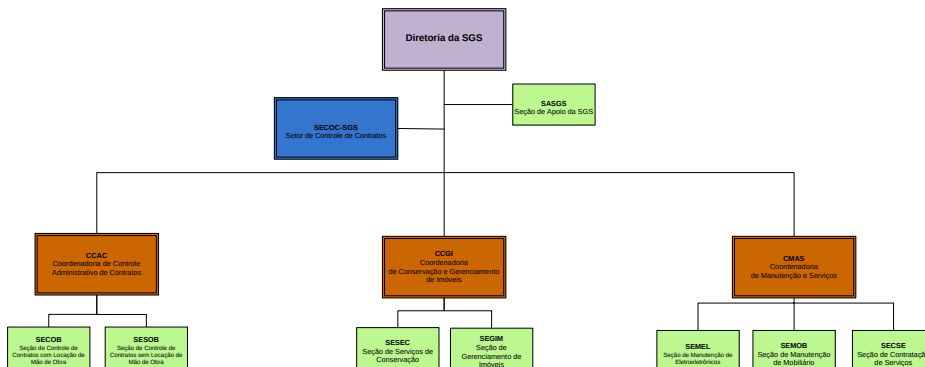


Subsecretaria de Infraestrutura



CGOR/SG - Atualizado em setembro/2012.

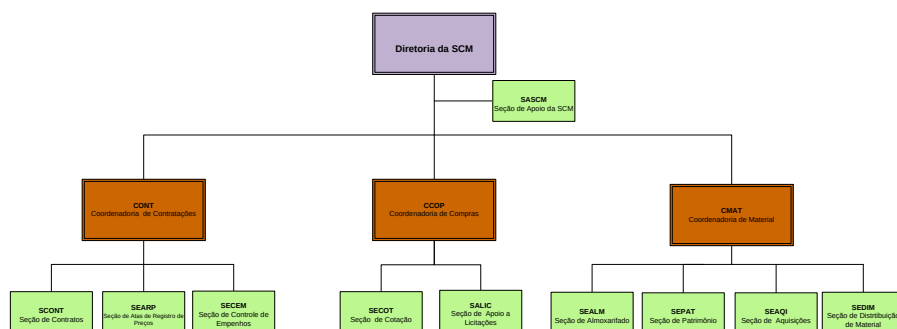
Subsecretaria de Gestão de Serviços



CGOR/SG - Atualizado em outubro/2013.

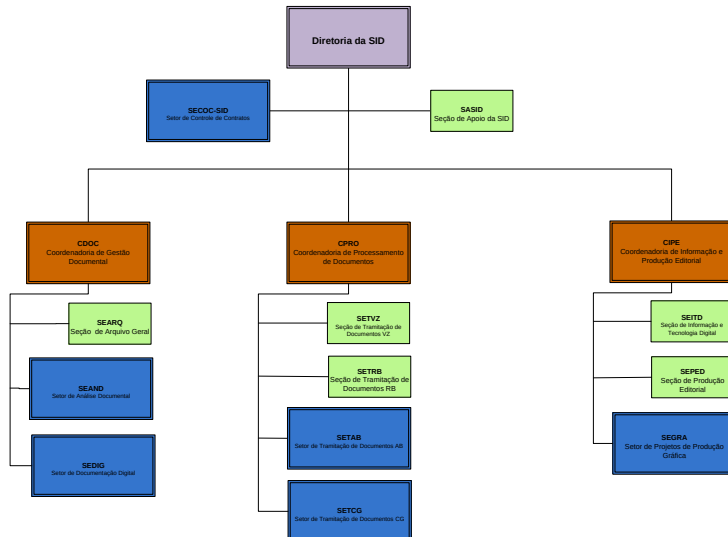


Subsecretaria de Contratações e Material



CGOR/SG - Atualizado em outubro/2013.

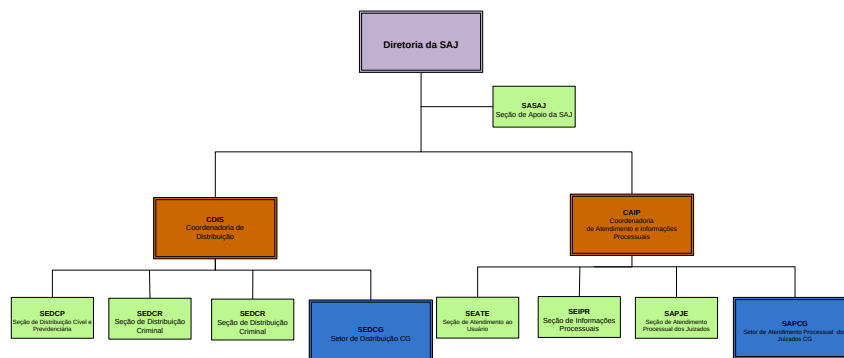
Subsecretaria de Informação e Documentação



CGOR/SG - Atualizado em outubro/2014.

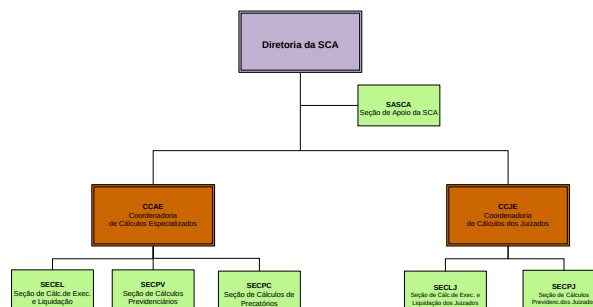


Subsecretaria de Distribuição e Atividades Judiciárias



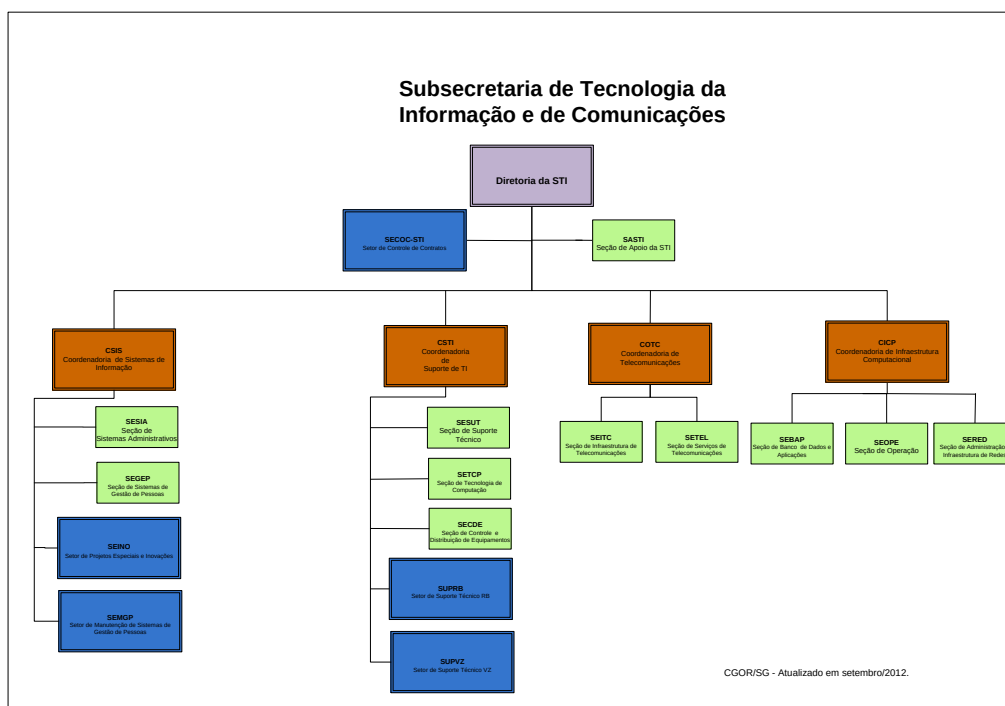
CGOR/SG - Atualizado em outubro/2014.

Subsecretaria de Cálculo Judicial



CGOR/SG - Atualizado em setembro/2012.





O quadro seguinte detalha as áreas ou subunidades mais estratégicas da gestão da SJRJ, com informações sobre as principais competências, os titulares responsáveis e seus períodos de atuação.

Quadro nº2 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – SJRJ

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria do Foro - DIRFO	Dirigir as atividades de suporte administrativo e judiciário, bem como as de divulgação e representação da SJRJ.	Dr. Carlos Guilherme Franco-vich Lugones	Juiz Federal Diretor do Foro	1/1/2014 a 31/12/2014
Varas Federais	Julgar e processar, em 1ª instância, os feitos de competência da JF, elencados no art. 109 da CF.	A lista completa dos Juizes Titulares e Substitutos está disponível no site: http://www.trf2.jus.br/corregedor/documentos/magistrados/lista_completa.pdf .	Juiz Federal	1/1/2014 a 31/12/2014
Núcleo de Comunicação Social - NCOS	Desempenhar atividades relativas à comunicação institucional, visando a formação da identidade e imagem positiva da instituição.	Bruno Marques	Diretor	1/1/2014 a 31/12/2014



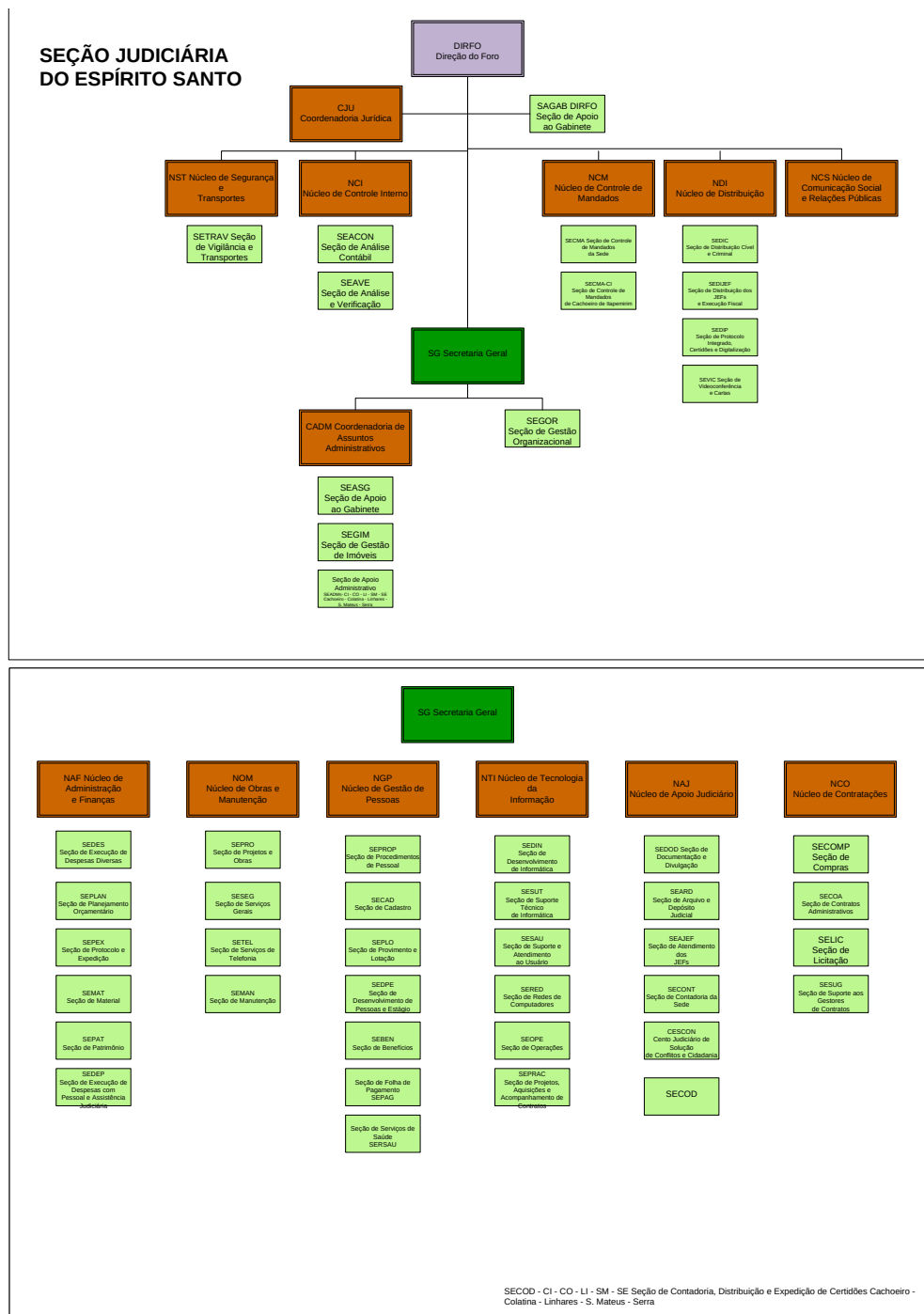
Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	iação, para difundir o posicionamento da mesma perante a sociedade, com credibilidade.			
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CESOL	Promover a pacificação social entre litigantes, através de métodos não adversariais.	Rosana Cristina Salvador França Lopes	Supervisora	1/1/2014 a 31/12/2014
Secretaria Geral - SG	Planejar, em nível estratégico, dirigir e controlar as atividades da Área de Administração, em matéria pertinente a assuntos administrativos e judiciais, de acordo com orientações estabelecidas pela DIRFO e normas emanadas pelo TRF2 e pelo CJF.	Patrícia Reis Longhi	Diretora Geral	1/1/2014 a 31/12/2014
Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Projetos - CPLA	Apoiar a Instituição no alinhamento ao planejamento estratégico nacional da JF; na análise, orientação e acompanhamento dos indicadores institucionais das diversas áreas da SJRJ e no suporte e gerenciamento dos projetos estratégicos institucionais.	Marcelo Menezes	Coordenador	1/1/2014 a 31/12/2014
Coordenadoria de Gestão Organizacional - CGOR	Coordenar e orientar a aplicação de técnicas de gestão e de desenvolvimento organizacional, a melhoria e a automação de processos de trabalho, e a forma pela qual as atividades da Seccional se organizam em termos de estrutura.	Luciane Barreto Almada	Coordenadora	1/1/2014 a 31/12/2014
Subsecretaria de Controle Interno - SCO	Dirigir as atividades de controle da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da SJRJ.	Raphael Junger da Silva	Diretor	1/1/2014 a 31/12/2014
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças - SOF	Planejar, dirigir e controlar as atividades de elaboração e execução orçamentária e financeira da Seccional.	Martha Kinach Rodrigues Lima	Diretora	1/1/2014 a 31/12/2014
Subsecretaria Jurídica e Contábil - SJC	Analisar, juridicamente, processos e expedientes administrativos, gerir acordos de cooperação judiciais e inventários patrimoniais e de material.	Luciene da Cunha Dau Miguel	Diretora	1/1/2014 a 31/12/2014



Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Subsecretaria de Gestão de Pessoas - SGP	Planejar, dirigir e controlar as atividades relativas à administração de pessoas.	Mônica Valéria de Carvalho Góes	Diretora	1/1/2014 a 31/12/2014
Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - STI	Planejar, dirigir e controlar os processos e recursos de sistemas de informação, de infraestrutura e serviços de Tecnologia da Informação e de Comunicações (TIC).	Gustavo Monteiro de Barros Barreto	Diretor	1/1/2014 a 31/12/2014
Subsecretaria de Cálculo Judicial - SCA	Planejar, controlar e executar as atividades referentes aos cálculos judiciais.	Rosana Cucino Tinoco Signorini	Diretora	1/1/2014 a 31/12/2014
Subsecretaria de Distribuição e Atividades Judiciárias - SAJ	Administrar atividades interligadas ao processo judicial, dirigindo os referentes serviços, tais como: autuação e distribuição de processos; expedição de certidões; informações processuais.	Samuel Freitas	Diretor	1/1/2014 a 31/12/2014
Subsecretaria de Informação e Documentação - SID	Planejar, dirigir e controlar as atividades relativas à gestão documental, produção editorial e gestão da informação na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.	Carmen Lucia de Castro	Diretora	1/1/2014 a 31/12/2014

Fonte: Intranet SJRJ





O quadro a seguir identifica as áreas ou subunidades mais estratégicas da gestão da SJES, apontando as principais competências, os titulares responsáveis e correspondentes períodos de atuação.



Quadro nº3 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – SJES

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Direção do Foro - DIRFO	Exercer a administração da Seccional, mormente em relação à área de Gestão de Pessoas, obras, compras de bens e serviços, orçamento e finanças, controle de mandados, interagindo-se com o TRF2.	Fernando César Baptista de Matos	Juiz Federal Diretor do Foro	1/1/2014 a 31/12/2014
Varas Federais	Julgar e processar, em 1ª instância, os feitos de competência da JF, elencados no art. 109 da CF.	A lista completa dos Juizes Federais Titulares e Substitutos das Varas está no site: http://www.trf2.jus.br/corregedoria/documentos/magistrados/lista_completa.pdf	Juiz Federal	1/1/2014 a 31/12/2014
Secretaria Geral - SG	Dirigir, coordenar e supervisionar todas as atividades administrativas da SG da SJES, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela DIRFO.	Maria Cristina Natalli	Diretora Geral	1/1/2014 a 31/12/2014
Coordenadoria de Assuntos Administrativos - CADM	Coordenar e prestar suporte administrativo às seções administrativas relacionadas ao Apoio à SG, à Gestão de Imóveis, e às Seções de Apoio Administrativo das Subseções Judiciárias do Espírito Santo.	Gelciane Ramos Alves	Coordenadora Jurídica	1/1/2014 a 31/12/2014
Seção de Gestão organizacional - SEGOR	Planejar, coordenar e apoiar iniciativas de melhorias contínuas de gestão organizacional, assim como atuar no gerenciamento do processo de planejamento estratégico.	Sérgio Henrique Barcelos Silveira	Supervisor	1/1/2014 a 31/12/2014
Núcleo de Controle Interno - NCI	Coordenar, acompanhar, fiscalizar e realizar os atos de procedimentos do controle de gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial e de pessoal da Seccional.	Meroísa Fonseca de Souza Costa	Diretora	
Núcleo de Administração e Finanças - NAF	Desenvolver as tarefas de planejar, elaborar, dirigir, coordenar e acompanhar a execução orçamentária e financeira dos programas de trabalho da SJES, bem como planejar e coordenar as atividades relacionadas ao protocolo e expedição de documentos e à administração de materiais de consumo e permanentes.	Cristiene Ginaid de Souza Cupertino de Castro	Diretora	1/1/2014 a 31/12/2014
Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas -	Desenvolver atribuições específicas das áreas de Comunicação Social, Assessoria de	Ana Paola Des-saune Vidal	Diretora	



Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
NCS	Imprensa e Relações Públicas, além de atividades correlatas.			
Núcleo de Gestão de Pessoas - NGP	Planejar, coordenar, dirigir e controlar as atividades relativas aos recursos humanos no âmbito da SJES.	Josélio Santos Nascimento	Diretor	1/1/2014 a 31/12/2014
Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI	Planejar, definir e coordenar a implementação, no âmbito da SJES, de projetos que envolvam TI e comunicação de dados.	Fabício Vasconcelos Costa	Diretor	1/1/2014 a 31/12/2014
Núcleo de Apoio Judiciário - NAJ	Planejar e coordenar as atividades e ações que visem ao apoio às Varas Federais e Juizados Especiais Federais, controle de mandados, documentação e divulgação, arquivo e depósito judicial, contadorias e de apoio às Varas Federais, trabalhos relativos aos leilões judiciais, mutirão de audiências.	Vera Ely Massariol	Diretora	1/1/2014 a 31/12/2014
Núcleo de Contratações - NCO	Executar as atividades de planejamento e direção nas atividades de contratações da Seção Judiciária.	Moacir Sader Silveira Júnior	Diretor	1/1/2014 a 31/12/2014

Fonte: Intranet SJES



GESTÃO ESTRATÉGICA

A Justiça Federal da 2ª Região, em 2014, deu continuidade à execução e ao acompanhamento do último exercício do ciclo estratégico 2010/2014 do Painel Estratégico da Justiça Federal – PEJF e do Painel Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, bem como aos programas, projetos e processos estratégicos, preconizados na Resolução do CJF nº CF-RES-2012/00194, de 20/07/2012, e na Resolução deste Tribunal nº T2-RSP-2012/00108, de 10/12/2012.

O planejamento estratégico vigente está traduzido em painéis (PEJF/PETI) para a Justiça Federal, contendo um único Mapa Estratégico, com os respectivos Objetivos, Indicadores, Metas e Iniciativas, seguindo a metodologia já adotada do BSC – *Balanced Scorecard*.

MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL (2010-2014)

O Mapa Estratégico da Justiça Federal baseia-se na representação equilibrada de um conjunto de 11 objetivos estratégicos e de 34 indicadores operacionais e financeiros, segundo três perspectivas: *sociedade*, *processos internos* e *recursos*, interligados por relações de causa e efeito. Nessa moldura, o objetivo estratégico de resultado para a perspectiva *Sociedade* é assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva. Aqui, o foco no cliente – cidadãos usuários, advogados e instituições envolvidas nos processos judiciais – leva os órgãos da Justiça Federal a buscarem a melhoria de seus serviços, aprimorando soluções e produtos que assegurem a satisfação desses usuários, por intermédio dos objetivos da perspectiva *Processos Internos*, embasados pelos objetivos da perspectiva *Recursos*.

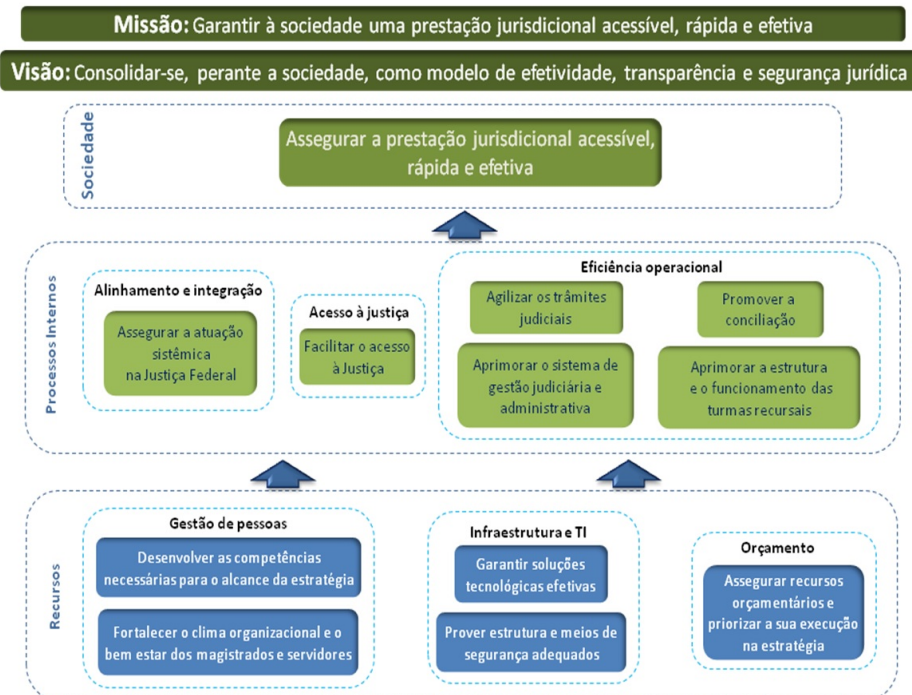
A perspectiva *Processos Internos* subdivide-se nos temas: (a) *Acesso à Justiça*, cujo ideal estratégico é facultar ao maior número de cidadãos o amplo acesso à resolução de conflitos; e (b) *Eficiência Operacional*, abrangendo quatro alvos estratégicos, relacionados à agilização dos trâmites judiciais, ao sistema de gestão judiciária e administrativa, ao Sistema de Conciliação da Justiça Federal e à estrutura e funcionamento das turmas recursais.

A perspectiva *Recursos* particulariza as atividades dos quesitos: (a) *Gestão de Pessoas*, ocupando-se os seus dois objetivos estratégicos do aperfeiçoamento e capacitação, clima organizacional e bem-estar de magistrados e servidores; (b) *Infraestrutura e TI*, voltado para a garantia de soluções tecnológicas efetivas e ao provimento de estrutura e meios de segurança adequados; e (c) *Orçamento*, atento à satisfação dos recursos orçamentários necessários e à prioridade dada na sua execução.

Esse conjunto de temas e objetivos revela-se na figura do Painel Estratégico da Justiça Federal – PEJ, que se segue:

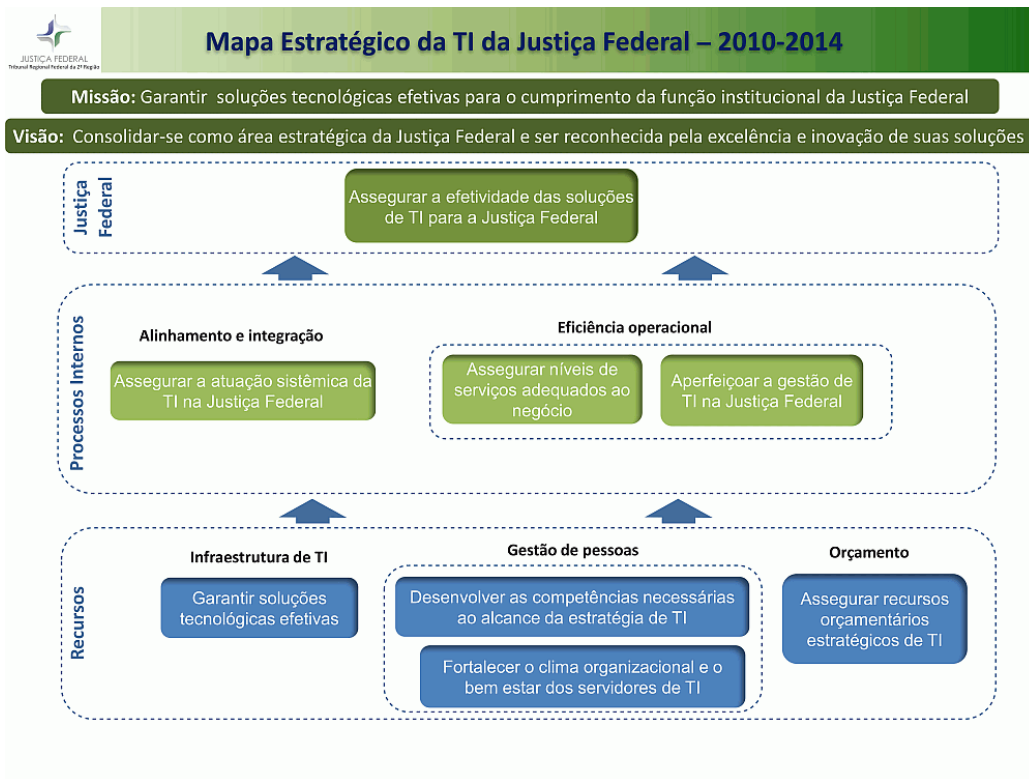


Mapa Estratégico da Justiça Federal – 2010-2014



De seu turno, o Mapa Estratégico de TI da JF encontra-se estruturado na representação de 7 objetivos estratégicos e de 11 indicadores operacionais e financeiros, igualmente segundo as três perspectivas já elencadas – *sociedade*, *processos internos* e *recursos* –, ligados por relações de causa e efeito e operacionalizados por ações e projetos, indicando o caminho para o sucesso de sua missão institucional e o alcance da visão de futuro, que é: “*Consolidar-se como área estratégica da Justiça Federal e ser reconhecida pela excelência e inovação de suas soluções*”, ao que se vê da figura seguinte:





Ao longo do ano, a Justiça Federal da 2ª Região acolheu, dentre outras, as seguintes iniciativas para a consecução dos objetivos estratégicos previstos:

- Execução de projetos que compõem a carteira de iniciativas estratégicas da 2ª. Região, por meio do adequado acompanhamento e controle e adotando-se a metodologia exigida para a JF;
- Definição de atividades relacionadas ao cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário, estabelecidas pelos Presidentes dos Tribunais, durante o VIII Encontro Nacional do Judiciário, sob a coordenação do CNJ, sendo que algumas são distintas para o segmento da JF;
- Coleta de indicadores estratégicos e informações complementares necessárias à mensuração do desempenho do Planejamento Estratégico e à promoção de ajustes, acaso necessária;
- Análise e priorização das contratações e aquisições de TI, através de reuniões do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 2ª Região.

Nesse passo, fez-se valiosa a colaboração do Núcleo de Estatística - NUEST, do TRF2, que é a unidade responsável pelo macroprocesso de apoio da Gestão e Tratamento da Informação Processual, atuando como órgão central para fornecimento de informações estatísticas e indicadores de gestão, para tomada de decisão e atendimento às demandas oriundas das esferas superiores do Tribunal e dos órgãos externos.

Demais disso, as SJRJ e SJES prosseguiram no fundamental papel de condução do desdobramento do Planejamento Estratégico e de atuação no nível tático/operacional das iniciativas articuladas no plano 2010/2014.



INDICADORES DA JUSTIÇA FEDERAL

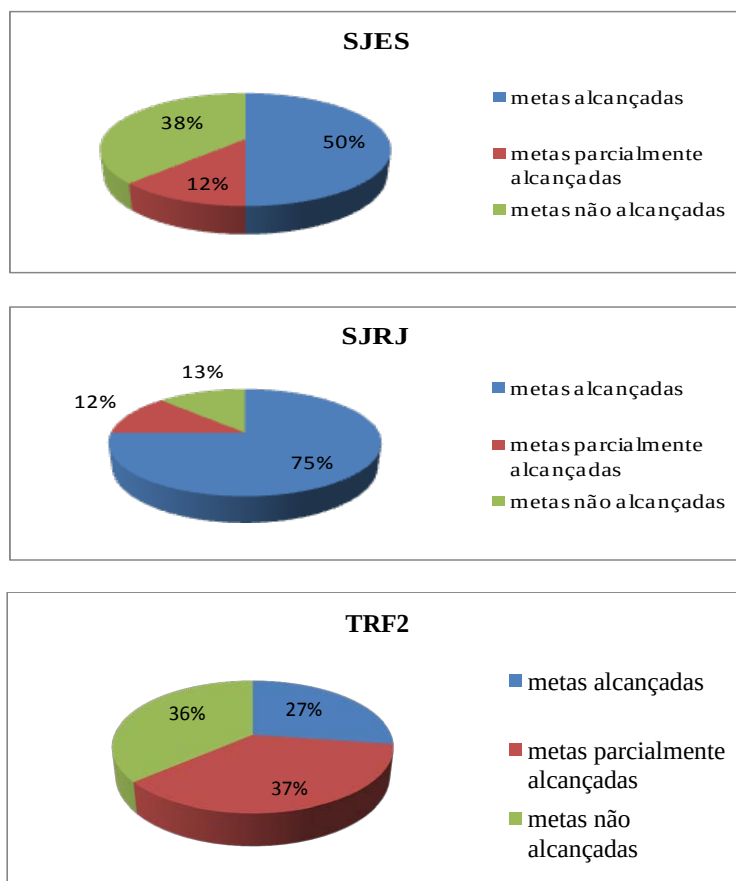
Os desempenhos dos órgãos da Justiça Federal informam o alcance médio das metas definidas para os indicadores estratégicos.

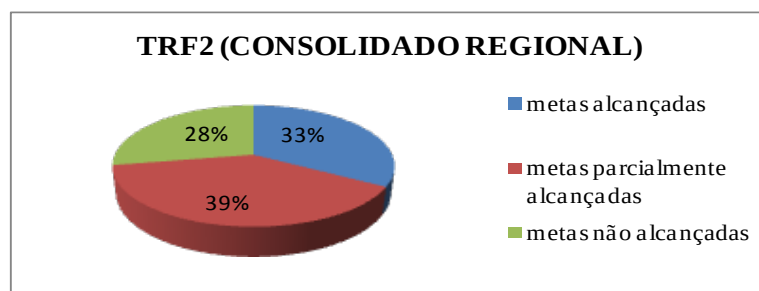
Nessa rota, a JF2 tem seu desempenho estratégico monitorado através da mensuração semestral e consolidação anual de 34 indicadores estratégicos definidos na revisão do Planejamento Estratégico 2010-2014, ocasião em que é analisado o cumprimento das metas estabelecidas, tanto pelo Tribunal como pelas seccionais vinculadas.

Para cada um dos indicadores, foi proposta uma meta anual a ser atingida, com a descrição de como sua valoração seria aferida, de sorte a bem demonstrar os resultados da gestão.

A seguir, são apresentados os gráficos, por órgão da 2ª Região, contendo os desempenhos das metas do Painel Estratégico da Justiça Federal – PEJF e um quadro resumo, com os indicadores estratégicos e respectivos resultados e desempenhos apurados em 2012, 2013 e 2014.

Gráfico nº 1 - Alcance das Metas Estratégicas da JF2 – PEJF





Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2



Quadro nº4 - Desempenho Comparativo de Indicadores do PEJF 2012/2014

INDICADOR	SJES					SJRJ					TRF2					TRF2 (CONSOLIDADO REGIONAL)				
	REALIZADO			META	DESEM	REALIZADO			META	DESEM	REALIZADO			META	DESEM	REALIZADO			META	DESEM
	2012	2013	2014	2014	2014	2012	2013	2014	2014	2014	2012	2013	2014	2014	2014	2012	2013	2014	2014	2014
1. Taxa de alcance das metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NI	NI	NI	100,0%	NI
2. Taxa de satisfação do cliente (usuário/cidadão)	NM	NM	NI	55,0%	NI	NM	NM	NI	55,0%	NI	NM	NM	NI	55,0%	NI	NM	NM	50,7%	70,0%	72,4%
3. Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da Justiça Federal	NA	NA	NM	70,0%	NM	NA	NA	NM	70,0%	NM	NA	NA	NM	70,0%	NM	NA	NA	NM	70,0%	NM
4. Taxa de não aderência aos padrões e metodologias estabelecidos para a Justiça Federal	EX - Excluído - RAE de 15 de abril de 2013																			
5. Taxa de atendimento às demandas por sistemas informatizados nacionais	NA	62,5%	NI	100,0%	NI	NA	62,5%	NI	100,0%	NI	NA	62,5%	NI	100,0%	NI	NI	62,5%	NI	100,0%	NI
6. Taxa de implantação de varas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
7. Taxa de nomeação dos cargos vagos de magistrados	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	125,0%	64,4%	0,0%	100,0%	0,0%	125,0%	64,4%	0,0%	100,0%	0,0%
8. Taxa de efetividade do acesso à Justiça	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NM	80,0%	NM
9. Taxa de serviços judiciais definidos na carta de serviços da JF disponíveis via web	NI	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	NI	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	NI	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	NI	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
10. Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau	65,1%	68,0%	65,2%	50,0%	69,6%	67,2%	66,4%	65,1%	50,0%	69,8%	NA	NA	NA	NA	NA	67,0%	66,6%	65,1%	50,0%	69,8%
11. Taxa de processos no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	90,4%	87,9%	85,9%	120,0%	71,6%	94,5%	96,5%	94,8%	120,0%	79,0%	NA	NA	NA	NA	NA	93,8%	95,3%	93,5%	120,0%	77,9%
12. Taxa de processos antigos julgados no 1º grau	41,8%	44,4%	52,4%	50,0%	104,9%	38,8%	48,2%	49,6%	50,0%	99,2%	NA	NA	NA	NA	NA	39,1%	47,8%	49,9%	50,0%	99,8%
13. Taxa de congestionamento do 2º grau	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	42,8%	51,9%	51,8%	30,0%	68,8%	42,8%	51,9%	51,8%	30,0%	68,8%
14. Taxa de processos de conhecimento no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	102,4%	92,4%	91,3%	120,0%	76,1%	102,4%	92,4%	91,3%	120,0%	76,1%
15. Taxa de processos antigos julgados no 2º grau	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	38,9%	44,6%	39,8%	50,0%	79,5%	38,9%	44,6%	39,8%	50,0%	79,5%
16. Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do JEF	58,4%	49,8%	57,4%	30,0%	60,8%	46,3%	41,1%	40,0%	30,0%	85,7%	NA	NA	NA	NA	NA	47,6%	42,7%	43,1%	30,0%	81,2%
17. Taxa de processos no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	112,0%	129,3%	71,3%	120,0%	59,4%	112,8%	108,8%	99,0%	120,0%	82,5%	NA	NA	NA	NA	NA	112,6%	111,3%	94,5%	120,0%	78,7%
18. Taxa de processos antigos julgados no JEF	62,1%	75,2%	91,5%	50,0%	183,0%	67,9%	71,1%	84,2%	50,0%	168,5%	NA	NA	NA	NA	NA	66,4%	72,3%	85,6%	50,0%	171,3%
19. Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	81,3%	89,3%	79,6%	100,0%	79,6%	81,3%	89,3%	79,6%	100,0%	79,6%
20. Taxa de congestionamento na turma recursal	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	72,6%	71,7%	66,8%	40,0%	55,3%	72,6%	71,7%	66,8%	40,0%	55,3%
21. Taxa de processos antigos julgados na turma recursal	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	73,0%	83,0%	96,5%	80,0%	120,6%	73,0%	83,0%	96,5%	80,0%	120,6%



INDICADOR	SJES					SJRJ					TRF2					TRF2 (CONSOLIDADO REGIONAL)				
	REALIZADO			META 2014	DESEM PENHO 2014	REALIZADO			META 2014	DESEM PENHO 2014	REALIZADO			META 2014	DESEM PENHO 2014	REALIZADO			META 2014	DESEM PENHO 2014
	2012	2013	2014			2012	2013	2014			2012	2013	2014			2012	2013	2014		
22. Taxa de congestionamento nas turmas regionais de uniformização	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	6,8%	28,3%	52,1%	1,0%	48,4%	6,8%	28,3%	52,1%	1,0%	48,4%
23. Taxa de congestionamento na Turma Nacional de Uniformização	NA - Indicador específico do CJF																			
24. Taxa de audiências de conciliação	137,8%	161,5%	98,0%	110,0%	89,1%	116,2%	93,4%	120,3%	110,0%	109,3%	73,3%	130,5%	77,2%	110,0%	70,2%	114,6%	100,8%	114,7%	110,0%	104,3%
25. Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da Justiça Federal	ND - Suspensão, com proposta de exclusão.																			
26. Taxa de magistrados com as competências necessárias para o alcance da estratégia	ND - Suspensão, com proposta de adequação no CJF.																			
27. Taxa de servidores com as competências necessárias para o alcance da estratégia	ND - Suspensão, com proposta de adequação no CJF.																			
28. Taxa de satisfação dos magistrados como clima organizacional	32,6%	32,6%	NM	75,0%	NM	15,2%	15,2%	NM	75,0%	NM	80,4%	80,4%	NM	75,0%	NM	22,0%	22,0%	NM	75,0%	NM
29. Taxa de satisfação dos servidores com o clima organizacional	78,8%	78,8%	NM	75,0%	NM	78,8%	78,8%	NM	75,0%	NM	72,2%	72,2%	NM	75,0%	NM	83,0%	83,0%	NM	75,0%	NM
30.1 Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com as soluções de TI - magistrados	50,0%	50,0%	NM	75,0%	NM	0,0%	0,0%	NM	75,0%	NM	83,3%	83,3%	NM	75,0%	NM	0,0%	0,0%	NM	75,0%	NM
30.2 Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com as soluções de TI - servidores	100,0%	100,0%	NM	75,0%	NM	50,0%	50,0%	NM	75,0%	NM	66,7%	66,7%	NM	75,0%	NM	100,0%	100,0%	NM	75,0%	NM
31.1 Taxa de satisfação dos magistrados com as instalações físicas e como os meios de segurança	75,0%	75,0%	NM	75,0%	NM	0,0%	0,0%	NM	75,0%	NM	100,0%	100,0%	NM	75,0%	NM	0,0%	0,0%	NM	75,0%	NM
31.2 Taxa de satisfação dos servidores com as instalações físicas e como os meios de segurança	100,0%	100,0%	NM	75,0%	NM	100,0%	100,0%	NM	75,0%	NM	100,0%	100,0%	NM	75,0%	NM	100,0%	100,0%	NM	75,0%	NM
32. Taxa de instalações físicas adequadas aos padrões de acessibilidade	ND - Diagnóstico em apuração pelo CJF																			
33. Taxa de previsão orçamentária, destinada aos projetos estratégicos, garantida	ND - Suspensão, o CJF está analisando os mecanismos adequados de coleta.																			
34. Taxa de execução orçamentário-financeira dos projetos em relação ao planejado	ND - Suspensão, o CJF está analisando os mecanismos adequados de coleta.																			

Fontes: Núcleo de Estatísticas (TRF2); Portal de Informações Gerenciais da JF2; Relatório Pesquisa de Clima de Servidores (Secretaria de Desenvolvimento Institucional do CJF); Apresentação Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2010-2014 (Secretaria de Desenvolvimento Institucional do CJF)

Legendas: Não medido - NM; Não se aplica - NA; Não informado - NI; Não definido - ND; Excluído - EX.

Observações: a) O indicador n. 3 seria coletado mediante pesquisa de satisfação a ser realizada pelo CJF em 2014; entretanto, por mostrar-se onerosa e por ausência de parâmetros adequados, a mesma não foi efetuada; b) Os indicadores n. 28, 29, 30.1, 30.2, 31.1 e 31.2 têm periodicidade bianual, com resultados e desempenhos válidos para 2012 e 2013; em 2014, seriam coletados mediante pesquisa de clima organizacional a ser realizada pelo CJF, entretanto, a mesma não foi efetuada.



Cabe anotar, a respeito das metas não definidas, que as mesmas estão ligadas às propostas de adequação dos indicadores estratégicos que estavam em análise pelo CJF, seja quanto à sua descrição, seja quanto ao mecanismo adequado de coleta.

No que tange às metas não medidas, destaque-se a peculiaridade de se referirem aos indicadores extraídos da Pesquisa de Clima Organizacional, gerenciada pelo CJF, prevista para ser efetivada nos anos de 2012 e 2014, mas que somente foi realizada em 2012.

Já as metas excluídas relacionam-se ao indicador Taxa de Não Aderência aos Padrões e Metodologias Estabelecidos para a Justiça Federal, excluído na RAE (Reunião de Análise da Estratégia) de 15/04/2013, face à dificuldade de aferição do mesmo.

As metas não informadas concernem àquelas calculadas pelo CJF, cujos resultados ainda não foram disponibilizados, tal qual a Pesquisa de Satisfação do Usuário da Justiça Federal 2013/2014, realizada no período de 18/11/2013 a 28/02/2014, que se encontra disponível apenas quanto ao agregado da 2ª Região.

Outro ponto de relevo consiste no fato de que a maior parte dos indicadores é específica, quer para o primeiro grau de jurisdição, segundo grau, TRF2, ou 2ª Região, bem como no fato de sua periodicidade não ser anual, motivo por que consta a abreviação NA (não se aplica) na Tabela de Desempenho Comparativo de Indicadores do PEJF – 2012/2014.

Amparando-se na análise global das Metas Estratégicas, consolidadas no quadro anterior, demonstra-se, a seguir, o desempenho geral da estratégia da 2ª Região, atinente aos indicadores do Painel Estratégico da Justiça Federal – PEJF, ao longo do ciclo 2012/2014:

Quadro nº 5 - Desempenho Geral do Planejamento Estratégico da 2ª Região – PEJF

INDICADORES	METAS 2012	Desempenho Médio (%)	METAS 2013	Desempenho Médio (%)	METAS 2014	Desempenho Médio (%)
Metas Alcançadas	9	37%	6	27%	6	33%
Metas Parcialmente Alcançadas	11	46%	11	50%	7	39%
Metas Não Alcançadas	4	17%	5	23%	5	28%
Total de Metas Coletadas	24	100%	22	100%	18	100%

Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

De início, importa explicitar que 18 indicadores tiveram suas variáveis coletadas e informadas em 2014, comparativamente a 2013, quando foram coletados 22 indicadores. O total de 34 indicadores vinculados aos objetivos estratégicos foi desdobrado em 36, devido ao fracionamento dos indicadores 30 – *Taxa de Satisfação dos Clientes Internos da JF com as Soluções de TI* (30.1 - Magistrados / 30.2 - Servidores) e 31 – *Taxa de Satisfação dos Magistrados e Servidores com as Instalações Físicas e com os Meios de Segurança* (31.1 - Magistrados / 31.2 - Servidores).

Para fins de avaliação do alcance das metas do Painel Estratégico da Justiça Federal – PEJF, a escala de desempenho prescrita pela metodologia de gestão da estratégia da JF fixou os seguintes critérios de classificação:

- Metas Alcançadas – aquelas cujos indicadores apresentaram desempenho equivalente ou superior a 100%, podendo ser consideradas como integralmente alcançadas ou superadas;
- Metas Parcialmente Alcançadas – aquelas cujos indicadores apresentaram desempenho dentro da expectativa da meta, entre 85% e 99%, ou abaixo da expectativa da meta, entre 70% e 84%;



- Metas Não Alcançadas - aquelas cujos indicadores apresentaram desempenho abaixo de 70%, apontando a necessidade de implementação de ações para o alcance das metas projetadas para o ano seguinte, ou de reavaliação dos níveis de desempenho estipulados.

A partir dessa escala de desempenho, verifica-se que foi apurado o alcance, em média, de 33% das metas dos indicadores do PEJF que foram coletados e informados, desempenho superior ao verificado no ano anterior, situado em 27%.

O percentual médio de 39% de metas parcialmente alcançadas foi inferior ao apurado no ano anterior, ao passo que o percentual médio de 28% de metas não alcançadas foi superior em relação ao mesmo período.

Em 2014, pode-se distinguir o desempenho acima da expectativa, declarado para a *Taxa de Processos Antigos Julgados no JEF*, em ambas as seccionais, que ultrapassou, regionalmente, a meta estabelecida em 71,3%, seguindo a tendência já apontada em 2012, em função da significativa diminuição de processos antigos distribuídos nos JEFs (2007/2010).

Outros indicadores, cujos desempenhos sobressaem, são a *Taxa de Processos Antigos Julgados na Turma Recursal*, que superou a meta anual em 20,6%, em virtude da redução de processos antigos distribuídos nas turmas recursais (2007/2010), e a *Taxa de Audiências de Conciliação*, cujo desempenho apurado regionalmente situou-se acima da expectativa.

No que se refere à *Taxa de Audiências de Conciliação*, salienta-se a circunstância de que o quantitativo de audiências de conciliação designadas, a nível regional, tem aumentado continuamente, desde 2010, máxime por conta da realização de mutirões de conciliação pelo Núcleo Permanente de Soluções de Conflitos (NPSC), da inclusão de processos na fase pré-processual e das audiências de conciliação efetivadas de forma independente pelas Varas e JEFs. Vejam-se: em 2012, foram designadas 21.298 audiências de conciliação; em 2013, foram 21.461 e, em 2014, designaram-se 24.617 audiências de conciliação.

Merece realce, igualmente, o indicador *Taxa de Implantação de Varas*, cujo desempenho alcançou 100% da meta estipulada para o ciclo estratégico, como resultado do cumprimento total do cronograma de instalação de varas federais fixado no anexo II da Resolução CJF nº 102, de 14/04/2010. O cronograma de implantações concluiu-se com a instalação de cinco JEFs vinculados à SJRJ, no bairro de Campo Grande, no segundo semestre de 2014. No primeiro semestre de 2013, foram implantadas as varas federais propostas para a SJRJ (10ª, 11ª e 12ª VF de EF e 11º JEF) e, no segundo semestre, a 3ª VF de Cachoeiro de Itapemirim, prevista para a SJES, com pleno alcance da meta anual. No primeiro semestre de 2012, implantaram-se as varas federais projetadas para a SJRJ, nos municípios de São Pedro D'Aldeia (2ª VF), Campos dos Goytacazes (2º JEF), Rio de Janeiro (9ª VF de EF e 10ª VF Criminal) e São João de Meriti (6ª VF), revertendo no pleno alcance da meta estabelecida para o ano.

Sobre as turmas recursais, deve-se frisar que o desempenho abaixo da expectativa do indicador *Taxa de Congestionamento na Turma Recursal* reflete a reestruturação efetivada nas turmas recursais da SJRJ, em 2012, e, na SJES, em 2013, que gerou impactos sobre a produtividade, devido a fatores, tais quais: o tempo despendido na redistribuição do acervo processual, os ajustes em andamento na estrutura de pessoal das novas turmas instaladas e a carência de juízes suplentes.

No particular, é certo que a Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais – que funciona no CJF – está elaborando anteprojeto de lei que aprobe mais cargos e funções, para complementar a estruturação das turmas recursais iniciada pela Lei nº 12.665/2012, a qual criou 75 turmas recursais permanentes para os JEFs das cinco regiões, compostas por três juízes federais cada uma.

Com referência ao indicador *Taxa de Nomeação de Cargos Vagos de Magistrados*, o resultado nulo do indicador, em 2014, advém da eventualidade de não haver se encerrado o XV Concurso Público para Provedimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da 2ª Região, iniciado no primeiro semestre do ano e que disponibilizou 56 cargos.

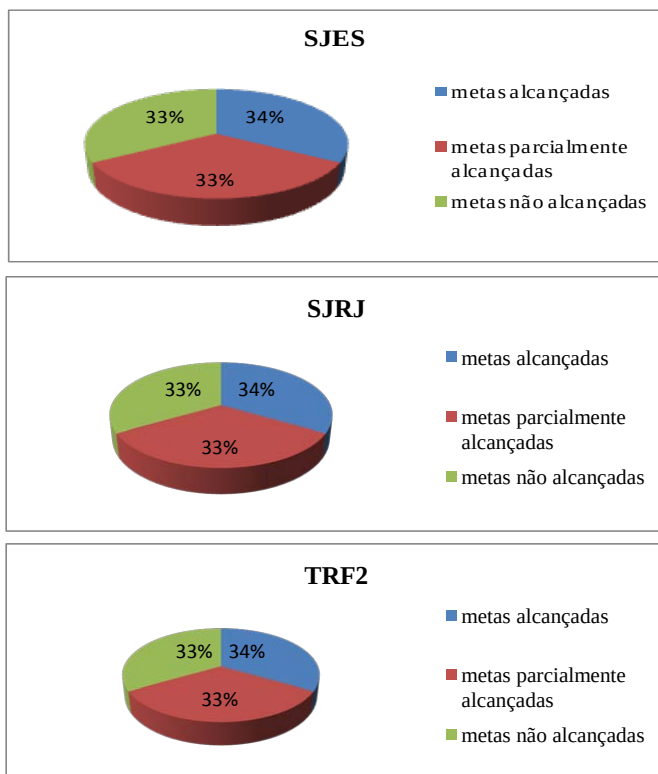


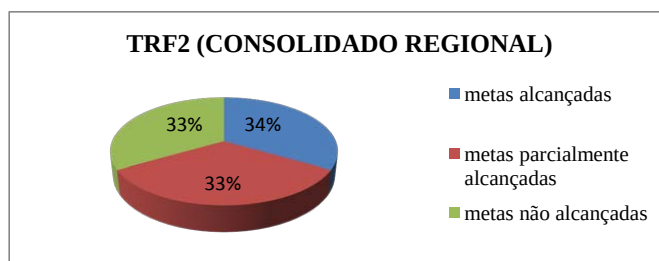
Por sua vez, o desempenho abaixo da expectativa apresentado pelo indicador *Taxa de Congestionamento do 2º Grau* traduz o impacto decorrente da finalização do projeto regional Justiça 100% Digital, que ultimou a plena implantação do processo judicial eletrônico no âmbito do TRF2, através do sistema Apolo, já totalmente efetivado no primeiro grau.

Argumente-se que alguns aspectos envolvendo a migração dos processos físicos para virtuais, resultaram num alto nível de complexidade para o alcance do escopo deste projeto. Nesse sentido, dentre outros, apontem-se: a criação de novas fases processuais, inexistentes no primeiro grau; a necessidade de capacitação do pessoal atuante na área fim e a respectiva adaptação aos novos ambientes de trabalho; a migração dos processos físicos então existentes, em fase de recurso, para o meio virtual; a aceleração da distribuição dos processos virtuais frente aos físicos; e o ajustamento das subsecretarias das turmas às recentes formas de trabalho, tudo isso sem alterar o quantitativo de servidores e magistrados.

Prosseguindo, expõem-se gráficos, assentando os desempenhos das metas do Painel Estratégico de TI – PETI de cada órgão da 2ª Região, e um quadro resumo, enunciando os indicadores estratégicos e respectivos resultados e desempenhos apurados em 2012, 2013 e 2014.

Gráfico nº2 - Alcance das Metas Estratégicas de TI – PETI





Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1454350.13323387-5314 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



Quadro nº6 - Desempenho Comparativo de Indicadores do PETI 2012/2014

INDICADOR	SJES					SJRJ					TRF2					TRF2 (CONSOLIDADO REGIONAL)				
	REALIZADO			META 2014	DESEMPENHO 2014	REALIZADO			META 2014	DESEMPENHO 2014	REALIZADO			META 2014	DESEMPENHO 2014	REALIZADO			META 2014	DESEMPENHO 2014
	2012	2013	2014			2012	2013	2014			2012	2013	2014			2012	2013	2014		
1.1. Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com as soluções de TI - <u>Magistrados</u>	50,0%	50,0%	NM	75,0%	NM	0,0%	0,0%	NM	75,0%	NM	83,3%	83,3%	NM	75,0%	NM	0,0%	0,0%	NM	75,0%	NM
1.2. Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com as soluções de TI - <u>Servidor</u>	100,0%	100,0%	NM	75,0%	NM	50,0%	50,0%	NM	75,0%	NM	66,7%	66,7%	NM	75,0%	NM	100%	100%	NM	75,0%	NM
2. Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da TI da Justiça Federal	NM	NM	NM	75,0%	NM	NM	NM	NM	75,0%	NM	NM	NM	NM	75,0%	NM	NM	NM	NM	75,0%	NM
3. Taxa de não aderência aos padrões e metodologias de TI estabelecidos para a Justiça Federal	EX - Excluído - RAE de 15 de abril de 2013																			
4. Taxa de processos estratégicos de governança de TI monitorados	25,0%	50,0%	75,0%	100,0%	75,0%	25,0%	50,0%	75,0%	100,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	100,0%	75,0%	41,7%	58,3%	75,0%	100,0%	75,0%
5. Taxa de solução das solicitações dos clientes	98,7%	98,5%	97,5%	74,0%	131,8%	NM	79,5%	83,3%	74,0%	112,6%	100,0%	100,0%	100,0%	74,0%	135,1%	99,7%	90,4%	93,8%	74,0%	126,7%
6. Taxa de servidores de TI com as competências necessárias para o alcance da estratégia <u>desenvolvidas</u>	ND - Suspensão, com proposta de adequação no CJF.																			
7. Taxa de satisfação com o clima na unidade de TI	NM	NM	NM	75,0%	NM	NM	NM	NM	75,0%	NM	NM	NM	NM	75,0%	NM	NM	NM	NM	75,0%	NM



TRF2MEM201501359A



INDICADOR	SJES					SJRJ					TRF2					TRF2 (CONSOLIDADO REGIONAL)				
	REALIZADO			META 2014	DESEMPENHO 2014	REALIZADO			META 2014	DESEMPENHO 2014	REALIZADO			META 2014	DESEMPENHO 2014	REALIZADO			META 2014	DESEMPENHO 2014
	2012	2013	2014			2012	2013	2014			2012	2013	2014			2012	2013	2014		
8. Taxa de aderência ao requisito de nivelamento Força de Trabalho (Res. n. 90/CNJ)	28,6	31,4	31,4	85,0%	37,0%	36,7%	39,2%	52,5%	85,0%	61,8%	57,3%	54,7%	54,7%	85,0%	64,3%	42,2%	43,0%	50,0%	85,0%	58,8%
9. Taxa de processos operacionais estratégicos de TI monitorados	ND - Suspensão, com proposta de adequação no CJF.																			
10. Taxa de previsão orçamentária destinada aos projetos estratégicos de TI garantida	ND - Suspensão, o CJF está analisando os mecanismos adequados de coleta.																			
11. Taxa de execução orçamentário-financeira dos projetos de TI em relação ao planejado	ND - Suspensão, o CJF está analisando os mecanismos adequados de coleta.																			

Fontes: Portal de Informações Gerenciais da JF2; Secretaria de TI do TRF2 - STI; Relatório Pesquisa de Clima de Servidores (Secretaria de Desenvolvimento Institucional do CJF); Apresentação Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2010-2014 (Secretaria de Desenvolvimento Institucional do CJF).

Legenda: Não medido - NM; Não se aplica - NA; Não informado - NI; Excluído - EX; ND - Não definido.



No Quadro de Desempenho Comparativo de Indicadores do PETI, igualmente impõe elucidar que as metas não definidas estão relacionadas às propostas de adequação dos indicadores estratégicos submetidas à análise do CJF, quanto à sua descrição e ao mecanismo adequado de coleta.

As metas excluídas correspondem ao indicador *Taxa de Não Aderência aos Padrões e Metodologias de TI Estabelecidos para a Justiça Federal*, excluído na RAE (Reunião de Análise da Estratégia) de 15/04/2013, à vista da dificuldade observada para aferição do mesmo.

As metas não informadas referem-se àquelas calculadas pelo CJF, cujos resultados ainda não foram disponibilizados.

Partindo-se da análise global das Metas Estratégicas, consolidadas no quadro anterior, pode-se demonstrar o desempenho geral da estratégia da 2ª Região, relativamente aos indicadores do Painel Estratégico de TI - PETI, no ciclo 2012 - 2014:

Quadro nº7- Desempenho Geral do Planejamento Estratégico de TI da 2ª Região – PETI

INDICADORES	METAS 2012	Desempenho Médio (%)	METAS 2013	Desempenho Médio (%)	METAS 2014	Desempenho Médio (%)
Metas Alcançadas	3	75 %	3	75 %	1	34 %
Metas Parcialmente Alcançadas	0	0 %	0	0 %	1	33 %
Metas Não Alcançadas	1	25 %	1	25 %	1	33 %
Total de Metas Coletadas	4	100 %	4	100 %	3	100 %

Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

Inicialmente, cabe explicitar que, em 2014, apenas 3 indicadores tiveram suas variáveis coletadas e informadas, em comparação com os 4 de 2013 e 2012. O total de 11 (onze) indicadores vinculados aos objetivos estratégicos de TI foi desdobrado em 12 devido ao fracionamento do indicador – *Taxa de Satisfação dos Clientes Internos da JF com as Soluções de TI* (1.1 - Magistrados / 1.2 - Servidores), que não foi coletado pelo CJF em 2014, mediante pesquisa de clima organizacional.

Para fins de avaliação do alcance das metas do Painel Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI, foram adotados os mesmos critérios de classificação utilizados no Painel Estratégico da Justiça Federal - PEJF, conforme a escala de desempenho concebida para a metodologia de gestão da estratégia da JF, anteriormente descrita.

Ao exame da referida escala de desempenho, apreende-se que foi apurado o alcance de: (a) 34% das metas dos indicadores do PETI que foram coletados e informados, desempenho esse inferior ao verificado no ano anterior; (b) 33% de metas parcialmente alcançadas; e (c) 33% de metas não alcançadas.

No ano de 2014, pode-se destacar o desempenho regional acima da expectativa apurado para a *Taxa de Solução das Solicitações dos Clientes*, que superou em 26,7% a meta de 74% estabelecida para o fim do ciclo estratégico, como reflexo das 43.493 solicitações solucionadas de acordo com o nível de serviço estabelecido, em relação ao total de 46.372 solicitações.

No que tange ao indicador *Taxa de Processos Estratégicos de Governança de TI Monitorados*, a meta de 100% para o fim do ciclo estratégico 2012 – 2014 não foi alcançada, vez que, do total de 4 processos estratégicos de governança considerados – Aquisição de Bens e Serviços; Gerenciar Projetos em TI; Gestão de Contratos e Gestão de Risco –, o processo estratégico Gestão de Risco não foi implantado na 2ª Região.

Por fim, quanto ao indicador *Taxa de Aderência ao Requisito de Nivelamento Força de Trabalho*, cujo desempenho, ao fim do ciclo estratégico, situou-se bem abaixo da expectativa da meta, há



registrar a existência de estudos coordenados pelo CJF, para a formatação de projeto de lei que crie cargos para a área de TI, a fim de suprir a carência constatada, conforme o Processo nº CF-PPN-2012/00119. No intento de contornar as dificuldades decorrentes da escassez desses cargos específicos, os órgãos da JF2 vêm tomando algumas medidas para atender, mesmo que precariamente, às necessidades de pessoal da área de TI.

METAS ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA FEDERAL

Concomitante aos projetos regionais, a JF2 não mediu esforços para alcançar o cumprimento das Metas do Poder Judiciário, quer as pendentes dos anos anteriores, quer as relativas ao ano de 2014.

De acordo com o art. 6º da Resolução nº 70/2009, o CNJ é responsável pela coordenação dos encontros nacionais anuais do Judiciário, com o objetivo de avaliar a Estratégia Nacional; divulgar o desempenho dos tribunais no cumprimento das ações, projetos e metas nacionais do ano anterior; definir as novas ações prioritárias, projetos e metas para o Poder Judiciário.

Os encontros contam com a participação dos presidentes e corregedores dos tribunais e conselhos, associações nacionais de magistrados e sindicatos de servidores. O CNJ escolhe, a cada ano, o local a ser realizado o evento, levando em consideração a alternância entre os Estados.

Ao longo do ano, a Rede de Governança Colaborativa, instituída pela Portaria CNJ 138/2013, com abrangência nacional, reuniu-se para avaliar e sugerir medidas preventivas e corretivas, para o alcance dos resultados do Plano Estratégico. A Rede é formada por um Comitê Gestor Nacional, Comitês Gestores dos Segmentos de Justiça e Subcomitês Gestores. Os comitês técnicos, compostos por representantes das áreas de Gestão Estratégica e Estatística, dão suporte às decisões dos comitês gestores, integrados por magistrados de cada região, para propositura de metas anuais.

No intento de apoiar e coordenar os planos de ação para as metas nacionais, a Presidência do TRF2 designou, através da Portaria TRF2-PTP-2014/00167, de 28/04/2014, um desembargador federal e dois juízes federais, com a atribuição de gerenciamento e controle, para o efetivo cumprimento das mesmas até 31/12/2014, bem como para representar o Tribunal perante o CNJ e o CJF, na qualidade de Gestores de Metas Nacionais.

Impende consignar que, durante o VII Encontro Nacional do Judiciário – realizado em Belém/PA, nos dias 18 e 19 de novembro de 2013 –, o CNJ decidiu pela antecipação das discussões sobre a revisão do Plano em vigor e a implementação de um novo documento – com a aprovação dos Macrodesafios do Poder Judiciário para o período 2015-2020 –, além de metas específicas aplicáveis a determinados segmentos de Justiça. A opção teve por justificativa garantir tempo hábil para os órgãos se adequarem, inclusive no plano orçamentário, à proposta vindoura de gestão estratégica, que vigorará entre 2015 e 2020.

Ademais, aprovou-se a limitação do número de metas nacionais, reivindicação antiga dos tribunais face à dificuldade de dar vazão, seja às metas novas, seja àquelas ainda pendentes de cumprimento.

Destarte, a partir de 2014, no caso do segmento da Justiça Federal, apenas serão acompanhadas diretamente pelo CNJ as 4 metas nacionais especificadas no quadro seguinte, de sorte a permitir que os TRFs concentrem seus esforços no alcance das metas com maior demanda da sociedade, tais como: redução de acervos de processos pendentes de julgamento – razoável duração do processo –; aumento do volume de processos julgados – produtividade dos magistrados e servidores –; priorização no processo e julgamento de ações relativas à idade e crimes contra a administração pública; e impulso às execuções fiscais e não fiscais, com a consequente redução da taxa de congestionamento.



Quadro nº8 – Desempenho da JF2 nas Metas Nacionais de 2014

Meta	Descrição da Meta	Grau de Cumprimento (%)	Plano de Ação
01/2014	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.	97,38%	Disponibilizada, no Portal de Estatísticas da JF2, ferramenta de monitoramento e gestão do acervo processual da meta, por unidade judiciária; Intensificado o uso do processo eletrônico no 2º grau e aprimorado o do 1º grau; Capacitação dos Assessores de Gestão de Metas no TRF2, através do curso em EAD - <i>Do Planejamento ao Alcance de Metas: o desafio de medir o desempenho</i>; Monitoramento e orientação da Corregedoria, quanto à priorização da meta, por ocasião das correições.
02/2014	Identificar e Julgar, até 31/12/2014, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 31/12/2009 , no 1º grau e no 2º Grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010 , e 80% dos distribuídos em 2011 , nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais.	Até 31/12/2008 = 97,17% Em 2009 = 118,61% Até 31/12/2010 = 99,51% Em 2011 = 122,40%	Identificação de processos judiciais mais antigos e adoção de medidas concretas para priorização do julgamento dos processos distribuídos; Disponibilizada, no Portal de Estatísticas, ferramenta de monitoramento e gestão do acervo processual da meta, por unidade judiciária; Intensificado o uso do processo eletrônico no 2º grau e aprimorado o do 1º Grau; Capacitação dos Assessores de Gestão de Metas no TRF2, através do curso em EAD - <i>Do Planejamento ao Alcance de Metas: o desafio de medir o desempenho</i>; Monitoramento e orientação da Corregedoria, quanto à priorização da meta, por ocasião das correições.
04/2014	Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administra-	Até 31/12/2011 = 83,47%	Disponibilizada, no Portal de Estatísticas da JF2, ferramenta de monitoramento e gestão do acervo processual da meta, por unidade judiciária;



	ção pública, sendo 100% das ações distribuídas até 31/12/2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.	Em 2012 = 145,72%	Capacitação dos Assessores de Gestão de Metas no TRF2, através do curso em EAD - <i>Do Planejamento ao Alcance de Metas: o desafio de medir o desempenho</i> ; Monitoramento e orientação da Corregedoria, quanto à priorização da meta por ocasião das correções.
05/2014	Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal.	6,69%	Disponibilizada, no Portal de Estatísticas da JF2, ferramenta de monitoramento e gestão do acervo processual da meta, por unidade judiciária; Capacitação dos Assessores de Gestão de Metas no TRF2, através do curso em EAD - <i>Do Planejamento ao Alcance de Metas: o desafio de medir o desempenho</i> ; Monitoramento e orientação da Corregedoria, quanto à priorização da meta, por ocasião das correções.

Fonte: Sistema de Metas Nacionais no portal do CNJ.

MONITORAMENTO E DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA

O exame do quadro de desempenho revela que a Justiça Federal da 2ª Região cumpriu quase que integralmente todas as quatro Metas Nacionais estabelecidas para o segmento da Justiça Federal em 2014.

Na **Meta 1** (*julgar quantidade maior de processos que os distribuídos no ano corrente*), o grau de cumprimento chegou a 97,37%, apesar da ligeira queda verificada na produtividade, que, no ano de 2013, foi de 99,95%. Tal resultado adveio do aumento de 10,4% na distribuição de processos na fase de conhecimento (de 276.837 para 305.687), e de 7,6% no julgamento de processos criminais e não criminais. Nota-se que, apesar da melhora na capacidade de os magistrados julgarem, o aumento da demanda foi maior em 2,8%.

Relativamente à **Meta 2** – voltada à celeridade na prestação jurisdicional, de modo a garantir a tramitação dos feitos em tempo razoável –, definiram-se períodos de tramitação para o percentual do passivo dos referidos períodos. Dos quatro alvos a serem perseguidos, a JF2 atingiu integralmente dois e, nos outros dois, os percentuais foram superiores a 97%, como se vê abaixo:

- *Identificar e Julgar, até 31/12/2014, 80% dos processos distribuídos no 1º Grau e no 2º Grau em 31/12/2009: 118,61%;*
- *Identificar e Julgar, até 31/12/2014, 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais: 122,40%;*
- *Identificar e Julgar, até 31/12/2014, pelo menos 100% dos processos distribuídos no 1º grau e no 2º Grau até 31/12/2008: 97,17%; e*
- *Identificar e Julgar, até 31/12/2014, 100% dos processos distribuídos nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais até 31/12/2010: 99,51%.*



A intensificação do julgamento destes processos na JF2 tem contribuído significativamente para a redução dos estoques de processos antigos referentes à Meta 2, ao longo dos últimos cinco anos.

Na **Meta 4**, cujo intuito é propiciar a celeridade no julgamento das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, a JF2 exibiu o seguinte resultado:

- *Julgamento das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo 100% das ações distribuídas até 31/12/2011: **83,47%**; e*
- *Julgamento das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo 50% das ações distribuídas em 2012: **145,72%**.*

Em ambos, o desempenho da JF2 foi superior à média nacional da Justiça Federal, demonstrando a priorização e comprometimento dos magistrados e servidores no processamento e julgamento desses processos voltados ao Combate à Corrupção.

Na **Meta 5** (Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal), decerto que a JF2 alcançou uma redução no congestionamento dos processos na fase de execução de sentença, da ordem de **6,7%**, não o suficiente, porém, para chegar aos 10% fixado.

PRINCIPAIS PROJETOS DA 2ª REGIÃO

Ao longo do quinto e último ano do ciclo de efetivação do Planejamento Estratégico na Justiça Federal da 2ª Região, iniciado em 2010, a execução e o acompanhamento dos projetos previstos no portfólio original e aqueles acrescentados no período mantiveram-se em consonância com as diretrizes previstas na Metodologia de Gerenciamento de Projetos da Justiça Federal – cujas revisões e atualizações são coordenadas pelo Conselho da Justiça Federal – CJF.

Com o apoio dos Escritórios de Projetos do TRF2 e das unidades seccionais, a JF2 atingiu o nível de maturidade necessário para cinco anos de implementação de uma cultura de projetos, no contexto de uma governança corporativa aliada ao Planejamento Estratégico, dentro do ciclo estratégico 2010-2014.

O quadro a seguir lista a situação dos projetos de cada unidade institucional da JF2; excluindo-se os projetos que, embora fazendo parte do portfólio original, estavam com o **status** de **concluídos, cancelados, excluídos ou suspensos**, no relatório do exercício anterior.

Quadro nº9 - Status dos Projetos Estratégicos da 2ª Região

Unidade Responsável	Projeto	Status	Previsão de Término
TRF	1. Acessibilidade – PNE	Em execução	dez/2014
TRF	6. Administração 100% Digital	Em execução	dez/2014
TRF	7. Justiça 100% Digital	Em execução	dez/2014
TRF	8. Portal de Informações Gerenciais	Aguardando definições	dez/2014
TRF	10. Padronização das Tabelas Nacionais	Em execução	dez/2014
TRF	11. Implantação de novas Varas e JEFs	Concluído	dez/2014



Unidade Responsável	Projeto	Status	Previsão de Término
TRF	14. Ampliação da Área Física do TRF	Em execução	dez/2014
TRF	24. Implantação do novo Sistema de Gestão de Pessoas – SGP	Em execução	dez/2014
TRF	27. Comunicação Institucional	Em execução	dez/2014
TRF	28. Programação Visual	Em execução	dez/2014
TRF	32. Escritório de Processos	Em execução	dez/2014
TRF	39. Agenda Ambiental	Suspenso	dez/2014
TRF	40. Racionalização do Consumo de Energia Elétrica	Aguardando definições	dez/2014
TRF	41. Nova Sede do TRF2	Aguardando definições	dez/2014
TRF	42. Governança de TI	Em execução	dez/2014
TRF	46. Reforma do Plenário do TRF2	Concluído	dez/2014
TRF	47. PROGRAMA TRF 25 anos	Concluído	dez/2014
TRF	48. TRF2 Digital	Em execução	dez/2014
SJRJ	1. Reforma Foro Rio Branco	Não iniciado	dez/2015
SJRJ	9. Transferência Sede Administrativa	Concluído	dez/2013
SJRJ	19. Instalação 9ª. VFEF e 10ª. VFCr	Concluído	jan/2013
SJRJ	20. Instalação 11º JEF, 10ª, 11ª e 12ª VFEF	Concluído	mar/2013
SJRJ	21. Instalação de 8 Gabinetes de Turmas Recursais	Em execução	dez/2014
SJRJ	22. Instalação Foro de Campo Grande (5 JEFs)	Concluído	dez/2014
SJRJ	23. Inauguração 4ª. VF de São Gonçalo	Cancelado	
SJES	1. Alinhamento Estratégico da Estrutura Organizacional	Excluído	dez/2014
SJES	5. Administração 100% Digital	Em execução	dez/2015
SJES	6. Justiça 100% Digital	Em execução	Não definida
SJES	10. Boletim Interno Eletrônico	Em execução	jul/2015

Fonte: Gestão Estratégica/TRF2

Sinale-se que os projetos com iniciativas de desdobramento capazes de ultrapassar o período de 2014 deverão ser submetidos a uma nova análise dos Escritórios de Projetos. Sob o patrocínio da alta administração, poderão constituir um novo conjunto de projetos a serem incluídos no portfólio



do Ciclo Estratégico (2015/2020), com apresentação prevista na 1ª Reunião de Análise Estratégica, a ocorrer em março de 2015.

De outro giro, das iniciativas que foram agregadas ao portfólio estratégico da 2ª Região no ano anterior e que foram concluídas em 2014, merecem destaque as seguintes:

- **PROGRAMA TRF 25 ANOS.** Constituiu-se, efetivamente, num conjunto de projetos e planos de ações interligados, capazes de assinalar, com a devida magnitude, o jubileu de prata da criação e da instalação do TRF2. Dentre as iniciativas de maior relevância, citem-se:
 - O projeto **Pioneiros**, pela sua capacidade de promover um resgate da memória oral e documental, a partir do registro, em vídeo, de entrevistas com magistrados e servidores, que estiveram presentes na criação e instalação do Tribunal, os quais servirão de base para produtos futuros (DVD e livro), consolidando, assim, a memória da instituição.
 - O projeto **Seminário TRF 25 anos**, onde foram apresentados painéis e realizadas palestras por magistrados de reconhecido saber jurídico, com o objetivo de retratar a evolução e contribuição da jurisprudência gerada no TRF2 em 25 anos de existência.
 - A criação de um **site institucional TRF 25 anos**, contendo informações e uma linha do tempo, para registro das ações e eventos que marcaram a construção do jubileu de prata da corte, desde sua criação até a realização do programa TRF 25 anos.
 - A montagem de uma **exposição TRF 25 anos**, no corredor de acesso ao plenário da corte, exibindo imagens representativas do período, desde a criação do tribunal aos dias atuais.
- **REFORMA DO PLENÁRIO DO TRF.** Mesmo com um prazo de execução bastante reduzido, este projeto teve suas ações concluídas a tempo de ser o palco para o evento de Comemoração dos 25 anos do Tribunal, num espaço revitalizado por uma acústica e iluminação mais eficientes, dotado de equipamentos adequados às exigências tecnológicas de acompanhamento de futuras sessões da Corte, sem prejuízo das adaptações físicas que tiveram de ser feitas em razão das normas exigidas para ampliação da acessibilidade do local.

INICIATIVAS ADICIONAIS

Após a publicação da Resolução 313, do CJF, em outubro de 2014, que instituiu a Estratégia da Justiça Federal, abriram-se os trabalhos para se definir o novo conjunto de ações, programas e projetos capazes de concretizar os macrodesafios inerentes ao novo ciclo do Planejamento Estratégico, com abrangência para o período 2015-2020. Disso resultou um conjunto expressivo de iniciativas, que serão priorizadas ao longo de todo o ciclo de execução da estratégia para a JF, com o acompanhamento dos Escritórios de Projetos e sob a coordenação das áreas de Gestão Estratégica e Comitês previstos no referido normativo.

Ao demais, iniciaram-se as pesquisas para revisão da Metodologia de Gerenciamento de Projetos da Justiça Federal, de molde a que este documento possa refletir os avanços e ajustes feitos no gerenciamento de projetos desde a instituição do Planejamento Estratégico na Justiça Federal. Especificamente para esse fim, formou-se um grupo de trabalho, com a participação de um representante do Escritório de Projetos da 2ª Região, encarregado da revisão, atualização e adequação do texto de base e dos modelos de documentos a serem utilizados na aplicação da Metodologia.

■ PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

No curso do segundo semestre, o TRF2 fomentou estudos visando à adoção de um planejamento e gestão de infraestrutura na JF de 1º e 2º graus da 2ª Região, com o auxílio de uma equipe multidisciplinar, envolvendo arquitetos, engenheiros e representantes das áreas de gestão estratégica do Tribunal e Seções Judiciárias, como consta do Processo Administrativo nº TRF2-ADM-2014/00337.



Esse planejamento, com término previsto para o primeiro trimestre de 2015, servirá de orientação para as iniciativas da área de Infraestrutura, fornecendo os elementos indispensáveis à elaboração dos Planos de Obras plurianuais, anuais e suas respectivas revisões, no âmbito da 2ª Região.

■ ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL E DAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS

Diante da exigência de harmonização e racionalização das atividades desenvolvidas na área administrativa, para melhor atender a área judicial, foram concretizadas diversas alterações na estrutura organizacional do TRF2. Assim: a adequação da Assessoria de Comunicação Institucional - ACOI, da Assessoria de Concursos - APCO, da Secretaria Geral - SG, da Secretaria de Atividades Judiciárias - SAJ, da Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação - SED, da Secretaria de Infraestrutura e Logística - SIE, da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças - SPO, e a do Centro Cultural da Justiça Federal - CCJF.

Ao mesmo tempo, a SGP foi instada a fazer o levantamento das lotações e da situação da distribuição da força de trabalho das unidades administrativas do TRF2, para subsidiar o ajustamento, quer da lotação, quer da distribuição da força de trabalho, à exigência do serviço.

Em prosseguimento, agora pretendendo o amoldamento de lotação e da força de trabalho dos Quadros de Pessoal da 2ª Região às necessidades dos serviços, através do Edital Nº TRF2-EDP-2014/00009, de 15/09/2014, foi autorizada a abertura de inscrições para a redistribuição de cargos de provimento efetivo entre o Tribunal e as Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, consoante o permissivo do parágrafo 1º do art. 37 da Lei nº 8112/90.

Ao demais, a Resolução nº TRF2-RSP-2014/00023, de 26/10/2014, e a Resolução nº TRF2-RSP-2014/00026, de 31/10/2014, tornaram públicas modificações na estrutura organizacional da SJRJ e da SJES, respectivamente.

De seu turno, a Resolução nº TRF2-RSP-2014/00009, de 30/04/2014, divulgou o remanejamento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CESOL do TRF2 para a SJRJ.

■ PJE – PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

A implantação do serviço de processo eletrônico no TRF2 configurou, indubitavelmente, medida impactante para a atividade jurisdicional. O processo eletrônico, que funciona através do sistema informatizado Apolo, teve início na segunda instância federal da 2ª Região, com um cronograma fixado na Portaria nº TRF2-PTP-2013/00828, de 16/12/2013. De acordo com essa agenda, a virtualização começou, em dezembro, apenas com os recursos de matéria administrativa e, hoje, além de todas as classes recursais, 21 classes processuais referentes a ações de competência originária, cíveis e criminais, são ajuizadas de forma eletrônica. Ademais, a Resolução nº TRF2-RSP-2014/00019, entrando em vigor no dia 16/10/2014, alterou as Resoluções nºs TRF2-RSP-2014/00006 e TRF2-RSP-2014/00011, as quais dispõem, respectivamente, sobre o processamento de agravo de instrumento eletrônico no âmbito do TRF2 e sobre o protocolo de petição dirigida ao Tribunal. A partir da nova determinação, a petição do agravo de instrumento e a resposta do agravo, assim como todas as comunicações oficiais ao órgão jurisdicional em que tramita o processo originário, são apresentadas e/ou feitas exclusivamente por meio eletrônico.

Merece realçar que a implementação, no TRF2, do serviço de distribuição e processamento dos autos no formato eletrônico completou um ano em dezembro de 2014, atentando-se que, neste mesmo mês, 5.598 novos processos ingressaram no tribunal por meio digital, contra 555 processos ingressos em papel, na maioria em grau de recurso, sendo certo que já se processavam em meio físico no 1º Grau. No total, o ano de 2014 registra a distribuição de 51.063 processos virtuais e 19.733 processos físicos.



De outro tanto, com a efetivação do sistema APOLO no Tribunal, fez-se necessária a assinatura de Termos de Credenciamento com diversas Entidades, para fomentar a completa utilização dos serviços presentes no portal eletrônico do TRF2. Nesse quesito, o Núcleo do Processo Judicial Eletrônico (NUPJE) – da estrutura da Secretaria de Atividades Judiciárias-SAJ e setor responsável pelo suporte aos servidores e a advogados –, foi o responsável para o ano finalizar com 26 Entidades cadastradas, no perfil de recebimento de intimação/citação de forma eletrônica.

Acrescente-se que, no exercício, foram emitidas 12 Notas Técnicas, com o objetivo de padronizar o trâmite processual entre o TRF2 e as Seções Judiciárias.

■ REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO NO ÂMBITO DA 2ª REGIÃO

O TRF2 regulamentou o teletrabalho no âmbito da JF de 1º e 2º Graus da 2ª Região, a teor da Resolução TRF2-RSP-2014/00013, de 30/06/2014. Com a implantação do processo eletrônico judicial e administrativo, surgiu a possibilidade da realização do trabalho remoto, fora das dependências dos órgãos da JF2, com o uso da *internet* e das tecnologias da informação. O teletrabalho, como é conhecido, traz benefícios e vantagens e possibilita a redução de custos para a Administração e para o servidor. As atividades laborais que poderão participar do regime de teletrabalho são aquelas ligadas a sistemas de informação e/ou a processos e documentos exclusivamente eletrônicos (judiciais e administrativos). Tais atividades devem se abster da necessidade de relacionamentos interpessoais presenciais e serem passíveis de mensuração objetiva de desempenho. Os gestores das unidades, em consenso com os servidores, estabelecem as metas e os prazos a serem alcançados, atentando aos parâmetros da razoabilidade. O limite máximo para a adesão ao regime de teletrabalho, a princípio, é de trinta por cento dos servidores em efetiva atividade na unidade de lotação e ao servidor, nesse regime, cabe observar as normas e os procedimentos relativos à segurança da informação institucional e respeitar o sigilo das informações contidas nos processos e documentos, sob pena de responsabilidade, nos termos da legislação em vigor.

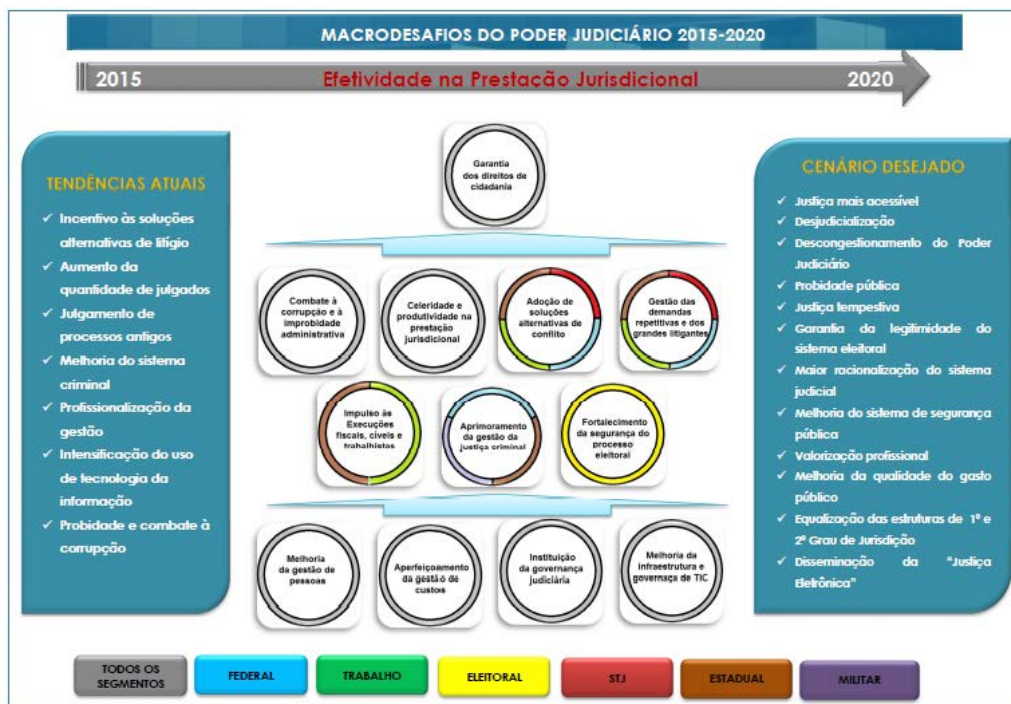
■ INSTALAÇÃO DO “CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA 2ª REGIÃO – CMI”

Em 29/07/2014, foi editada Resolução nº TRF2-RSP-2014/00016 que instalou o “Centro de Memória Institucional da 2ª Região – CMI”, nas dependências do Centro Cultural da Justiça Federal – CCJF. O CMI mantém documentos relativos a julgamentos – na maioria, ocorridos entre 1890 e 1937 –, para pesquisa e consultas da sociedade. O Espaço dispõe de um terminal, que retrata a história do Judiciário brasileiro, além da exposição de togas doadas por importantes magistrados brasileiros.

REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (2015-2020)

Como visto, o CNJ lançou macrodesafios a serem contemplados nos mapas de cada seguimento de Justiça, para o ciclo 2015-2020, os quais foram escolhidos pelos tribunais durante o VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Belém, nos dias 18 e 19/11/2013, sintetizados na figura que se segue:





Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1454350.13323387-5314 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>





Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1454350.13323387-5314 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201501359A



JUSTIÇA
FEDERAL
TRF2

SOCIEDADE

Objetivos estratégicos

- Assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1454350.13323387-5314 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201501359A



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1454350.13323387-5314 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201501359A

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

■ Descrição do objetivo

Prestar serviços jurisdicionais de qualidade, de forma rápida, acessível e efetiva, com segurança jurídica e transparência, na busca da satisfação dos jurisdicionados da Justiça Federal.

MACROPROCESSO FINALÍSTICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

O TRF2 e Seções Judiciárias vêm envidando esforços para elevação gradual de seu nível de maturidade em gestão por processos, realizando programas sistemáticos de capacitação e sensibilização.

A arquitetura de processos do TRF2 proporciona visão sistêmica e abrangente dos processos de trabalho da JF2, desde o primeiro nível, composto pelos macroprocessos finalísticos e de apoio, passando pelos subprocessos e processos, apresentando o detalhamento das atividades necessárias para alcançar a nossa missão institucional de garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida, efetiva e independente.

Destarte, os macroprocessos finalísticos correspondem à prestação jurisdicional. Esta, a seu turno, compreende os processos de **Distribuição** dos feitos, de forma a garantir a distribuição equânime dos processos entre os órgãos, considerando a figura do Juiz natural; a **Tramitação** dos Feitos, que tem como objeto o processo pronto para julgamento; a **Conciliação**, de forma a promover a pacificação dos conflitos, cujo produto que se busca é a homologação do acordo para dar fim ao processo, e o **Julgamento** do feito.

As agregações de processos e atividades diretamente vinculadas à entrega de valor aos clientes podem ser sintetizadas no Macroprocesso Finalístico ou primário de **Prestação Jurisdicional**.



Quadro nº10 – Macroprocesso Finalístico da JF2

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Prestação Jurisdicional	Compreende a criação de mecanismos para o efetivo acesso da sociedade aos serviços realizados pelas varas federais, juizados especiais federais e turmas recursais, no âmbito da competência definida no art. 109 da Constituição Federal.	Solução de conflitos. O principal produto do macroprocesso é a prolação de sentença, dizendo o direito no caso concreto. Não obstante, destaca-se a prestação do serviço de conciliação pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania-CESCON, que atua em fase pré-processual, tendo como produto a composição entre potenciais demandantes.	Sociedade, Entes Públicos, Advogados Os principais clientes são os cidadãos que tenham relação jurídica com a União, nas hipóteses previstas no art. 109 da Constituição Federal, além dos órgãos da Administração Direta da União, entidades autárquicas ou empresas públicas federais interessadas.	Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais.

O quadro seguinte especifica o desempenho da JF2, no período de 2012 a 2014, acompanhado das variáveis processos

distribuídos e feitos em tramitação.

Quadro nº11 - Estatística Processual da JF2 - Exercícios 2012/2013/2014

Unidade Jurisdicional	Processos	2012	2013	2014	%2014/2013
TRF2	Distribuídos	53.335	61.160	70.795	16%
	Julgados	81.295	81.874	86.241	6%
	Tramitação	96.397	108.814	121.333	12%
SJRJ	Distribuídos	281.542	256.127	286.517	12%
	Julgados	249.883	300.268	315.120	5%
	Tramitação	807.097	769.038	758.882	-2%
SJES	Distribuídos	54.888	61.327	51.269	-16%
	Julgados	44.906	49.164	42.632	-14%
	Tramitação	160.393	156.271	159.922	3%
Total	Distribuídos	389.765	378.614	408.581	8%
	Julgados	376.084	431.306	443.993	3%
	Tramitação	1.063.887	1.034.123	1.040.137	0,6%

Fonte: Relatórios de Gestão Consolidados da Justiça Federal da 2ª Região – Exercícios 2012/2013.

Portal de Estatística da JF2 - consulta realizada em 24/02/2015 – Exercício 2014.

Observe-se, pelo histórico de julgamento nos três últimos exercícios, que houve sucessivo acréscimo no número de julgamento dos feitos, basicamente no TRF2 e na SJRJ. No TRF2, esse aumento foi da ordem de 3% em 2014, comparado ao ano anterior.

Como resultado da atividade jurisdicional do TRF2, no exercício de 2014, foram julgados 86.241 processos, ultrapassando a meta prevista (79.000) em 7.241 feitos (aproximadamente 10%). Considerando-se os dados estatísticos exibidos, apreende-se que o total de processos julgados no ano (86.241) superou em 22% o de processos ingressados (70.795).



No âmbito das Unidades Consolidadas, sublinhe-se o acréscimo de 12% no número de processos distribuídos na SJRJ, no ano de 2014. Já, na SJES, o número de processos distribuídos caiu em 15%.

A SJRJ manteve, ao longo dos últimos três anos em análise, um gradual aumento no julgamento de feitos, apresentando um aumento de 5% no ano de 2014 comparativamente ao ano anterior.

A SJES, por outro lado, apesar da diminuição do número de julgados em 2014 em relação a 2013, mostrou uma redução no número de processos distribuídos na ordem de -16%, o que resulta em menos 10.058 processos em tramitação.

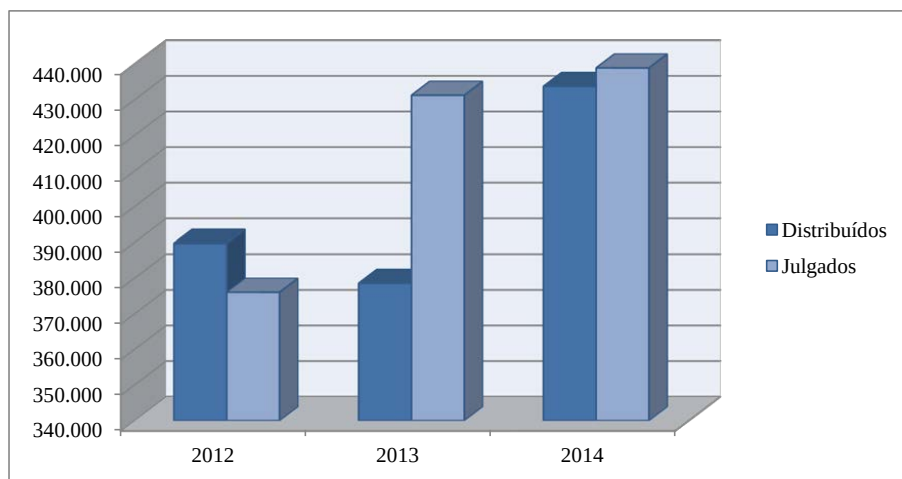
Decerto que a expansão da JF, com o acréscimo do número de juízos; o incremento da virtualização dos processos judiciais; a realização de mutirões de conciliação e a necessidade do cumprimento de metas do CNJ sintetizam os fatores que propiciaram o bom resultado nessas ações.

Nem se olvide que as Unidades Jurisdicionadas puderam contar com a firme dedicação da força de trabalho, bastante empenhada no cumprimento das diversas metas, sejam as consignadas na Lei Orçamentária Anual, sejam as catalogadas pelo CNJ.

O panorama da produtividade dos magistrados da JF2 revelou uma variação de 3%, contrapondo-se os exercícios de 2013 e de 2014, eis que este último ano totalizou o número de 443.993 feitos julgados. De outro giro, em se comparando a produtividade nos anos de 2012 a 2013, nota-se uma variação de 15%, perfazendo, desta forma, em 2013, o quantitativo de 431.306 processos julgados.

Com relação aos processos distribuídos, evidencia-se, nos anos de 2012 a 2013, uma queda de -3%, ao passo que, se confrontados 2013 e 2014, emerge um acréscimo de 8% no número de processos distribuídos. Logo, depreende-se que, nos anos de 2013 e 2014, a elevação do número de processos distribuídos não causou um impacto na produtividade, haja vista que o número de feitos julgados continua superando o quantitativo de distribuídos.

Gráfico nº3 - Processos Distribuídos e Julgados na JF2 - Exercícios 2012/2013/2014



Fonte: Portal de Estatística da JF2

A aproximação do quantitativo efetivamente julgado com os números estimados revela a dedicação da força de trabalho – magistrados, servidores, estagiários e terceirizados – que, conjugadas, são capazes de traçar o perfil da prestação jurisdicional como célere e de qualidade, objetivo precípua da visão institucional.



Exsurge claro, ademais, que, a despeito do aumento significativo de processos distribuídos no decurso dos anos, a JF2 tem se organizado e se adaptado, de molde a acompanhar o crescimento da demanda e a reduzir o congestionamento da atividade jurisdicional.

Os setores responsáveis pela implementação da estratégia da JF2 trabalham com o escopo de alcançar e superar as metas definidas para os mais diversos segmentos da Justiça. Nessa direção, a JF2 atua em conjunto com o CJF e o CNJ, apoiando o cumprimento do planejamento estratégico.

Em remate, é mister consignar que a *Pesquisa de Satisfação do Usuário da Justiça Federal 2013/2014*, mencionada no Relatório de Gestão/Exercício 2013, foi realizada no período de 18/11/2013 a 28/02/2014. A pesquisa é iniciativa do Planejamento Estratégico da Justiça Federal, vinculada ao objetivo estratégico *Assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva*, servindo de base para a mensuração do indicador *Taxa de Satisfação do Cliente* (usuário/cidadão), cuja periodicidade é bianual.

No cômputo final, a pesquisa apresentou 58,7% de satisfação dos usuários com a JF, sendo que a JF2 atingiu o índice de 50%, situando-se em um patamar abaixo da meta fixada no Planejamento Estratégico (de, no mínimo, 55%), influenciado, principalmente, pela baixa avaliação obtida no quesito: *serviços judiciais* (tempo de tramitação processual).

No particular, urge afiançar que foram analisados detidamente os resultados divulgados, para subsidiar a elaboração de planos e projetos de recuperação dos serviços que reclamarem, pela ótica do usuário-cidadão, maior atenção, dentre eles a previsão de ajustes na estrutura dos órgãos processantes, a partir de 2015.



MAPA DE JULGADOS

■ 2ª REGIÃO (TRF2, SJRJ e SJES)

Gráfico nº4 - Comparativo Mensal de Distribuídos - 2ª Região Consolidado - 2014

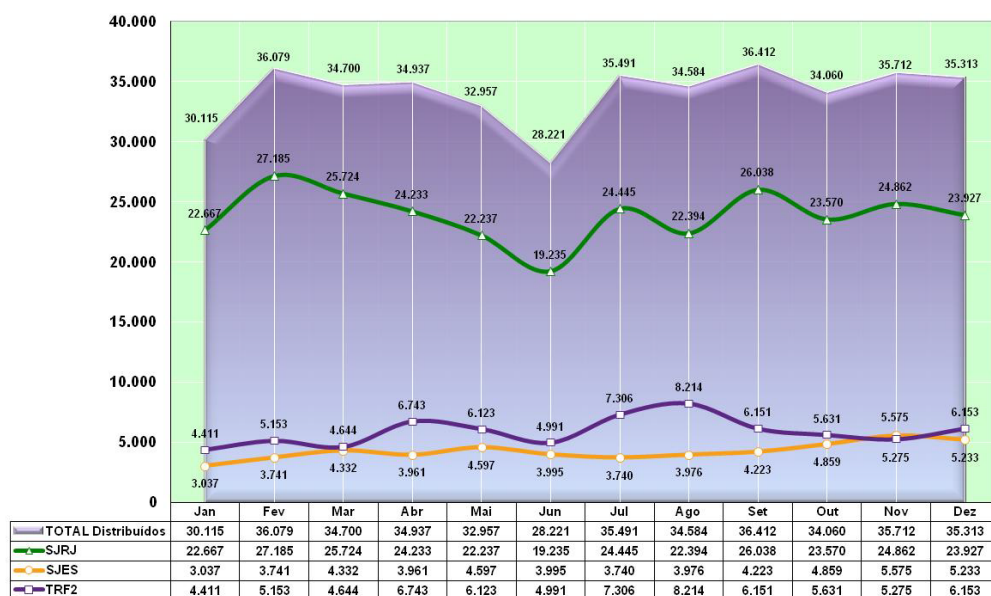


Gráfico nº5 - Distribuídos - 2ª Região Consolidado - 2014

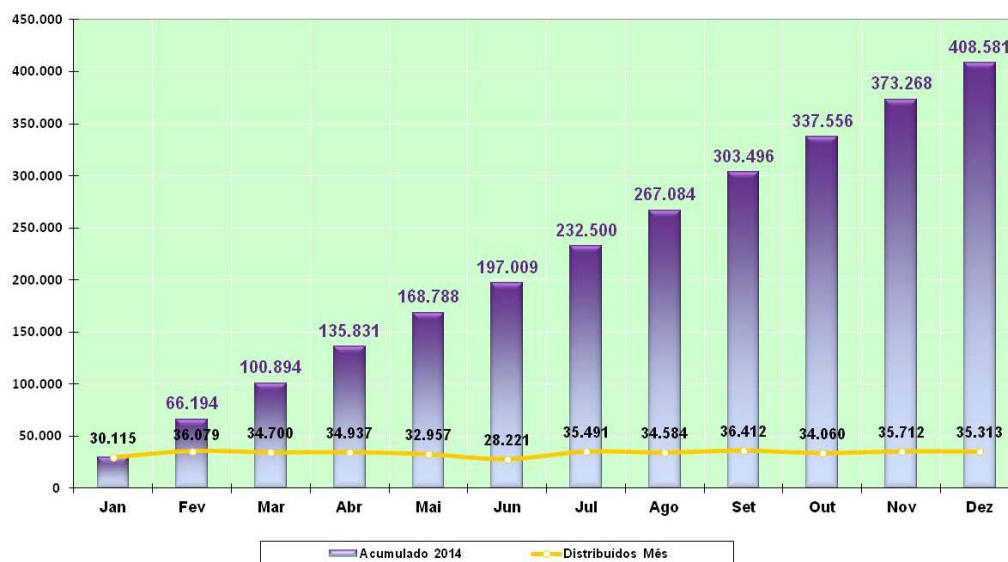


Gráfico nº6 - Comparativo Mensal de Julgados - 2ª Região Consolidado - 2014

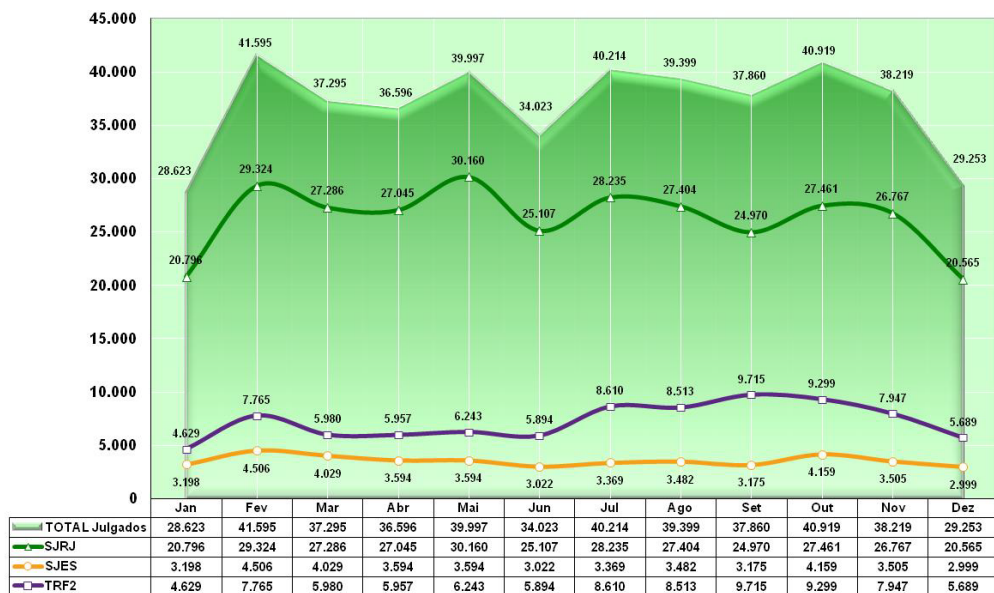


Gráfico nº7 - Julgados - 2ª Região Consolidado - 2014



Gráfico nº8 - Comparativo Mensal da Tramitação - 2ª Região Consolidado - 2014

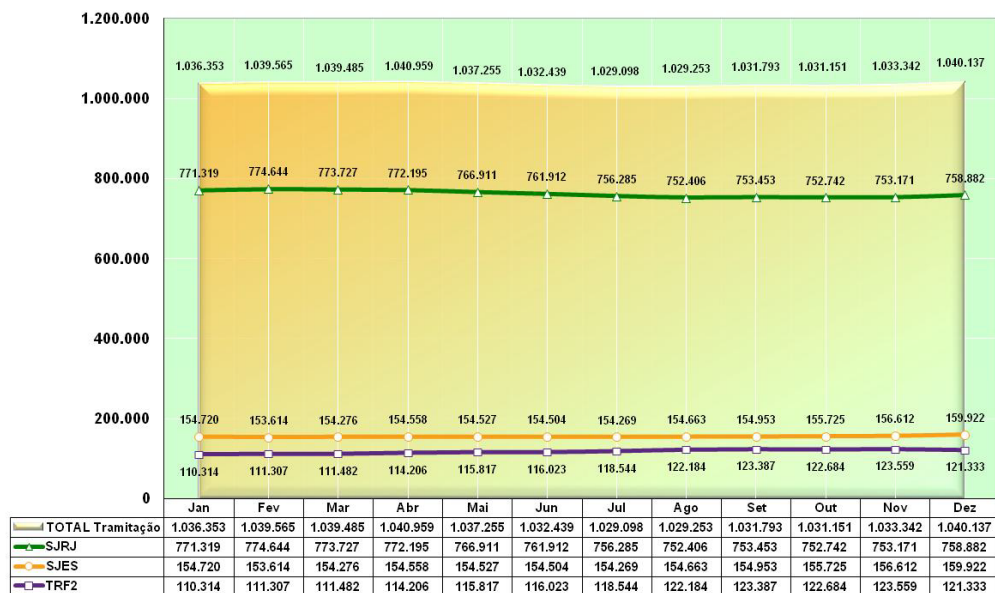
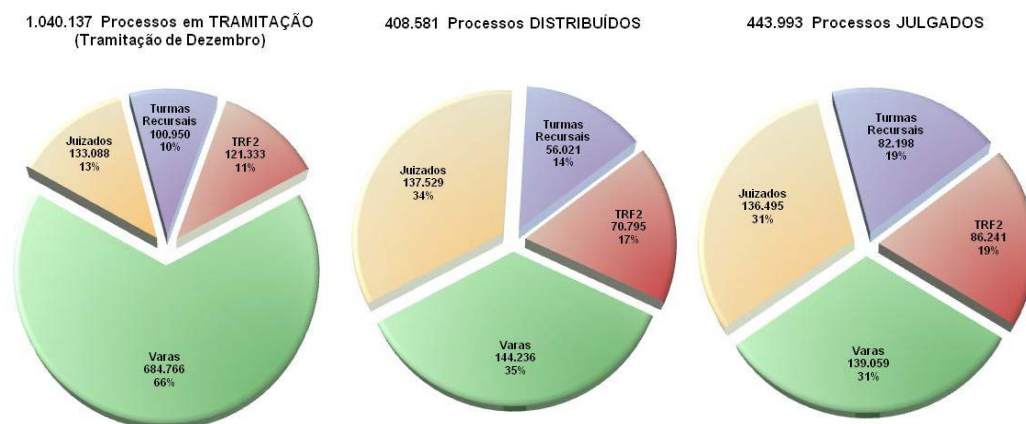


Gráfico nº9 - Tramitação - 2ª Região Consolidado - 2014



Gráfico nº10 - Comparativo Anual de Processos - 2ª Região Consolidado - 2014



■ TRIBUNAL

Quadro nº12 - Movimentação Processual por Órgão Julgador - Processos Eletrônicos + Físicos - TRF2 – 2014

Órgão	Remanescentes no Início do Período (REM)	Total de Entradas (TE)	Total de Saídas (TS)	Tramitação no Final do Período (TRAM)
Tribunal Pleno	88	72	114	46
1ª SEÇÃO ESPECIALIZADA	309	691	440	560
2ª SEÇÃO ESPECIALIZADA	122	135	129	128
Órgão Especial	0	59	31	28
3ª SEÇÃO ESPECIALIZADA	339	425	462	302
4ª SEÇÃO ESPECIALIZADA	0	1	1	0
Presidência	8	25	31	2
Vice-Presidência	27.795	21.110	15.515	33.390
1ª Turma	6	5	8	3
2ª Turma	0	3	3	0
3ª Turma	0	1	1	0
4ª Turma	1	5	6	0
5ª Turma	0	3	3	0
6ª Turma	0	6	5	1
1ª TURMA ESPECIALIZADA	5.212	6.690	5.889	6.013



Órgão	Remanescentes no Início do Período (REM)	Total de Entradas (TE)	Total de Saídas (TS)	Tramitação no Final do Período (TRAM)
2ª TURMA ESPECIALIZADA	6.974	11.331	10.249	8.056
3ª TURMA ESPECIALIZADA	19.665	19.170	19.633	19.202
4ª TURMA ESPECIALIZADA	19.654	17.678	20.606	16.726
5ª TURMA ESPECIALIZADA	11.582	13.619	14.703	10.498
6ª TURMA ESPECIALIZADA	4.223	9.968	8.524	5.667
7ª TURMA ESPECIALIZADA	4.130	10.057	6.565	7.622
8ª TURMA ESPECIALIZADA	9.014	15.155	11.082	13.087
Gabinete de Conciliação	0	9	8	1
* Indeterminado	0	8	7	1
Total	109.122	126.226	114.015	121.333

Quadro nº13 - Mapa de Julgados por Órgão Julgador e Relator - TRF2 - 2014

Órgão	Relator	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
Tribunal Pleno	ABEL GOMES	0	0	1	1
	ANDRÉ FONTES	0	2	1	3
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	0	1	1	2
	CLAUDIA NEIVA	0	0	1	1
	FERREIRA NEVES	1	1	1	3
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	0	0	3	3
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	0	1	0	1
	GUILHERME DIFENTHAELER	1	0	0	1
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	0	1	1	2
	LANA REGUEIRA	0	1	0	1
	LUIZ ANTONIO SOARES	1	0	0	1
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	0	2	1	3
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	0	2	1	3



Órgão	Relator	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
	MARCUS ABRAHAM	1	0	0	1
	MARIA HELENA CISNE	0	1	0	1
	REIS FRIEDE	1	0	2	3
	RICARDO PERLINGEIRO	0	3	0	3
	SALETE MACCALÓZ	1	2	0	3
	VERA LÚCIA LIMA	0	0	2	2
Tribunal Pleno Total		6	17	15	38
1ª SEÇÃO ESPECIALIZADA	ABEL GOMES	5	25	11	41
	ANDRÉ FONTES	1	84	6	91
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	3	26	15	44
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	2	0	1	3
	MESSOD AZULAY NETO	1	114	9	124
	PAULO ESPIRITO SANTO	0	16	7	23
	SIMONE SCHREIBER	2	57	11	70
1ª SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		14	322	60	396
2ª SEÇÃO ESPECIALIZADA	CLAUDIA NEIVA	2	1	2	5
	FERREIRA NEVES	0	8	14	22
	LANA REGUEIRA	0	4	5	9
	LETICIA MELLO	0	2	0	2
	LUIZ ANTONIO SOARES	0	6	11	17
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	1	6	5	12
	RICARDO PERLINGEIRO	1	1	6	8
	THEOPHILO MIGUEL	0	0	2	2
2ª SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		4	28	45	77
ÓRGÃO ESPECIAL	GUILHERME COUTO DE CASTRO	0	4	0	4
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	0	1	0	1
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	0	1	0	1
	POUL ERIK DYRLUND	1	0	1	2
	REIS FRIEDE	1	0	0	1
	SALETE MACCALÓZ	2	2	0	4
	VERA LÚCIA LIMA	1	0	0	1
ÓRGÃO ESPECIAL Total		5	8	1	14



Órgão	Relator	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
3ª SEÇÃO ESPECIALIZADA	ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES	2	20	19	41
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	4	9	5	18
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	3	4	2	9
	GUILHERME DIEFENTHAELER	0	10	3	13
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	5	8	14	27
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	5	14	8	27
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	2	16	10	28
	MARCUS ABRAHAM	2	6	3	11
	MARIA HELENA CISNE	1	7	7	15
	NIZETE LOBATO CARMO	8	10	5	23
	RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	1	0	0	1
	REIS FRIEDE	3	6	5	14
	RICARDO PERLINGEIRO	1	23	4	28
	VERA LÚCIA LIMA	3	2	0	5
3ª SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		40	135	85	260
Presidência	PRESIDENTE	6	0	4	10
	SERGIO SCHWAITZER	0	0	1	1
Presidência Total		6	0	5	11
Vice-Presidência	CARREIRA ALVIM	0	0	2	2
	FERNANDO MARQUES	2	0	0	2
	FREDERICO GUEIROS	2	0	0	2
	POUL ERIK DYRLUND	1	0	2	3
	RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	2	0	1	3
	VERA LÚCIA LIMA	10	0	10	20
	VICE-PRESIDENTE	1.853	9	405	2.267
Vice-Presidência Total		1.870	9	420	2.299
1ª TURMA ESPECIALIZADA	ABEL GOMES	67	1.330	700	2.097
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	277	1.623	542	2.442
	PAULO ESPIRITO SANTO	72	1.823	710	2.605
1ª TURMA ESPECIALIZADA Total		416	4.776	1.952	7.144
2ª TURMA ESPECIALIZADA	ANDRÉ FONTES	43	1.685	614	2.342
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	242	58	70	370



Órgão	Relator	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
	MESSOD AZULAY NETO	102	1.772	618	2.492
	SIMONE SCHREIBER	60	963	448	1.471
2ª TURMA ESPECIALIZADA Total		447	4.478	1.750	6.675
3ª TURMA ESPECIALIZADA	CLAUDIA NEIVA	2.199	1.261	1.806	5.266
	LANA REGUEIRA	419	2.734	761	3.914
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	932	1.287	793	3.012
	RICARDO PERLINGEIRO	99	1.334	252	1.685
	SALETE MACCALÓZ	0	0	1	1
3ª TURMA ESPECIALIZADA Total		3.649	6.616	3.613	13.878
4ª TURMA ESPECIALIZADA	FERREIRA NEVES	1.839	1.754	1.607	5.200
	JULIETA LIDIA LUNZ	1	0	0	1
	LETICIA MELLO	480	1.378	125	1.983
	LUIZ ANTONIO SOARES	264	3.878	1.016	5.158
	THEOPHILO MIGUEL	1.308	42	773	2.123
4ª TURMA ESPECIALIZADA Total		3.892	7.052	3.521	14.465
5ª TURMA ESPECIALIZADA	ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES	148	3.592	954	4.694
	GUILHERME DIEFENTHAELER	16	903	274	1.193
	MARCUS ABRAHAM	195	3.654	798	4.647
	RICARDO PERLINGEIRO	44	1.403	58	1.505
5ª TURMA ESPECIALIZADA Total		403	9.552	2.084	12.039
6ª TURMA ESPECIALIZADA	CARMEN SILVIA LIMA DE ARUDA	0	0	1	1
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	234	2.304	407	2.945
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	423	2.265	785	3.473
	NIZETE LOBATO CARMO	406	2.612	639	3.657
6ª TURMA ESPECIALIZADA Total		1.063	7.181	1.832	10.076
7ª TURMA ESPECIALIZADA	JOSÉ ANTONIO NEIVA	453	1.913	585	2.951
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	493	2.093	573	3.159
	REIS FRIEDE	2.793	250	1.599	4.642
7ª TURMA ESPECIALIZADA Total		3.739	4.256	2.757	10.752
8ª TURMA ESPECIALIZADA	GUILHERME DIEFENTHAELER	6	1.491	216	1.713
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	18	0	0	18



Órgão	Relator	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	170	2.911	458	3.539
	MARIA HELENA CISNE	130	513	195	838
	RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	16	34	35	85
	VERA LÚCIA LIMA	162	1.444	314	1.920
8ª TURMA ESPECIALIZADA Total		502	6.393	1.218	8.113
Gabinete de Conciliação	PAULO GONCALVES DE OLIVEIRA FILHO	4	0	0	4
Gabinete de Conciliação Total		4	0	0	4
Total geral		16.060	50.823	19.358	86.241

Quadro nº 14 - Mapa de Julgados por Órgão Julgador e Relator Fase - TRF2 – 2014

Órgão	Relator da Fase	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
Tribunal Pleno	ABEL GOMES	0	0	2	2
	ANDRÉ FONTES	0	2	0	2
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	0	1	1	2
	CLAUDIA NEIVA	0	0	1	1
	FERREIRA NEVES	1	1	1	3
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	0	0	3	3
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	0	1	0	1
	GUILHERME DIEFENTHAELER	1	0	0	1
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	0	1	1	2
	LANA REGUEIRA	0	1	0	1
	LUIZ ANTONIO SOARES	1	0	0	1
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	0	2	1	3
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	0	2	1	3
	MARCUS ABRAHAM	1	0	0	1
	REIS FRIEDE	1	0	2	3
	RICARDO PERLINGEIRO	0	3	0	3
	SALETE MACCALÓZ	1	2	0	3



Órgão	Relator da Fase	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
	VERA LÚCIA LIMA	0	1	2	3
Tribunal Pleno Total		6	17	15	38
1ª SEÇÃO ESPECIALIZADA	ABEL GOMES	5	24	10	39
	ANDRÉ FONTES	1	85	7	93
	ANTONIO HENRIQUE CORREA DA SILVA	0	1	0	1
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	3	26	14	43
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	0	1	1	2
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	2	0	0	2
	MESSOD AZULAY NETO	1	113	9	123
	PAULO ESPIRITO SANTO	0	16	7	23
	ROGÉRIO TOBIAS DE CARVALHO	0	6	0	6
	SIMONE SCHREIBER	2	50	11	63
	VICE-PRESIDENTE	0	0	1	1
1ª SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		14	322	60	396
2ª SEÇÃO ESPECIALIZADA	CLAUDIA NEIVA	2	1	4	7
	FERREIRA NEVES	0	1	7	8
	LANA REGUEIRA	0	4	5	9
	LETICIA MELLO	0	2	0	2
	LUIZ ANTONIO SOARES	0	6	12	18
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	1	6	5	12
	RICARDO PERLINGEIRO	1	1	4	6
	SANDRA CHALU BARBOSA	0	7	8	15
2ª SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		4	28	45	77
ÓRGÃO ESPECIAL	GUILHERME COUTO DE CASTRO	0	4	0	4
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	0	1	0	1
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	0	1	0	1
	POUL ERIK DYRLUND	1	0	1	2
	REIS FRIEDE	1	0	0	1
	SALETE MACCALÓZ	2	2	0	4
	VERA LÚCIA LIMA	1	0	0	1
ÓRGÃO ESPECIAL Total		5	8	1	14



Órgão	Relator da Fase	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
3ª SEÇÃO ESPECIALIZADA	ALEXANDRE LIBONATI DE ABREU	0	2	3	5
	ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES	2	20	19	41
	CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA	4	9	5	18
	GUILHERME BOLLORINI PEREIRA	2	2	0	4
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	3	4	2	9
	GUILHERME DIEFENTHAELER	0	10	3	13
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	5	8	10	23
	JOSÉ ARTHUR DINIZ BORGES	0	0	4	4
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	5	12	6	23
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	0	2	1	3
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	2	16	11	29
	MARCUS ABRAHAM	2	6	2	10
	MARIA ALICE PAIM LYARD	0	2	2	4
	MARIA HELENA CISNE	1	5	3	9
	NIZETE LOBATO CARMO	6	6	5	17
	REIS FRIEDE	3	6	5	14
	RICARDO PERLINGEIRO	1	23	4	28
	SIMONE SCHREIBER	1	0	0	1
	VERA LÚCIA LIMA	3	2	0	5
3ª SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		40	135	85	260
Presidência	POUL ERIK DYRLUND	2	0	0	2
	PRESIDENTE	2	0	1	3
	SERGIO SCHWAITZER	2	0	4	6
Presidência Total		6	0	5	11



Órgão	Relator da Fase	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
Vice-Presidência	ALBERTO NOGUEIRA JUNIOR	0	4	0	4
	ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES	0	0	4	4
	CORREGEDOR	1	0	0	1
	FERNANDO MARQUES	2	0	0	2
	FREDERICO GUEIROS	2	0	0	2
	LANA REGUEIRA	0	4	2	6
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	0	1	0	1
	MARCUS ABRAHAM	0	0	1	1
	POUL ERIK DYRLUND	2	0	2	4
	RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	2	0	0	2
	VERA LÚCIA LIMA	8	0	1	9
	VICE-PRESIDENTE	1.853	0	410	2.263
Vice-Presidência Total		1.870	9	420	2.299
1ª TURMA ESPECIALIZADA	ABEL GOMES	61	1.074	639	1.774
	ANTÔNIO HENRIQUE C. DA SILVA	2	83	22	107
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	285	1.667	722	2.674
	CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA	0	0	1	1
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	6	272	74	352
	MARCELLO GRANADO	0	0	1	1
	PAULO ESPIRITO SANTO	62	1.680	493	2.235
1ª TURMA ESPECIALIZADA Total		416	4.776	1.952	7.144
2ª TURMA ESPECIALIZADA	ANDRÉ FONTES	38	1.564	566	2.168
	GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO	0	22	0	22
	HELENA ELIAS PINTO	4	119	31	154
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	242	59	69	370
	MESSOD AZULAY NETO	102	1.748	584	2.434
	ROGÉRIO TOBIAS DE CARVALHO	9	62	63	134



Órgão	Relator da Fase	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
	SIMONE SCHREIBER	52	894	437	1.383
	THEOPHILO MIGUEL	0	10	0	10
2ª TURMA ESPECIALIZADA Total		447	4.478	1.750	6.675
3ª TURMA ESPECIALIZADA	ALBERTO NOGUEIRA JUNIOR	101	176	189	466
	ALEXANDRE LIBONATI DE ABREU	0	2	0	2
	CLAUDIA NEIVA	1.195	807	1.071	3.073
	EUGENIO ROSA DE ARAUJO	441	15	218	674
	GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO	246	290	430	966
	LANA REGUEIRA	212	2.193	446	2.851
	LUIZ NORTON BAPTISTA DE MATTOS	3	301	103	407
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	779	847	782	2.408
	MARCELLO GRANADO	23	0	1	24
	RICARDO PERLINGEIRO	99	1.707	244	2.050
	SANDRA CHALU BARBOSA	235	1	28	264
	THEOPHILO MIGUEL	315	277	101	693
3ª TURMA ESPECIALIZADA Total		3.649	6.616	3.613	13.878
4ª TURMA ESPECIALIZADA	ALEXANDRE LIBONATI DE ABREU	1	44	0	45
	BOAVENTURA JOAO ANDRADE	332	0	0	332
	FERREIRA NEVES	1.172	1.411	1.399	3.982
	GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO	1	26	0	27
	JULIETA LIDIA LUNZ	1	0	0	1
	LETICIA MELLO	327	1.294	100	1.721
	LUIZ ANTONIO SOARES	279	3.873	1.028	5.180
	LUIZ NORTON BAPTISTA DE MATTOS	0	26	0	26
	RICARLOS ALMAGRO VITORIANO CUNHA	0	1	0	1
	SANDRA CHALU BARBOSA	471	281	224	976
	THEOPHILO MIGUEL	1.308	96	770	2.174
4ª TURMA ESPECIALIZADA Total		3.892	7.052	3.521	14.465



Órgão	Relator da Fase	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
5ª TURMA ESPECIALIZADA	ALEXANDRE LIBONATI DE ABREU	1	37	17	55
	ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES	97	3.191	835	4.123
	ANTÔNIO HENRIQUE C. DA SILVA	2	0	0	2
	CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA	0	8	4	12
	FLAVIO OLIVEIRA LUCAS	51	378	122	551
	GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO	2	51	8	61
	GUILHERME DIFENTHAELER	15	829	235	1.079
	HELENA ELIAS PINTO	1	121	22	144
	LUIZ NORTON BAPTISTA DE MATTOS	1	11	0	12
	MARCUS ABRAHAM	186	3.469	787	4.442
	MAURO LUIS ROCHA LOPES	0	4	0	4
	RICARDO PERLINGEIRO	43	1.414	51	1.508
	SANDRA CHALU BARBOSA	4	1	1	6
	SIMONE SCHREIBER	0	1	0	1
	THEOPHILO MIGUEL	0	37	2	39
5ª TURMA ESPECIALIZADA Total		403	9.552	2.084	12.039
6ª TURMA ESPECIALIZADA	CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA	211	2.165	385	2.761
	EDNA CARVALHO KLEEMANN	44	474	190	708
	GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO	1	0	0	1
	GUILHERME BOLLORINI PEREIRA	35	285	41	361
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	0	1	0	1
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	316	1.701	538	2.555
	MARIA ALICE PAIM LYARD	99	454	165	718
	MAURO LUIS ROCHA LOPES	24	127	11	162
	NIZETE LOBATO CARMO	333	1.974	502	2.809
6ª TURMA ESPECIALIZADA Total		1.063	7.181	1.832	10.076



Órgão	Relator da Fase	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
7ª TURMA ESPECIALIZADA	ALEXANDRE LIBONATI DE ABREU	37	108	60	205
	EDNA CARVALHO KLEEMANN	44	89	73	206
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	379	1.646	500	2.525
	JOSÉ ARTHUR DINIZ BORGES	95	470	134	699
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	391	1.694	402	2.487
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	0	1	0	1
	MARCUS ABRAHAM	0	0	1	1
	REIS FRIEDE	2.793	248	1.587	4.628
7ª TURMA ESPECIALIZADA Total		3.739	4.256	2.757	10.752
8ª TURMA ESPECIALIZADA	ALEXANDRE LIBONATI DE ABREU	4	55	11	70
	CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA	0	0	6	6
	GUILHERME DIEFENTHAELER	6	1.306	188	1.500
	LUIZ NORTON BAPTISTA DE MATTOS	0	14	0	14
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	52	306	81	439
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	169	2.852	453	3.474
	MARIA AMELIA SENOS DE CARVALHO	0	180	20	200
	MARIA HELENA CISNE	95	207	112	414
	SANDRA CHALU BARBOSA	1	0	2	3
	SIMONE SCHREIBER	17	34	30	81
	THEOPHILO MIGUEL	0	37	0	37
	VERA LÚCIA LIMA	158	1.402	315	1.875
8ª TURMA ESPECIALIZADA Total		502	6.393	1.218	8.113



Órgão	Relator da Fase	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
Gabinete de Conciliação	ELMO GOMES DE SOUZA	1	0	0	1
	MARCEL DA SILVA AUGUSTO CORRÊA	1	0	0	1
	MARCELLA ARAUJO DA NOVA BRANDAO	1	0	0	1
	PAULO GONCALVES DE OLIVEIRA FILHO	1	0	0	1
Gabinete de Conciliação Total		4	0	0	4
Total geral		16.060	50.823	19.358	86.241



Gráfico nº11 – Distribuídos - Processos Eletrônicos + Físicos – TRF2 – 2014

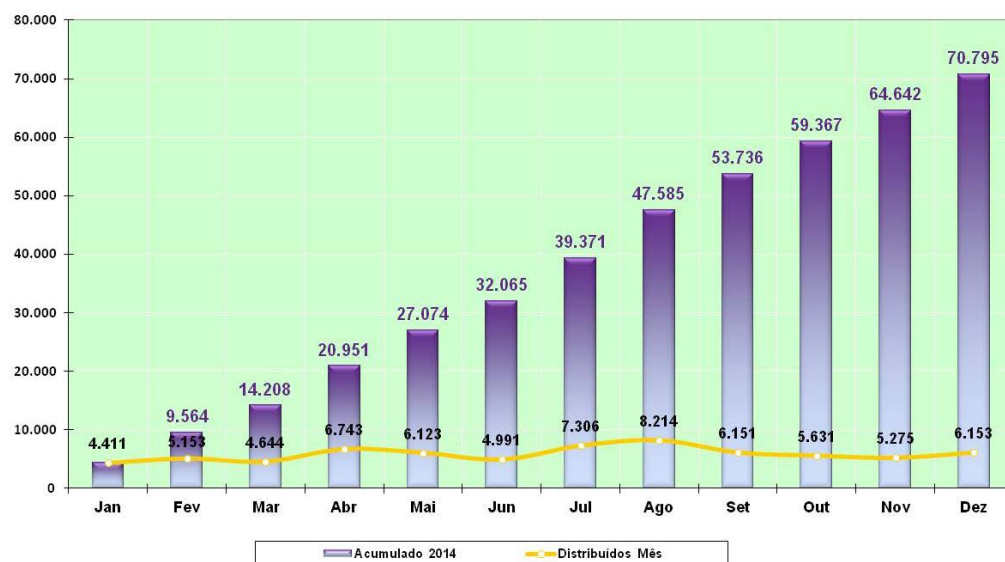


Gráfico nº12 - Distribuídos por Órgão Julgador- Processos Eletrônicos + Físicos – TRF2 – 2014

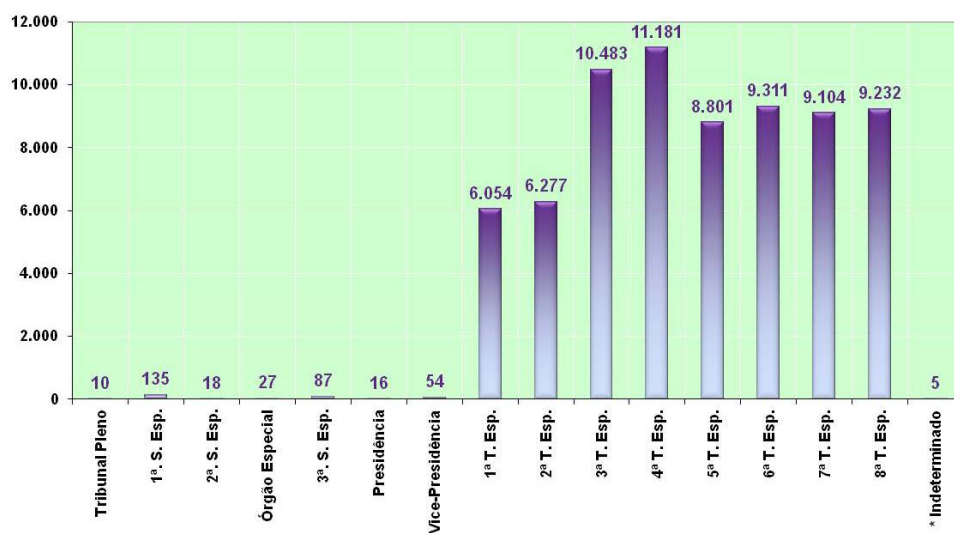


Gráfico nº13 - Comparativo Mensal de Distribuídos - Processos Eletrônicos e Físicos – TRF2 – 2014

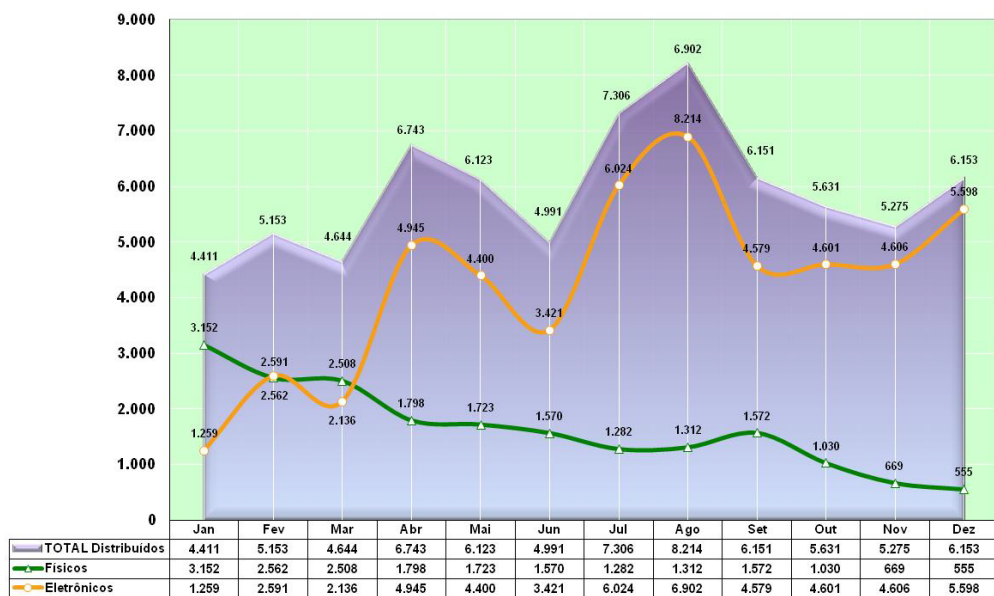


Gráfico nº14 - Julgados - Processos Eletrônicos + Físicos – TRF2 – 2014



Gráfico nº 15 - Julgados por Órgão Julgador - Processos Eletrônicos + Físicos – TRF2 – 2014

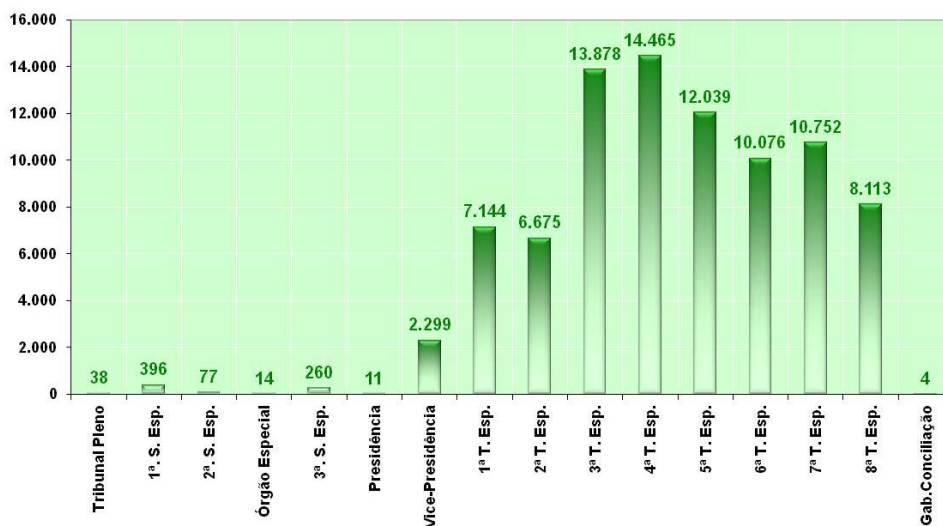


Gráfico nº16 – Comparativo de Julgados (TJ) por MATÉRIA (TUA) – Processos Eletrônicos e Físicos – TRF2 – 2014

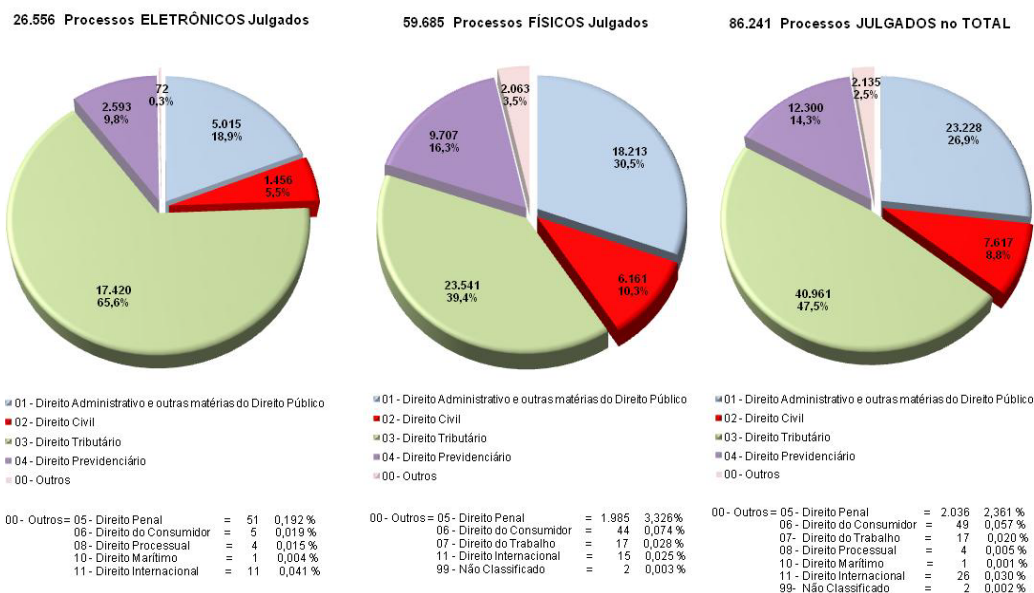


Gráfico nº 17 - Comparativo Mensal de Julgados - Processos Eletrônicos e Físicos – TRF2 – 2014

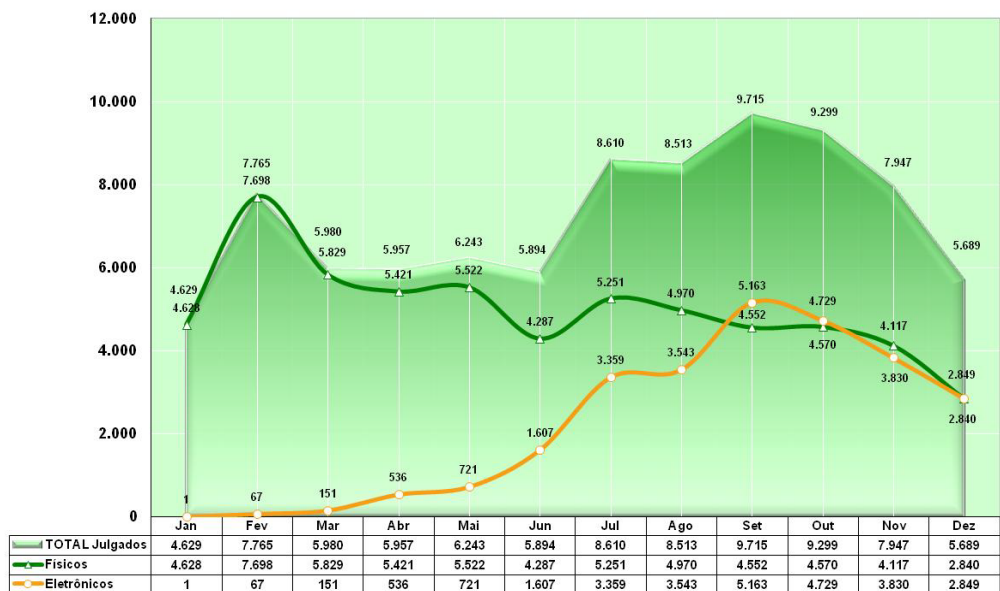


Gráfico nº18 - Tramitação - Processos Eletrônicos + Físicos – TRF2 – 2014

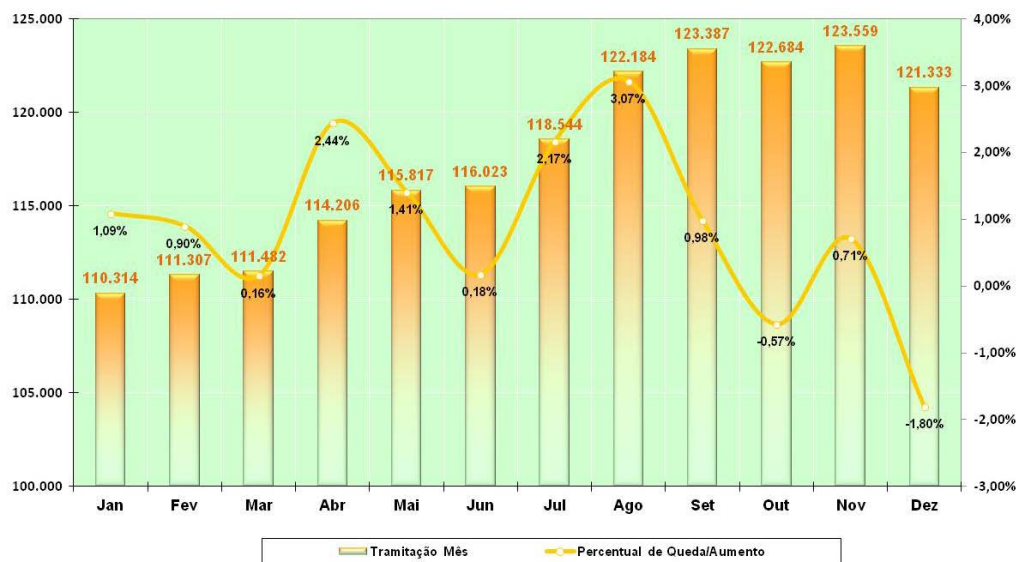


Gráfico nº19 - Tramitação por Órgão Julgador - Dezembro/2014 - Processos Eletrônicos + Físicos – TRF2

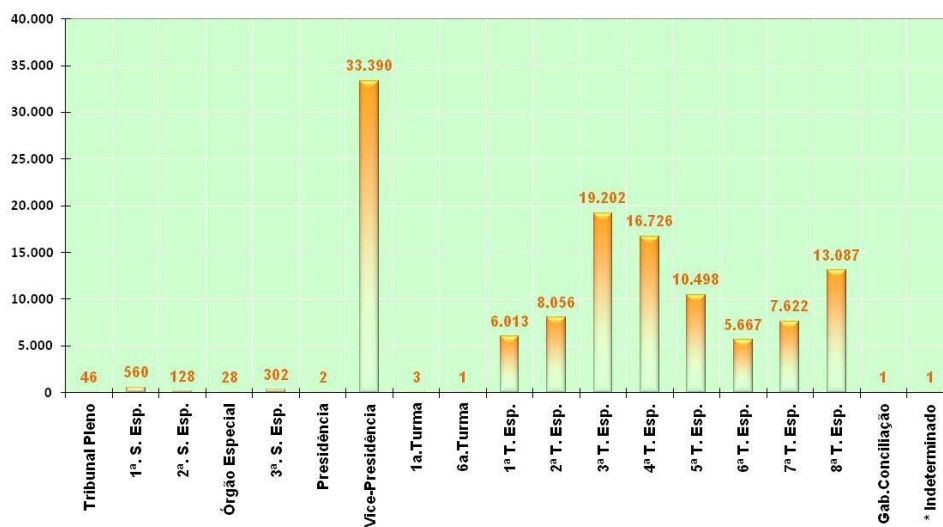


Gráfico nº20 - Tramitação por Turma Especializada - Processos Eletrônicos + Físicos – TRF2 – 2014

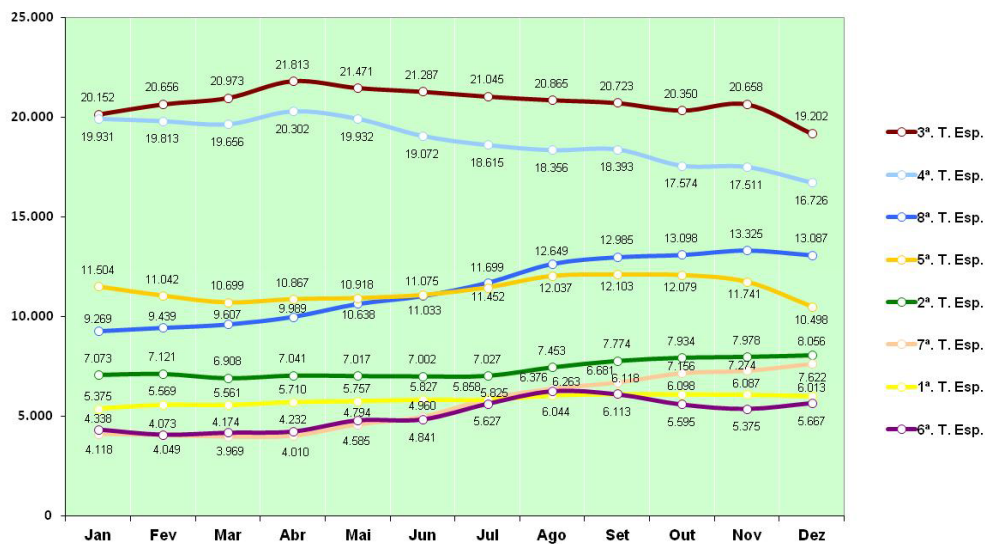


Gráfico nº21 – Comparativo Mensal da Tramitação – Processos Eletrônicos e Físicos – TRF2 – 2014

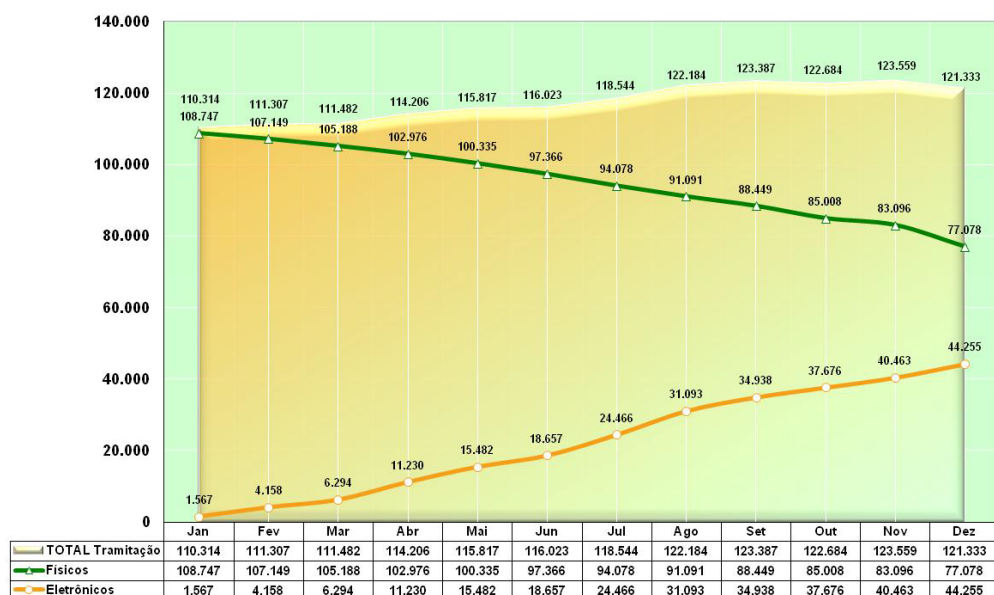


Gráfico nº 22 – Comparativo Anual de Processos por Natureza (Eletrônicos e Físicos) – TRF2 – 2014

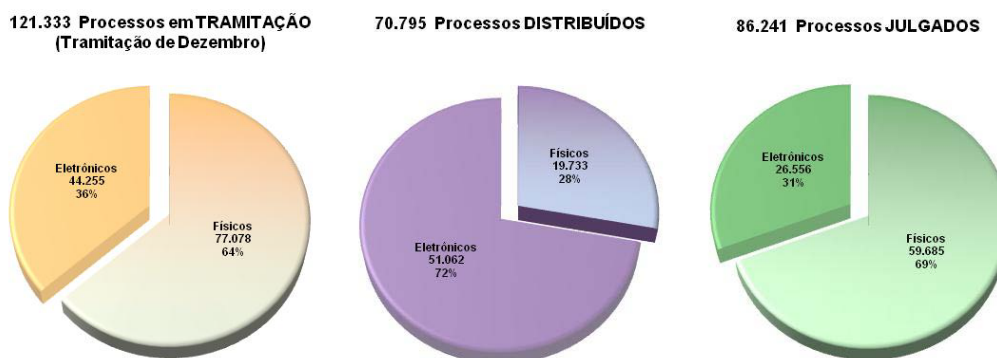


Gráfico nº23 - Comparativo 2013 e 2014 de Julgados - Processos Eletrônicos e Físicos – TRF2

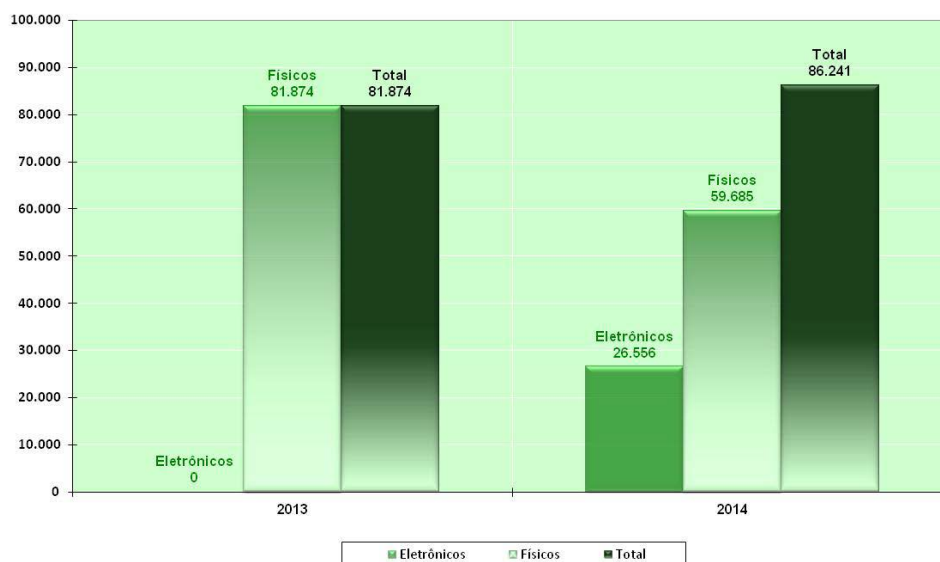


Gráfico nº24 - Comparativo 2013 e 2014 de Distribuídos - Processos Eletrônicos e Físicos – TRF2

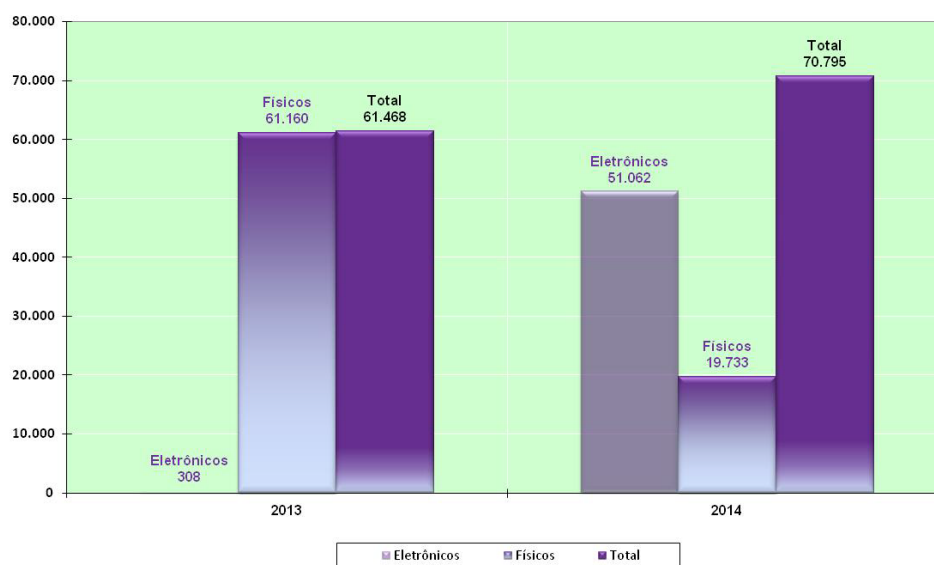
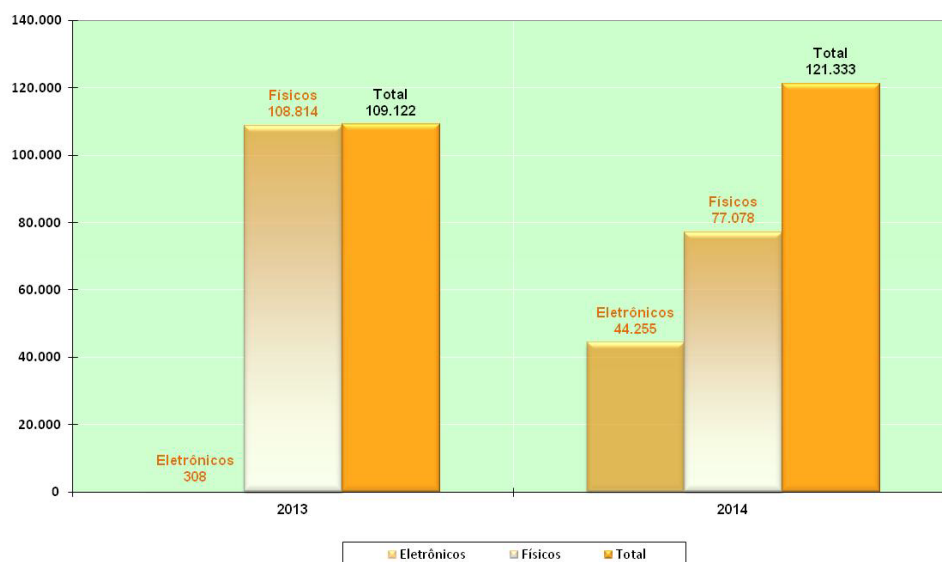


Gráfico nº25 - Comparativo 2013 e 2014 da Tramitação- Processos Eletrônicos e Físicos – TRF2



■ 1º GRAU

SJRJ

Gráfico nº26 - Comparativo Anual de Processos por TIPO DE JUÍZO - SJRJ - 2014

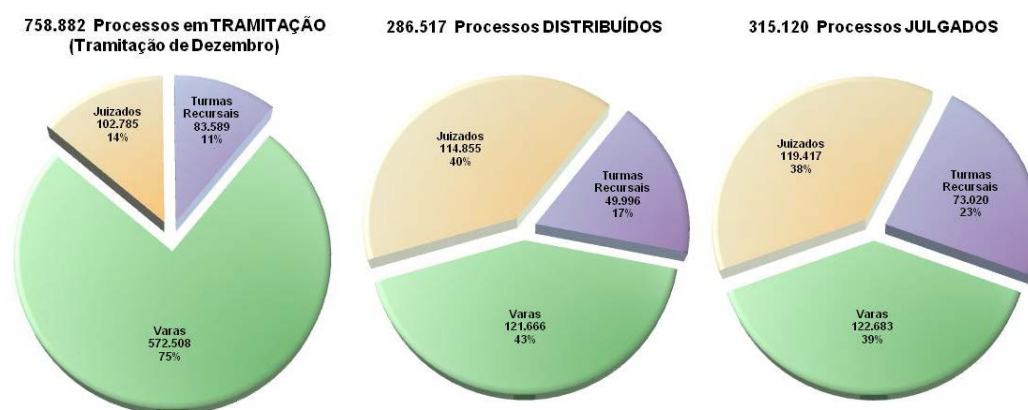


Gráfico nº27 - Comparativo Mensal da Tramitação - SJRJ - 2014

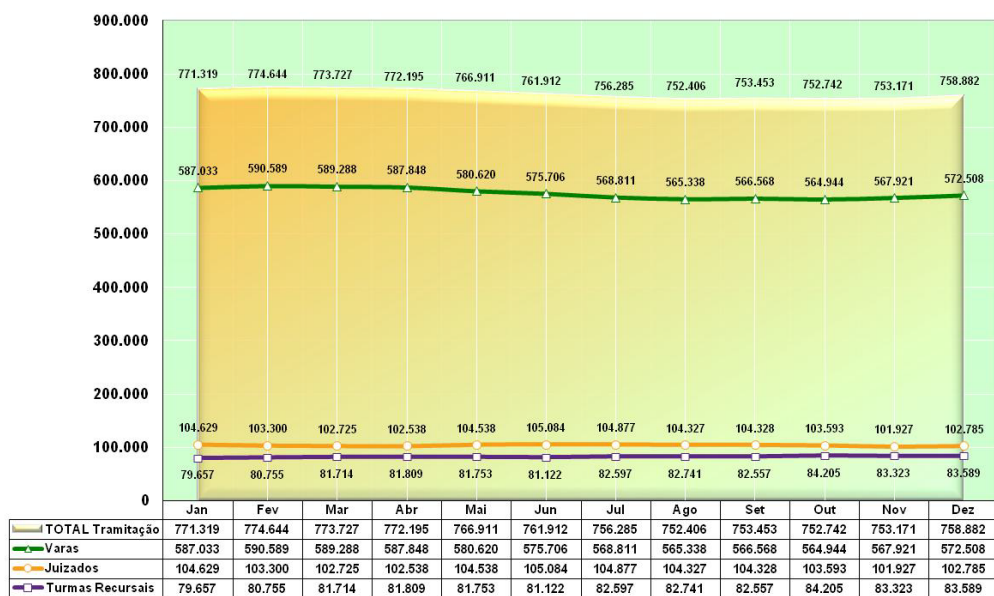


Gráfico nº28 - Comparativo Mensal de Distribuídos - SJRJ - 2014

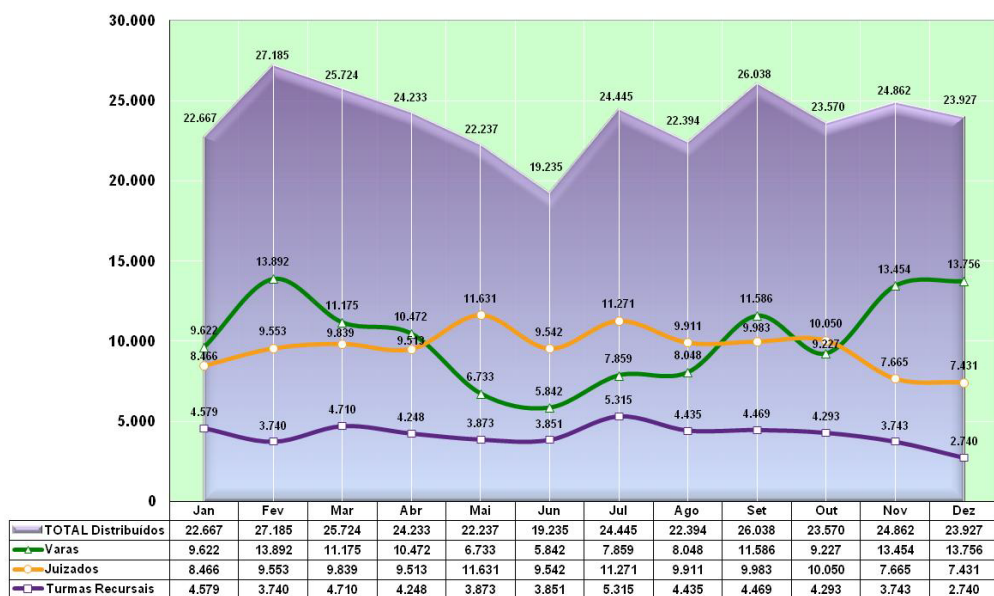
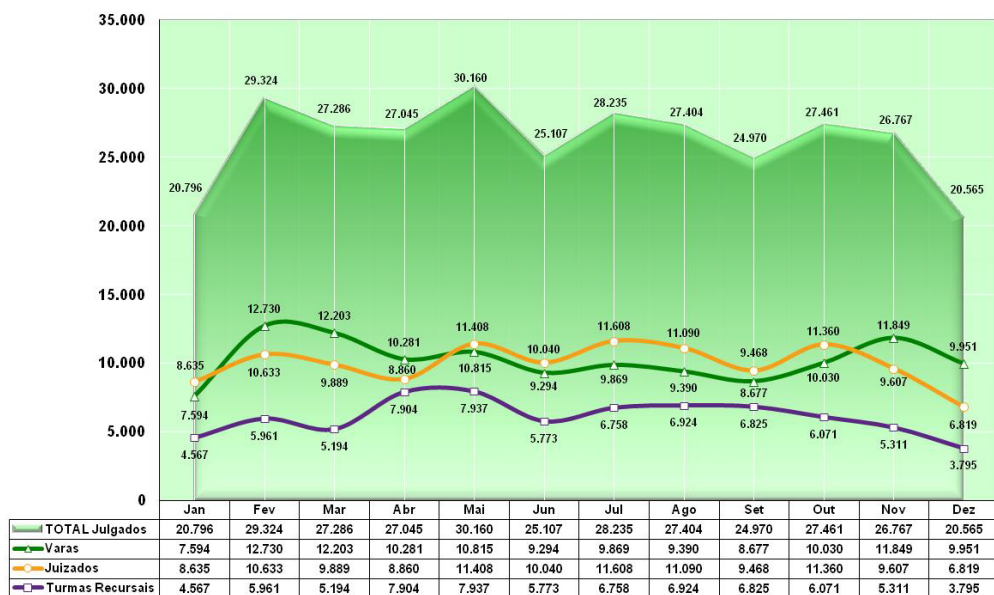


Gráfico nº 29 - Comparativo Mensal de Julgados - SJRJ - 2014



SJES

Gráfico nº 30 - Comparativo Anual de Processos por TIPO DE JUÍZO - SJES - 2014

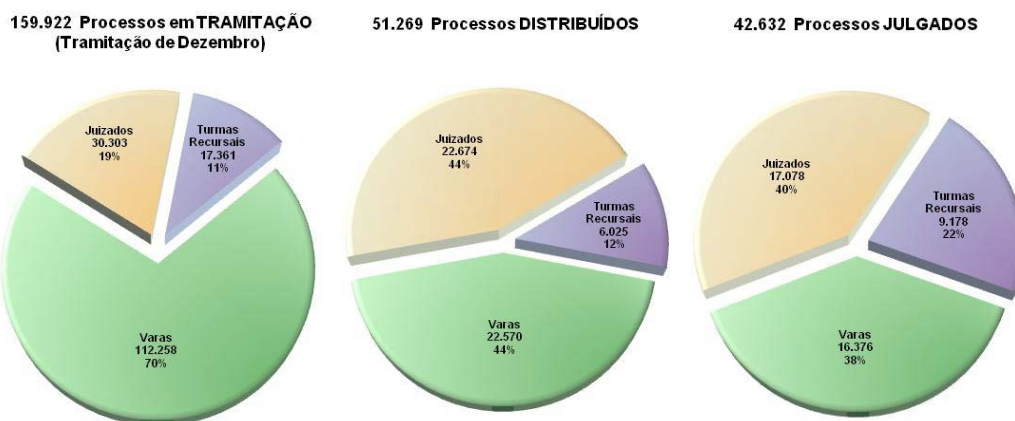


Gráfico nº31 - Comparativo Mensal da Tramitação - SJES - 2014

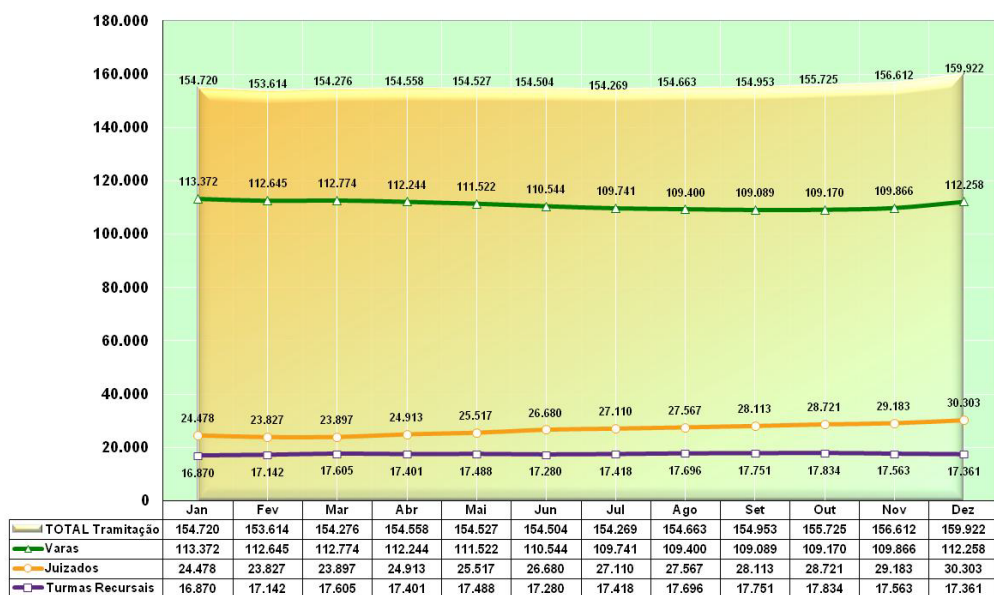


Gráfico nº32 - Comparativo Mensal de Distribuídos - SJES - 2014

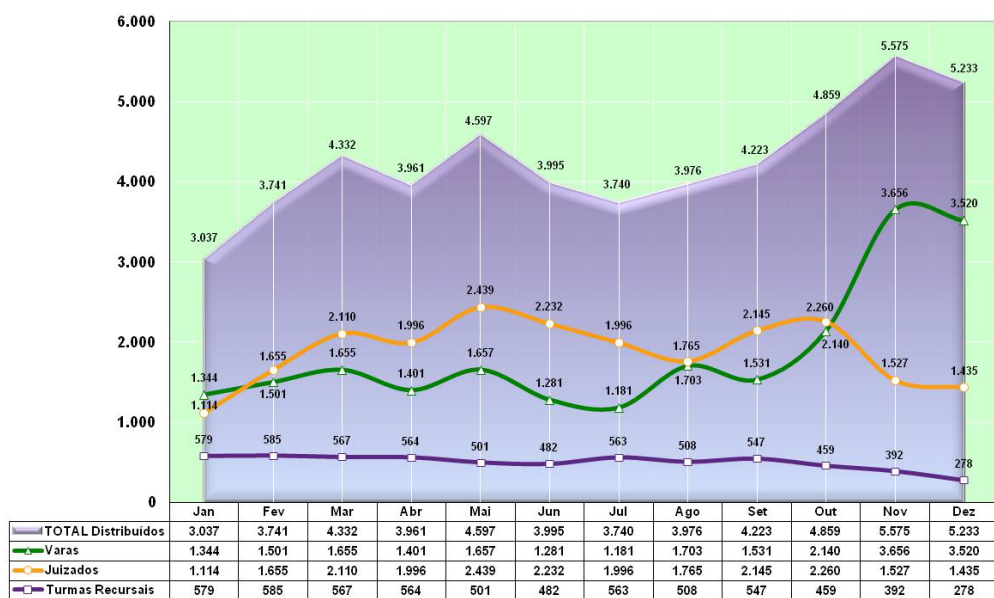
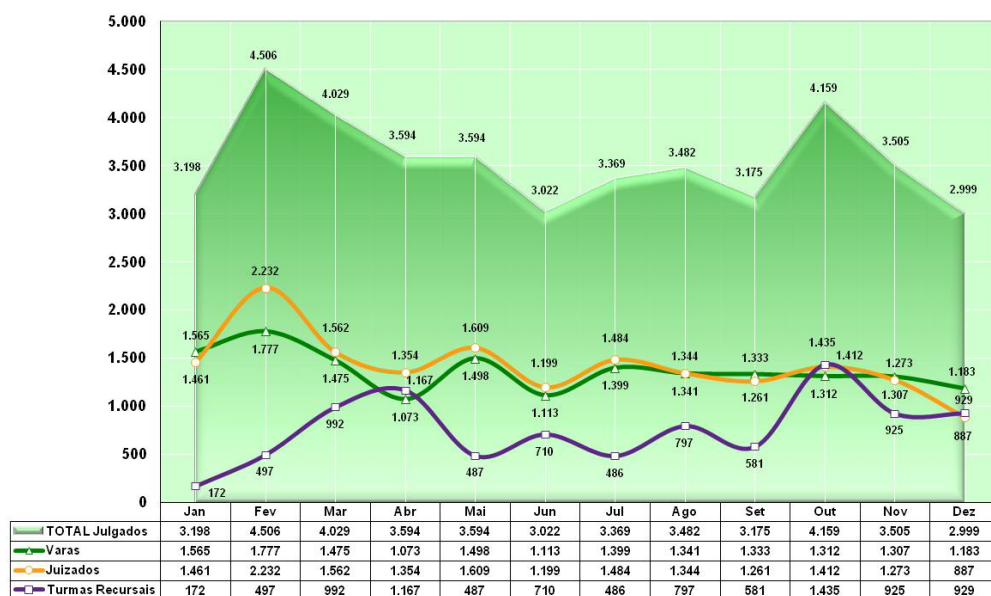


Gráfico nº33 - Comparativo Mensal de Julgados - SJES - 2014



■ TURMAS DE UNIFORMIZAÇÃO

A Turma Regional de Uniformização da 2ª Região, em 15/12/2014, organizou e realizou sessão de julgamento, no Plenário do TRF2, presidida pela Desembargadora Federal Coordenadora e com a participação dos juizes federais das Turmas Recursais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, tendo sido pautados 21 processos.

SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR)

As requisições de pagamento, decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, são emitidas em duas vias distintas: Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs).

A inclusão, previsão e execução das despesas voltadas para o pagamento de sentenças judiciais observaram as determinações contidas no art. 100 da Constituição Federal, Lei n.º 12.919/13 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014), Resolução n.º 168/2011 e Orientação Normativa n.º 02/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal, e Resolução T2-RSP-2012/00079 do TRF2.

Em assim sendo, a liquidação dos precatórios inscritos obedeceu à ordem cronológica de apresentação dos mesmos no TRF2 e garantiu a preferência dos créditos alimentares em relação aos demais, sendo todos liquidados no último trimestre de 2014, quando o Governo Federal disponibilizou os recursos financeiros necessários.



Por sua vez, os Requisitórios de Pequeno Valor (RPV), conforme estabelecido pela Lei nº 10.259/2001, são limitados a 60 salários mínimos e são processados mensalmente em ordem cronológica e depositados com correção monetária (TR), em até 60 dias, contados a partir do registro da requisição no TRF2.

Em 2014, em face das limitações orçamentárias nessa rubrica, as requisições de novembro não foram liquidadas dentro do prazo estabelecido em lei (art. 17 da Lei 10.259/01 e Resolução nº 168/11 CJF). Essas requisições serão liquidadas com créditos de 2015.

Destaque-se, também, a celeridade do processo de pagamento, que dispensa a apresentação de alvará judicial para levantamento dos valores depositados, e a publicidade dada a todos os envolvidos (credores, entidades devedoras, juízo), mediante o processamento eletrônico das requisições, e a divulgação dos dados cadastrais e fases de processamento, através da página do TRF2 na *internet*, o que permite um acesso rápido e preciso das informações de depósito.

No que tange ao fluxo dos procedimentos de inscrição, processamento e liquidação de precatórios e requisitórios de pequeno valor, o TRF2 dispõe de uma estrutura composta de setores com segregação de funções para cada etapa do processo, além de uma Secretaria de Controle Interno, com total acesso aos sistemas corporativos e ao SIAFI.

A proposta anual de precatórios para o exercício de 2014 compreendeu as requisições de pagamento apresentadas pelos juízos federais, juízos estaduais com competência delegada e órgãos fracionários do TRF2, no período de 02 de julho de 2012 a 01 de julho de 2013; bem como os valores das parcelas de precatórios parcelados em virtude da Emenda Constitucional nº 30/2000. Consigne-se que o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade do referido parcelamento; todavia, este subsistirá para os precatórios expedidos até o exercício de 2011, até que o STF decida os embargos declaratórios opostos pela União na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2356/DF (Resolução CJF nº 168/2011, art. 60).

No exercício, foram depositados 7.186 precatórios e 98.101 requisitórios de pequeno valor, totalizando a execução de quase R\$2 bilhões; com a ressalva de que, nesse cálculo, não foram abatidas eventuais devoluções havidas posteriormente ao depósito.





JUSTIÇA
FEDERAL
TRF2

PROCESSOS INTERNOS

ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO

Objetivos estratégicos

- Assegurar a atuação sistêmica na Justiça Federal.

ACESSO À JUSTIÇA

Objetivos estratégicos

- Facilitar o acesso à Justiça.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Objetivos estratégicos

- Agilizar os trâmites judiciais.
- Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa.
- Promover a conciliação.
- Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais.



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1454350.13323387-5314 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201501359A



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1454350.13323387-5314 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201501359A

ACESSO À JUSTIÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Facilitar o acesso à Justiça.

■ Descrição do objetivo

Garantir o amplo acesso ao maior número de cidadãos à resolução de conflitos.

INSTALAÇÃO DE VARAS FEDERAIS NA 2ª REGIÃO

Em 2014, a *Taxa de Implantação de Varas* na JF2, consonante com o cronograma de instalação de varas federais apazado no anexo II da Resolução CJF nº 102, de 14/04/2010, foi plenamente atin- gida, em 15/12/2014, com a instalação de cinco Juizados Especiais Federais – o 12º Juizado Especi- al Federal do Rio de Janeiro/RJ; o 13º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro/RJ; o 14º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro/RJ; o 15º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro/RJ; e o 16º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro/RJ – todos em Campo Grande, no Município do Rio de Janeiro.

Nesse tema, há frisar a importância dos Juizados Especiais Federais na democratização do acesso à justiça. Costuma-se afirmar que a primeira instância de jurisdição é a porta de entrada do Judiciário. Mas, é preciso que se diga que os Juizados são uma porta ainda mais imediata para a população, com seus ritos mais céleres e simples e pelo tipo de causa que julgam.

Anote-se que o bairro de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, é o mais extenso e o mais populoso do município, contando perto de 383 mil habitantes. Sem falar que a competência territorial dos JEFs da Zona Oeste inclui os bairros de Santa Cruz, Paciência, Sepetiba, Cosmos, Guaratiba, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Inhoaíba, Santíssimo, Senador Camará e Senador Vasconcelos, e os municípios vizinhos de Seropédica e Itaguaí. Somadas as populações, as novas unidades judicantes passam a beneficiar aproximadamente 1,3 milhão de pessoas. Nessa região densamente povoada, vislumbramos, assim, a expectativa de uma demanda superior a de muitas localidades do interior do estado.

Aliás, verdadeira razão de orgulho para a JF2 é saber que o Foro Federal de Campo Grande aflora como o primeiro núcleo jurisdicional avançado da Justiça Federal brasileira, ou seja, o primeiro a operar em local diverso da sede da Seção Judiciária. Espera-se que esse primeiro Foro regional faça-se o embrião de outros e que sirva de exemplo para a Justiça Federal do resto do país.

TURMAS RECURSAIS INSTALADAS

Em 09/12/2014, para lograr a redução do volume processual que tramita em grau de recurso nos Juizados, foram instaladas três novas Turmas Recursais – a 5ª Turma Recursal/SJRJ, a 6ª Turma Recursal/SJRJ e a 7ª Turma Recursal/SJRJ –, no foro da Avenida Venezuela do Município do Rio de Janeiro, compostas de três juizes federais titulares e respectivos suplentes, em observância aos ditames da Lei nº 12.665/2012.



Anote-se que se planejam ajustes na estrutura de pessoal das Turmas Recursais, sendo certo que a Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais – que funciona no CJF – está elaborando o anteprojeto de lei que cria mais cargos e funções, para complementar a estruturação das turmas recursais, iniciada pelo referido diploma legal.

De igual sorte, com o fito de ajustar as funções comissionadas aos trabalhos empreendidos na Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, foram promovidas alterações na estrutura dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, tornadas públicas pela Resolução nº TRF2-RSP-2014/00007, de 08/04/2014.

DISTRIBUIÇÃO DE UNIDADES JUDICIÁRIAS NA 2ª REGIÃO

A Justiça Federal de 1º grau da 2ª Região possui jurisdição em 2 estados da Federação, contando com 2 seções judiciárias – com sede nas capitais – e subseções judiciárias – sediadas em cidades do interior de cada estado.

Atualmente, com o aumento das unidades promovido em 2014, a jurisdição é exercida por 160 Juízes Federais Titulares e 86 Juízes Federais Substitutos, distribuídos em 107 Varas (89 no Rio de Janeiro e 18 no Espírito Santo), 36 Juizados Especiais Federais (33 no Rio de Janeiro e 3 no Espírito Santo) e 9 Turmas Recursais (7 no Rio de Janeiro e 2 no Espírito Santo). Eis a composição das Seções Judiciárias:

■ Seção Judiciária do Rio de Janeiro:

- **Juízos da capital**
 - Varas cíveis (capital): 28
 - Varas previdenciárias (capital): 4
 - Varas criminais (capital): 10
 - Varas de execução fiscal (capital): 12
 - Juizados Especiais (capital): 16
 - Turmas Recursais (capital): 7
- **Juízos do interior**
 - Angra dos Reis (01ª Vara Federal de Angra dos Reis)
 - Barra do Piraí (01ª Vara Federal de Barra do Piraí)
 - Campos (2 Varas e 2 Juizados Especiais Federais)
 - Duque de Caxias (2 Varas e 3 Juizados Especiais Federais)
 - Itaboraí (2 Varas Federais)
 - Itaperuna (01ª Vara Federal de Itaperuna)
 - Macaé (01ª Vara Federal de Macaé)
 - Magé (01ª Vara Federal de Magé)
 - Niterói (5 Varas e 2 Juizados Especiais Federais)
 - Nova Friburgo (1 Varas e 1 Juizados Especiais Federal)
 - Nova Iguaçu (2 Varas e 3 Juizados Especiais Federais)
 - Petrópolis (2 Varas Federais)
 - Resende (1 Vara e 1 Juizados Especiais Federal)
 - São Gonçalo (2 Varas Federais e 3 Juizados Especiais Federais)
 - São João de Meriti (6 Varas Federais e 2 Juizados Especiais Federais)
 - São Pedro da Aldeia (2 Varas Federais)
 - Teresópolis (01ª Vara Federal de Teresópolis)
 - Três Rios (01ª Vara Federal de Três Rios)
 - Volta Redonda (3 Varas Federais e 2 Juizados Especiais Federais)

■ Seção Judiciária do Espírito Santo

- **Juízos da capital**



- Varas cíveis: 6
- Varas criminais: 2
- Varas de execução fiscal: 4
- Juizados Especiais: 3
- Turmas Recursais: 2
- **Juízos do interior**
 - **Serra**
 - o Vara Federal de Serra
 - **Norte Capixaba**
 - o Vara Federal de Colatina
 - o Vara Federal de Linhares
 - o Vara Federal de São Mateus
 - **Sul Capixaba**
 - o 1º Juizado Especial Federal de Cachoeiro de Itapemirim
 - o 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim
 - o 3ª Vara Federal da Cachoeiro de Itapemirim

OUVIDORIA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

A Ouvidoria-Geral da JF2, em consonância com a determinação do CNJ, foi instituída pela Resolução nº T2-RSP-2011/00006, de 11/10/2011, abrangendo toda a 2ª Região, e a Resolução nº T2-RSP-2011/00007, de 11/10/2011, dispôs sobre a criação da estrutura organizacional necessária ao funcionamento da Unidade.

Importante canal de comunicação, a Ouvidoria se coloca à disposição do cidadão, não apenas para o esclarecimento de dúvidas, mas, também, como espaço para que ele reclame, denuncie, elogie ou apresente sugestões sobre os serviços prestados.

O sistema da Ouvidoria está disponível na página do TRF2, na *Internet*. Após a implantação desse ferramental, os usuários são orientados a utilizá-lo, mesmo aqueles que recebem orientação por telefone, com vistas a registrar a manifestação no sistema. Contudo, a Ouvidoria acolhe manifestações por outros meios, tendo em conta a dificuldade de algumas pessoas em acessar a sua página na *Internet*.

Quadro nº15 - Resumo das Demandas Recebidas na Ouvidoria – 2014

Órgão	Solucionadas	Em Acompanhamento	Aguardando Resposta	Em Análise	Total
TRF2	185	59	80	17	341
SJRJ	823	11	34	65	933
SJES	53	8	12	0	73
Total	1061	78	126	82	1347

Fonte: Relatório Anual da Ouvidoria do TRF2 / Exercício 2014.

Nota: Estão incluídas, nesses resultados, as demandas encaminhadas pelo requerente diretamente à Ouvidoria do CNJ e reencaminhadas à Ouvidoria do TRF2, totalizando 131 registros.

O resumo das demandas recebidas na Ouvidoria pode ser desdobrado para enfoque relativo ao canal utilizado e aos assuntos, conforme os quadros que se seguem:

Quadro nº 16 - Resumo das Demandas Recebidas na Ouvidoria, por Assunto – 2014

Matéria	Quantidade
Autos Desaparecidos	1
Desarquivamento	1
Discordância	11



Inclusão em Pauta	12
Demora na Contadoria	13
Informações Gerais	15
Precatório	15
Demora na Devolução dos Autos	20
Demora na Inclusão em Pauta	20
Inconformismo	26
Expedição de RPV	32
Falta de Informações	39
Demora na Conclusão para Despacho	44
Outras Demoras	57
Outras Ocorrências	66
Demora na Expedição de RPV	99
Demora na Conclusão para Decisão	116
Demora na Conclusão para Sentença	165
Demora na Conclusão para Julgamento	170
Demora sem Movimentação	198
Demora em Ir à Conclusão	227
Total	1347

Fonte: Relatório Anual da Ouvidoria do TRF2/Exercício 2014

Quadro nº17 - Resumo das Demandas Recebidas na Ouvidoria, por Canal Utilizado – 2014

Canais	Quantidade
Carta	3
Telefone	6
Presencial	45
E-mail	145
Formulário Eletrônico	1148
Total	1347

Fonte: Relatório Anual da Ouvidoria do TRF2/Exercício 2014

OUTROS CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO NA 2ª REGIÃO

TRF2

O TRF2 adota instrumento similar à Carta de Serviços ao Cidadão – preconizado no § 2º, art. 11, do Decreto nº 6.932/2009 –, no portal “Acesso à Informação”, disponibilizado no endereço eletrônico <http://www10.trf2.jus.br/ai/> e, em especial, no <http://www10.trf2.jus.br/ai/perguntas>.

Os conteúdos de interesse geral são divulgados nessas páginas, descrevendo-se as informações disponibilizadas, os requisitos necessários, as principais etapas, o prazo máximo para a prestação do serviço, a forma de comunicação, os locais e o modo de acessar diversos serviços disponíveis no TRF2.

Por sua vez, as informações relativas à transparência pública incluem ações e programas; auditorias; convênios; gestão orçamentária e financeira; gestão de pessoas; gestão estratégica e relatórios de gestão; informes institucionais, etc.

Essa modalidade de transparência ativa, preconizada na Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527, de 18/11/2011), possibilita que a própria pessoa interessada venha a sanar sua dúvida ou a obter a informação desejada, por meios próprios, sem depender de qualquer intermediário.



SJRJ

No âmbito da SJRJ, o acesso do cidadão para manifestações é garantido pela *Internet*, por intermédio do serviço “Fale Conosco”. Trata-se de um serviço descentralizado, onde diversas áreas respondem dúvidas, recebem denúncias, elogios, solicitações, sugestões e reclamações. O serviço direciona as questões dos usuários de maneira adequada, encaminhando-as para as unidades correspondentes.

Demais disso, o Núcleo de Comunicação Social – NCOS acompanha os *e-mails* recebidos pelo serviço “Fale Conosco”, no propósito de verificar a natureza das demandas e o nível de satisfação dos usuários. O NCOS faz relatórios sobre o grau de satisfação dos usuários de programas e campanhas institucionais, destacando-se o Programa Educativo *Conhecendo a SJRJ*, que tem, como público-alvo, estudantes do ensino médio de escolas públicas ou campanhas em parceria com o Instituto Nacional do Câncer.

A SJRJ ainda franqueia outros serviços destinados aos cidadãos, disponíveis no *site* da Instituição, como a consulta processual e a emissão e autenticação de certidões. Todos os dados e procedimentos referentes ao processo eletrônico, como cadastramento das partes, envio de petições e documentos, além de consultas sobre o andamento dos autos, também se encontram acessíveis por meio do *site*.

Em atendimento à legislação sobre transparência pública, na página da SJRJ, na *web*, exibem-se as informações sobre despesas com pessoal, licitações e contas públicas, eliminação de documentos, política de segurança da informação, entre outras.

Na forma presencial, a Seção de Atendimento Processual dos Juizados - SAPJE surge para realizar o primeiro contato do cidadão com a SJRJ, de sorte a auxiliá-lo no ajuizamento de demanda perante o Judiciário Federal. Essa Unidade procede a consultas periódicas, diretamente ao cidadão, a respeito do Primeiro Atendimento, na tentativa de aprimorar o serviço prestado.

SJES

Na SJES, existem dois canais de acesso do cidadão: 1) o *e-mail* contato@jfes.jus.br, disponível em sua página na *Internet*; e 2) o telefone do Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas – NCS, disponibilizado no *site* para contato.

O *e-mail* “contato” é o canal mais utilizado. As mensagens são direcionadas ao NCS, que as envia imediatamente às respectivas áreas responsáveis, solicitando respostas, as quais podem ser remetidas diretamente aos solicitantes ou ao próprio NCS para, se necessário, redigi-las em linguagem mais acessível e encaminhá-las aos cidadãos. A grande maioria é respondida no mesmo dia.

As demandas são cadastradas em tabelas mensais, contendo dados como: *assunto*, a *área-alvo* e o *nome de quem respondeu*, possibilitando a geração de relatório, que discrimina as quantidades mensais de perguntas/sugestões recebidas durante o ano e os assuntos mais recorrentes.

Em 2014, o NCS recebeu 370 pedidos externos, por *e-mail*, sendo que os mais recorrentes são pedidos de informações sobre processos; orientações para emissão de certidão negativa e para o envio de petição inicial eletrônica; solicitações de esclarecimentos sobre cadastro de advogados do Espírito Santo/ES e de outros estados, no processo eletrônico da JFES, e sobre encaminhamentos de cartas precatórias.

Ocorrem reclamações sobre atendimento, sugestões e pedidos de informações do público externo, por telefone, porém, muito raramente. Em geral, as demandas recebidas por esse canal são da imprensa. Também são acolhidas demandas de advogados, questionando sobre expediente, suspensão de prazos, e uso de ferramenta do processo eletrônico, e de jurisdicionados, com dificuldade na emissão de certidão eletrônica.



Na hipótese de reclamações sobre atendimento, por telefone, os reclamantes são ouvidos e aconselhados a encaminhar a reclamação, por escrito, à Ouvidoria do TRF2 ou, conforme o caso, à DIRFO da SJES.

De seu turno, o *site* da SJES exibe mecanismos de esclarecimento aos usuários sobre o funcionamento do Órgão. Além das informações presentes no *site*, a Seccional distribui manuais, com o passo a passo do peticionamento eletrônico, para advogados em ações de mobilização, assim como cartilhas aos estudantes sobre o funcionamento da Justiça Federal, durante visitas orientadas, realizadas por faculdades e escolas (ensino médio).



EFICIÊNCIA OPERACIONAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Agilizar os trâmites judiciais.

■ Descrição do objetivo

Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais pendentes, a fim de assegurar a razoável duração do processo.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa representa, em tese, o conjunto de processos de trabalho, políticas, leis e regulamentos que caracterizam uma empresa, o modo como ela é dirigida, administrada ou controlada e como são formadas as relações entre os atores envolvidos.

Nesse sentido, na Justiça Federal da 2ª Região, definiu-se um modelo de Gestão Organizacional apoiado, em última análise, na busca pela excelência do serviço e no equilíbrio entre a demanda da sociedade e a entrega da prestação jurisdicional.

Esse modelo foi revisado e atualizado pela Resolução nº T2-RSP-2013/00007, de 18/02/2013, que dispõe sobre as ações concernentes ao alinhamento institucional entre os órgãos que integram a JF2 (TRF2, SJRJ e SJES).

De se destacar, por oportuno, que a referida Resolução revelou-se de suma importância na implementação da política de governança da JF2, pois fixou diretrizes gerais para a administração, com o fito de otimizar recursos materiais e humanos, sem prejuízo de várias medidas específicas para cada Secretaria integrante do organograma da instituição.

Os princípios essenciais caracterizadores da denominada "boa governança" nortearam a essência do supracitado normativo, tais como: administração participativa, transparência, alinhamento, responsabilidade consenso, efetividade, eficiência e suporte à fiscalização, entre outros.

Assegure-se que, desde o seu limiar, primou-se por uma gestão eminentemente participativa, oportunidade em que temas de grande relevância foram apreciados por Comissões constituídas, ora por Desembargadores (ex: Comissão de Segurança Permanente da JF2, Comissão de Especialização de Varas para Julgamento de Ações Coletivas, etc), ora por Servidores (ex: Comitê do Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA, Comissão de Segurança da Informação – CSI, Comissão Local de Respostas a Incidentes – CLRI, Comissão de Gerenciamento de Crises, Comissão Permanente de Saúde, Comitê Institucional de Planejamento Estratégico do TRF2 – CIPE/TRF2, Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação – CODITI/TRF2, Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional, etc).

A existência do Comitê Gestor da JF2, instituído pela Portaria nº TRF2 nº 556, de 30/06/2006, já denota o engajamento das Unidades Jurisdicionadas com a política de resultados e avaliação contínua de suas ações.



O TRF2, por meio da Resolução nº TRF2-RSP-2014/00005, de 21/02/2014, criou a Coordenadoria de Planejamento e Gestão Corporativa – COPLAN e as Seções de Governança Corporativa e de Gestão por processos, vinculadas à primeira, no intento de consolidar o modelo de Gestão da JF2 e de aperfeiçoar seu sistema de governança, partindo-se de métodos modernos e flexíveis de gestão.

Tais providências expressam a preocupação da unidade jurisdicionada com a contínua melhoria de seus processos de negócio, bem como a seleção de uma estrutura capaz de gerar ações de governança (avaliar, direcionar e monitorar), que mantenham os atos de gestão alinhados ao cumprimento de sua missão institucional.

Ainda na seara da política de gestão participativa do TRF2, evidenciam-se outras medidas adotadas, a exemplo do incremento da troca de boas práticas entre setores similares dos três órgãos que compõem a JF2 e da realização de projetos de forma conjunta, aproximando os técnicos especializados em cada área, numa política de integração capaz de promover o desenvolvimento das ações segundo as necessidades e prioridade fixadas pela alta administração.

Com aplicação obrigatória na tramitação de documentos administrativos, com acesso público, o Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA garante um rigor de tratamento das informações – de sua origem até o arquivamento –, identificando-se os períodos de permanência dos expedientes nos setores e conferindo responsabilidades a estes. Note-se que tal motivação levou o CJF a adotar o SIGA, sugerindo, inclusive, sua utilização nacionalmente.

Na área judicial, há grupos focais como o Núcleo Permanente de métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região – NPSC2, que tem por escopo o processo pacífico de mediação como solução de conflitos, oferecendo aos jurisdicionados uma Justiça ágil e eficiente, em cumprimento à Resolução nº 125/CNJ, de 29/11/2010.

Outrossim, na tentativa de otimizar os recursos humanos e de dar efetividade ao cumprimento das metas fixadas pelo CNJ, saliente-se a instituição de mais um cargo, o de Assessor de Gestão de Metas, para cada Gabinete, justamente para o acompanhamento das referidas metas.

Em remate, importa sublinhar que a Política de Governança da JF2 mobiliza todos os atores envolvidos em cada ação a ser adotada – magistrados, servidores, estagiários e terceirizados –, de sorte a otimizar a força de trabalho da instituição, sem perder o foco no cliente – cidadão usuário, advogados e instituições envolvidas nos processos judiciais –, aprimorando serviços, soluções e produtos, que promovam a satisfação desses usuários, no ideal de facultar o oferecimento de serviços judiciais em conformidade com as expectativas da sociedade, cada vez mais cônica de seus direitos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa.

■ Descrição do objetivo

Implementar metodologias e ferramentas de gestão e o monitoramento e controle dos processos de trabalho, de forma a garantir o aprimoramento da gestão judiciária e administrativa.



CORREIÇÕES GERAIS ORDINÁRIAS

CORREGEDORIA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

O CJF – a teor do disposto no art. 105, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e na Lei 11.798, de 29/10/2008 – editou a Resolução nº 49, de 02/03/2009, estabelecendo, em seu art. 1º, § 2º, que as Corregedorias Regionais têm atuação direta sobre os órgãos da Justiça Federal de primeiro grau das circunscrições correspondentes ao respectivo Tribunal e, no art. 4º, sistematizou o desempenho da atividade correicional, aí incluindo a realização de correições ordinárias, em todas as varas federais, turmas recursais e juizados especiais federais; inspeções administrativas de avaliação e correições extraordinárias, se necessário ou conveniente; bem como o encaminhamento ao Corregedor-Geral da Justiça dos relatórios das inspeções e correições realizadas, com avaliação crítica da situação existente e indicação de medidas recomendadas, adotadas ou a serem adotadas, para aprimoramento da atividade jurisdicional.

Seguindo tais ditames, o Regimento Interno do TRF2 – publicado no Diário da Justiça da União de 29/01/2009 – enumera, em seu art. 24, as atribuições do Corregedor, dele se podendo extrair o exercício das seguintes funções na área da primeira instância:

- orientação e normatização das condutas funcionais e dos serviços judiciários;
- fiscalização e acompanhamento da fiscalização dos serviços judiciários;
- regulação dos serviços judiciários;
- administração da composição humana judicial;
- administração da estrutura organizacional judiciária;
- investigação e/ou disciplinamento de condutas funcionais;
- orientação da Sociedade acerca dos serviços judiciários;
- recepção de reclamação disciplinar, diante de infração administrativa disciplinar praticada por Magistrado e/ou Serventuário.

Nessa rota, através do Provimento nº 011, de 04/04/2011, aprovou-se a Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da 2ª Região, a qual vem passando por atualizações, sendo sua redação atual dada pelo Provimento nº TRF2-PVC-2014/00007, de 29/09/2014.

O Sistema de Correição compreende, em suma, toda atividade de prevenção e apuração de irregularidades, seja no tocante ao aspecto organizacional da unidade jurisdicionada ou quanto à conduta dos servidores, tendo por finalidade promover a coordenação e harmonização das atividades e, consequentemente, a otimização de procedimentos e o controle da atuação funcional e da conduta dos servidores.

As correições, em qualquer de suas formas, presencial ou eletrônica, são instrumentos valiosos, não só no conhecimento e acompanhamento do trabalho realizado pelos juízos e setores administrativos, mas, sobretudo, como um meio de valorização da prestação jurisdicional, na medida em que estabelecem uma troca de informações necessárias entre a Corregedoria, o magistrado e os servidores, na observância das realizações e das dificuldades pertinentes ao seu trabalho, no exercício de suas funções.

Em 2014, o setor de correição da Corregedoria alcançou excelentes resultados de produtividade nas unidades judiciárias. A fim de concretizar seus objetivos, deu continuidade à filosofia de trabalho implantada nas correições do exercício anterior. Destarte, manteve a realização de um levantamento das informações existentes nos Relatórios das Inspeções, Relatórios das Correições e nos Mapas



Estatísticos disponíveis a respeito da situação de cada Vara/Juizado Especial/Setores Administrativos, e a aplicação do sistema de acompanhamento dos trabalhos correicionados, denominado **Auto-inspeção das Varas/Juizados/Setores Administrativos**.

A **autoinspeção** é um procedimento no qual, baseado no levantamento de dados e da análise dos mesmos, por meio de um questionário que é respondido pelas Varas/Juizados/Setores Administrativos, antes das correições, cada um desses setores constrói uma visão de sua situação e, a partir dessa constatação, projeta metas de superação e progressão. Por outro lado, as informações obtidas constituem o ponto de partida dos trabalhos correicionais, conjugando-se aos conteúdos dos Relatórios das Inspeções e Correições do ano anterior.

O importante nesse procedimento é que se estabeleça uma progressão dinâmica de cada setor correicionado, cujo termo de comparação será sempre sua situação anterior e o alcance das metas de desenvolvimento estabelecidas. Anote-se que, em 2014, obteve-se melhor compreensão acerca da sua instrumentalidade e que a mesma, inclusive, foi utilizada por alguns magistrados como modelo de relatório de inspeção anual.

No exercício, realizaram-se todas as correições presenciais e eletrônicas previstas no calendário, conquistando-se a meta de 100% de acompanhamento das Varas/Juizados/Setores Administrativos. Foram elaborados os Relatórios, além das Decisões e Recomendações encaminhadas ao Pleno do TRF2, que decidiu em todos os processos.

Quadro nº18 - Calendário das Correições Realizadas pela Corregedoria Regional da JF2 - 2014

MÊS/DATA	VARA/JEF
FEVEREIRO 03 a 07 de fevereiro PRESENCIAIS	1ª Vara Federal de Petrópolis/RJ - 2ª Vara Federal de Petrópolis/RJ - Setores Adm. de Petrópolis/RJ
17 a 21 de fevereiro PRESENCIAIS	- Vara Única Federal de Friburgo/RJ - Setores Adm. de Friburgo/RJ - Vara Única Federal de Teresópolis/RJ - Setores Adm. de Teresópolis/RJ
MARÇO 10 a 14 de março	- Vara Única Federal de Magé/RJ - Setores Adm. De Magé/RJ - 3ª Vara Federal de São Gonçalo/RJ
24 a 28 de março	- Vara Única Federal de Itaperuna/RJ - Setores Adm. de Itaperuna/RJ - Vara Única Federal de Três Rios/RJ - Setores Adm. de Três Rios/RJ
ABRIL 07 a 11 de abril PRESENCIAIS	- 1ª Vara Federal de Volta Redonda - RJ - 2ª Vara Federal de Volta Redonda - RJ - 3ª Vara Federal de Volta Redonda - RJ - Setores Adm. de Volta Redonda - RJ
22 a 25 de abril ELETRÔNICAS	- 1ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - 2ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - 1ª Vara Federal Cível de Vitória - ES - 2ª Vara Federal Cível de Vitória - ES
MAIO 05 a 09 de maio PRESENCIAIS	- 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim - ES - Setores Administrativos de Cachoeiro de Itapemirim - ES - 1ª Vara Federal de Colatina - ES; - Setores Administrativos de Colatina - ES
05 de maio de 09 ELETRÔNICAS	- 3ª Vara Federal Cível de Vitória - ES - 4ª Vara Federal Cível de Vitória - ES-
19 de maio a 23 PRESENCIAIS	- 1ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia - RJ; - 2ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia - RJ; - Setores Adm. de São Pedro da Aldeia - RJ.
19 de maio a 23	- 5ª Vara Federal Cível de Vitória - ES - 6ª Vara Federal Cível de Vitória - ES



ELETRÔNICAS	-5º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro-RJ -6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro – RJ
JUNHO 02 a 06 de junho ELETRÔNICAS	- 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro - RJ; - 3ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ; - 4ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ. - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti - RJ
09 a 13 de junho ELETRÔNICAS	- 5ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ; - 6ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ; - 7ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro – RJ.
16 a 20 de junho ELETRÔNICAS	- 7ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - 8ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - 1º Juizado Especial Federal de Cachoeiro de Itapemirim - ES- - 3º Juizado Especial Federal de São Gonçalo - RJ
23 a 27 de junho ELETRÔNICAS	- 10ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - 11ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - Vara Única de Serra – ES - 3º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro - RJ
JULHO 30/06 a 04 de julho ELETRÔNICAS	- 12ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - 14ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - 1ª Vara Federal de Duque de Caxias - RJ - 2ª Vara Federal de Duque de Caxias – RJ
07 a 11 de julho ELETRÔNICAS	- 15ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - 16ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - 1ª Vara Federal de Nova Iguaçu - RJ - 2ª Vara Federal de Nova Iguaçu - RJ
14 a 18 de julho ELETRÔNICAS	- 17ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - 18ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - 1ª Vara Federal de Resende - RJ - 1º Juizado Especial Federal de São Gonçalo – RJ - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal de São Gonçalo - RJ
21 a 25 de julho ELETRÔNICAS	- 19ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - 20ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - 1º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro – RJ - 2º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro
28 a 31 de julho ELETRÔNICAS	- 21ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - 22ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - 1º Juizado Especial Federal de São João de Meriti - 2º Juizado Especial Federal de São João de Meriti
AGOSTO 04 a 08 de agosto ELETRÔNICA	- 1º Juizado Especial Federal de Volta Redonda - RJ - 2º Juizado Especial Federal de Volta Redonda - RJ - 2º Juizado Especial Federal de Campos - RJ.
04 a 08 de agosto PRESENCIAIS	- 1ª Vara Federal de Macaé - RJ - Setores Administrativos de Macaé - RJ - 1ª Vara Federal de Angra dos Reis – RJ - Setores Administrativos de Angra dos Reis
18 a 22 de agosto ELETRÔNICAS	- Setores Adm.de Resende - RJ - Setores Adm. de Barra do Piraí - RJ - Setores Adm. de Duque de Caxias - RJ - Setores Adm. de Nova Iguaçu - RJ - 1º Juizado Especial Federal de Vitória - ES - 2º Juizado Especial Federal de Vitória - ES - 3º Juizado Especial Federal de Vitória – ES
PRESENCIAIS	- Vara Única de Barra do Piraí – RJ - Setores Adm. Sub. Jud. de Resende - RJ - Setores Adm. Sub. Jud. de Nova Iguaçu - RJ
25 a 29 de agosto PRESENCIAIS	- 3ª Vara Federal de São João de Meriti - RJ - 4ª Vara Federal de São João de Meriti - RJ - 6ª Vara Federal de São João de Meriti – RJ



SETEMBRO 08 a 12 de setembro ELETRÔNICAS	- 26ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro- RJ - 27ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ
15 a 20 de setembro ELETRÔNICAS	- 28ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - 29ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - 30ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ
22 a 26 de setembro ELETRÔNICAS	- 32ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - 23ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro - RJ - 24ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro – RJ
22 a 26 de setembro PRESENCIAL	-10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro- RJ
OUTUBRO 06 a 10 de outubro PRESENCIAIS	- 1ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro - RJ - 2ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro – RJ
20 a 24 de outubro PRESENCIAIS	- 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro - RJ - 4ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro – RJ-
NOVEMBRO 03 a 07 de novembro PRESENCIAIS	- 5ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro - RJ - 6ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro – RJ
17 a 21 de novembro PRESENCIAIS	- 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro - RJ - 8ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro – RJ
DEZEMBRO 01 a 05 de dezembro PRESENCIAIS	- Setores Administrativos de Vitória - ES - Setores Administrativos da Subseção Judiciária da Serra – ES - Setores Adm. Sub. Jud. de Barra do Piraí - RJ - Setores Adm. Sub. Jud. de Duque de Caxias
08 a 12 de dezembro PRESENCIAIS	- Setores Administrativos da Subseção judiciária do Rio de Janeiro – RJ

Destaque-se, ainda, que o Setor de Correição organizou um curso de capacitação, em dois encontros, para os Diretores de Secretaria da SJES, visando divulgar a nova sistemática da correição e uniformizar as informações quanto ao uso dos mapas estatísticos e relatórios. Como material didático, foi elaborada uma apostila, contendo os principais documentos do CJF (Resoluções 496/2006 e 049/2009) e do TRF2-Setor de Correição/2014 (Questionário de Autoinspeção, Roteiros para correições do espaço físico, das Varas Mistas, das Varas de competência criminal, dos setores administrativos e modelo de Relatório de Correição).

Ao demais, a Corregedoria autuou e deu andamento a todas as reclamações recebidas contra magistrados, como representação ou comunicação, em razão da existência de indícios da prática de infração disciplinar.

Em remate, no seu mister de correicionar e inspecionar, a Corregedoria também gerenciou e controlou o efetivo cumprimento, pelas seccionais, das Metas Nacionais do Poder Judiciário de 2014 aplicáveis ao TRF2.

PRESIDÊNCIA DO TRF2

Em outra face do sistema de correição, tem-se a análise da conduta funcional dos servidores públicos lotados no TRF2. Para tal fim, o Tribunal conta com uma Comissão Temporária de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CTSPAD instaurada pela Presidência, que é formada por servidores estáveis, nos termos do art. 149 da Lei nº 8.112/90, e encarregada de apurar a responsabilidade do servidor em razão de infração praticada no exercício de suas atribuições e/ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. A atual CTSPAD foi constituída pela Portaria nº TRF2-PTP-2013/00346, de 09/05/2013.

SJRJ

Na SJRJ, o sistema de correição é executado em dois campos distintos: na esfera judicial e na esfera administrativa.



Na esfera judicial, o poder correicional é exercido pelo próprio Juízo da unidade, por meio de inspeções judiciais (artigos 222 a 234 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região), bem como pela Corregedoria do TRF2 (artigos 38 a 46 da referida norma). Observe-se, portanto, que nas unidades judiciais não há a ingerência da administração da seccional.

No âmbito administrativo, além das correições efetivadas pela Corregedoria, as Portarias nºs RJ-PGD-2009/00046 e RJ-PGD-2009/00060 estabeleceram a realização de inspeções periódicas nas unidades subordinadas à DIRFO. Atualmente, essa atividade encontra-se regulamentada no artigo 61 da Consolidação de Normas da Direção do Foro e no Manual para Inspeções Administrativas - SJRJ.

O cronograma das inspeções administrativas da DIRFO para o exercício de 2014 foi fixado pela Portaria nº JFRJ-POR-2013/00821. Todas as vinte e seis unidades nele previstas foram devidamente inspecionadas. Ao final de cada inspeção, elaborou-se o correspondente relatório, como se segue:

Quadro nº19 - Relatório das Inspeções da DIRFO da SJRJ - 2014

NSDF	JFRJ-MEM-2014/00957
Subsecretaria de Controle Interno	JFRJ-MEM-2014/03265
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças	JFRJ-MEM-2014/03410
Secretaria Geral	JFRJ-MEM-2014/03777
Subsecretaria Jurídica e Contábil	JFRJ-MEM-2014/04336
Subseção de Nova Iguaçu	JFRJ-MEM-2014/04023
Subsecretaria de Infra-Estrutura	JFRJ-MEM-2014/05266
Subsecretaria de Gestão de Serviços	JFRJ-MEM-2014/05000
Núcleo de Comunicação Social	JFRJ-MEM-2014/05530
Dir – Angra dos Reis	JFRJ-MEM-2014/05804
Dir – Barra do Piraí	JFRJ-MEM-2014/06119
Dir – Macaé	JFRJ-MEM-2014/09171
Dir – São Pedro da Aldeia	JFRJ-MEM-2014/09338
Dir – Itaperuna	JFRJ-MEM-2014/09352
Dir – Campos dos Goytacazes	JFRJ-MEM-2014/09339
NSEG	JFRJ-MEM-2014/09859
NCDE	JFRJ-MEM-2014/09513
Subsecretaria de Gestão de Pessoas	JFRJ-MEM-2014/10228
Subsecretaria de Contratações e Material	JFRJ-MEM-2014/10900
NCOM	JFRJ-MEM-2014/11298



Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comun.	JFRJ-MEM-2014/13309
Subsecretaria de Cálculo Judicial	JFRJ-MEM-2014/13310
Subsecretaria de Distribuição e Atividades Judiciárias	JFRJ-MEM-2014/13748
Subsecretaria de Informação e Documentação	JFRJ-MEM-2014/13821
Dir – São João de Meriti	JFRJ-MEM-2014/14788
Dir - Itaboraí	JFRJ-MEM-2014/14915

Os principais eventos apurados relacionam-se à necessidade de melhorias nas instalações físicas de determinadas unidades, notadamente a Subseção de Itaperuna (JFRJ-MEM-2014/09352). Tais demandas, segundo critério da DIRFO, foram encaminhadas às unidades competentes, para se manifestarem sobre a viabilidade de sua implementação.

No que tange às atividades administrativas que interferem de forma mais direta na prestação jurisdicional – execução de mandados, distribuição de processos e contadoria – é fato que não se encontraram irregularidades dignas de destaque. Os eventuais acúmulos de serviço e/ou atrasos pontuais foram esclarecidos pelas unidades competentes, consoante apreciou a DIRFO.

SJES

Na SJES, o sistema de correição também é realizado em dois âmbitos distintos: na área judicial e na área administrativa, a exemplo do que se dá na SJRJ.

Dessarte, na área judicial, o poder correicional é exercido pelo próprio Juízo da unidade, através de inspeções judiciais (artigos 222 a 234 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região), bem assim pela Corregedoria do TRF2 (artigos 38 a 46 da referida norma). Aqui, igualmente, não há a ingerência da Administração da seccional nas unidades judiciais.

Já no âmbito administrativo, a promoção de auditoria, em sua maior parte e intensidade, é atividade inerente aos órgãos de controle interno da própria SJES e constitui-se em instrumento essencial à análise e verificação da boa e regular aplicação dos recursos públicos pelos gestores.

É praxe na SJES a realização anual de uma auditoria de maior abrangência, contemplando diversos enfoques, contábeis e de legalidade. Todavia, no exercício de 2014, diante de auditoria externa feita pelo TRF2 no mesmo período, não foi possível a execução de auditoria anual.

Às auditorias internas acima mencionadas, somam-se aquelas realizadas pela Secretaria de Controle Interno do TRF2. No âmbito do Sistema de Controle Interno da JF2, essa rotina está implementada com sucesso desde o exercício de 2002.



COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

COMUNICAÇÃO INTERNA

Quadro nº 20 – Informativos da 2ª Região

Informativo	Nº de Edições	Conteúdo
Jornal Mural	12	Informativo Interno mensal fixado no <i>hall</i> dos elevadores do prédio anexo II
<i>Intranet</i>	Atualizações constantes	Publicação de 141 matérias, tratando de assuntos administrativos do TRF2, e 216 avisos na barra de rolagem
Eventos	55	Divulgação e cobertura de eventos internos
Informes	147	Informativos fixados nos elevadores e andares do prédio do TRF2
Sistema de Som	34	Comunicações internas de avisos pelo sistema de som
<i>E-mail</i>	127	Informes enviados, por <i>e-mail</i> , a todos os servidores e magistrados do TRF2
Vídeos	26	Elaboração de vídeos internos do TRF2
Mídia Digital	292	Campanhas e comunicados veiculados nos monitores expostos no térreo, 2º e 22º andar
Circulando	3	Publicação encerrada, que informava as atividades realizadas pelas Secretarias do TRF2

DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

■ Portal do TRF2

No endereço <http://www10.trf2.jus.br/ai/>, podem ser localizadas as informações relativas à transparência pública, incluindo ações e programas; auditorias; convênios; gestão orçamentária e financeira; gestão de pessoas; gestão estratégica e relatórios de gestão; informes institucionais, além de comunicados acerca dos canais de informação ao cidadão.

Em 2014, foi lançado o *link* “Prazos”, na sua página institucional, para consultas sobre suspensão de expedientes e prazos na 2ª Região, afora os feriados e recessos. Com o novo serviço, o usuário pode consultar as regras que tratam dos prazos processuais, previstos no Regimento Interno do TRF2, nas leis e nas portarias do TRF2, desde 2011, com as razões que motivaram cada interrupção do expediente.

■ Atividades relativas à Disseminação e Governança da Informação na Web

A Coordenadoria de Disseminação e Governança de Informações na Web – CODGIN, da Subsecretaria de Produção Visual, da estrutura da Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação do TRF2, dedicou-se ao desenvolvimento do novo portal de *internet*, priorizando o novo *site* inaugural e o *site* que reunirá o acesso a todas as consultas e serviços da área judicial, dando ênfase ao *design* e à organização das informações, de molde a oferecer ao usuário uma experiência rica e de fácil domínio. Dentre os principais recursos que serão oferecidos, sublinhe-se a nova busca do *Google*, que ensejará a pesquisa unificada nas diversas bases indexadas, dispensando o preenchimento de campos de formulário e o uso de *captcha*.



Em 2014, foi construído e lançado o *site* comemorativo dos 25 anos da Justiça Federal da 2ª Região, ação do programa “TRF2 – 25 Anos”, cuja proposta é criar canais permanentes de resgate e preservação da memória. O *site* ofereceu recursos como linha do tempo dos principais acontecimentos no período, história em imagens, além de espaço para compartilhamento de narrativas e fotografias pessoais, obtendo mais de 40 mil acessos no ano. O *site* de Eventos foi reformulado, para contemplar a divulgação e inscrição no Seminário de 25 anos da Justiça Federal da 2ª Região.

O *site* de Acesso à Informação obteve a marca de 322 mil visualizações de páginas em 2014, em parte devido à divulgação de informações atinentes à transparência ativa.

Ao demais, foram atendidos mais de seiscentos pedidos de atualização de informações na *internet* e *intranet*; iniciou-se a criação do portal regional de TI; afora a promoção de treinamento e o suporte aos gestores de conteúdo dos *sites* já publicados.

Em ação contínua de melhoria da administração e infraestrutura de servidores, foram adotadas medidas para aumento da segurança no acesso aos serviços, através da atualização da plataforma, instalação e customização de *plugins*. Ressalte-se a implementação do *login* regional aos *sites* restritos, facultando o acesso aos servidores das seções judiciárias, bem como de pesquisas e investigação de novos recursos para uso nos *sites*.

Acrescente-se o advento da parceria com a Assessoria de Comunicação, para reformulação da *intranet* e a criação da estrutura para lançamento do “quiz”, em comemoração ao Dia do Servidor.

No que tange à governança, iniciou-se o exame para definição de políticas e regras destinadas ao controle da disseminação de informações na *web*.

Com o objetivo de disponibilizar o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – eSic, desenvolvido pela Controladoria Geral da União – CGU, foi preparado o diagnóstico do sistema e, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, desenvolvidas as customizações necessárias à realidade do Tribunal. O eSic constitui novel canal de acesso do cidadão e permite que pessoas, físicas ou jurídicas, encaminhem pedidos de acesso à informação, acompanhem o prazo e recebam a resposta da solicitação realizada, além de interponem recursos. O sistema encontra-se em fase final de homologação, com previsão de implantação no primeiro trimestre de 2015.

■ Assessoria de Imprensa

Em 2014, diversos veículos de comunicação solicitaram entrevistas e buscaram informações sobre processos em trâmite no Tribunal. Os veículos que mais procuraram o TRF2 e as Seccionais constam no quadro a seguir:

Quadro nº 21 – Solicitação de Entrevistas e/ou Informações Processuais – Veículos de Comunicação

Impressos	O Globo, O Dia, Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, O Fluminense, Veja e Época, Extra, Jornal do Commercio, Valor Econômico, A Gazeta (ES), A Tribuna (ES), Diário de Petrópolis, Diário de SP
Agências de Notícias	Reuters, France Presse, Bloomberg
Sítios Eletrônicos	Consultor Jurídico, Portal Brasil, Jota, Migalhas
Rádios	CBN e BandNews
TVs	Globo, Globonews, InterTV (Campos), Record e BandNews, SBT, EBC, TV RioSul
Outros	Wall Street Journal, Financial Times



Em 2014, foram publicadas **413** matérias sobre decisões judiciais, mutirões de conciliação e ações administrativas da Justiça Federal do Rio de Janeiro nos grandes jornais do Rio e São Paulo e em sites especializados em assuntos jurídicos, e **330** sobre o TRF2.

O TRF2, através da sua Coordenadoria de Relacionamento com a Imprensa, recebeu **174** solicitações de entrevistas e/ou informações processuais e/ou institucionais, encaminhadas por veículos de comunicação no ano de 2014, nas seguintes unidades:

- Mídia impressa: 60 pedidos;
- Sítios eletrônicos: 27 pedidos;
- Rádios: 16 pedidos;
- TVs: 40 pedidos;
- Outros: 31 pedidos.

JORNALISMO IMPRESSO

Quadro nº22 – Informativos da 2ª Região – Jornalismo Impresso e Eletrônico - TRF2

Informativo	Nº de Edições	Conteúdo
<i>Habeas Data</i>	2	Especial 25 anos e Acesso à Informação
<i>Internet/Site</i>	Atualizações Constantes	Foram publicadas 617 avisos e releases de divulgação para a mídia, jurisdicionados e outros interessados, na <i>home</i> do portal do TRF2
Site Comemorativo 25 anos	15	Matérias publicadas no site comemorativo TRF2/25 Anos
<i>Twitter</i>	418	<i>Tweets</i> publicados na página do TRF2 no <i>Twitter</i>

Quadro nº 23 – Informativos da 2ª Região – Jornalismo Impresso e Eletrônico - SJRJ

Informativo	Nº de Edições	Conteúdo
Antena Jus	21	Informativo eletrônico interno com matérias sobre ações e projetos administrativos, serviços destinados aos funcionários, campanhas ambientais, educativas, institucionais e outras, além de matérias sobre saúde, cultura e comportamento. No total foram publicadas 161 matérias.
Internet/site	Atualizações constantes	Foram publicados 52 avisos dirigidos aos jurisdicionados, na seção “Em Destaque”, e 105 <i>releases</i> de divulgação, para a mídia e outros interessados, na seção “Imprensa”
Intranet	Atualizações constantes	A Seção de Relações Públicas publicou 385 avisos.
Boletim Venezuela	101	O Boletim, que foi publicado por seis meses, foi criado para informar sobre a situação estrutural dos prédios e as iniciativas da SJRJ para gerir os problemas causados pela escavação de túneis no terreno do Foro Marilena Franco de responsabilidade da Prefeitura. A obra provocou muitos desconfortos para magistrados, servidores, estagiários, trabalhadores de empresas terceiras, jurisdicionados e público em geral.

TELEJORNALISMO



Quadro nº24 – Informativos da 2ª Região – Telejornalismo

Meio de Comunicação	Quantidade	Conteúdo
TJ Justiça	44	Matérias do TRF2 veiculadas no programa Via Legal

PRODUÇÃO GRÁFICA E EDITORIAL

A equipe da Subsecretaria de Produção Visual – SPRO, da estrutura da Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação do TRF2, é responsável pela construção da identidade visual de peças publicitárias, impressos, *banners*, sinalizações, dentre outros produtos que demandam *design* gráfico, criados no âmbito do Tribunal e demais órgãos da Justiça Federal da 2ª Região. Além disso, gerencia e executa impressões gráficas para toda a Região.

As atividades gráficas e editoriais implicam diversas etapas, partindo da geração da ordem de serviço, após a recepção dos pedidos. Cabe à SPRO produzir regularmente, em meios digitais e físicos, produtos editoriais, materiais didáticos, peças publicitárias e impressos em geral, tanto para eventos rotineiros como para eventos pontuais.

A seguir, encontram-se listados os principais serviços prestados pela SPRO – rotineira, permanente ou eventualmente –, os respectivos destinatários e os dados numéricos do volume total de trabalho, no exercício de 2014.

■ Serviços de Rotina:

Presidência:

- Assessoria de Comunicação: programação visual de campanhas para divulgação via TV corporativa, *e-mail* institucional, cartazes e *banners*;
- Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial: materiais diversos para posses de magistrados no TRF2, *Forum* Regional dos Juizados Especiais Federais e solenidades diversas.

CCJF:

- talonários, *folders*, *banners* e cartazes.

EMARF / CAE:

- materiais didáticos e folheterias, em geral.

Secretarias:

- crachás em PVC de identificação dos servidores; cartazes para divulgar as novas aquisições de livros da Biblioteca; cartazes, apostilas e certificados para os cursos de capacitação da DICRE; cartões de estacionamento, crachás, identificação de vagas de garagem; relatórios institucionais e materiais didáticos, encadernações, capas e divisórias.

Gabinetes e Turmas:

- cartões de visita, cartões de natal, etiquetas para processo (marcadores), encadernação brochura, espiral e capa dura.

Gabinete da Corregedoria:

- materiais para os encontros de juízes federais titulares.

SJRJ:



- sinalização, crachás e formulários.

SJES:

- crachás, cartões de visita, cartazes para estágio, publicações, capas de relatórios e apostilas.

■ **Projetos Permanentes:**

- 3º FOREJEF – *Forum* Regional dos Juizados Especiais Federais;
- 1º Encontro das Áreas de Gestão de Pessoas da 2ª Região;
- XV Concurso para Juiz Federal Substituto (sinalização, etiquetas, cartazes);
- Semana Nacional de Conciliação e demais mutirões de conciliação;
- Mérito Institucional (certificados);
- Campanhas de saúde: *folder* postura e ginástica laboral e *folder* educativo para prevenção de doenças bucais
- Cartilhas para o cidadão: “Dicas e Contatos” e “Custas Judiciais”;
- Justiça Federal vai ao Cidadão - Cartilhas para as oficinas com as agentes comunitárias da Cidade de Deus (Casa de Direito).

■ **Projetos Pontuais:**

- Palestra “Aspectos jurídicos do assédio moral”;
- 25 Anos:
 - o Cerimônia de entrega dos *botons* aos servidores pelos 25 anos de serviços prestados ao TRF2 (sinalização, certificados, convites, *folders*);
 - o Solenidade para comemorar o Jubileu de Prata do TRF2;
 - o Seminário 25 anos da Justiça Federal da 2ª Região;
 - o Exposição 25 anos do TRF2;
 - o Livro 25 anos;
- Posse de Magistrados: Dra. Leticia de Santis e Dr. Marcelo Granado;
- Projeto de Renovação arquitetônica e visual do Plenário;

■ **Publicações Digitais:**

- ACOI – Informativo Circulando.

■ **Publicações Impressas:**

- ACOI – Informativo *Habeas Data*.
- SED – Boletim Interno
- SG – Relatórios de Gestão e Atividades
- SJES – Memória Institucional da Seção Judiciária do Espírito Santo;
- SJRJ – Revista da SJRJ edições 38, 39, 40 e 41;
- EMARF:
 - o Revista EMARF edições 20 e 21;



- o Caderno de Fenomenologia e Direito (vol.2 nº 2, vol.1 nº 2, vol. 4 nº 1, vol. 7 nº 1, vol. 1 nº 2, vol. 7 nº 2).

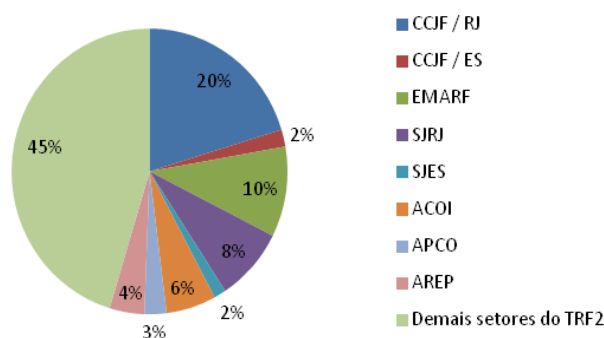
Quadro nº25 – Dados comparativos sobre o total de trabalhos realizados no biênio 2013/2014

Setor \ Ano	2013	2014	Variação %
CCFJ/RJ	126	472	274,60
CCJF/ES	19	45	136,84
EMARF	187	238	27,27
SJRJ	226	194	-14,16
SJES	13	33	153,84
ACOI	79	136	72,15
APCO	42	60	42,85
AREP	159	95	-40,25
Demais Setores	1482	1055	-28,81
Total	2333	2328	-0,21

Fonte: Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação – TRF2

Gráfico nº34 – Percentual das Ordens de Serviço Executadas em 2014

Ordens de Serviço 2014



ATIVIDADES REFERENTES À DIGITALIZAÇÃO

O Núcleo de Digitalização - NUDIG passou a integrar a estrutura da Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação - SED em abril/2013. Nos primeiros meses o setor manteve suas atividades relativas à remessa dos processos em grau de recursos.

Em 2014, o NUDIG teve acrescido às suas atividades o atendimento regular à Presidência - PRES, Vice-Presidência - VPRES, Corregedoria - CORREG e Núcleo Permanente de Solução de Conflitos - NPSC2, assim como a digitalização de obras raras e livros esgotados da Biblioteca, culminando na participação direta no Projeto Processos Híbridos, sob coordenação da SAJ em cooperação com a SED, que resultou, entre testes e efetivo implemento, num montante de aproximadamente 5.000 processos incluídos no Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe, no módulo Apolo/TRF2.

Todas as tarefas extraordinárias, encaminhadas ao NUDIG foram efetuadas, dando azo à necessidade de implantação de rotina de abertura de solicitações de digitalização, através da Subsecretaria de Produção Visual - SPRO.



Nesse contexto, de forma a visualizar-se a diversidade das tarefas desenvolvidas pelo setor, seguem alguns números que melhor demonstram as atividades do NUDIG em 2014.



Quadro nº26 - Estatística de Processos Digitalizados em 2014

MÊS	ENTRADA				SAÍDA				SALDO			
	AREC	DIDRA	CORREG.	OUTROS ÓRGÃOS	AREC	DIDRA	CORREG.	OUTROS ÓRGÃOS	AREC	DIDRA	CORREG.	OUTROS ÓRGÃOS
SALDO 2013	951								951			
JAN	105			483 Atas NPSC2 05 Títulos raros DIBLI	434			483 Atas NPSC2 05 Títulos raros DIBLI	622			
FEV	281			803 Atas NPSC2 904 Págs de Organograma e 25 Anos TRF2 1131 Fotos 25 Anos TRF2 02 Plantas Topográficas	289			803 Atas NPSC2 904 Págs de Organograma e 25 Anos TRF2 1131 Fotos 25 Anos TRF2 02 Plantas Topográficas	614			
MAR	219			1 processo	413			1 processo	420			
ABR	749				333				836			
MAI	317			249 Págs Proc Adm	370			249 Págs Proc Adm	783			
JUN	244	418		16 Págs. Jornal e Julgados	630	320		16 Págs. Jornal e Julgados	397	98		
JUL	191	173		7558 Atas NPSC2	127	236		7558 Atas NPSC2	461	35		
AGO	591				326	35			726			
SET	516		65	5999 0 Atas NPSC2	355			5999 Atas NPSC2	887		65	



MÊS	ENTRADA				SAÍDA				SALDO			
	AREC	DIDRA	CORREG.	OUTROS ÓRGÃOS	AREC	DIDRA	CORREG.	OUTROS ÓRGÃOS	AREC	DIDRA	CORREG.	OUTROS ÓRGÃOS
OUT	414			660 Atas NPSC2 01 Proc Adm PRES 180 Págs. Ex- pedientes e Planilhas PRES 140 Págs Ins- peção CJF PRES 57 Págs SGP 71 Págs SED 03 Plantas Topográficas	371		65	660 Atas NPSC2 01 Proc Adm PRES 180 Págs. Expedientes e Planilhas PRES 140 Págs Inspeção CJF PRES 57 Págs SGP 71 Págs SED 03 Plantas Topográficas	930			
NOV	339	10		14300 Origi- nais Provas Conc Juízes Fed. Subst. 51 Págs. SED 7150 Diplomas 01 Título raro	172	6		14300 Origi- nais Provas Conc Juízes Fed. Subst. 51 Págs. SED 7150 Diplo- mas 01 Título raro	1097	4		
DEZ	1	3417		01 Título es- gotado 275 Págs. SED	159	1956		01 Título esgotado 275 Págs. SED	939	1465		
TOTAIS	4918	4018	65	---	3979	2553	65	---	939	1465	0	---



NOTA:

Em 17/12/2014, foi suspenso temporariamente o recebimento e a remessa eletrônica de processos digitalizados ao STJ e STF, devido ao início do Projeto Processos Híbridos, para inclusão de processos híbridos ainda sem julgamento. Previsão de montante de 11.000 processos a serem incluídos no PJe - Apolo/TRF2. O projeto dos processos híbridos deverá estar finalizado em Janeiro/2015.



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1454350.13323387-5314 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



ADMINISTRAÇÃO GERAL

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em 2014, foram realizados 177 procedimentos licitatórios, dos quais 01 na modalidade Convite, 01 na modalidade Tomada de Preços e 175 na modalidade Pregão Eletrônico, dos quais 49 ocorreram pelo Sistema de Registro de Preços, o que representa 28 % das licitações executadas. Houve um acréscimo de 68% em relação ao exercício anterior do número de Atas de Registro de Preços que, em 2014, totalizaram 106.

Quadro nº27 – Quantidade de Licitações

Espécie	Total
Pregão Eletrônico	126
Pregão Eletrônico SRP	49
Convite	1
Tomada de Preços	1
Concorrência	0

Quadro nº28 – Registros de Preço

Ações em SRP	Quantidade
Atas Gerenciadas pelo TRF2	106
Adesões às Atas de Registro de Preços	01

Quadro nº 29 – Compras e Contratações

Atividades	Quantidade
Instrução de Processos de Dispensa de Licitação	52
Inexigibilidade de Licitação	100
Inclusões de Empresas no Cadastro de Fornecedores	0
Atualizações de Dados de Empresa Cadastradas	0
Lançamento de Penalidades de Empresas no Cadastro de Fornecedores	31
Atestados de Capacidade Técnica Emitidas	42



LAVRATURA DE INSTRUMENTOS DE CONTRATO S E CONGÊNERES

Quadro nº 30 – Lavratura de Novos Instrumentos

Tipo de Instrumento									Total
Acordo de Cooperação	Autorização de Uso	Cessão de Uso	Contrato	Convênio	Permissão de Uso	Termo de Adesão	Nota de Empenho substitutiva de Contrato	Termo de Cooperação/Compromisso	
-	-	-	90	-	-	-	511	-	601

Quadro nº31 – Lavratura de Instrumentos por Objeto

Tipo de Objeto					Total
Prestação de Serviços	Locação de Mão de Obra	Locação de Imóveis/Concessão de Uso	Aquisição de Material de Consumo	Aquisição de Material Permanente	
57	4	3	8	18	90
181	2	0	275	53	511

Quadro nº 32 – Lavratura de Termos Aditivos por Tipo de Instrumento

Tipo de Instrumento									Total
Acordo de Cooperação	Autorização de Uso	Cessão de Uso	Contrato	Convênio	Permissão de Uso	Termo de Adesão	Nota de Empenho substitutiva de Contrato	Termo de Cooperação/Compromisso	
-	-	-	119	-	-	-	3	-	122

Quadro nº 33 – Lavratura de Termos de Rescisão

Tipo	Contrato	Convênio	Acordo/Termo de Cooperação	Total
Rescisão	20	-	-	20

APURAÇÃO DE PENALIDADES

Quadro nº 34 – Quantitativo de Penalidades Aplicadas

Tipo	Quantidade
Advertência	9
Multa	19
Suspensão Temporária de Participar em Licitação/Impedimento de Contratar com o TRF2	03



MATERIAL E PATRIMÔNIO

■ Gestão de material

Quadro nº 35 – Gestão de Material

Atividades	Quantitativo
Demanda de Material de Consumo	627.925
Aquisições e Incorporações de Material Permanente	3.662
Fornecimento de Material Permanente	3.662

■ Material de consumo

A condução dos processos de ressurgimentos de estoques, realizada através de sistema informatizado, consubstancia-se em uma medida adotada de valor relevante à melhoria da gestão de material de consumo, adequando a compra ao consumo médio apurado. Os principais resultados dessa sistemática são a redução dos problemas relativos à falta de estoque e à melhor ocupação do espaço destinado ao Almoxarifado Central.

Outra ação que continuará a ser adotada e que tem favorecido os trabalhos do setor de almoxarifado é a permanente manutenção de Atas de Registros de Preços, válidas pelo período de até um ano, procedendo-se à compra, sempre que necessário, do exato quantitativo de suprimentos para a manutenção do estoque mínimo.

As aquisições de diversos itens, com destaque para a compra de papel A4 e cartuchos para impressoras estão sendo realizadas através de Registros de Preços, em conjunto com as Seções Judiciárias, o que vai ao encontro do alinhamento das unidades da Justiça Federal da 2ª Região.

■ Material permanente

A aquisição dos bens móveis, a cargo das áreas de informática e de infraestrutura, decorreu da necessidade de dispor de equipamentos e mobiliários necessários à modernização administrativa, visando, principalmente, atender à demanda imposta pela implantação dos processos eletrônicos.

■ Desfazimento de bens

Quadro nº 36 – Desfazimento de Bens por Tipo de Procedimento

Cessão	Doação	Baixa	Total
53	697	92	842

■ Resultados alcançados

■ Com a substituição de diversos equipamentos de informática, em razão da aquisição de novos microcomputadores, impressoras, monitores de vídeo e demais periféricos, deu-se continuidade ao processo de atualização do parque computacional, tendo sido incorporados ao patrimônio do Tribunal 3.662 itens de material permanente.

■ O controle físico dos bens tem caráter permanente, em virtude da necessidade de acompanhamento da posição físico-financeira do ativo e consiste na verificação sistemática da localização do bem, do estado de conservação e do controle da utilização, sendo que as divergências foram objeto de ajustes dos dados contábeis com o saldo físico do acervo patrimonial em cada unidade e, em poucos casos, houve necessidade de abertura de sindicância.



■ Em 2014, foi concluída, com êxito, nova licitação para cobertura dos imóveis utilizados pelo TRF2, incluindo o Centro Cultural Justiça Federal e o imóvel situado na Rua Visconde de Inhaúma, objetivando ao alinhamento de ações relativas aos serviços da área de patrimônio da Justiça Federal da 2ª Região.

■ No exercício, foram transferidos à SJRJ 53 bens em bom estado de conservação. Bens inservíveis foram doados a outros órgãos públicos, em conformidade com as normas vigentes, por não servirem mais à finalidade para a qual foram adquiridos, tornando-se, assim, ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis.

■ No contexto, consigna-se a doação de veículos ao Museu Aeroespacial, à Estação Radiogoniométrica da Marinha em Campos Novos, ao 3º Regimento de Cavalaria Mecanizado do Exército, ao Esquadrão de Comando da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada do Exército, à Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência em Planaltina - GO, bem como a doação de equipamentos de informática à Associação Ecológica Piratingáuna.

■ Desta forma, impende assegurar que os atos de cessão, transferência e de doação observam critérios de sustentabilidade, através da reutilização de materiais, alinhando austeridade da gestão pública e compromisso com a agenda ambiental.

COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

■ Publicação de matérias

A publicidade é requisito de eficácia dos atos administrativos na Administração Pública, em obediência ao princípio constitucional insculpido no artigo 37 da Constituição Federal.

Portanto, para que os atos sejam conhecidos externamente, isto é, na sociedade, é necessário que eles sejam publicados e divulgados, para que passem a surtir efeitos, auferindo eficácia ao termo exposto.

O inciso XXXIII da CF estabelece que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Ao demais, relaciona-se com o Direito da Informação, inserto no rol de Direitos e Garantias Fundamentais, recentemente regulamentado pela Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação.

Quadro nº 37 – Despesas com Publicidade - UO 12101

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos (Orçamento 2014)	Valores pagos (Restos a Pagar)
Institucional	0569 / 4257	600,17	600,17	-
Legal	0569 / 4257	123.832,00	81.854,21	30.232,88

Fonte: SIAFI

As despesas com publicidade das Seções Judiciárias objetivaram atender às determinações previstas em lei (publicações de atos de licitação, publicação de extrato de contratos, de empenhos e afins) e, em quase sua totalidade, são feitas pela Imprensa Nacional. Há também as publicações feitas em jornal, que englobam as publicações de leilões e informações provenientes do Núcleo de Apoio Judiciário, bem como serviços de publicação de avisos e editais de licitação em jornal de grande circulação, com veiculação nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.



Quadro nº 38 – Despesas com Publicidade - UO 12103

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos (Orçamento 2014)	Valores pagos (Restos a Pagar)
Legal	0569 / 4257	221.500,00	170.755,56	56.861,83

Fonte: SIAFI

Ao exemplo da grande maioria das Cortes brasileiras, o TRF2 dispõe de seu próprio meio oficial de publicação de atos judiciais e administrativo, qual seja o Diário Eletrônico da Justiça Federal da Segunda Região, que, além de trazer maior autonomia ao órgão, possibilitou relativa redução nos gastos com publicidade.

Todavia, como muitas normas ainda determinam expressamente a publicidade de alguns atos na Imprensa Nacional, ou em jornais de grande circulação, o TRF2 ainda mantém estes outros meios acessórios para divulgação.

Nessa seara, foram despendidos os seguintes valores nos dois contratos por ele mantidos:

- Gibbor Brasil Publicidade e Propaganda Ltda: R\$ 11.981,20;
- Imprensa Nacional: R\$ 158.774,36

Quanto ao relacionamento com os contratados, geralmente as empresas, intermediárias da publicação em jornais de grande circulação, não apresentam problemas, sendo os contratos renovados em virtude do bom preço e qualidade dos serviços.

No que se refere ao objeto das publicações, em jornais de grande circulação, a absoluta maioria diz respeito a Avisos de Licitação, em atenção ao disposto na Lei 8.666/1993.

Por outro lado, na Imprensa Nacional, além dessas matérias, o TRF2 tem publicado demonstrativos financeiros de exercício e outras determinadas por lei. Estuda-se, no entanto, a possibilidade de redução dos números de matérias a serem publicadas na Imprensa Nacional, bastando apenas a publicação no diário eletrônico.

No exercício, veiculou-se, aproximadamente, o seguinte quantitativo de matérias:

- na Gibbor Brasil Publicidade e Propaganda Ltda: 100;
- na Imprensa Nacional: 1.226.

SUPRIMENTO DE FUNDOS

A Resolução nº 583/CJF, de 20/11/2007, dispõe sobre a concessão, aplicação e prestação de contas de suprimento de fundos, no âmbito do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Nos termos do art. 9º da Resolução supracitada, ficou vedado o uso de Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, criado pelo Decreto nº 5.355, de 25/1/2005, para aquisição de materiais e contratação de serviços enquadrados como suprimento de fundos. Dessa forma, o TRF2 ajustou os Quadros A.5.5.1 e A.5.5.2.

No âmbito do TRF2, foi editada, como norma complementar, a Instrução Normativa nº IN-26-01, de 2/5/2007, que se encontra em fase de revisão.

O TRF2 estabeleceu a concessão de suprimento de fundos no valor máximo de R\$2.000,00, salvo casos excepcionais, ainda que o normativo mencionado permita valor superior (10% do valor fixado no art. 23, II, “a” da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 9.648/98). Tal medida repousa na austeri-



dade no dispêndio de recursos com despesas que não se submetem ao processo regular de contratações.

Antes da concessão do suprimento de fundos, na esfera da JF2, os setores competentes apuram se a situação do suprido é regular, isto é, se estão atendidos os pressupostos indispensáveis à concessão, constituindo-se importante instrumento aplicável aos controles internos dos setores envolvidos.

Para garantir que eventuais problemas possam ser equacionados, servidores lotados em áreas estratégicas já contam com autorização para exercer as funções de supridos, devidamente habilitados junto à instituição bancária.

A SJRJ, além da Sede e demais prédios da capital/RJ, encontra-se interiorizada, com Subseções Judiciárias em 19 municípios do Estado.

A SJES, além da Sede (Vitória), apresenta-se interiorizada, com Subseções Judiciárias em 05 municípios do Estado.

Essa interiorização, que objetiva uma melhor prestação jurisdicional, requer agilidade na solução de problemas ocasionais, impossíveis de previsão, a fim de que se dê a interrupção das atividades/serviços.

Assim, cada Unidade do interior necessita, às vezes, de uma cota própria e direta para pequenas despesas urgentes e imprevisíveis, necessárias ao adequado funcionamento da Unidade.

Cumprе ressaltar que a concessão de suprimento de fundos segue rigorosamente as orientações do CJF (Res. nº 583/2007) e que esse procedimento não é utilizado para a manutenção regular e periódica das sedes da capital e do interior, mas, tão somente, para as despesas enquadradas como miúdas de pronto pagamento e de viagem, que, por sua natureza ou urgência, não se submetem ao processo normal de aquisição, ou seja, configuram exceção quanto à não realização de procedimento licitatório.

A JF2 vem adotando as providências pertinentes a que os lançamentos contábeis, decorrentes da prestação de contas dos suprimentos, aconteçam no curso do exercício financeiro ao qual se referam os suprimentos de fundos, inclusive com a respectiva baixa de responsabilidade do suprido.

Consideram-se as prestações de contas aprovadas, tomando por parâmetro a efetivação dos registros contábeis até 31/12/2014. A formalização de alguns despachos aprovando as prestações pode ocorrer no mês de janeiro do exercício subsequente.

Quadro nº39 – Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão		Valor do Maior Limite Individual Concedido
			Conta Tipo B		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total*	
2014	090028	TRF2	34	71.470,00	3.700,00
	090016	SJRJ	37	29.940,28	2.000,00
	090014	SJES	60	78.167,35	5.000,00
2013	090028	TRF2	36	74.812,00	5.940,00
	090016	SJRJ	44	34.807,63	2.000,00
	090014	SJES	55	82.254,00	3.000,00



2012	090028	TRF2	25	57.400,00	8.000,00
	090016	SJRJ	35	50.689,00	2.000,00
	090014	SJES	66	78.446,00	3.500,00

Fontes: TRF2- Publicações do Boletim Interno nos exercícios de referência.

Nota: * O valor exclui notas de empenho com erros de processamento.

SJRJ / SJES- SIAFI

Quadro nº40 – Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade*	Valor Total
2014	090028	TRF2	92	43.154,76
	090016	SJRJ	60	10.643,62
	090014	SJES	76	36.298,14
2013	090028	TRF2	90	55.991,32
	090016	SJRJ	75	9.999,90
	090014	SJES	63	43.903,92

Fonte: SIAFI e notas explicativas quanto à quantidade.

*Notas:

TRF2 - A quantidade apresentada reflete o número de débitos, incluídos aqueles decorrentes das devoluções, conforme resposta do Banco do Brasil ao Ofício nº TRF2-OFI-2015/01213.

SJRJ – Pesquisa aos autos e informações prestadas pelo Banco do Brasil.

SJES - Informações extraídas dos processos pelos supridos.

Quadro nº41 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência – TRF2

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
090028	TRF2	3390.30 – MATERIAL DE CONSUMO	04 - Gás e Outros Materiais Engarrafados	521,13
			07 - Gêneros de Alimentação	178,83
			10 - Material Odontológico	510,00
			15 - Material p/ Festividades e Homenagens	1.320,92
			16 -Material de Expediente	1.592,16
			17 - Material de Processamento de Dados	188,00
			19 - Material de Acondicionamento e Embalagem	910,65
			20 - Material de Cama, Mesa e Banho	163,20



Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Códi-go	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
			21 - Material de Copa e Cozinha	151,60
			22 - Material de Limpeza e Prod. de Higienização	839,47
			24 - Material p/ Manut.de Bens Imóveis/Instalações	11.950,90
			25 - Material p/ Manutenção de Bens Móveis	1.552,89
			26 - Material Elétrico e Eletrônico	3.736,56
			28 - Material de Proteção e Segurança	239,50
			29 - Material p/ Áudio, Vídeo e Foto	1.273,65
			41 - Material p/ Utilização em Gráfica	780,98
			42 - Ferramentas	270,50
			54 - Material p/Manut. Conserv. de Estradas e Vias	25,00
		3390.39 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	05 - Serviços Técnicos Profissionais	500,00
			12 - Locação de Maquinas e Equipamentos	300,00
			14 -Locação Bens Mov. Out. Naturezas e Intangíveis	350,00
			16 - Manutenção e Conserv. de Bens Imóveis	298,00
			17 - Manut. e Conserv. de Maquinas e Equipamentos	1.617,50
			20 - Manut. e Cons. de B.Moveis de Outras Naturezas	1.023,20
			22 - Exposições, Congressos e Conferências	27,00
			23 - Festividades e Homenagens	2.600,00
			41 - Fornecimento de Alimentação	1.060,00
			46 - Serviços Domésticos	1.107,00
			59 -Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	2.499,50
			63 - Serviços Gráficos e Editoriais	149,50
			66 - Serviços Judiciários	640,42
			74 - Fretes e Transp. de Encomendas	3.402,75
			79 - Serv. de Apoio Admin., Técnico e Operacional	930,00
			3390.47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CON-TRIBUTIVAS	10 - Taxas

Fonte: SIAFI

Quadro nº42 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência – SJRJ

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
090016	SJRJ	3390.30 – MATERIAL DE CONSUMO	07 - Gêneros de Alimentação	61,20
			09 - Material Farmacológico	1.913,44
			24 - Material p/ Manut.de Bens Imóveis/Instalações	2.919,45
			25 - Material p/ Manutenção de Bens Móveis	237,00



Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
			26 - Material Elétrico e Eletrônico	1.536,28
			36 - Material Hospitalar	1.475,86
			39 - Material p/ Manutenção de Veículos	540,05
		3390.39 – SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	19 - Manutenção e Conservação de Veículos	1.087,50
		3390.47 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	10 - Taxas	872,84

Fonte: SIAFI

Quadro nº43 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência – SJES

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
090014	SJES	3390.30 – MATERIAL DE CONSUMO	01 – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	69,63
			03 – Combustíveis e Lubrificantes p/ Outras Finalidades	29,90
			04 – Gás e Outros Materiais Engarrafados	1.337,00
			07 – Gêneros de Alimentação	522,41
			09 – Material Farmacológico	1.698,11
			10 – Material Odontológico	291,31
			15 – Material p/ Festividades e Homenagens	243,38
			16 – Material de Expediente	1.503,06
			17 – Material de Processamento de Dados	1.674,27
			19 – Material de Acondicionamento e Embalagem	86,10
			20 – Material de Cama, Mesa e Banho	271,26
			21 – Material de Copa e Cozinha	1.055,87
			22 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização	406,69
			24 – Material p/ Manutenção de Bens Imóveis / Instalações	4.287,67
			25 – Material p/ Manutenção de Bens Móveis	988,58
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	2.348,56
			28 – Material de Proteção e Segurança	1.273,75
			29 – Material p/ Áudio, Vídeo e Foto	1.105,45
			30 – Material p/ Comunicações	279,50
			31– Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	637,00



Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
			36 - Material Hospitalar	898,77
			42 - Ferramentas	119,90
			44 – Material de/ Sinalização Visual e Outros	2.847,25
			45 – Material Técnico para Seleção e Treinamento	196,10
			50 - Bandeiras, Flâmulas e Insignias	129,00
		3390.33 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	01 – Passagens para o País	2.008,26
		3390.39 - SERVIÇOS DE TERCEIROS / PESSOA JURÍDICA	05 - Serviços Técnicos Profissionais	45,00
			14 – Locação de Bens Móveis de Outras Naturezas e Intangíveis	630,00
			16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	2.924,00
			17 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	2.628,00
			20 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis de Outras Naturezas	515,00
			41 – Fornecimento de Alimentação	50,00
			46 – Serviços Domésticos	100,00
			63 - Serviços Gráficos e Editoriais	2.179,50
			66 - Serviços Judiciários	127,69
			68 – Serviços de Conservação e Rebeneficiamento de Mercadorias	250,00
			71 – Confecção de Material de Acondicionamento e Embalagem	390,00
			78 – Limpeza e Conservação	100,00
			83 - Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	50,20
Fonte: SIAFI				

GESTÃO DOCUMENTAL

A Divisão de Gestão Documental, da Subsecretaria de Documentação, da estrutura da Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação – SED, atuou em diversos projetos, com o escopo de aprimorar o tratamento da documentação e incrementar a recuperação dos documentos e informações, tanto na sua forma física quanto no formato eletrônico.

Como no exercício anterior, destacou-se a implementação da solução GSA (*Google Search Appliance*), que objetiva o aperfeiçoamento da busca em diversas bases de dados do TRF2.



Registre-se, ainda, a participação em comitês relacionados ao SIGA, além de cursos de qualificação e o relacionamento com instituições afins, pesquisando novos conhecimentos, e a elaboração de instrumentos auxiliares, para melhorar a qualidade dos produtos oferecidos aos usuários.

No que se refere à questão estrutural, sublinhe-se a criação da Seção de Tratamento de Documentos Especiais - SETADE, orientada aos suportes não convencionais como fotos, filmes, documentos sonoros, e da Seção de Arquivos Digitais - SEADIG, para acompanhar a produção dos documentos textuais digitais, em especial os produzidos no SIGA.

Neste contexto, cabe consignar as seguintes realizações:

A SETADE efetuou a conversão de 632 arquivos digitais (formato DVD), contendo eventos do TRF2, para o formato MP4, com inserção de metadados de preservação e tempo de gravação médio de 70 minutos, estimando-se o tempo total de 737 horas. Ademais, executou a análise de 397 vídeos (DVD), verificando o conteúdo de cada unidade (resolução, duração, autoridades e/ou funcionários presentes no respectivo vídeo, dentre outros indexadores), com preenchimento de planilha de inserção dos respectivos metadados.

A SEADIG, respaldando-se no mapeamento detalhado das atividades das unidades envolvidas, logrou êxito na elaboração do formulário eletrônico para solicitação de deslocamento, contemplando as rotinas de Autorização de proposto(s); Solicitação de pagamento de inscrição; Solicitação de passagem aérea; Pagamento de diárias; e Solicitação de carro oficial, cujas atividades serão realizadas por meio de *workflow*.

Na área da Jurisprudência, registrem-se os notáveis avanços obtidos a partir da aplicação da ferramenta *Google Search Appliance* – GSA, para a recuperação de informações na base de Ementas.

Um grande projeto empreendido, no exercício, foi o treinamento e a capacitação de servidores do TRF2 junto à empresa ISSX, especializada em sistemas de informação, visando à coleta de dados com o uso da solução ASTRUM X, para avaliação e definição dos requisitos dos tipos documentais criados no desenvolvimento das atividades das Secretarias de Gestão de Pessoas - SGP, de Planejamento, Orçamento e Finanças - SPO, de Atividades Administrativas - SAT e de Controle Interno - SCI, afora a identificação e a definição dos seus metadados. Essas Secretarias foram selecionadas para participar da atividade, porque, juntas, são responsáveis pela produção da maior parte dos documentos da área administrativa.

O treinamento realizou em cinco módulos, com a participação de 35 servidores e 28 Setores, compreendendo aulas expositivas e oficinas práticas, acompanhadas e coordenadas por funcionários da contratada.

A capacitação possibilitou uma leitura mais crítica do SIGA e pretendeu implantar melhorias no módulo SIGA-DOC, com foco na produção eletrônica de documentos arquivísticos, os quais, além de constituírem instrumentos fundamentais para a tomada de decisão, são fonte de prova, garantia de direitos aos cidadãos e testemunhos de ação. Logo, essencial a adoção de procedimentos rigorosos de controle na produção documental, de sorte a assegurar a fidedignidade, integridade, autenticidade dos documentos e o acesso a eles, pelo tempo que se fizer necessário.

A capacitação em gestão documental almejou dar continuidade ao processo de modernização da Justiça Federal da 2ª Região, que vem progressivamente substituindo os processos mecânicos por ferramentas tecnológicas, para fazer face aos desafios de ofertar serviços cada vez mais ágeis e avançados.

Esse projeto resultou nos seguintes produtos:

- Plano de Classificação dos documentos
O Plano foi elaborado pelo critério funcional, o qual associa competência, funções e atividades aos tipos documentais produzidos pelas unidades administrativas do TRF2. O estudo, para a



construção do Plano de Classificação, fundamenta-se na regulamentação vigente das atividades do Tribunal e na análise de processos de trabalho elaborados pelo CJF em 2009. A metodologia utilizada envolveu a identificação das unidades relacionadas aos processos de trabalho, a partir do organograma vigente e dos seus documentos produzidos.

- **Tabela de Temporalidade Documental**
Instrumento básico da Gestão Documental, igualmente desenvolvido pelo critério funcional, e que vem contribuir para a eficiência da organização administrativa do TRF2. A Tabela apresenta, de forma estruturada, o grau de sigilo, o nível de criticidade e os prazos de guarda dos documentos arquivísticos do TRF2. Isso facilita o perfeito controle de acesso; o monitoramento das informações que são imprescindíveis para a continuidade de negócio do Tribunal e respectivos órgãos vinculados; e a seleção, para eliminação, dos documentos que tenham cumprido seus prazos de guarda.
- **Manual de Tipologias Documentais**
O Manual tem como objetivo principal descrever detalhadamente os requisitos e elementos que constituem as tipologias documentais do TRF2, permitindo o conhecimento minucioso das métricas, conteúdo, requisitos de segurança, fluxo documental, massa acumulada e indexadores de cada tipologia. É o instrumento mais completo da gestão documental, porque, nele, estão dispostos todos os requisitos para o gerenciamento dos tipos documentais, a longo prazo. Apresenta, ainda, um conjunto de indexadores que facultam a elaboração do *thesaurus*, vocabulário controlado, e outros instrumentos de recuperação das informações inseridas nos documentos.

Cabe realçar que esses instrumentos foram concebidos, como piloto, para o levantamento de todas as funções administrativas desempenhadas como suporte à competência da Justiça Federal, contemplando, apenas, as áreas das atividades meio referentes à Gestão de Pessoas e à Gestão Orçamentária e Financeira.

JURISPRUDÊNCIA

No âmbito da Jurisprudência, em 2014, merecem relevo as seguintes atividades:

- Manutenção da Base de Ementas atualizada, apesar dos inevitáveis percalços originados com a migração do sistema processual do TRF2, passando do Siapro para o Apolo. Tal fato causou um momentâneo retrocesso nas atividades setoriais, fazendo-se necessária a inclusão, totalmente manual, de 12.138 ementas na base seletiva, a partir de pesquisa no DJE.
- Homologação da Prova de Conceito da solução GSA para a seleção automática das Ementas, após exaustivos testes de funcionamento para a produção.
- Homologação para testes da Nova Consulta Processual no Apolo, objetivando a unificação da busca nos processos eletrônicos e físicos, a partir de janeiro de 2015.
- Ampliação do escopo da nova contratação do Portal de Jurisprudência, para que, além da Jurisprudência dos colegiados, seja incluída a pesquisa nas bases do SIGA e da Consulta Processual de 1ª Instância.
- Produção de piloto, para o novo Tesouro Jurídico da 2ª Região, com o recorte da Lei 8.112/90. Esse projeto desenrolou-se à luz de uma nova conceituação, incluindo cerca de 350 termos, categorizados segundo concepção de Ranganathan, com as respectivas definições, relacionamentos e referências bibliográficas.

ARQUIVOS

As Seções de Arquivo Administrativo e Arquivo Judicial são responsáveis pelo recebimento; arquivamento; classificação e avaliação dos processos judiciais e documentos administrativos; e atendimento aos usuários internos.



Os dados sobre o acervo, atendimento e atividades técnicas podem ser verificados nos quadros que se seguem.

Quadro nº44 – Acervo Arquivístico

Gênero Documental	Sistema	ArquivadoDevolvido	Desarquivado/Emprestado	Total Arquivado p/ Sistema	Total Geral Arquivado desde 1989
Processos Administrativos	ARQ	48	20	21.611	23.098
	SIGA	787	*	1.487	
Documentos	-	19.200	-	-	-
Expedientes	SIGA	*	*	*	
Processos Judiciais	ARQ	2.697	123	-	44.631
Acórdão/Decisão ¹	-	-	-	-	5.519
Atos Essenciais	-	129	-	-	34.959
Acervo – Discos Óticos	-	-	-	-	89
Acervo – CDs	-	-	-	-	289
Acervo – DVD	-	-	-	-	2.316
Acervo – Fitas Cassete	-	-	-	-	19.259
Acervo Iconográfico	-	-	-	-	9.280
Acervo Fitas Mini-dv	-	-	-	-	678
Fitas VHS	-	-	-	-	123
Material diverso (publicações, convites)	-	-	-	-	311

* Informação ainda não disponibilizada/gerada pelo sistema

¹Conforme Resolução nº 23/CJF – art. 8º, parágrafo 3º, o inteiro teor de acórdãos e decisões de processos separados para eliminação terão guarda permanente.

Fonte: Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação – TRF2

Quadro nº45 – Avaliação e Descarte de Documentos do TRF2

Gênero Documental	Sistema	Analizados/Classificados	Endereços liberados / reaproveitados	Selec. p/ Eliminação	Selec. p/ Guarda Permanente	Analís. e Relac. p/ Eliminar	Eliminados
Processos Judiciais	ARQ	2.595	122	2.090	505	4.324	-
Precatórios	ARQ	-	-	-	-	-	-
Processos Administrativos	ARQ	2.640	273	34	70	2.478	
	SIGA	992	124	969	23	-	
Documentos Administrativos	-	69.600	10	14.400	55.200	-	48.000
Total		75.827	529	17.493	55.798	6.802	48.000

Fonte: Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação – TRF2

Quadro nº 46 – Atendimento ao Usuário

P/ telefone / E-mail	342
Balcão/pessoalmente	495
Autorização de acesso ao sistema ARQ para solicitação de desarquivamento/empréstimo e devolução de processos judiciais e administrativos	-
Total	837

Fonte: Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação – TRF2



BIBLIOTECA

Atualização do Acervo Bibliográfico

O investimento em itens bibliográficos, tanto em papel quanto em meio eletrônico, constitui ferramenta preciosa aos operadores de Direito, sejam estes magistrados ou servidores do órgão, advogados, estagiários e comunidade jurídica em geral, proporcionando ainda o acesso do cidadão a obras de referência no campo jurídico.

Nesse sentido, foram empenhados recursos, no montante de R\$ 62.429,43, para aquisição de códigos, legislações comentadas, doutrina e livros técnicos, para atualização dos Gabinetes, Secretarias e Divisão de Biblioteca.

De igual modo, executou-se o total de R\$ 87.620,00, na renovação/aquisição de 54 títulos de periódicos, visando dotar a 2ª Região com informações relevantes ao desenvolvimento de suas atividades.

Procedeu-se, ainda, à renovação das assinaturas das Bases Digitais da Vlex Jurídica (Livros e Periódicos), no valor de R\$ 38.471,00; do DOINET - Diários Oficiais on-line, ao custo de R\$ 55.437,00; e das Normas da ABNT, por R\$ 2.500,00.

Também foi adquirida a Base jurídica da Editora Fórum (Livros e periódicos), pela importância de R\$ 105.024,00, em substituição à assinatura da base de dados da Editora Forense, tendo em vista que essa última descontinuou os serviços oferecidos em sua própria plataforma digital, transferindo seus direitos para outra Empresa, com um modelo de negócio que não se enquadra, no momento, aos recursos orçamentários da 2ª Região.

Cabe ressaltar que essas assinaturas digitais são disponibilizadas para toda a Justiça Federal da 2ª Região, nos termos da Resolução TRF2-RSP/2013-00046, otimizando, desta forma, os recursos orçamentários e o acesso às bases de conhecimento.

Quadro nº47 - Dados Comparativos sobre Aquisição de Material Bibliográfico – Biênio 2013/2014

	2013	2014
Livros / Exemplares	840	560
Periódicos / Assinaturas	54	62
Assinatura Digital / Diários	18	54
Acervo Digital / Títulos	2.371	5.200

Fonte: Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação do TRF-2ª Região *Das 54 assinaturas, 16 são Diários Oficiais, 34 de periódicos jurídicos da Fórum, 4 jornais diários, e 1 periódico de relações públicas. Quanto ao acervo digital, 5.000 títulos pertencem à base VLex, 65 da Fórum e 154 mais normas da ANBT.

Mencione-se, por oportuno, que, em 2014, foram disponibilizados para alguns Gabinetes, a título de experiência, leitores eletrônicos com 300 títulos de livros jurídicos, aproximadamente. A intenção é, a partir da opinião do próprio público-alvo – magistrados e servidores da área judicial –, proceder a uma avaliação dessa ferramenta digital, para futura aquisição destinada aos Gabinetes e Biblioteca.

Acervo Bibliográfico do Sistema Automatizado SOPHIA

O acervo bibliográfico contabiliza, em seu banco de dados do sistema automatizado SOPHIA, os seguintes números:

- 1.070 títulos de livros/folhetos, que correspondem a 15.468 exemplares;
- 586 títulos de periódicos, que correspondem a 32.743 fascículos;
- 27.741 mídias digitais; 55.650 atos normativos;
- 355 títulos de DVD (581 exemplares).



Doação Obtida

A partir de ações planejadas e efetivamente implementadas, a Biblioteca da 2ª Região, através de parcerias nacionais e internacionais, obteve, a título de doação, itens bibliográficos que corresponderam a uma economia ao erário de, aproximadamente, R\$ 142.520,00, máxime se relacionada ao total de recursos despendidos ao longo do exercício, sem falar na ampliação significativa do acervo bibliográfico.

Quadro nº 48 - Itens Bibliográficos Objeto de Doação

Tipo	Títulos	Exemplares/Fascículos	Valor R\$
Livros	177	320	12.3200,00
Periódicos (internacional)	26	62	39.000,00
Periódicos (nacional)	76	377	91.200,00
Total	279	759	R\$ 142.520,00

Fonte: Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação TRF2

Atendimento:

Nos últimos anos, com o advento da era digital, a Divisão de Biblioteca – DIBLI passou a dirimir esforços no sentido de automatizar os serviços oferecidos e a investir na aquisição de bases de dados digitais. A partir de 2014, a Biblioteca contabilizou os serviços tradicionais, geralmente presenciais, além dos serviços *on-line* do Sistema Sophia, compreendendo pesquisas bibliográficas, reservas de obras e renovações de empréstimos. Esses dados são de suma importância para a identificação do perfil real do atendimento da Biblioteca, face à mudança de paradigma observada nas Bibliotecas, que, antes, apenas contavam com os usuários presenciais e, hoje, dispõem dos usuários *on line*, que acessam os serviços e seus acervos digitais.

Neste sentido, a partir do segundo trimestre, consignaram-se 87.745 acessos aos serviços *on-line*, no Sistema Sophia. Anote-se que, em 2014, devido à descontinuidade da assinatura da Editora Forense, surgiu a necessidade de avaliar os modelos de negócio de outras Editoras, o que acabou prejudicando a mensuração dos dados estatísticos.

Em 2015, os acessos às Bases de Dados Digitais – Vlex, DOINET, Fórum e ABNT – passarão a ser fornecidos pelas próprias Editoras, permitindo, assim, a obtenção de números precisos em relação aos usuários e os acessos às bases digitais, bem como os acessos virtuais ao Boletim da Biblioteca e às solicitações efetuadas.

No que tange aos serviços tradicionais, contabilizamos 18.400 atendimentos, incluindo consultas, empréstimos, pesquisas, orientações e demais serviços oferecidos na Sala de Leitura, normalmente com usuários presenciais e realizados com a participação direta de um servidor da DIBLI.

Os dados comparativos apresentados no quadro seguinte, concernentes ao atendimento prestado no biênio 2013/2014, revelam o aumento significativo do atendimento *on-line*, contrapondo-se ao atendimento tradicional.

Quadro nº49 – Dados Comparativos sobre o Atendimento Prestado – Biênio 2013/2014

Serviços Prestados \ Ano	2013	2014	Variação %
Gabinetes	8451	8666	+ 2,47
Secretarias	1791	1279	- 28,58
Advogados	1884	1326	- 29,62
Orientações	1080	733	- 32,13
Diversos	1815	1487	- 18,08
Sala de Leitura	4909	3879	-21,00
Total	19930	17.370	-12,84
Acessos on-line SOPHIA*	-	87745	

Fonte: Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação – TRF2



Nota: Acessos on-line SOPHIA (pesquisas bibliográficas, reservas, renovações de empréstimos, cadastramento de perfis) realizados através da WEB, somente no relatório de 2015 poderemos apresentar a variação comparativa.

Nesse contexto, em 2014, o fluxo de usuários que frequentaram pessoalmente a Biblioteca chegou perto de 16.000 usuários.

Outra consideração: o fluxo de usuários refletiu num fluxo de material de 10.247 itens, isto é, material bibliográfico físico que circulou fora das estantes e teve que ser organizado, diariamente, pela equipe da Biblioteca.

Ações de Destaque

A Biblioteca da 2ª Região participou de outros projetos, como se seguem:

- **Projeto Pioneiros**

O projeto integra o Programa 25 anos do TRF2, idealizado pela Presidência com o apoio da SED, objetivando resgatar a história oral desta Corte, através de entrevistas com os magistrados aposentados e servidores. Ele ainda é acompanhado pela Comissão dos 25 anos do TRF2 e pelo Escritório de Projetos, da Secretaria Geral, e vem sendo realizado em parceria com a ACOS, AREP, SEG, SRH, CCJF e NUTAQ\SAJ.

Dando continuidade ao Projeto Pioneiros, em 02/07/2014, foram realizadas entrevistas com representantes da Secretaria Geral, Gabinete da Presidência e Vice-Presidência da gestão de 1989/1991.

As entrevistas foram suspensas em 2014, haja vista a elaboração do livro “Pioneiros”, primeira etapa, com os relatos dos Magistrados do TRF2. Para este propósito, foi concluída a revisão das notas taquigráficas e selecionadas fotos da época e atos normativos de relevância. Ao fim, foi apresentada a minuta do Projeto do Livro, a ser aprovado pela Presidência.

- **Unificação das Bibliotecas da 2ª Região** (Resolução 46, de 24/09/13, da Presidência):

No início de 2014, a integração das Bibliotecas da 2ª Região foi finalmente concluída com a redistribuição da equipe de Bibliotecários da SJRJ para o Tribunal, sendo três bibliotecários lotados na Divisão de Biblioteca - DIBLI.

Deu-se continuidade à reorganização dos acervos bibliográficos recebidos da SJRJ e do CCJF, englobando perto de 600 exemplares. Os acervos foram reorganizados, fisicamente, no Salão de Estudos da Biblioteca.

O acervo de obras raras da SJRJ ainda não foi disponibilizado nas estantes, no entanto já foi contabilizado e patrimoniado, assim como as demais obras da Seccional.

Os serviços oferecidos pela Biblioteca – consulta, empréstimo e pesquisa – foram liberados para toda a SJRJ, sendo as Varas Federais do interior atendidas via malote.

A página da Biblioteca do TRF2, na *Intranet*, foi atualizada, disponibilizando os seguintes serviços para toda a 2ª Região: catálogo eletrônico, bases de dados digitais, estante livre, sala de leitura, espaço acessível, etc. Essa página foi desenvolvida com a pretensão de ser um modelo para o *site* na *internet* em 2015.

Dentre os referidos serviços, cabe ressaltar o Boletim da Biblioteca, que foi repaginado e contém sumários de todos os periódicos jurídicos existentes na Biblioteca, que são atualizados mensalmente, os quais podem ser solicitados *on-line*.

Com o intuito de tornar mais ágeis os serviços, foi adquirido um *auto-scanner* apropriado para livros e periódicos, facilitando o envio de cópias digitais de artigos e capítulos de livros por *e-mail*.



Esse procedimento manterá o acervo físico maior tempo nas estantes e atenderá mais prontamente às solicitações dos usuários da 2ª Região.

Em relação às aquisições, um Registro de Preço viabilizou a compra de material bibliográfico para toda a 2ª Região, no valor de R\$ 280.000,00, prevendo a aquisição de 2.750 livros nacionais.

Quanto às assinaturas de periódicos para a SJRJ, a DIBLI efetuou a aquisição de 10 assinaturas, digitais e em papel, para os Setores Técnicos.

Com a unificação das Bibliotecas do TRF2 e SJRJ, houve um significativo aumento dos usuários internos: magistrados e servidores. De, aproximadamente, 1.700 servidores cadastrados passamos para 4.371 servidores. E, de 27 magistrados cadastrados, registramos, atualmente, 249 magistrados cadastrados.

A Resolução 16, de 29 de julho de 2014, da Presidência, criou um Setor específico para atendimento às pesquisas solicitadas pelos magistrados da 2ª Região e suas assessorias, assim como a prestação de consultas relacionadas às bases de dados digitais adquiridas pelo TRF2 e CJF.

No exercício de 2014, as Bases de Dados Unificadas (TRF2, SJRJ e SJES) computaram 82.618 títulos, discriminados a seguir:

Quadro nº50 - Bases de Dados Unificadas em dezembro/2014

Tipo	Títulos	Exemplares/Fascículos
Analíticas	12176	-
Legislações	55881	-
Obras	13867	18948
Periódicos	694	40773
Total	82618	70807

Fonte: Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação-TRF2

- **Projeto Obras Raras**

Em 2014, após a devida higienização, procedeu-se ao tratamento técnico da coleção especial doada pelo Desembargador Frederico Gueiros. Foram catalogados e cadastrados, no banco de dados da Biblioteca, 35 títulos, totalizando 159 volumes. Esse acervo está organizado em uma estante especial, envidraçada e sem acesso para o manuseio do usuário.

Os 220 títulos de obras raras jurídicas, adquiridas por compra e que estavam aguardando o serviço de higienização, passaram também pelo processo de tratamento técnico, perfazendo um acervo de 523 volumes.

Tendo em vista a parceria com o Núcleo de Digitalização, foram selecionadas 23 obras raras, já cadastradas e consideradas em domínio público, para que sejam digitalizadas e oferecidas aos usuários, através da Biblioteca Digital.

Nas obras ainda não consideradas em domínio público, será feita a digitalização do sumário da obra em questão, facultando a disseminação do seu conteúdo, sem macular os direitos do autor.

Outra iniciativa, realizada em parceria com a Subsecretaria de Produção Visual – SPRO, foi a criação do *Ex-Libris* (Selo de propriedade) da Justiça Federal da 2ª-Região. Tal iniciativa da Biblioteca foi pioneira na Justiça Federal.

- **Ações de fomento à cultura e responsabilidade social:**

Em 2014, a Biblioteca recebeu a visita de quase 50 alunos da Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ, acompanhada por dois professores da Instituição, para conhecerem o espaço acessível. O



objetivo da turma era avaliar as questões de ergonomia dos equipamentos e espaço para pessoas com deficiência.

Na mesma seara, em seu quadro de pessoal, a Biblioteca dispõe de três estagiários com algum tipo de deficiência, um de segundo grau e dois de nível superior: Administração e Direito.

O projeto “Estante Livre” (troca de livros de literatura em geral) se ampliou e, no ano, foi criado o “Liberte Jurídico”. Com a instalação de uma estante dupla no térreo, em parceria com a Coordenadoria de atendimento ao cidadão - COICID, a Divisão de Biblioteca disponibilizou duplicatas de material bibliográfico jurídico, para todos os usuários internos e externos que circulam no Tribunal, recebidas através de doações de editoras, autores e Órgãos Públicos.

No mês de novembro, foi realizado, em parceria com o Centro Cultural Justiça Federal, um Sarau em homenagem aos 70 anos de nascimento de Chico Buarque de Holanda. O evento contou com a participação do Grupo teatral Cor palavra e de músicos da Justiça Federal.

AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

A despeito de a Justiça Federal da 2ª Região não haver aderido oficialmente à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), é fato que adota várias práticas integrantes desse Programa, como a gestão adequada dos resíduos, através da coleta seletiva e a utilização de campanhas, de modo a estimular o uso racional dos recursos naturais e a reduzir impactos socioambientais negativos gerados pela atividade pública.

Algumas das dinâmicas implantadas foram:

- a coleta e descarte correto de resíduos perigosos e não perigosos;
- aquisição de bens de consumo sustentáveis: material de limpeza biodegradável, papel proveniente de madeira de reflorestamento, equipamento de impressão frente e verso;
- disponibilização de caixa coletora de resíduos elétricos e eletrônicos;
- análise semestral da qualidade do ar ambiente, higienização, plantio de mudas na garagem, para a melhoria da qualidade de vida dos servidores;
- manutenção de rotina e controle das instalações elétricas, instalação de sensores de presença e lâmpadas econômicas, buscando a economia de energia elétrica;
- instalação e manutenção de torneiras automáticas;
- manutenção periódica, aquisição de veículos biocombustíveis, uso racional da frota.

De igual forma, outras ações pontuais, envolvendo setores diversos, merecem ser singularizadas.

Na área da digitalização, as atividades realizadas pelo Núcleo de Digitalização permitiram a mudança, em informação digital, de aproximadamente 1,531 milhões de folhas de papel branco/reciclado, que correspondem a 3.063 resmas de papel A4, ocupam uma área de 191,41 m2 e pesam cerca 6,4 toneladas.

Pondere-se, por elucidativo, que, para cada tonelada de papel que se recicla, salvam-se 32 árvores de pinus e 3 de eucalipto; bem assim que, para a produção de 1 tonelada de papel reciclado são necessários 2.000 litros de água, ao passo que, para a produção do papel branco tradicional, esse volume pode chegar a 100.000 litros.

Aliás, ao que se extrai do site www.tjse.jus.br/euajudooplaneta/index.php/ecodicas/papel, acredita-se que uma pessoa normal consuma, em média, 2 árvores ao ano, cada uma delas capaz de produzir 20 resmas de papel (500 folhas).



A Divisão de Biblioteca, por sua vez, está inserida na logística sustentável preconizada na IN-10-SLTI/MPOG, de 2012, e desenvolveu, em 2014, várias práticas respeitando critérios sustentáveis, tais quais:

- Licitações sustentáveis:
 - o contratação de serviço de higienização de material bibliográfico em papel sem a utilização de produtos químicos;
 - o aquisição de *scanner* planetário (para livros) com recursos acessíveis, módulos de economia de energia e utilização de lâmpadas que não agredem o meio ambiente e nem prejudicam os originais em papel;
 - o aquisição de leitor eletrônico, para atender ao público com deficiência visual;
 - o assinatura de bases de dados digitais para toda a JF2, objetivando a otimização do espaço físico, disponibilidade do conteúdo do material bibliográfico para maior quantidade de leitores e, ao mesmo tempo, economia do papel e do erário.
- Projetos de reutilização e racionalização do material bibliográfico:
 - o “Estante Livre” (troca de um livro por outro);
 - o “Liberte Jurídico” (disponibilização de duplicatas de livros jurídicos para o público em geral, em conjunto com a Central de Atendimento ao Cidadão);
 - o doação das revistas e livros jurídicos em duplicata para Bibliotecas Jurídicas.
- Reaproveitamento do papel, a partir da impressão nas duas faces e confecção de blocos, marca-dores de livros e porta pratos.

No campo da produção gráfica, a área gráfica avaliou positivamente os dois primeiros itens do quadro A.9.1 e, negativamente, o terceiro e quarto.

Em relação ao item 1, a Gráfica participa da Agenda Ambiental A3P, atendendo de forma direta o item relativo à Gestão de Resíduos e à Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho.

Quanto à Gestão de Resíduos, os resíduos químicos (estopas e algodão) utilizados são armazenados e encaminhados para a Secretaria de Infraestrutura e Logística (SIE), que possui destinação de recolhimento, através de empresa contratada para coleta, transporte e descarte de resíduos sólidos. Inicialmente, todos os resíduos químicos descartados pela gráfica foram identificados por suas Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, e, em seguida, mensurados, para viabilizar a contratação de empresa especializada para o correto descarte.

Além disso, toda sobra de papel (aparas), que não pode ser destinada para outro uso, é descartado em local próprio e recolhido para reciclagem, também pela SIE.

Os insumos utilizados para impressão gráfica, como chapas de impressão *off set*, estão sendo, gradativamente, substituídos por outros com a mesma função, como chapas térmicas negativas, que dispensam o uso de produtos químicos para sua revelação, já que o processo produção, mais limpo e ecológico, é feito somente com água.

No que tange ao item 3, cabe mencionar que, embora as contratações realizadas pela unidade ainda não tenham observado os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012, já se definiu que, para as aquisições de 2015, serão solicitadas ao licitante a FISPQ - Ficha de informações de segurança de produtos químicos e a certificação para os papeis gráficos.

A FISPQ fornece informações sobre vários aspectos dos produtos químicos (substâncias ou misturas) quanto à segurança, à saúde e ao meio ambiente, transmitindo, desta maneira, conhecimentos sobre produtos químicos, recomendações sobre medidas de proteção e ações em situação de emergência.

A redução do uso de produtos químicos e a utilização de produtos menos agressivos e com baixo grau de toxicidade têm contribuído para um ambiente mais limpo, seguro e saudável.



Na esfera do Atendimento ao Cidadão, sublinhem-se a participação no projeto “Liberte Jurídico”, capitaneado pela Biblioteca, e o desenvolvimento de ações, valendo-se do emprego de papel térmico, que redundaram na economia de 80% no consumo de papel A4, anteriormente utilizado para a impressão da consulta processual para o público externo.

Ademais, como nas outras unidades da Secretaria, há a adoção de práticas concretas objetivando o reaproveitamento de papel, seja através da impressão nas duas faces ou na confecção de blocos.

Por fim, na área da Gestão Documental, pontue-se que, seguindo orientações do CJF, notadamente o preceituado no artigo 24 da Resolução nº 318, de 04/11/2014, a unidade responsável pela gestão documental no TRF2 procedeu à eliminação de documentos institucionais, mediante critérios de responsabilidade social e de preservação ambiental, através da reciclagem do material descartado e da destinação do resultado para programas de entidades sem fins lucrativos. Neste sentido, todos os documentos descartados, no âmbito da Divisão de Gestão Documental – DIGED e de alguns outros setores, foram devidamente coletados, para serem recolhidos por entidades conveniadas com o TRF2 para este fim.

CONTROLE INTERNO

O processo de contas da Justiça Federal da 2ª Região consolida as informações do Tribunal Regional Federal (UG's 090054/090048/090028), da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (090016) e da Seção Judiciária do Espírito Santo (UG 090014).

Segue, abaixo, quadro contendo as informações referentes aos três últimos exercícios:

Quadro nº51 – Situação das Contas da JF2 perante o TCU – Exercícios 2012/2013/2014

Exercício	Processo	Julgamento		Observação
		Acórdão	DOU – Seção 1	
2012	TC 022.351/2013-2	Acórdão nº 899/2014-2ª Câmara – TCU (Ata nº 7/2014, Sessão 18/03/2014).	Publicado em 24/03/2014, pág. 122.	
2013	TC 019.576/2014-5			Aguardando julgamento
2014				Processo de prestação de contas em fase de construção

■ Auxílio ao Controle Externo

No quesito, impende sinalar que foram devidamente tratadas as deliberações emanadas pelo TCU no exercício de 2014 e comunicadas as providências adotadas pela JF2 ao Órgão de Controle, conforme especificações a seguir.

Atendimento aos Acórdãos do TCU

- Ofício 2922-2014 TCU-SECEX-RJ, de 14/10/2014

Processo TC 017.637/2011-2 – Acórdão 1.671/2013 TCU-2ª Câmara – Item 9.1.3



“9.1. **determinar** à Justiça Federal de Primeiro Grau do Estado do Rio de Janeiro (JF/RJ) que:
[...]

9.1.3. *confronte as declarações funcionais prestadas por servidores com acúmulo de cargos públicos ao longo de sua vida funcional e adote providências para apuração de irregularidades verificadas, em cumprimento ao art. 143, c/c o art. 154, parágrafo único, da Lei 8.112/1990, inclusive em relação aos servidores mencionados no subitem 3.3 do relatório completo de fiscalização.”*

Órgão Objeto da Determinação e/ou Recomendação: SJRJ

Síntese da Providência Adotada:

Atendendo à determinação constante do Acórdão, incluiu-se, na Consolidação de Normas da Direção do Foro da SJRJ, uma Seção disciplinando o recadastramento dos servidores (art. 558-A), com periodicidade bienal, no caso dos servidores ativos, e, anual, para os servidores inativos, por ocasião da atualização cadastral prevista na Lei 9.527/1997. E, prevendo idênticas periodicidades para os recadastramentos, expediu-se a Resolução TRF2-RSP-2013/00054, de 12/12/2013.

O primeiro Recadastramento para os servidores ativos da SJRJ ocorreu no período de agosto a outubro de 2013. Para tanto, a área de Informática criou um módulo no sistema administrativo utilizado pela SJRJ. Por meio dele, os servidores, no período mencionado, declararam se acumulam, ou não, cargos, empregos ou funções públicas e se percebem remuneração, subsídio, provento, pensão ou outra espécie remuneratória paga com recursos públicos.

Finalizado o período do recadastramento, realizou-se a conferência, mediante relatórios, para verificar se algum servidor não havia realizado o recadastramento. Os servidores listados pelo sistema foram notificados pelas áreas de Cadastro e Lotação.

A área de Legislação de Pessoal, ao analisar as Declarações, separou aquelas cujos servidores preencheram a opção de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas ou a opção de não acumulação, mas que perceberam espécie remuneratória paga com recursos públicos, solicitando aos envolvidos o encaminhamento de documentações comprobatórias da legalidade da situação declarada. Essas Declarações e suas documentações estão compondo um Processo Administrativo, autuado pela área de Legislação de Pessoal, e o Parecer elaborado será submetido à autoridade competente.

Quanto aos inativos e pensionistas, foi solicitado, durante a Atualização cadastral anual, concretizada no período de 01/06 a 31/07/2014, que informassem se recebem outro benefício pago pelos cofres públicos e que, em caso positivo, apresentassem cópia do contracheque. Após a análise da área responsável, averiguou-se a existência de pendência quanto à apresentação de documentos por alguns inativos e pensionistas. A área está providenciando nova notificação aos envolvidos.

O Ofício JFRJ-OFI-2014/14092, de 11/11/2014, comunicou as providências adotadas à SECEX-RJ/TCU.

- Ofício 0828-2014TCU-SECEX-RJ, de 07/04/2014.

Processo TC 018.270/2013-1 – Acórdão 821/2014 TCU-Plenário – Itens 9.40, 9.41 e 9.46.

“9.40. **recomendar** ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF2 que:

9.40.1. *promova estudos com vistas a estabelecer em normativo específico a obrigação por parte das suas subunidades organizacionais em prestarem apoio técnico à realização de trabalhos de fiscalização pela sua UCI (itens 81-91);*

9.40.2. *promova estudos com vistas a estruturar um sistema de controle interno que enseje a identificação dos riscos mais significativos para os objetivos da organização e o desenvolvimento de controles internos voltados à mitigação ou eliminação desses riscos (itens 152-163);*

9.40.3. *evite demandar da sua UCI a realização de práticas de atos que são típicos da gestão e não do controle, como a realização de controle prévio sobre licitações e contratos (itens 164-165);*

9.41. **recomendar** à Unidade de Controle Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que:

9.41.1. *promova a qualificação de pessoal nas áreas de fiscalização de obras, fiscalização de tecnologia da informação e análise e construção de indicadores (itens 81-91);*



9.41.2. fomenta a prática de realizar entrevista de abertura de auditoria, para apresentar os objetivos a serem alcançados pela fiscalização, e entrevista de fechamento de auditoria, com o propósito de informar os achados de auditoria identificados (itens 188-191);

9.41.3. avalia o desempenho das suas atividades de fiscalização adotando as seguintes práticas, dentre outras: avaliar a relação custo/benefício dos seus trabalhos, monitorar a qualidade das suas auditorias e avaliar a economicidade e eficiência dos procedimentos de fiscalização adotados (itens 223-227);

9.46. **determinar** à Companhia Docas do Rio de Janeiro, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Empresa Gerencial de Projetos Navais, Agência Nacional do Cinema, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Nacional de Artes, Fundação Casa de Rui Barbosa, Financiadora de Estudos e Projetos, Fundação Oswaldo Cruz, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região que apresentem ao TCU, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação deste acórdão, plano de ação para implementação das recomendações acima efetuadas.”

Órgão Objeto da Determinação e/ou Recomendação: TRF2

Síntese das Providências Adotadas:

A Resolução TRF2-RSP-2014/00005 publicou a revisão da estrutura organizacional da Secretaria Geral do TRF2.

Tendo em vista que a constituição da área da gestão e desenvolvimento institucional é relativamente recente, ainda não foi possível dar integral cumprimento ao disposto nos subitens 9.40.1 e 9.40.2, mormente em razão da reestruturação e atribuição das novas unidades administrativas, cujo mapeamento de processos de trabalho, com vistas a implantar as mudanças necessárias, apenas se iniciara. Decerto, a partir da recente estruturação de uma unidade responsável pela governança e gestão de processos, o TRF2 adotará boas práticas na gestão de seus processos de trabalho, contemplando a gestão de riscos. O subitem 9.40.1 foi atendido, em parte, pelo Memorando-Circular TRF2-MCG-2014/00023, de 11/11/2014.

Os estudos acerca da estruturação do Sistema de Controles Internos Administrativos, de que trata o subitem 9.40.2, foram finalizados e o plano de ação encontra-se em fase de conclusão, para posterior apreciação pela autoridade competente.

No que toca ao subitem 9.40.3, consigne-se, preambularmente, que o ato de gestão é de responsabilidade exclusiva de magistrados, do Presidente do TRF2 e de servidores investidos no cargo de Diretor Geral, por delegação de competência. O Diretor da Secretaria de Controle Interno e servidores lotados nessa Unidade não desempenham atividades de cogestão, isto porque a conveniência e a oportunidade das ações, consubstanciadas nas respectivas decisões, são atribuições privativas conferidas aos dirigentes.

A Secretaria de Controle Interno é instada, sim, a manifestar-se especificamente sobre a legalidade de alguns atos, previamente à deliberação pelos gestores, no propósito de reforçar a sistemática preventiva e a eventual regularização de impropriedades durante o curso das ações. Trata-se de uma espécie de auditoria de acompanhamento, inspirada na convicção de que, a se julgar que a participação da área de Controle Interno deva ser realizada, sempre *a posteriori*, eventuais irregularidades serão apontadas intempestivamente, após a celebração dos atos.

Esse posicionamento, aliás, encontra precedentes em atos expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal. Na Resolução 114/2010, com redação dada pela Resolução 232/2011 - CNJ, por exemplo, a atividade do órgão de controle interno é mencionada 10 vezes, sempre como atuação preventiva, talvez por se tratar de obras e serviços de engenharia, que, geralmente, envolvem recursos de grande monta. E, em observância ao art. 35 da citada Resolução 114/2010 do CNJ, o CJF expediu a Resolução 179/2011, também conferindo papel de relevância ao órgão de controle interno, *ex vi* do § 1º do artigo 4º.



Assinale-se que a Secretaria de Controle Interno do TRF2 observa os dispositivos normativos da Resolução 86, de 8/9/2009, do CNJ.

Nesse passo, como a matéria é bastante complexa, impondo uma análise acurada por parte da Administração, faz-se necessária a realização de estudo, para avaliar a possibilidade de se promover ajuste na atual estrutura organizacional e nos processos de trabalho, abrangidas, portanto, no subitem 9.40.3, do Acórdão em comento.

Em atendimento às recomendações direcionadas à Secretaria de Controle Interno (itens 9.41.1 a 9.41.3), foram adotadas as seguintes providências:

Quanto à qualificação de pessoal, encaminhou-se à Secretaria Geral tabela que relaciona servidores e suas respectivas qualificações nas áreas de fiscalização de obras, fiscalização de tecnologia da informação e análise e construção de indicadores.

Na auditoria de Avaliação de Controles Internos, referente à Ação Conjunta do CJF, e na Auditoria de Gestão de Pessoas, aí se incluindo as auditorias externas realizadas nas Seções Judiciárias, implementou-se a prática indicada no subitem 9.41.2 de realizar-se entrevista de abertura de auditoria, para apresentação dos objetivos a serem alcançados pela fiscalização, e entrevista de fechamento de auditoria, com o propósito de informar os achados de auditoria identificados. Nas demais áreas de auditoria, a comunicação de abertura é realizada por meio da apresentação de ofício ou *email*, indicando a Portaria da Presidência que constituiu a equipe e definiu o prazo para promoção dos trabalhos. O encerramento, no caso, é cientificado por meio da apresentação da Relação de Achados.

Com relação ao monitoramento da qualidade dos trabalhos de auditoria, objeto do subitem 9.41.3, cumpre informar que, no exercício de 2013, quando da realização de auditoria na área de pessoal, foi efetivado o primeiro trabalho de avaliação de qualidade, com a ajuda de questionários encaminhados às unidades auditadas.

No que respeita às demais avaliações enumeradas no subitem 9.41.3, a Secretaria de Controle Interno do TRF2 elucida que o desenvolvimento de tais atividades, ainda, não configura prática naquela Setorial, por inexistir capacitação técnica suficiente à avaliação da relação custo/benefício dos seus trabalhos, ao monitoramento da qualidade das suas auditorias e à avaliação da economicidade e eficiência dos procedimentos adotados.

Revela, a propósito, que iniciativas para o adimplemento da qualificação requerida serão adotadas, notadamente através de consulta a Órgãos de Fiscalização Superiores e a outros Tribunais, na busca de compartilhar boas práticas de controle.

No que se refere ao item 9.46, não foi possível o envio do plano de ação no prazo fixado, ficando esse cumprimento para o ano de 2015.

O Ofício TRF2-OFI-2014/19779, de 07/10/2014, informou as providências adotadas à SECEX-RJ/TCU.

- Ofício 4112/2014 TCU-SEFIP, de 19/05/2014.

Processo TC 008.282/2014-5 – Acórdão 1799/2014 TCU-2ª Câmara – Item “b”

“b) Determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novos atos no sistema SISAC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de “Eslarecimentos do Gestor de Pessoal”, detalhando a situação concreta, caso as falhas apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal.”

Órgão Objeto da Determinação e/ou Recomendação: TRF2

Síntese das Providências Adotadas:



Foram cadastradas novas Fichas de Admissão no sistema SISAC, relativas aos servidores Júlio Cesar Carneiro Franco, nº 20782010-01-2014-000011-0, e Mário Lineu Cardoso Sá Freire, nº 20782101-01-2014-000012-8.

Nos campos "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal" e "Justificativa Parecer Controle Interno", discriminou-se a forma como foi efetuada a contagem do prazo para os servidores tomarem posse.

O Ofício TRF2-OFI-2014/11788, de 24/06/2014, noticiou as providências adotadas à SEFIP/TCU.

- Ofício 1133-2014 TCU-SEFIP, de 17/02/2014

Processo TC 010.967/2013-3 – Acórdão 360/2014 TCU- 2ª Câmara – Item 9.4

*"9.4. **determinar** ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região - RJ/ES que:*

*9.4.1 **faça cessar**, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, os pagamentos decorrentes do ato de pensão considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;*

*9.4.2. **emita novo ato pensional em favor da Sra. Sebastiana Cardozo (Viúva)**, no prazo de 30 (trinta) dias improrrogáveis, contados a partir da ciência desta deliberação, livre da irregularidade detectada, com apoio no art. 262, §2º, do Regimento Interno do TCU, combinado com o §1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007, e levando em consideração o que restou decidido no Acórdão nº 2515/2011-Plenário, ratificado pelo Acórdão nº 2875/2012-Plenário;*

*9.4.3. **dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam**, aos interessados, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do comprovante da data em que tomaram conhecimento da presente deliberação.*

Órgão Objeto da Determinação e/ou Recomendação: TRF2

Síntese das Providências Adotadas:

O Sr. JOSUÉ CARDOSO DE ASSIS foi cientificado da determinação, através de sua curadora, Sra. SEBASTIANA GARCIA CARDOZO, esta representada por sua procuradora, tendo sido remetida cópia do termo de ciência ao Eg. TCU.

Posteriormente, em 18.03.2014, no prazo constante da determinação, foi expedido ato de cancelamento da cota de pensão percebida pelo Sr. JOSUÉ CARDOSO DE ASSIS, e alterada a cota da Pensão Vitalícia percebida pela Sra. SEBASTIANA GARCIA CARDOZO, viúva do ex-servidor, que passou a figurar como única beneficiária da pensão, conforme Atos TRF2-ATP-2014/00083 e TRF2-ATP-2014/00098, bem como os Demonstrativos TRF2-DCP-2014/00007 e TRF2-DCP-2014/00008.

As informações foram cadastradas no sistema SISAC-TCU, Formulário nº 20782101-5-2014-000002-7.

O Ofício TRF2-OFI-2014/05727, de 27/03/2014, comunicou as providências adotadas à SEFIP/TCU.

Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

- Ofício 0828-2014 TCU-SECEX-RJ, de 07/04/2014.

Processo TC 018.270/2013-1 – Acórdão 821/2014TCU-Plenário – Itens 9.40.2 e 9.46

*"9.40. **recomendar** ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF2 que:*

*9.40.2. **promova estudos com vistas a estruturar um sistema de controle interno que enseje a identificação dos riscos mais significativos para os objetivos da organização e o desenvolvimento de controles internos voltados à mitigação ou eliminação desses riscos (itens 152-163);***

*9.46. **determinar** à Companhia Docas do Rio de Janeiro, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Empresa Gerencial de Projetos Navais, Agência Nacional do Cinema, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Nacional de*



Artes, Fundação Casa de Rui Barbosa, Financiadora de Estudos e Projetos, Fundação Oswaldo Cruz, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região que apresentem ao TCU, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação deste acórdão, plano de ação para implementação das recomendações acima efetuadas.”

Órgão Objeto da Determinação e/ou Recomendação: TRF2

Síntese das Providências Adotadas:

O Acórdão foi cumprido parcialmente, ficando pendentes os subitens 9.40.2 e 9.46.

O plano de ação está em fase de conclusão e será submetido à autoridade competente, para ser enviado ao TCU, oportunamente.

Justificativa para o não Cumprimento:

Não foi possível dar integral cumprimento ao Acórdão, já que a constituição da área da gestão e desenvolvimento institucional é relativamente recente, acrescendo-se a reestruturação e atribuição das novas unidades administrativas. Como o plano de ação requer estudos, conclusão e aprovação para sua finalização, não houve tempo hábil, para o envio ao TCU no prazo fixado.

AUDITORIA

A Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região não possui, em sua estrutura organizacional, unidades de auditoria interna.

As funções de auditoria são desempenhadas pelas unidades de controle interno. Há um relacionamento sistêmico entre a unidade central de controle interno (Secretaria de Controle Interno do Conselho da Justiça Federal – SCI/CJF), a unidade setorial (Secretaria de Controle Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – SCI/TRF2) e as unidades seccionais (Subsecretaria de Controle Interno da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – SCO/SJRJ e Núcleo de Controle Interno da Seção Judiciária do Espírito Santo – NCI/SJES).

■ Plano Anual de Auditoria da 2ª Região, do Exercício de 2014 (PAA 2014)

O PAA 2014, aprovado pela Presidência do TRF2, através do expediente TRF2-MEM-2014/01076, abrange as três unidades gestoras da 2ª Região (TRF2/SJRJ/SJES), contendo as ações planejadas, os períodos de sua realização, a força de trabalho prevista, os números de dias úteis e as horas estimadas para o alcance dos objetivos inicialmente traçados. Foi estruturado em 06 áreas, as quais se referem aos principais processos de trabalho enfocados na Prestação de Contas Anual, a ser apresentada pelos gestores: Gestão de Metas e Indicadores, Gestão de Pessoas, Gestão de Compras e Contratos, Gestão de Tecnologia da Informação, Gestão de Material e Patrimônio e Gestão de Precatórios e RPVs.

Na definição dessas ações de auditoria, levou-se em consideração, além da materialidade dos recursos envolvidos, da relevância da matéria e dos riscos inerentes aos pontos de controle, os seguintes aspectos: o exame preliminar das demandas externas e internas; a estrutura e os objetivos do plano estratégico e operacional do órgão; as exigências da legislação aplicável; a experiência adquirida com o acompanhamento dos atos praticados nos processos administrativos; e os resultados dos últimos trabalhos de auditoria realizados.

Ressalte-se que, nas auditorias externas realizadas nas Seções Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (JF 1º Grau - 2ª Região), não foi incluída a Área de Gestão de Precatórios



e RPVs, tendo em vista a centralização da execução dessa atividade no Tribunal, bem como não foi prevista auditoria na Área de Gestão de Metas e Indicadores.

Do total de 14 auditorias planejadas para a 2ª Região, 12 foram executadas (06- TRF2, 03-SJRJ e 03-SJES), o que representa, aproximadamente, o cumprimento de 86% do PAA 2014. Cabe destacar que, nas auditorias realizadas na área de Gestão de Compras e Contratos, houve uma pequena redução de escopo, necessária ao atendimento de outras demandas.

De acordo com a programação prevista no PAA 2014, a Secretaria de Controle Interno realizou auditorias nas unidades jurisdicionadas da 2ª Região, as quais resultaram na emissão dos seguintes Relatórios:

Quadro nº 52 - Auditorias 2014 – Órgão auditado: TRF2

Expediente/Processo	Assunto
TRF2-MEM-2014/02689 (TRF2-ADM-2014/00120)	Relatório de Auditoria de Avaliação de Controles Internos Administrativos ⁽¹⁾
TRF2-MEM-2014/05878 (TRF2-ADM-2014/00299)	Relatório de Auditoria da área de Gestão de Compras e Contratos
TRF2-MEM-2014/05879 (TRF2-ADM-2014/00272)	Relatório de Auditoria da área de Gestão de Material e Patrimônio
TRF2-MEM-2014/05903 (TRF2-ADM-2014/00271)	Relatório de Auditoria da área de Gestão de Precatórios e RPVs
TRF2-MEM-2014/6176 (TRF2-ADM-2014/00280)	Relatório de Auditoria da área de Gestão de Pessoas
Ofício-Circular nº 12/2012-SCI/Presi/CNJ TRF2-MEM-2014/05318 (TRF2-ADM-2015/00007)	Relatório de Auditoria da área de Tecnologia da Informação ⁽²⁾
TRF2-MEM-2014/06549 TRF2-PTP-2014/00495	Início dos trabalhos de Auditoria na área de Gestão de Metas e Indicadores
Notas: ⁽¹⁾ Auditoria realizada como “Ação Conjunta de Auditoria” (SCI/CJF e SCI/TRFs), não prevista no PAA 2014; ⁽²⁾ Auditoria realizada como “Ação Coordenada de Auditoria” (SCI/CNJ e SCI/TRFs).	

Fonte: SIGA - Sistema Integrado de Gestão Administrativa – JF-TRF2

Quadro nº 53 - Auditorias 2014 – Órgão auditado: SJRJ

Expediente	Assunto
TRF2-OFI-2014/16287-F	Relatório de Auditoria da área de Gestão de Pessoas
TRF2-OFI-2014/16293-A	Relatórios de Auditoria das áreas de Gestão de Compras e Contratos e Gestão de Material e Patrimônio

Fonte: SIGA - Sistema Integrado de Gestão Administrativa – JF-TRF2

Quadro nº 54 - Auditoria 2014 – Órgão Auditado: SJES

Expediente/Processo	Assunto
TRF2-OFI-2014/17298-F (JFES-ADM-2014/00030)	Relatório de Auditoria da área de Gestão de Pessoas
TRF2-OFI-2014/15332-C (JFES-ADM-2014/00030)	Relatórios de Auditoria das áreas de Gestão de Compras e Contratos e Gestão de Material e Patrimônio

Fonte: SIGA - Sistema Integrado de Gestão Administrativa – JF-TRF2

Anote-se que as justificativas/providências dos diversos setores da Administração do Tribunal e das Seções Judiciárias, em atendimento às “Recomendações do Órgão de Controle Interno” constantes dos Relatórios acima descritos, foram enviadas através dos respectivos expedientes/processos e ana-



lisadas pela SCI/TRF2, a fim de atender ao item “*Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno*” dos Relatórios de Gestão Consolidados da 2ª Região, dos exercícios de 2013 e 2014.

Ao demais, dos trabalhos de auditoria realizados no exercício de 2014, nas três unidades gestoras da 2ª Região, resultaram 38 (trinta e oito) “Recomendações do Órgão de Controle Interno”, sendo 24 (vinte e quatro) no TRF2, 07 (sete) na SJRJ e 07 (sete) na SJES. Após a análise pela SCI/TRF2 das providências adotadas pela Administração dos órgãos auditados, não restaram recomendações pendentes de atendimento, para fins de registro no Relatório de Gestão do exercício de 2014.

As providências implementadas pelos gestores envolveram regularizações, instrução de processos, emissão de documentos, bem como aperfeiçoamento de rotinas e procedimentos.

■ Auditoria de Avaliação de Controles Internos Administrativos

Embora não constasse do PAA 2014, mas atendendo à programação das “Ações Conjuntas de Auditoria”, estabelecida no âmbito do Comitê Técnico de Controle Interno da Justiça Federal (CTCI), a SCI/TRF2 – no período de maio e junho de 2014 e em conjunto com a Secretaria de Controle Interno do CJF e dos demais TRFs –, efetuou a auditoria de Avaliação de Controles Internos Administrativos, totalizando 13 trabalhos de auditoria executados em 2014. As constatações referentes à mencionada auditoria estão reunidas no Processo Administrativo digital nº TRF2-ADM-2014/00120.

■ Ação Coordenada de Auditoria, na Área de Tecnologia da Informação (TI)

A SCI/TRF2 e os demais Tribunais Regionais Federais, no mês de outubro de 2014, empreenderam a “Ação Coordenada de Auditoria”, na área de Tecnologia da Informação (TI), atendendo a proposta da Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça, aprovada pelo Presidente daquele Colegiado, através do Ofício-Circular nº 12/2012-SCI/Presi/CNJ, de 10/12/2012 (Parecer nº 01/2013/SCI/Presi/CNJ). A mencionada ação coordenada teve o propósito de verificar o cumprimento da Resolução nº 182/2013-CNJ, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de solução de tecnologia da informação e comunicação. O processo administrativo digital nº TRF2-ADM-2015/00007 contém as informações dessa ação coordenada.

■ Auditoria na área de Gestão de Metas e Indicadores Constantes do PEJ 2010/2014

A auditoria na área de gestão de metas e indicadores, realizada no âmbito do TRF2, iniciada no mês de novembro de 2014, encontra-se em fase final de elaboração do relatório de auditoria e das recomendações do OCI. O escopo da mesma foi avaliar os indicadores constantes do Painel Estratégico da Justiça Federal 2010/2014, cuja coleta esteja exclusivamente a cargo do TRF2 e/ou das Seções Judiciárias da 2ª Região, quanto à:

- capacidade dos indicadores de representar a situação que se pretende medir e de refletir os resultados das intervenções efetuadas na gestão;
- capacidade de proporcionar medição, ao longo do tempo;
- confiabilidade das fontes de dados;
- facilidade de obtenção dos dados;
- razoabilidade dos custos de obtenção.

Verificou-se que as fórmulas dos indicadores selecionados são simples e seus dados podem ser considerados de fácil obtenção, a um custo razoável, eis que podem ser obtidos nos próprios sistemas já existentes, de forma automatizada através de *queries* específicas (consultas aos bancos de dados). A automatização aumenta a segurança na confiabilidade dos dados. Muito embora ela não se aplique a todos os indicadores, ocorre na maioria.



Nesse ponto, há que se ressaltar que o indicador “*taxa de audiências de conciliação*” apresentou duplicidade na contagem de processos. Tal situação se deu porque não estão todos os dados inseridos no sistema. Parte das audiências é informada através de planilhas de Excel, pelos setores de conciliação da 2ª região, e somada ao quantitativo extraído do sistema Apolo.

Outro ponto de controle verificado é que ainda não foram adotadas integralmente as tabelas processuais unificadas no âmbito da 2ª Região, e, por isso, houve a necessidade de se promover uma adaptação nos dados, por meio de uma Tabela De/Para, elaborada pela Corregedoria. Ademais, existem diferenças entre as tabelas dos processos judiciais físicos e eletrônicos, o que gera impacto no trabalho de coleta realizado pelo setor competente e retira parte da sua automatização.

O processo de planejamento estratégico está em evolução na Justiça Federal. Como parte desse processo, os indicadores também vêm sendo constantemente reavaliados. Para o próximo período, 2015-2020, haverá uma mudança na cesta de indicadores.

ALTERAÇÃO NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CONTROLE INTERNO

No exercício de 2014, por meio da Resolução nº TRF-RSP-2014/00018, de 23/09/2014, foi extinta a Seção de Análise Contábil – SEACON, subordinada à Divisão de Controle e Verificação – DIVER, da estrutura organizacional da Secretaria de Controle Interno – SCI do TRF2. A referida Seção era responsável pelo registro da conformidade contábil das UG’s 090054/090048/090034/090028. A medida representou significativo avanço na segregação de funções, por meio da dissociação da acumulação de responsabilidades do contador responsável do TRF2, também responsável, anteriormente, pela auditoria dos balanços do Órgão. Atualmente, o registro da conformidade contábil está a cargo da atual contadora responsável do TRF2, que é a titular da Coordenadoria de Gestão Contábil – COGEC, da estrutura da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SPO.

De igual modo, a estrutura organizacional da Subsecretaria de Controle Interno – SCO, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – SJRJ foi alterada, através da Portaria nº JFRJ-PGD-2014/00009, de 18/12/2014, com efeitos a partir de 07/01/2015, com a transferência para a Secretaria Geral – SG, da Seção de Análise Contábil – SEACO, cuja titular é a responsável pela conformidade contábil da UG 090016.

CONTROLE CONTÁBIL

No exercício de 2014, por meio da Resolução nº TRF-RSP-2014/00018, de 23/09/2014, foi extinta a Seção de Análise Contábil – SEACON, subordinada à Divisão de Controle e Verificação – DIVER, da estrutura organizacional da Secretaria de Controle Interno – SCI do TRF2.

A referida Seção era responsável pelo registro da conformidade contábil das UG’s 090054/090048/090034/090028. Esta medida representou significativo avanço na segregação de funções, por meio da dissociação da acumulação de responsabilidades do contador responsável do TRF2, anteriormente, também responsável pela auditoria dos balanços do Órgão.

Atualmente, o registro da conformidade contábil está a cargo da atual contadora responsável do TRF2, que é a titular da Coordenadoria de Gestão Contábil – COGEC, da estrutura da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SPO.

As Unidades Gestoras - UGs da 2ª Região estão adotando os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, que tratam, respectivamente, de Depreciação, Amortização e Exaustão, e de Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, exceto quanto à amortização de bens intangíveis e quanto à depreciação de parte dos bens móveis adquiridos antes de 2010.



As Disponibilidades, os Direitos e as Obrigações são avaliados pelo valor original. As obrigações, que trazem em seu bojo regras específicas de atualização monetária, tais como precatórios e passivos de pessoal, são ajustadas a valor presente.

Os materiais de almoxarifado são mensurados com base no valor de aquisição e o método de custeio das saídas de estoque é o custo médio ponderado. Quanto aos Investimentos e ao Diferido, não existem saldos registrados.

O Ativo Imobilizado é mensurado pelo valor de aquisição e depreciado, durante o período de sua vida útil, pelo método de quotas constantes ou linear. No âmbito da JF2, adotou-se a tabela indicada no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, item 27, para definição do tempo de vida útil e do valor residual.

As taxas de depreciação adotadas são as seguintes:

Quadro nº 55 - Taxas de Depreciação Adotadas

Conta	Título	Vida útil (anos)	Taxa anual	Valor residual
142120400	Aparelhos de medição e orientação	15	6,67%	10%
142120600	Aparelhos e equip. de comunicação	10	10%	20%
142120800	Apar.equip.e utens.med.odont.labor.hosp.	15	6,67%	20%
142121200	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%	10%
142121400	Armamentos	20	5%	15%
142121800	Coleções e materiais bibliográficos	10	10%	0%
142122400	Equip. de proteção segurança e socorro	10	10%	10%
142123000	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%	10%
142123200	Máquinas e equipamentos gráficos	15	6,67%	10%
142123300	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%	10%
142123400	Máquinas, utensílios e equip. diversos	10	10%	10%
142123500	Equipamentos de processamento de dados	5	20%	10%
142123600	Máquinas, instalações e utens. de escritório	10	10%	10%
142123800	Máquinas, ferramentas e utens. de oficina	10	10%	10%
142124200	Mobiliário em geral	10	10%	10%
142124400	Obras de arte e peças para exposição	-	-	-
142124800	Veículos diversos	15	6,67%	10%
142125100	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%	10%
142125200	Veículos de tração mecânica	15	6,67%	10%
142125700	Acessórios para automóveis	5	20%	10%



Fonte: Manual SIAFI

A depreciação dos bens móveis foi implantada, inicialmente, para os bens adquiridos a partir do exercício de 2010, conforme orientação do Manual SIAFI.

Após ajustes realizados nos sistemas informatizados e adequação da base monetária dos bens adquiridos antes de 2010, a partir do exercício financeiro de 2014, foi possível realizar o registro da depreciação em todos os bens móveis que estão sujeitos à mesma.

No que pertine à amortização do ativo intangível, em sua quase totalidade composta de *softwares*, será necessário, primeiramente, que sejam inseridos no sistema de controle patrimonial, e que seja definida a metodologia de cálculo. Para alcançar esse objetivo, as unidades estão se mobilizando, inclusive através da formação de grupos de trabalho.

Ressalte-se que a Portaria STN nº 439, de 12/7/2012 fixou o exercício financeiro de 2014, como prazo limite para a realização de tal procedimento, a teor do item VIII do cronograma constante do Anexo I da citada Portaria. Estabeleceu, ainda, quanto aos prazos do Anexo I, que eles se referem ao início dos procedimentos, os quais exigem um contínuo aperfeiçoamento para otimização da informação contábil.

No exercício de 2014, foi registrada depreciação de bens móveis no valor total de R\$12.238.460,65, consoante demonstrativo abaixo:

Quadro nº56 - Depreciação de Bens Móveis

Justiça Federal da 2ª Região /2014	Início do exercício	Final do exercício
Bens Móveis	115.006.327,10	110.966.645,02
Depreciação Acumulada	(23.144.633,17)	(35.383.093,82)
Valor Líquido Contábil	91.861.693,93	75.583.551,20

Fonte: SIAFI

Quanto à depreciação dos bens imóveis, no final do exercício de 2014, a CCONT/STN deu início ao registro contábil da depreciação com base nos dados que constam do SPIUnet, em consonância com o disposto no Manual do SIAFI, macrofunção 02.11.07.

O valor total relativo à depreciação de bens imóveis, registrado durante o exercício de 2014 na esfera da 2ª Região, foi de R\$59.518,40, como se segue:

Quadro nº 57 - Depreciação de Bens Imóveis

Justiça Federal da 2ª Região /2014	Início do exercício	Final do exercício
Bens Imóveis	299.411.888,89	398.162.709,24
Depreciação Acumulada	-	(59.518,40)
Valor Líquido Contábil	299.411.888,89	398.103.190,84

Fonte: SIAFI

Cabe registrar que os dados dos imóveis da JF2 são periodicamente revisados no SPIUnet, a fim de que os valores se aproximem aos praticados no mercado, nos termos da citada macrofunção.



CONFORMIDADE CONTÁBIL

O registro da conformidade contábil é realizado mensalmente pelo contador responsável de cada uma das três UGs da JF2. No TRF2, o registro ocorre em relação às UGs 090028, 090048, 090054 e 090034. Na SJRJ, em relação à UG 090016 e, na SJES, UG 090014.

Como já sinalado, até o mês de setembro de 2014, a contadora responsável do TRF2 estava lotada na Secretaria de Controle Interno - SCL. A partir de outubro de 2014, foi designada como contadora responsável da recém-criada Coordenadoria de Gestão Contábil – COGEC, subordinada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças - SPO.

No que tange às Seções Judiciárias jurisdicionadas, na SJRJ, o contador responsável foi recentemente lotado na Secretaria Geral. Na SJES, o contador responsável continua lotado no Núcleo de Controle Interno.

É respeitada a segregação de função quanto ao registro da conformidade contábil, na medida em que os responsáveis não realizam atividades conflitantes, tais como: autorizar, aprovar e executar registros de gestão ou ainda efetuar a conformidade de registro de gestão (item 8.1.2, Manual do SIAFI, macrofunção 02.03.15).

O processo de verificação da conformidade contábil envolve basicamente a análise dos registros contábeis na forma indicada no Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis, do Manual SIAFI, macrofunção 02.10.03. Ao final de cada exercício, também são observadas as regras da norma Encerramento do Exercício, do Manual SIAFI, macrofunção 02.03.18.

Durante o exercício de 2014, foram registradas 14 restrições, no TRF2, 10 restrições, na SJRJ, e 03 restrições, na SJES, distribuídas segundo o quadro abaixo. Cumpre esclarecer que as ocorrências cujo código esteja na faixa numérica entre 300 e 399 representam alertas. Já as ocorrências na faixa de 600 a 799 indicam ressalvas.

Anote-se que todas as restrições apontadas foram regularizadas dentro do exercício financeiro de 2014.

Quadro nº58 - Restrições Contábeis Registradas no Exercício de 2014

RESTRIÇÕES CONTÁBEIS		QUANTIDADE
TRF 2ª- UG 090028		
306	APROPRIACAO DESPESAS FORA PERIODO COMPETENCIA	1
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	1
653	SLD.ALONG/INDEV.CONTAS TRANSITORIAS AT.COMP.	4
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	1
677	FALTA/ATRASO RETENCAO/RECOL. OBRIG E TRIBUTOS	6
TRF 2ª- UG 090034		
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	1
SJRJ - UG 090016		
606	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.CIRCULANTE	2
632	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL	1
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	1



680	DIVERG. VALORES LIQUIDADOS X PASSIVO FINANC.	6
SJES - UG 090014		
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	1
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	2

Fonte: SIAFI

Nota: Não houve registro de restrição contábil nas UGs 090048 e 090054.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

Promover a conciliação.

■ Descrição do objetivo

Aumentar o número de audiências de conciliação designadas anualmente, na busca da pacificação social e solução de litígios, promovendo a celeridade e a efetividade.

SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Em primeiro, nesta questão, não se pode deixar de destacar que o Tribunal Regional Federal da 2ª Região recebeu Menção Honrosa na categoria Tribunal Regional Federal, na quarta edição do *Prêmio Conciliar é Legal*, noticiada pelo Ofício nº 212-2014-GABCONS-EC/CP, do Presidente da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania e Coordenador do Movimento pela Conciliação do Conselho Nacional de Justiça, sendo certo que a cerimônia de entrega do prêmio se realizou no dia 16/06/2014, no Plenário do CNJ.

Anote-se que os mutirões de conciliação da JF2, ao longo dos anos, são organizados e operados por intermédio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região – NPSC2, envolvendo uma série de matérias, a seguir discriminadas.

MUTIRÕES DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO

Em 2014, foram designadas 1.267 audiências do Sistema Financeiro de Habitação e realizadas 1.040, com 409 acordos homologados, no valor total de R\$ 29.145.285, 50, representando 64% de êxito.

OUTROS PROGRAMAS DE CONCILIAÇÃO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

- Créditos comerciais – busca a negociação com o devedor da CEF nos processos de recuperação de crédito (cheque especial/construcard/rotativos). No segundo semestre, no mês de novembro, houve dois mutirões realizados com a CEF, relativos a crédito comercial: o primeiro em Vitória e o segundo no Rio de Janeiro.
- Pedidos de danos morais em geral – as rodadas de conciliação já são de rotina em toda a 2ª Região e a parceria com a CEF funcionou bem.

MUTIRÕES DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO COM A ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - AGU

Para o ano de 2014, não houve definição de meta, contudo tornou-se praxe a realização de audiências mensais atinentes ao pagamento de Gratificações de Desempenho. Esses mutirões englobam todas as gratificações de desempenho (G-DATAs) de servidores públicos civis inativos e pensionistas.



MUTIRÕES DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAIS COM A OAB/RJ

Nos meses de abril, junho e agosto/2014, foram promovidos três mutirões de audiências de conciliação pré-processuais, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CESOL, a respeito de ações de execução por cobrança de anuidades atrasadas, ajuizadas pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RJ.

RESULTADOS

Quadro nº59 - Audiências de Conciliação Designadas na 2ª Região - 2014

TOTAL DE AUDIÊNCIAS PRÉ-PROCESSUAIS DESIGNADAS (REALIZADAS NA SJRJ)	2.518
TOTAL DE AUDIÊNCIAS PRÉ-PROCESSUAIS DESIGNADAS (REALIZADAS NA SJES)	227
TOTAL DE AUDIÊNCIAS PROCESSUAIS DESIGNADAS (REALIZADAS NO NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO)	4.629
NÚMERO DE AUDIÊNCIAS PROCESSUAIS AVULSAS DESIGNADAS (REALIZADAS DE FORMA INDEPENDENTE PELAS VARAS E JEF'S DE ACORDO COM O SISTEMA APOLO)	16.010
NÚMERO DE AUDIÊNCIAS PROCESSUAIS AVULSAS DESIGNADAS - SJES (REALIZADAS DE FORMA INDEPENDENTE PELAS VARAS E JEF'S DE ACORDO COM O SISTEMA APOLO)	1.233
TOTAL GERAL DE AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SJRJ/SJES	24.617

Nesse contexto, em 2014, foram processados 73 eventos de conciliação e efetivadas 4.680 das 7.374 audiências designadas, revertendo em 13.427 pessoas atendidas. O montante negociado foi de 38.473.729,22.

MUTIRÃO PILOTO DO INSS EM RECURSOS EM TRÂMITE NO TRF2

O NPSC2 e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a partir da seleção de alguns assuntos, realizaram um mutirão piloto em recursos em trâmite no TRF2, o qual reverteu em:

- 21 audiências designadas;
- 13 audiências realizadas, presididas por juiz federal;
- 03 acordos homologados;
- R\$ 74.667,42 pagos em RPV;
- 23,08% de acordos homologados.

INTERCÂMBIO SOBRE BOAS PRÁTICAS

No exercício, o TRF2 fomentou o intercâmbio com outros tribunais, em especial no que tange a boas práticas detectadas nos TRFs da 3ª e 4ª Regiões, afora o aprimoramento da estrutura normativa do NPSC2.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 4

Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais.

■ Descrição do objetivo

Garantir a otimização dos processos de trabalho visando à melhoria contínua dos trâmites judiciais das turmas recursais, regionais de uniformização e a turma nacional de uniformização, por meio da implantação e disseminação de boas práticas de gestão, propiciando a celeridade, qualidade e transparência da prestação jurisdicional.

INOVAÇÕES E PROJETOS DE MELHORIAS PARA JEFs E TURMAS RECURSAIS

No ano de 2014, a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região – COJEF empreendeu diversas atividades e projetos, na pretensão de conferir maior celeridade e de ampliar a qualidade e a produtividade, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais.

3º FÓRUM REGIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 2ª REGIÃO – FOREJEF

No período de 08 a 12/10/2014, a COJEF organizou o 3º *Fórum Regional dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região* – FOREJEF, que reuniu 49 juízes de 1º e 2º Grau, além de autoridades, juristas e representantes dos Órgãos que mais figuram no polo passivo das ações dos JEFs, culminando com a aprovação de 21 enunciados e 3 recomendações.

Dentre os objetivos do evento destacam-se: a redução do acervo de processos que asseverbam os JEF's, através de meios alternativos de solução de conflitos; o compartilhamento da política de mediação e conciliação de cada ente público federal e de magistrados de outros órgãos judicantes, de modo a trazer o tema ao debate e facilitar a sua implementação na 2ª Região.

ATOS DE GESTÃO PARA DISSEMINAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

A COJEF tem envidado esforços na busca das boas práticas adotadas em outros Tribunais, no intento de adotá-las, com as devidas adaptações, à realidade da 2ª Região.

Nesse sentido, sublinhem-se, no primeiro semestre: (a) a visita à 3ª e à 4ª Região, visando ampliar o conhecimento de estratégias relacionadas à realização dos Juizados Especiais Federais Itinerantes; (b) a participação em reunião, com o propósito de se aprofundar os conhecimentos a respeito da atuação nos processos de competência delegada à Justiça Estadual, através das Unidades de Atendimento Avançado; (c) a promoção, em conjunto com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos, da palestra “Boas Práticas da 4ª Região: Funcionamento do CEJUSCON (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania) e SICOPREV (Sistema de Perícias Médicas e Conciliações Pré-Processuais em Matéria Previdenciária), ministrada por Juíza Federal e uma servidora, ambas do TRF4.

No segundo semestre, vale assinalar a visita ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ocasião em que foram conhecidas 4 boas práticas: a conciliação processual; o *totem* para atendimento *on line* pelo Itaucard e Sky, em acordos extrajudiciais; o “Expressinho” e a conciliação pré-processual.

PRIMEIRO ATENDIMENTO DOS JEC's NOS AEROPORTOS DO RIO DE JANEIRO

Em 21/8/2014, foi concretizada a formalização de Acordo de Cooperação Técnica, sem repasse de verbas, entre o Tribunal Regional Federal da 2ª Região e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro,



para realização do primeiro atendimento dos Juizados Especiais Cíveis nos Aeroportos do Rio de Janeiro (Galeão e Santos Dumont), nas demandas de competência da Justiça Federal, nos moldes do Termo de Convênio nº 003/477/2014.

ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DOS JEFs E TURMAS RECURSAIS

Todas as informações referentes à elaboração de normas e procedimentos para a execução de atividades, bem como os atos e portarias pertinentes, são disponibilizados aos Juizados e Turmas Recursais para o aumento da qualidade e produtividade.

REDISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS DE ESTAGIÁRIOS ENTRE OS JEFs DA 2ª REGIÃO

Através do Ofício nº TRF2-OFI-2014/14709, a COJEF determinou a redistribuição das vagas de estagiários dos JEFs autônomos e adjuntos e Turmas Recursais, visando corrigir distorções e promover a isonomia de recursos humanos naquelas unidades jurisdicionais.

ATUALIZAÇÃO DOS SITES DA INTRANET E DA INTERNET

A COJEF vem envidando esforços para manter atualizados os seus sites da *intranet* e *internet*, com as principais informações relativas a sua estrutura administrativa e a dos JEFs.

CONTATOS INSTITUCIONAIS

A COJEF travou contatos institucionais com representantes da CEF, INSS, EBCT, AGU e Defensoria Pública da União, principais litigantes no sistema JEFs nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, a fim de mapear os desafios a serem enfrentados quando se procura uma situação de litigiosidade mínima e maior celeridade processual.

CARTILHA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

A COJEF distribuiu, para os JEFs e Unidades de Primeiro Atendimento das Seccionais e das Subseções, exemplares da *Cartilha de Direito Previdenciário*, redigida pela Associação dos Juizes Federais do Brasil – Ajufe, para divulgação dos direitos previdenciários aos jurisdicionados.

PROJETO OUVIDORIA ITINERANTE

Em 28/08/2014, junto com a Ouvidoria do Ministério Público do Rio de Janeiro, a COJEF participou do *Projeto Ouvidoria Itinerante*, na pretensão de divulgar a função e formas de acesso aos JEFs.

PROJETOS EM PARCERIA

A COJEF participou de projetos, em parceria com órgãos do Governo do Estado do RJ e Ministério da Justiça, a exemplo da realização de oficinas, audiências simuladas e palestras no Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal no Complexo do Alemão e demais comunidades – CAIJF.

■ Projeto Casa de Direitos na Cidade de Deus - A realização da Educação para os Direitos na Cidade de Deus

Na esfera do Projeto *Casa de Direitos*, que vem se efetivando em conjunto com dois Projetos do Ministério da Justiça: o *Programa Justiça Comunitária* e o *Projeto Jovem-Protejo* - Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável.

* o *Programa Justiça Comunitária* ganhou o prêmio *Innovare* em 2005 e foi adotado como Política Pública Nacional pela Secretaria de Reforma Judiciária do Ministério da Justiça. Sua Equipe Técnica é formada por uma advogada, um assistente social e uma psicóloga e por agentes comunitários, membros da própria comunidade da Cidade de Deus, recrutados por aquele Ministério e pela Secretaria de Estado de Assistência Social do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Em parceria com o *Programa Justiça Comunitária* concebeu-se a *Capacitação em Educação para os Direitos* relacio-



nados com os JEFs, privilegiando-se, na 2ª edição desse programa, o enfoque na área de Direito Previdenciário.

* o *Projeto Jovem-Protejo* é uma parceria do Ministério da Justiça com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, para implantação dos *Territórios da Paz*, no intuito de atender jovens de 15 a 24 anos, expostos a situações de vulnerabilidade social: às drogas (sobretudo ao uso do *crack*); à violência doméstica e/ou urbana; em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Liberdade Assistida e Serviços Prestados à Comunidade); em cumprimento de penas alternativas; egressos do sistema prisional; e/ou em situação de rua. Os jovens participam de diversas oficinas temáticas como: turismo cultural e ambiental; meio ambiente; cidadania; diversidade sexual; protagonismo juvenil; direitos humanos; orientação sociojurídica; dança; teatro; informática, entre outras.

■ **Projeto Justiça Aqui**

No âmbito do Projeto *Justiça Aqui*, a COJEF tem produzido, desde 2012, palestras, em instituições educacionais, onde aborda a competência dos JEFs, com vistas a promover o domínio de conhecimentos fundamentais ao acesso à Justiça. A iniciativa se harmoniza com a Meta nº 04/2011, do CNJ, que prevê a implantação de programas de esclarecimento ao público a respeito das funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário, em escolas ou quaisquer espaços públicos. Assim, em 19/02/2014, conduziu palestra sobre JEFs, com a presença de representantes da Defensoria Pública da União e da Procuradoria do INSS; e, em 11/06/2014, a ação *A Justiça Federal Vai ao Cidadão*, na Praça do Conhecimento de Nova Brasília.

REUNIÃO DO COMITÊ ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS NO RIO DE JANEIRO

Em 19/08/2014, as Turmas Recursais da JF2 sediaram a 14ª *Reunião do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas* no Rio de Janeiro (CETP-RJ), em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

PROJETOS EM ANDAMENTO

■ **Manual de Procedimentos Cartorários e Administrativos**

Encontra-se em fase de preparação o Manual de Procedimentos Cartorários e Administrativos da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região.

■ **Regimento das Turmas Recursais**

Em agosto de 2014, a COJEF deu início aos estudos para a elaboração do Regimento das Turmas Recursais da 2ª Região, unificando-se o regimento para todas as Turmas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.





JUSTIÇA
FEDERAL
TRF2

RECURSOS

GESTÃO DE PESSOAS

Objetivos estratégicos

- Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia.
- Fortalecer o clima organizacional e o bem estar dos magistrados e servidores.

INFRAESTRUTURA E TI

Objetivos estratégicos

- Garantir soluções tecnológicas efetivas.
- Prover estrutura e meios de segurança adequados.

ORÇAMENTO

Objetivos estratégicos

- Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia.



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1454350.13323387-5314 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201501359A



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1454350.13323387-5314 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201501359A

GESTÃO DE PESSOAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia.

■ Descrição do objetivo

Promover o desenvolvimento das competências necessárias (específicas e gerenciais), por meio de avaliação sistemática e educação continuada, na busca da excelência das ações dos magistrados e servidores vinculadas aos processos estratégicos, observando os planos nacionais de capacitação e aperfeiçoamento para magistrados e servidores – PNA e PNC.

MAGISTRADOS

PROVIMENTO DE CARGOS NA 1ª INSTÂNCIA

No 1º grau, a Justiça Federal da 2ª Região conta com um quadro de 328 cargos de juízes, entre Juiz Federal e Juiz Federal substituto, estando 247 providos e 81 vagos.

Quadro nº60 – Cargos de Juiz Federal e Juiz Federal Substituto

Seção Judiciária	Juiz Federal			Juiz Federal Substituto		
	Providos	Vagos	Total	Providos	Vagos	Total
SJRJ	132	19	151	71	56	127
SJES	28	0	28	16	6	22

VACÂNCIA

Em 2014, no TRF2, 2 Desembargadores Federais se aposentaram e 3 foram nomeados, não ficando cargo vago. Na SJRJ, o número de cargos vagos totalizou 75, sendo 19 cargos de juiz federal e 56 de juiz federal substituto, em decorrência de vagas criadas pelas Leis 12.011/2009 e 12.665/2012, ainda não preenchidas, bem como aposentadorias, exonerações, remoções externas e promoções. Na SJES, o número de cargos vagos foi de 6, sendo todos de Juiz Federal Substituto e decorrentes de remoções.

VITALICIAMENTO

No exercício, atingiram vitaliciedade 19 juízes federais substitutos, sendo que, deste total, 5 foram removidos para outra Região.

MOVIMENTAÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS

Quadro nº61 – Remoção, Promoção, Permuta e Convocação

Ocorrência	Juiz Federal	Juiz Federal Substituto	Total
Remoção na Região	8	22	30



Remoção Externa (permuta ou não)	0	5	5
Promoção	2	2	4
Convocações para o TRF	23	0	23
Convocações para outros Órgãos	8	1	9

SERVIDORES

FORÇA DE TRABALHO

Em 31/12/2014, a 2ª Região, entre Analistas Judiciários, Técnicos Judiciários e Auxiliares Judiciários contava com **4656** servidores efetivos, requisitados, removidos e sem vínculo, além de **12** servidores em exercício provisório.

Quadro nº62 – Servidores efetivos

Local	Servidores do Quadro de Pessoal da 2ª Região	Requisitados/Removidos	Sem Vínculo	Exercício Provisório	Total
TRF2	991	94	29	7	1121
SJRJ	2867	133	7	1	3008
SJES	509	25	1	4	539
TOTAL	4367	252	37	12	4668

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Quadro nº 63 – Provimentos e Vacâncias de Cargos

Provimentos	TRF2	SJRJ	SJES	Total
Nomeação	37	290	15	342
Redistribuição	5	3	2	10
Readaptação	1	0	0	1
Reversão	1	0	0	1
Reintegração	0	0	0	0
Recondução	0	2	0	2
TOTAL	44	295	17	356



Vacância	TRF2	SJRJ	SJES	Total
Exoneração	49	10	3	62
Demissão	0	0	0	0
Readaptação	1	0	0	1
Aposentadoria	20	37	7	64
Posse em Cargo Inacumulável	7	27	2	36
Falecimento	1	3	0	4
Redistribuição	2	9	2	13
TOTAL	80	86	14	180

QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL SEGUNDO A ESCOLARIDADE

Independentemente do nível de escolaridade exigido para os cargos ocupados, é fato que 4.113 servidores são graduados ou pós-graduados, o que representa 90,80% dos Quadros de Pessoal da 2ª Região.

Demais disso, considerando a força de trabalho composta por 4.668 servidores (dos Quadros de Pessoal da JF2, ou não), 3.934 são graduados ou pós-graduados, o equivalente a 84,28% da força de trabalho da 2ª Região. Essa constatação traduz o interesse dos servidores no aprimoramento e desenvolvimento de seus conhecimentos e a excelente qualificação que possuem.

Adite-se que 2.711 servidores contam com formação em Direito – campo do conhecimento substancial para o desempenho, em especial, das atividades na área fim da JF2 –, correspondendo a 58,08% da força de trabalho.

Quadro nº 64 - Nível de Escolaridade da Força de Trabalho

Nível de Escolaridade	Quantidade
Até médio incompleto	42
Nível médio	692
Nível superior	1.353
Especialização	2.485
Mestrado	83
Doutorado	13
Total	4.668

Fonte: Unidades de Gestão de Pessoas da 2ª Região

■ ANÁLISE CRÍTICA

A quantidade de cargos efetivos prevista para o Quadro de Pessoal da JF de 1º e 2º Graus da 2ª Região demonstra-se insuficiente, uma vez que o progressivo aumento de unidades judiciárias vem acarretando um crescimento de demanda a ser suportada pela área administrativa, ante a não previsão de criação de cargos para a área meio.

A situação agrava-se ainda mais na eventualidade de unidades judiciárias serem criadas sem a correspondente previsão de cargos efetivos, a exemplo do que sucedeu recentemente com a Lei nº 12.665/2012, que ampliou o número de Turmas Recursais. De igual sorte, outras Leis, conquanto tratem de unidades judiciárias e criem cargos efetivos, não contemplam, porém, a quantidade neces-



sária para satisfazer a área administrativa; até mesmo quando esses cargos são fundamentais para dar-se suporte a novas unidades judiciárias criadas de forma descentralizada, tal qual acontece com as Subseções Judiciárias que precisam de uma estrutura de apoio na localidade.

Sob esse contexto, surge a necessidade de acréscimo da força de trabalho da JF2, abrangendo cargos especializados nas áreas de TI, controle interno e saúde, dentre outros, mediante o incremento de cargos efetivos.

O TRF2 encaminhou solicitação ao CJF, para fins de estudos, que resulte em elaboração de projeto de lei para criação de cargos efetivos, conforme Ofícios nº T2-OFI-2010/00620, de 21/01/2010, e nº TRF2-OFI-2014/14702, de 05/08/2014; contudo, ainda sem êxito.

Buscando atenuar a situação, em 2014, foram iniciados estudos para unificação de algumas áreas administrativas da JF2 (TI, pagamento, aposentadorias/pensões e documentação), no intento de otimizar os recursos humanos e materiais, bem como a padronização dos procedimentos. Da mesma forma, na área judiciária, há estudos para unificar unidades processantes, o que possibilitará a realocação de servidores e, com isso, o provimento das unidades deficitárias.

Em relação aos servidores com tempo e idade para aposentadoria voluntária, em 2014, observou-se que a maioria (55,88%) optou pelo abono de permanência. Apesar de não ter sido significativa a soma de aposentadorias concedidas (1,37%), deve-se levar em conta a possibilidade desse percentual aumentar, tendo em vista o envelhecimento ou adoecimento da força de trabalho.

Para contornar essa realidade e preservar a continuidade na prestação dos serviços, o concurso público realizado pelo Tribunal estabelece a formação de cadastro de reserva, a fim de suprir, de forma célere, todas as vacâncias, inclusive por motivo de aposentadoria.

Outros fatores também limitam a força de trabalho da JF2, e apesar de reduzido o quantitativo (3,57% da força de trabalho), em 2014, apurou-se uma baixa de 166 servidores por motivo de cessão, remoção, exercício provisório para acompanhamento do cônjuge e em licenças sem vencimentos.

■ RISCOS IDENTIFICADOS NA GESTÃO DE PESSOAS

No ano de 2014, observou-se que, das 93 vacâncias de cargos de servidores da JF2, 21 decorreram de pedidos de exoneração e 36, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável. Averiguou-se, também, que 81 nomeações foram tornadas sem efeito, face ao não interesse dos candidatos nomeados em tomar posse.

Confrontando-se esses registros com os dos anos anteriores, nota-se um aumento na saída de servidores, haja vista que, em 2012 e 2013, foram apurados, respectivamente, 46 e 52 vacâncias de cargos pelos motivos mencionados.

O ótimo preparo dos candidatos aprovados no disputado concurso promovido pelo Tribunal (no último certame foram 118.322 inscritos) e a baixa remuneração dos servidores do Poder Judiciário da União, se comparada à do Poder Legislativo e de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal e dos Estados, tem levado os servidores a procurarem outros concursos públicos, com vistas à melhoria salarial, mormente porque não há mais perspectiva de qualquer vantagem adicional, desde a extinção das incorporações de vantagens pessoais.

Além disso, como muitos candidatos, em geral, já estão em exercício em outros Órgãos, não se mostra atrativa uma mudança de cargo para a JF.

O concurso do TRF2 tem validade até 2016, contudo, mantendo-se a atual situação remuneratória, é de se esperar, no exercício de 2015, o crescimento do número de nomeações tornadas sem efeito, por desinteresse de candidatos em tomar posse.

Avulta claro, destarte, que a perspectiva de uma carreira e uma boa remuneração do cargo efetivo são fatores importantes para a permanência do servidor no Órgão e para o ingresso de novos servi-



dores. A ausência dessas condições acarreta o constante surgimento de lacunas de lotação, trazendo dificuldades às áreas de gestão de pessoas para promover uma pronta reposição das vagas surgidas. Em 2015, as áreas de gestão de pessoas da JF2 pretendem iniciar a realização de entrevistas com servidores que solicitem desligamento, de sorte a melhor diagnosticar a situação.

Outra dificuldade enfrentada pela área de gestão de pessoas consiste no atendimento às demandas apresentadas por determinadas unidades, que reivindicam perfis específicos para o desempenho das atividades, os quais não correspondem exatamente aos cargos com especialidades já existentes na JF, o que sinaliza a necessidade de uma adequação dos atuais cargos existentes.

A impossibilidade de transformação de cargos de áreas diversas, conforme decidido pelo TCU (Acórdão nº 2105/2012/Plenário/TCU), indubitavelmente dificulta ou impede ajustes, porque os cargos com especialidade existem em menor número.

A proposta encaminhada ao CJF, com vistas a estudos que alicercem um projeto de lei para criação de cargos para a área meio, procura atender essas demandas.

No que tange à área judiciária, a adoção do processo eletrônico no âmbito da 2ª Região conduz a uma demanda específica relativamente ao perfil do servidor a ser lotado nas diferentes unidades judiciárias: ser estudante ou Bacharel em Direito.

Essa exigência justifica-se diante da extinção, supressão e otimização de várias atividades anteriormente existentes e executadas de forma mecânica e repetitiva nos processos físicos, desnecessárias a um processo eletrônico.

Demais disso, o processo eletrônico proporciona um fluxo mais célere dos autos enviados para os Gabinetes, o que acarreta a necessidade de aumento da força de trabalho naquelas unidades, mediante a alocação de servidores que tenham a formação jurídica necessária ao desempenho das atividades.

Entretanto, o número de cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária (excluindo-se os Oficiais de Justiça Avaliadores Federais), cujo requisito de ingresso é o Bacharelado em Direito, representa apenas 16,60% do total dos cargos existentes na 2ª Região. Essa necessidade vem sendo contornada com servidores de nível médio, estudantes ou detentores de graduação nessa área, cuja lotação é priorizada para atendimento às Varas/Juizados/Turmas Recursais e Gabinetes ou às áreas administrativas específicas que reivindicam essa formação. Porém, sempre que um cargo de nível médio fica vago, inexistente garantia do ingresso de um servidor com esse perfil.

Por outro lado, há servidores antigos, com ou sem formação jurídica, que não se adequaram a evolução dos autos eletrônicos (judiciais e administrativos) e são disponibilizados pelas unidades de lotação, por não corresponderem ao perfil necessário. Na hipótese, a área de gestão de pessoas procura identificar em qual área podem ser aproveitados e sugerir ao servidor a participação em ações educacionais, para que melhor se qualifique.

Incontestemente, portanto, que a expansão do processo eletrônico na 2ª Região e o envelhecimento do quadro de pessoal constituem uma grande preocupação para a área de gestão de pessoas.

Nesse sentido, destacam-se duas ações relacionadas a um dos macrodesafios do Poder Judiciário para o período de 2015 a 2020, que é “Melhoria da Gestão de Pessoas”: a modernização das carreiras e a adequação da distribuição da força de trabalho.

ESTAGIÁRIOS

Considerando o teor da Resolução CF-RES-2012/00208 do CJF, que dispõe sobre a concessão de estágio a estudantes no Conselho e na Justiça Federal de 1º e 2º Graus, a Portaria TRF2-PTP-2014/00394, de 22/09/2014, fixou a quantidade máxima de estagiários, no âmbito da 2ª Região.

Em dezembro de 2014, o TRF2 dispunha de 282 estagiários e as Seções Judiciárias vinculadas de 930, abrangendo os níveis superior e médio, assim distribuídos:



Quadro nº65 – Quantitativo de Estagiários na JF2

POSIÇÃO EM 31/12/14			
ESTAGIÁRIOS	NÍVEL SUPERIOR		
	TRF	SJRJ	SJES
ÁREA – FIM	95	607	103
ÁREA – MEIO	83	68	10
TOTAL	178	675	113
POSIÇÃO EM 31/12/14			
ESTAGIÁRIOS	NÍVEL MÉDIO		
	TRF	SJRJ	SJES
ÁREA – FIM	38	7	-
ÁREA – MEIO	66	105	30
TOTAL	104	112	30

Fonte: Planilhas fornecidas pela SGP e EMARF.

ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO – EMARF

A EMARF tem alcançado resultados que demonstram o compromisso em promover encontros pedagógicos voltados aos interesses dos magistrados federais da 2ª Região, consolidando uma prática acadêmica que tem servido de modelo para o aperfeiçoamento da Escola.

Os resultados são apurados mediante consulta ao sistema administrativo desenvolvido para o lançamento de informações, tais como: dados das atividades acadêmicas, dos recursos financeiros e indicadores de resultado.

A avaliação das informações norteia as iniciativas (ações e projetos), que, se bem planejadas e executadas, trarão benefícios para a magistratura federal da JF2.

Anote-se que as atividades oferecidas para os magistrados da 2ª Região, no ano de 2014, são o resultado do alinhamento proposto pelo Conselho das Escolas de Magistratura Federal - CEMAF/CEJ e pela ENFAM, integrado ao trabalho realizado pelos Juízes Federais da 2ª Região, responsáveis pela coordenação dos cursos e pelo planejamento das atividades.

ESTATÍSTICA DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Quadro nº66 – Dados dos Eventos Realizados pela EMARF em 2014

TOTAL DE EVENTOS REALIZADOS	109	
Comissão com maior número de atividades	Gestão da Administração Judiciária	26
Comissão com menor número de atividades	Direito Processual Civil	0
Comissão com maior número de magistrados participantes	Gestão da Administração Judiciária	268
Comissão com menor número de magistrados participantes	Direito Processual Civil	0
Soma dos magistrados presentes nas atividades	933	
Valor investido na capacitação de magistrados	R\$ 399.629,68	
Valor médio investido por participação de magistrados	R\$ 428,33	



ATIVIDADES ACADÊMICAS

I – Promovidas pela COMISSÃO DE DIREITO ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL:

– GRUPOS DE TRABALHO:

- **Panorama do Regime Jurídico da Magistratura:** em 23/05/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 6 magistrados;
- **Estrutura do Judiciário Brasileiro:** em 13/06/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 4 magistrados;
- **Do Funcionamento da Justiça: Planejamento, Gestão e Transparência:** em 27/06/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 5 magistrados;
- **Das Medidas Protetivas e da Remuneração:** em 28/07/2014, na Sala de Treinamento da DICRE, com a participação de 3 magistrados;
- **Direitos e Deveres da Magistratura:** em 01/08/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 6 magistrados;
- **Do Processo Disciplinar e da Previdência de Magistrados:** em 29/08/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 9 magistrados;
- **Formação e Aperfeiçoamento de Juízes:** em 19/09/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 7 magistrados;
- **O exército Brasileiro e a Conjuntura Atual e seus Principais Projetos Estratégicos:** em 14/11/2014, na Sala de Aula da EMARF, no CPOR e Visita ao Complexo da Maré, com a participação de 7 magistrados e 10 pessoas do público externo;
- **Análise de uma Lei Orgânica da Justiça Federal - I:** em 21/11/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 5 magistrados;
- **Do Conselho Nacional de Justiça:** em 05/12/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 5 magistrados;
- **Análise de uma Lei Orgânica da Justiça Federal - II:** em 12/12/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 5 magistrados.

– FÓRUM

- **Seminário de Direito Administrativo Regulatório:** em 17/10/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 4 magistrados e 86 pessoas do público externo.

– PROGRAMA DE ESTUDOS AVANÇADOS

- **Seminário de Direito Administrativo Regulatório:** em 16/10/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 4 magistrados e 106 pessoas do público externo.

II – Promovidas pela COMISSÃO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

– GRUPOS DE TRABALHO:

- **Hermenêutica Constitucional e Precedentes:** em 22/08/2014, na Sala Multimídia do CCJF, com a participação de 10 magistrados;
- **Limites da Atividade Normativa do Executivo em Matéria de Saúde:** em 19/09/2014, na Sala Multimídia do CCJF, com a participação de 4 magistrados

– FÓRUMS

- **Cooperação Jurídica Internacional:** em 08/08/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 18 magistrados e 31 pessoas do público externo;
- **Concorrência na Ordem Constitucional:** em 26/09/2014, no Auditório do foro da Av. Rio Branco da SJRJ, com a participação de 5 magistrados e 15 pessoas do público externo;



- ***Liberdade de Expressão e Pluralismo na Esfera Comunicativa:*** em 03/10/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 14 magistrados e 33 pessoas do público externo.

– PROGRAMA DE ESTUDOS AVANÇADOS

- ***Justiça de Transição: Experiências e Perspectivas:*** em 12/09/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 18 magistrados e 26 pessoas do público externo.

III – Promovidas pela **COMISSÃO DE DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO ECONÔMICO:**

– GRUPO DE TRABALHO:

- ***Patentes e Inovação:*** em 06/06/2014, na Sala de Audiências da 13ª Vara Federal (foro da Av. Rio Branco da SJRJ), com a participação de 6 magistrados e 4 pessoas do público externo;

– FÓRUM

- ***Patentes e Inovação:*** em 06/06/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 11 magistrados e 29 pessoas do público externo.

– PROGRAMAS DE ESTUDOS AVANÇADOS

- ***Pedidos de Patentes: Workshop da OMPI sobre a Interpretação de Documentos de Patentes:***
 - o em 27/08/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 3 magistrados e 13 pessoas do público externo;
 - o em 28/08/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 5 magistrados e 11 pessoas do público externo;
 - o em 29/08/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 4 magistrados e 12 pessoas do público externo.

IV – Promovidas pela **COMISSÃO DE DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL:**

– GRUPOS DE TRABALHO:

- ***Tempo de Contribuição e Carência. Vínculo Empregatício e Sentença Trabalhista. Contagem da Carência dos Contribuintes Individuais e Empregados Domésticos. Contagem da Carência e Período em Auxílio Doença:*** em 23/05/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 7 magistrados;
- ***Desaposentação – Viabilidade, Correntes em Disputa, Precedentes no Direito Comparado e Operacionalização:*** em 13/06/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 8 magistrados;
- ***A Aferição das Condições Sociais para Efeito de Deferimento do Benefício de Prestação Continuada Prevista na LOAS - Integrantes da Família e Rendimentos a Serem Considerados e Não Considerados:*** em 16/06/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 15 magistrados;

– GRUPO DE ESTUDOS:

- ***Curso de Capacitação em Direito Sanitário:*** em 01/08, 08/08, 22/08 e 29/08/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 3 magistrados;

– FÓRUM

- ***Centrais de Regulação de Leitos e Internações Oncológicas,*** no Auditório do TRF2, com a participação de 23 magistrados e 46 pessoas do público externo.

V – Promovidas pela **COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL:**

– GRUPOS DE TRABALHO:



- **Convenção de Nova York sobre Execução de Alimentos:**
 - o em 27/03/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 3 magistrados e 6 pessoas do público externo;
 - o em 24/04/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 3 magistrados e 7 pessoas do público externo;
 - o em 29/05/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 4 magistrados e 7 pessoas do público externo;
 - o em 27/06/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 4 magistrados e 6 pessoas do público externo;
 - o em 16/10/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 3 magistrados e 6 pessoas do público externo;
 - o em 27/11/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 4 magistrados e 6 pessoas do público externo;

– FÓRUNS

- **Aspectos Internacionais da Improbidade Administrativa:** em 21/02/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 15 magistrados e 49 pessoas do público externo;
- **Direito Comparado Brasil X Israel:** em 07/07/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 12 magistrados e 48 pessoas do público externo.

– PROGRAMAS DE ESTUDOS AVANÇADOS

- **Alienação Parental e os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças:** em 14/03/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 15 magistrados e 45 pessoas do público externo;
- **Direito Desportivo e Nacionalidade:** em 28/03/2014, no Auditório do foro da Av. Rio Branco da SJRJ, com a participação de 13 magistrados e 28 pessoas do público externo;
- **O Exercício de Direitos no Mundo Globalizado - A Cooperação Jurídica Internacional e o Cidadão:** em 09/05/2014, na Sala de Sessões do CCJF, com a participação de 13 magistrados e 26 pessoas do público externo;
- **Diálogos com o Poder Judiciário sobre Comércio Exterior:** em 30/05/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 4 magistrados e 38 pessoas do público externo

VI – Promovidas pela COMISSÃO DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL:

– GRUPOS DE TRABALHO:

- **Prisão, Medidas Cautelares e Liberdade Provisória no Código de Processo Penal (Lei 12.403/2011):** em 19/05/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 4 magistrados;
- **Prisão, Medidas Cautelares e Liberdade Provisória no Código de Processo Penal (Lei 12.403/2011):** em 23/05/2014, no Auditório da SJES, com a participação de 4 magistrados;

– FÓRUNS

- **O Novo Processo Penal e os Crimes Financeiros:** em 21/03/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 25 magistrados e 28 pessoas do público externo;
- **Crimes em Espécie na Ordem Tributária:** em 04/04/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 24 magistrados e 29 pessoas do público externo;
- **Aspectos Processuais da Lei de Lavagem de Dinheiro:** em 07/04/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 26 magistrados e 30 pessoas do público externo;
- **Crimes de “Insider Trading” e de Manipulação do Mercado de Valores Mobiliários:** em 02/05/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 7 magistrados e 19 pessoas do público externo;



- **Compliance Bancário, Jurisprudência e Tutela Penal:** em 09/05/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 11 magistrados e 17 pessoas do público externo;
- **O Direito Penal do Inimigo e a Ordem Econômica:** em 10/06/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 11 magistrados e 18 pessoas do público externo;
- **A Lavagem de Dinheiro e o Crime Organizado:** em 22/09/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 11 magistrados e 29 pessoas do público externo.

– ENSINO À DISTÂNCIA

- **Competência Criminal da Justiça Federal - Controvérsias:** de 12/05/2014 a 16/05/2014 (10 horas/aula), com a participação de 18 magistrados;
- **Processamento e Controle de Medidas Sigilosas:** de 26/05/2014 a 30/05/2014 (10 horas/aula), com a participação de 18 magistrados;
- **Provas no Código de Processo Penal, com Ênfase na Lei 11.690/2008:** de 14/07/2014 a 18/07/2014 (10 horas/aula), com a participação de 17 magistrados;
- **Procedimentos no Código de Processo Penal, com Ênfase na Lei 11.719/2008:** de 15/09/2014 a 19/09/2014 (10 horas/aula), com a participação de 18 magistrados;
- **Manual Prático de Rotinas das Varas Criminais - 1ª Etapa Fase Pré-Processual: Inquérito Policial:** de 06/10/2014 a 10/10/2014 (10 horas/aula), com a participação de 14 magistrados;
- **Manual Prático de Rotinas das Varas Criminais - 2ª Etapa Fase Processual:** de 20/10/2014 a 24/10/2014 (10 horas/aula), com a participação de 9 magistrados.

VII – Promovidas pela COMISSÃO DE DIREITO PRIVADO:

– GRUPOS DE ESTUDOS:

- **O Magistrado e a Mídia: “Media Training”:** em 30/10/2014, na Sala de Treinamento da DI-CRE, com a participação de 11 magistrados.

– FÓRUNS

- **Biografias Não Autorizadas:** em 14/08/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 11 magistrados e 30 pessoas do público externo;
- **A Influência da Mídia nas Decisões Judiciais:** em 21/08/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 11 magistrados e 51 pessoas do público externo;
- **Autonomia da Vontade no Fim da Vida:** em 26/08/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 7 magistrados e 46 pessoas do público externo;
- **Os Contornos Éticos e Jurídicos da Reprodução Assistida:** em 25/09/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 5 magistrados e 12 pessoas do público externo;
- **Diretivas Antecipadas de Vontade – O Testamento Vital:** em 22/10/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 5 magistrados e 12 pessoas do público externo;
- **Responsabilidade Civil do Médico e Telemedicina:** em 19/11/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 12 magistrados e 22 pessoas do público externo.

VIII – Promovidas pela COMISSÃO DE DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO:

– GRUPOS DE TRABALHO:

- **Direito Tributário Contemporâneo - 1º Encontro:** em 15/09/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 7 magistrados;
- **Direito Tributário Contemporâneo - 2º Encontro:** em 22/09/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 7 magistrados;
- **Direito Tributário Contemporâneo - 3º Encontro:** em 29/09/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 8 magistrados;
- **A Nova Tributação de Lucros no Exterior:**



- o em 17/11/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 2 magistrados e 6 pessoas do público externo;
- o em 01/12/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 4 magistrados;
- o em 15/12/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 2 magistrados e 12 pessoas do público externo.

– GRUPOS DE ESTUDOS:

- **Tributação do Petróleo, Gás, Biocombustíveis e Derivados:** em 03/11/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 3 magistrados e 9 pessoas do público externo.

– FÓRUNS

- **Tributação do Óleo, Gás e Biocombustíveis:** em 23/05/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 6 magistrados e 59 pessoas do público externo;
- **Contribuições Previdenciárias:** em 15/09/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 7 magistrados e 58 pessoas do público externo;
- **Seminário Questões Controvertidas no CARF:** em 29/09/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 6 magistrados e 101 pessoas do público externo;
- **Políticas Públicas e Direito Financeiro:** em 12/11/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 11 magistrados e 80 pessoas do público externo.

IX – Promovidas pela COMISSÃO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA:

– GRUPOS DE TRABALHO:

- **A Decretação da Prescrição e a Gestão das Ações de Execução Fiscal: Novas e "Velhas" Questões:** em 20/02/2014, na Sala de Audiências da 3ª Vara de Execução Fiscal, com a participação de 17 magistrados;
- **Técnicas de Gestão de Juizados Especiais Federais em Matéria Previdenciária:** em 25/03/2014, no Auditório da SJRJ no foro da Av. Venezuela, com a participação de 15 magistrados;
- **Técnicas de Gestão em Execuções Fiscais em Face de Devedores Falidos ou Em Recuperação Judicial:** em 27/03/2014, no Auditório da SJRJ no foro da Av. Venezuela, com a participação de 14 magistrados;
- **Técnicas de Gestão de Juizados Especiais Federais em Matéria Cível:** em 08/04/2014, no Auditório da SJRJ no foro da Av. Venezuela, com a participação de 14 magistrados;
- **A Questão Indígena e o Poder Judiciário:** em 11/04/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 3 magistrados;
- **Práticas de Gestão em Turmas Recursais:** em 27/05/2014, no Auditório da SJRJ no foro da Av. Venezuela, com a participação de 8 magistrados;
- **O Processamento da Defesa do Executado:** em 05/06/2014, no Auditório da SJRJ no foro da Av. Venezuela, com a participação de 15 magistrados;
- **Técnicas de Gestão em Execuções Fiscais para a Expropriação Patrimonial do Devedor:** em 26/06/2014, no Auditório da SJRJ no foro da Av. Venezuela, com a participação de 11 magistrados;
- **Panorama das Juridições Francesas:** em 08/08/2014, na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 11 magistrados e 3 pessoas do público externo.

– GRUPOS DE ESTUDOS:

- **Curso de Desenvolvimento Gerencial de Magistrados:** de 20/08/2014 a 19/11/2014 (40 horas/aula), na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 10 magistrados;
- **III FOREJEF:** de 08/10 a 11/10/2014 (35 horas/aula), no Hotel Atlântico Búzios, com a participação de 45 magistrados;



- **FOREXEC - 2014:** em 13/11/2014 e 14/11/2014 (20 horas/aula), no Auditório e no Salão Nobre do TRF2, com a participação de 32 magistrados.

– FÓRUNS

- **Inquérito Policial entre Práticas e Procedimentos: Momentos em que o Inquérito Policial se Distancia da Investigação Policial:** em 11/03/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 1 magistrado e 64 pessoas do público externo;
- **Grandes Eventos Esportivos: entre Desenvolvimento e Direitos - Direito X Copa e Olimpíadas: uma Competição?:** em 01/04/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 1 magistrado e 44 pessoas do público externo;
- **Segurança Nacional, Direitos Fundamentais e Justiça (Direitos Fundamentais entre Empresa, Governança e Sustentabilidade):** em 08/05/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 2 magistrados e 32 pessoas do público externo;
- **Empoderar a Pessoa Idosa: Como Agir frente à Violência?:** em 11/06/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 2 magistrados e 83 pessoas do público externo;
- **Novos Desafios à Teoria dos Direitos Fundamentais: Prevenindo a sua Mercantilização:** em 15/07/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 2 magistrados e 14 pessoas do público externo;
- **Entre Punir e Conciliar: Reflexões e Práticas sobre a Lei Maria da Penha:** em 26/08/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 1 magistrado e 20 pessoas do público externo;
- **Seminário: Direitos Humanos e a Ordem Internacional:** em 16/09/2014, no Teatro do CCJF, com a participação de 7 magistrados e 123 pessoas do público externo;
- **O Reconhecimento dos Animais como Sujeitos de Direitos:** em 23/09/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 1 magistrado e 16 pessoas do público externo;
- **A Judicialização da Questão Racial:** em 18/11/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 2 magistrados e 25 pessoas do público externo.

– PROGRAMAS DE ESTUDOS AVANÇADOS

- **A Questão Indígena e o Poder Judiciário:** em 10/04/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 11 magistrados e 46 pessoas do público externo;
- **IV Colóquio sobre Acesso à Justiça e Direitos Fundamentais: Processo no Brasil e nos EUA em Perspectiva Comparada:** em 29/10/2014, no Cinema do CCJF, com a participação de 11 magistrados e 59 pessoas do público externo.

– ENSINO À DISTÂNCIA

- **Curso Perícia Médica:** de 10/03 a 10/04/2014 (20 horas/aula), com a participação de 12 magistrados e 3 pessoas do público externo;
- **A Formação Humanista do Juiz e a Instrutoria em EAD:** de 04/08 a 29/08/2014 (22 horas/aula), com a participação de 10 magistrados;
- **Curso Perícia Médica:** de 01/09 a 28/09/2014 (20 horas/aula), com a participação de 10 magistrados e 6 pessoas do público externo.

X – CURSOS EM PROJETOS DIVERSOS:

– GRUPOS DE ESTUDO

- **Atividade Programada:** de 17/03 a 21/03/2014 (45 horas/aula), na Universidade Federal Fluminense-UFF, com a participação de 2 magistrados e 6 pessoas do público externo;
- **Metodologia da Pesquisa Científica e Jurídica:** de 07/04 a 11/04/2014 (45 horas/aula), na UFF, com a participação de 2 magistrados e 6 pessoas do público externo;



- **Políticas Públicas de Saúde no Brasil e o Modo de Produção do Cuidado:** de 05/05 a 09/05/2014 (45 horas/aula), na UFF, com a participação de 3 magistrados e 6 pessoas do público externo;
- **Bases Históricas e Políticas da Justiça Administrativa:** de 02/06 a 06/06/2014 (45 horas/aula), na UFF, com a participação de 2 magistrados e 6 pessoas do público externo;
- **Princípios Fundamentais e Regras Gerais da Jurisdição Administrativa:** de 28/07 a 01/08/2014 (45 horas/aula), na Sala de Aula da EMARF, com a participação de 6 magistrados e 5 pessoas do público externo;
- **Economia e Judicialização das Políticas Ambientais:** de 01/09 a 05/09/2014 (45 horas/aula), na UFF, com a participação de 2 magistrados e 6 pessoas do público externo;
- **Ética e Judiciário:** de 29/09 a 03/10/2014 (45 horas/aula), na UFF, com a participação de 3 magistrados e 7 pessoas do público externo;
- **Análise Econômica do Interesse Público:** de 03/11 a 07/11/2014 (45 horas/aula), na UFF, com a participação de 2 magistrados e 6 pessoas do público externo;
- **Comunicação Científica, Gestão Documental e Arquivística:** de 01/12 a 05/12/2014 (45 horas/aula), na UFF, com a participação de 2 magistrados e 6 pessoas do público externo.

– FÓRUM

- **Reunião Temática sobre Câncer e a Judicialização do Acesso e Uso de Serviços de Saúde e Medicamentos:** em 21/02/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 8 magistrados e 25 pessoas do público externo.

– PROGRAMA DE ESTUDOS AVANÇADOS

- **Princípios Gerais do Procedimento Administrativo:** em 31/07/2014, no Auditório do TRF2, com a participação de 13 magistrados e 49 pessoas do público externo.

PUBLICAÇÕES

- Revista da EMARF, volumes 20 e 21, apresentada em papel e eletrônica, no link <http://seer.trf2.jus.br:81/emarf/ojs/index.php/emarf> ou pelo site www.trf2.gov.br/emarf, com acesso livre, sem necessidade de cadastro para os leitores;
- Caderno de Fenomenologia e Direito, volume 7, nºs 1 e 2, apresentado em papel e eletrônica, no portal eletrônico mantido pela UFRJ;

INTERCÂMBIO E DIFUSÃO

Em 2014, o TRF2 e a EMARF firmaram Acordos de Cooperação Acadêmica e Técnica com o Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP, o Instituto Iberoamericano de Derecho Marítimo, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e a Escola Judiciária Eleitoral – TRE/EJE, com o escopo de promover a integração institucional, por meio de atividades acadêmicas, a exemplo de: Fóruns, Conferências, Seminários, Programas de Estudos Avançados. Afora isso, foram assinados Termos Aditivos, para prorrogação da vigência dos Acordos de Cooperação Acadêmica e Técnica, com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e a Universidade Federal Fluminense – UFF.

ESTÁGIO JURÍDICO

Nos últimos anos, a EMARF vem aperfeiçoando a política de contratação de estagiários da área fim da Justiça Federal da 2ª Região. Partindo-se de uma filosofia de transparência e de busca da qualidade, no ano de 2014, foram selecionados 390 estudantes para atuarem nas áreas fim da Justiça Federal, através de processos de seleção, tradicional e simplificado.

Advindos de 66 instituições de ensino de Direito espalhadas por todo o estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, a média mensal de estagiários lotados nas unidades da 2ª Região foi de 526 alunos - uma taxa de ocupação de aproximadamente 95%.



No processo de seleção tradicional os alunos são convocados através de uma ampla divulgação feita por cartazes afixados nas instituições de ensino, nas instituições públicas vinculadas ao Poder Judiciário, e no site da EMARF. Os candidatos participam de um certame em que são avaliados os conhecimentos em Direito Civil, Direito Constitucional, Direito Penal, Teoria Geral do Processo e Direito Processual Penal, em questões discursivas e objetivas, onde são considerados, desde conhecimento jurídico, até a coesão e coerência na elaboração de textos processuais.

O processo de seleção tradicional é aplicado principalmente nas localidades onde há uma oferta maior de candidatos e de instituições de ensino do Direito, como nas cidades do Rio de Janeiro e Vitória, por exemplo.

No processo de seleção simplificado, a convocação normalmente é feita através de editais, divulgados nas próprias Varas Federais e no site da Escola. Neste modelo de processo os candidatos são avaliados através de entrevistas, análises de currículo, de coeficiente de rendimento escolar e até mesmo por prova.

ENCONTROS ENTRE ÁREAS SIMILARES DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Nesse quesito, há destacar a concretização do I Encontro das Áreas de Gestão de Pessoas da 2ª Região. O evento, focado no alinhamento regional e na melhoria de procedimentos, teve por base a integração dos gestores do TRF2 e das SJRJ e SJES. A iniciativa, pioneira na JF2, ao mesmo tempo em que estimulou um maior entrosamento entre as equipes gestoras das diferentes unidades administrativas, ainda possibilitou a discussão sobre os serviços que podem ser oferecidos a todos os servidores regionalmente e sobre os processos de trabalho passíveis de serem integrados/unificados, sem perder de vista a celeridade e a economicidade dos serviços prestados na 2ª Região.

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA O ALCANCE DA ESTRATÉGIA

■ Ações de Capacitação e Treinamento

A 2ª Região privilegiou o desenvolvimento de projetos e ações de capacitação e desenvolvimento presenciais, semipresenciais e à distância, para aprimoramento contínuo de competências individuais e coletivas dos servidores, nas diversas áreas (jurídica, administrativa, informática, comportamental e gerencial), de maneira a fornecer recursos essenciais de trabalho e a melhorar os índices de produtividade, conforme demandas diagnosticadas e alinhadas aos objetivos estratégicos da JF2.

O processo de elaboração da Programação Anual de Capacitação e Desenvolvimento inaugurou-se com a fase de levantamento de necessidades de capacitação e/ou reuniões com os gestores, para a definição e priorização das ações, o que contribuiu para atender, de forma equânime, as principais exigências das unidades e a garantia da participação efetiva dos servidores, dentro da disponibilidade orçamentária.

Acrescente-se que, em 2014, iniciou-se uma prática pioneira na JF2, que foi a regionalização da programação de ações de capacitação. A regionalização importa em melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros e a democratização das oportunidades, eis que os servidores, independentemente de sua vinculação funcional, podem participar dos cursos ofertados, tanto no TRF2 como nas SJRJ e SJES.

Outro importante projeto desenvolvido foi o Ambiente Virtual de Aprendizagem, o *Espaço Educacional*, que significou um grande avanço na efetivação de práticas educativas à distância. A iniciativa vai ao encontro da Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Judiciário, instituída pelo CNJ, pela Resolução nº 192/2014, que visa ampliar a disseminação de conhecimentos técnicos e estimular o autodesenvolvimento e a participação contínua dos servidores nas ações de educação.



Quadro nº67 - Ações Educacionais Internas

Área	Programação Anual Aprovada (quantidade de ações)	Programação Anual Executada (quantidade de ações)
Administrativa (Gestão de Pessoas, documentação, Orçamento, segurança, etc.)	116	177
Gerencial	71	59
Informática	59	23
Jurídica	123	116
Comportamental	7	4
TOTAL	376	379

Fonte: Unidades de Gestão de Pessoas da 2ª Região

Em 2014, foram capacitados 2.720 servidores (computados uma única vez) em cursos presenciais, à distância e semipresenciais. Considerando-se o total de participações em todas as ações educacionais, contabilizam-se 5.392 servidores capacitados (computados mais de uma vez).

Houve ampliação de cursos oferecidos na modalidade à distância, ensejando maior participação dos servidores que trabalham em unidades descentralizadas (Subseções Judiciárias). Nessa modalidade de ensino, apurou-se 966 servidores capacitados (computados mais de uma vez ao ano).

De outro giro, a consolidação do sistema de processo eletrônico, no TRF2, clamou por uma atenção especial ao planejamento de treinamento específico para utilização do Sistema APOLO. Foram disponibilizados 24 cursos para diferentes turmas e ministradas 2 palestras, propiciando que fossem treinados, no novo Sistema, aproximadamente 526 servidores, observando-se rápida curva de aprendizado e disseminação em todas as unidades que utilizam o sistema.

Outro destaque é o Programa de Desenvolvimento Gerencial, que almeja o desenvolvimento de atitudes e habilidades, segundo competências comportamentais e técnicas selecionadas com base no levantamento de necessidades. O Programa foi desenvolvido e implantado na SJRJ, nas modalidades presencial e à distância, buscando orientar a apresentação dos conteúdos e a realização de atividades embasadas em situações-problema vividas pelos gerentes. Além dos cursos, no formato tradicional em sala de aula – com turmas subdivididas de acordo com a função, a localidade e a área –, o Programa contempla ações de desenvolvimento em outros formatos: o **Desenvolvimento de Equipes**, que é uma ação realizada especificamente para unidades de trabalho selecionadas, incluindo todos os servidores e gerentes da unidade, no próprio local de trabalho; e o **Intercâmbio de Práticas Gerenciais**, que é uma atividade promotora da integração das unidades entre si, por meio de visitas e relatos compartilhados no Portal de Educação à Distância. Também integra o Programa a realização de Mostra de Práticas Inovadoras, evento promovido a cada 2 anos, ocasião em que é possível disseminar ideias e compartilhar experiências com outros gestores. Em 2014, foi realizado na SJRJ.

As ações educacionais propostas para os ocupantes de cargos e funções de Direção e Chefia, promovidas pelo TRF2 e pela SJES, ainda trabalharam temas inerentes à realidade cotidiana dos gestores, como administração do tempo, produtividade, estresse e depressão.

Ademais, no TRF2, produziu-se projeto piloto – intitulado Oficina de Boas Práticas –, voltado para a troca de experiências, da qual participaram Diretores de Turmas Especializadas.

Acrescente-se a promoção de diversas palestras para todos os servidores da 2ª Região, em especial sobre o tema “Assédio Moral no Trabalho”, assunto que tem suscitado muitos debates, máxime pelos profissionais das áreas de gestão de pessoas.

■ Curso de Pós- Graduação

Em 2014, deu-se continuidade ao Programa de Concessão de Bolsas de Pós-Graduação para os servidores da JF2, com a finalidade de promover o aprofundamento dos conhecimentos do servidor, de



molde a contribuir para o ganho de eficiência dos órgãos da 2ª Região, em consonância com a Resolução nº T2-RSP-2012/00017, de 20/03/2012. Nessa rota, foram oferecidas 46 bolsas: 16, para servidores do TRF2, e 30, para os da SJRJ; sendo 26 destinadas à área judiciária e 20 para a área administrativa. Na SJES, o programa será aplicado em 2015, com critérios definidos pela Portaria nº JFES-POR-2014/00035, de 25/04/2014.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores.

■ Descrição do objetivo

Fortalecer o grau de satisfação no ambiente de trabalho, contribuindo para o bem-estar dos magistrados e servidores, por meio da otimização da estrutura organizacional, de mecanismos que melhorem o bem-estar organizacional, da política de gestão de pessoas e das relações socioprofissionais.

PREVIDÊNCIA

Quadro nº68 – Aposentados, pensionistas e instituidores (posição em 31/12/2014) – Magistrados e servidores

Local	Aposentados	Pensionistas	Instituidores
TRF2	185, sendo 24 magistrados e 161 servidores	56	36
SJRJ	466, sendo 10 magistrados e 456 servidores	261	203
SJES	64, sendo 1 magistrado e 63 servidores	10	8
Total	715, sendo 35 magistrados e 680 servidores	327	247

No particular, observa-se o crescente aumento no número de **aposentadorias de servidores**, que passou de 588 aposentados em 2012 para 626 em 2013, chegando a 680 em 2014.

CARREIRA

CONCURSO PÚBLICO DE MAGISTRADOS

Em 2014, o XV Concurso para o provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto foi aberto com vistas ao preenchimento de 56 cargos vagos de juiz federal substituto, sendo homologadas 4.183 inscrições: 3.290, do Rio de Janeiro, e 893, do Espírito Santo.



Em 20/06/2014, publicou-se o Edital TRF2-EDT-2014/00004, com a relação de 32 candidatos que se declararam portadores de deficiência, dispensando-se 8 deles da perícia, por já terem sido pericidados anteriormente no TRF2. Dos 24 convocados, 7 candidatos não realizaram a perícia. Após a avaliação da equipe médica, o Edital TRF2-EDT-2014/00007, de 15/07/2014, anunciou a decisão terminativa da Comissão Multiprofissional sobre a qualificação dos candidatos como deficientes, na qual, dos 17 candidatos inscritos nessa condição, 6 foram considerados aptos e 11 foram considerados inaptos.

Em 03/08/2014, foi aplicada a prova objetiva seletiva, totalizando 2.962 candidatos presentes (70,81%) e 1.221 ausentes (29,19%), abrindo-se prazo de vista para eventuais recursos. Em 20/08/2014, o Edital TRF2-EDT-2014/00008 proclamou o resultado final da prova objetiva seletiva, após o julgamento dos recursos, e a convocação dos 347 candidatos aprovados para a 1ª e a 2ª prova escrita.

Em 08/09/2014, divulgou-se Nota Pública, suspendendo o certame, em virtude do Procedimento de Controle Administrativo nº 0004791-51.2014.2.00.0000, instaurado pelo CNJ.

Arquivado o citado Procedimento do CNJ, a 1ª prova escrita realizou-se em 11/10/2014 e a 2ª prova escrita, em 12/10/2014. Das provas, foram interpostos 85 e 54 recursos, respectivamente, restando deferidos 16 recursos. Ao final, 30 candidatos foram aprovados nessa etapa.

Em 26/11/2014, o Edital TRF2-EDT-2014/00012 divulgou o resultado definitivo da 1ª e 2ª prova escrita e a convocação para a terceira etapa do concurso – Inscrição Definitiva –, etapa que concretizou no período de 27/11/2014 a 18/12/2014, com a inscrição de todos os 30 candidatos aprovados na segunda etapa.

Em 18/12/2014, o Edital TRF2-EDT-2014/00014 tornou público o deferimento da Inscrição Definitiva dos candidatos e a convocação para o sorteio do ponto e realização da prova oral, marcada para ocorrer nos dias 22, 23, 27, 28 e 29/01/2015.

CONCURSO PÚBLICO DE SERVIDORES

Realizado em 2012, o concurso público destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal do TRF2 e de suas Seções Judiciárias, em 2014, deu posse a 207 novos servidores.

INCENTIVO À CARREIRA

Em 2014, foram concedidos 1.500 adicionais de qualificação, por conta de ações de treinamento, e 164 em decorrência de conclusão de cursos de pós-graduação, sendo 154 especializações e 10 mestres, de acordo com a Resolução 126/2010 do CJF.

SISTEMA INTEGRADO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL (SIADES)

No exercício, foram considerados aptos 1.924 servidores à progressão ou à promoção, conforme a situação de cada um.

QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL

PROGRAMAS E CAMPANHAS

■ Programa de Avaliação Periódica da Saúde dos Servidores

Esse programa foi instituído a partir da Lei nº 11.917, de 2009, que alterou a Lei nº 8.112, de 1990, para inserir o art. 206-A, que estabelece a obrigatoriedade de exames periódicos para os servidores da administração pública federal direta.



O Exame periódico de saúde é realizado a cada dois anos ou anualmente, conforme a idade ou atividade desempenhada pelos servidores, nos termos do Decreto nº 6.856, de 2009. É instrumento imprescindível para se conhecer o perfil epidemiológico do Tribunal e das Seções Judiciárias e, a partir dele, viabilizar o planejamento da política de saúde dos servidores da 2ª Região.

Quadro nº 69 – Exame Periódico de Saúde – 2014

	TRF2	SJRJ	SJES	Total
Servidores Convocados	51	130	568	749
Pré-Consulta - Enfermagem	0	130	0	130
Consulta Médica	51	130	203	384
Magistrados participantes	18	181	43	242
EPS Completo	69	311	246	626

Em 2014, no TRF2 e na SJRJ, deu-se prioridade aos servidores Técnicos Judiciários/Segurança e Transporte, ficando para o próximo exercício as demais convocações, haja vista proposta de mudança de procedimento no programa.

■ Programa de imunização contra a gripe

A 2ª Região promove a Campanha de Vacinação contra a Gripe desde 2000, para magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviço, com a finalidade de prevenção individual de modo a evitar a disseminação do vírus no ambiente de trabalho.

Em 2014, a Campanha foi realizada no período de 22 de abril a 11 de junho, no TRF2, na SJRJ e na SJES, incluindo as Subseções Judiciárias, como demonstrado no quadro abaixo:

Quadro nº70 – Imunização Contra Gripe – 2014

	TRF2	SJRJ	SJES	Total
Doses Aplicadas	1.060	2.543	680	4.283

■ Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicológica

O Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicologia (Papsi) foi instituído na 2ª Região pela Instrução Normativa IN-23-09, de 2004, e tem como objetivo intervir, assistencial e preventivamente, sobre uma das principais causas de absenteísmo de servidores e magistrados: o sofrimento psíquico e o seu adoecer. Como pressupostos do Programa, busca-se assegurar: (1) atendimento de qualidade em saúde mental, com o devido monitoramento da rede de profissionais de referência; e (2) continuidade dos atendimentos, visto que, de um modo geral, tais quadros de saúde demandam tratamento de médio a longo prazo.



Quadro nº 71 – Apoio à Psiquiatria e Psicologia – 2014

	TRF2	SJRJ	SJES	Total
Média de inscritos	51	73	14	138

■ **Programa Posturas e Movimentos/Ginástica Laboral**

O Programa consiste na prestação de serviços variados de prevenção e combate das Lesões por Esforço Repetitivo/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho, desenvolvidos por profissionais de fisioterapia e/ou educação física, a saber: avaliação setorial, sessões de ginástica e/ou cinesioterapia laboral, avaliação postural individual com *feedback*, encontros informativos, visita aos postos de trabalho para orientações e ajustes ergonômicos e posturais, disseminação de informações e material educativo.

Quadro nº72 –Posturas e Movimentos/Ginástica Laboral – 2014

	TRF2	SJRJ	SJES	Total
Setores atendidos	58	148	26	232
Média de participantes	620	1.026	180	1.826

PROGRAMAS CONCRETIZADOS UNICAMENTE NA SJRJ

■ **Programa de Acompanhamento de Licenças**

O objetivo do programa é oferecer ao servidor, que se encontra em licença para tratamento da própria saúde por mais de trinta dias ou por situação relacionada ao ambiente de trabalho, um espaço de escuta e acolhimento que possibilite a elaboração de questões emocionais relacionadas ao trabalho, de forma a favorecer a reinserção laboral do servidor, contribuindo para redução do absenteísmo. Foram atendidos 28 servidores.

■ **Campanhas Odontológicas:**

- **Campanha anual de Saúde Bucal:** destinada aos Magistrados e Servidores, visando à conscientização da importância da higiene bucal, com a realização de limpeza dentária. Adesão de 150 servidores/magistrados.

- **“Sua Boca diz muito sobre você”:** consistiu em uma breve palestra “Saúde Bucal e as Doenças Crônicas”, dirigida aos Magistrados e servidores das Subseções Judiciárias com o objetivo de chamar a atenção para a influência da saúde bucal na saúde geral do indivíduo. Após a palestra, procedeu-se a uma avaliação bucal nos interessados. Adesão 110 servidores/magistrados.

- **5ª Campanha de Prevenção da Cárie Dentária** – evento orientado para os dependentes de magistrados e servidores, com o propósito de prevenir a incidência de cárie dentária, mediante aplicação tópica de flúor. Adesão 52 dependentes

ASSISTÊNCIA À SAÚDE



Entre as ações de bem-estar social, a 2ª Região ainda promove a assistência direta e indireta à saúde dos magistrados, servidores e dependentes.

■ **Assistência Direta**

A assistência direta corresponde à prestação de assistência médica, odontológica, psicológica, social e de enfermagem realizada nas dependências do Tribunal e das Seções Judiciárias, para todos os magistrados, servidores (ativos e inativos) e pensionistas.

■ **Assistência Indireta**

A assistência indireta é aquela prestada aos magistrados e servidores, ativos e inativos, e seus dependentes, por meio de empresa de assistência à saúde contratada pelo TRF2, ou na forma de Auxílio-Saúde, concedido em pecúnia, mediante ressarcimento parcial do valor despendido por magistrados e servidores com planos ou seguros privados de assistência à saúde – oferecidos por Associações, pelo Sindicato dos Servidores ou pelos planos da Administradora de Benefícios de Saúde, que firmou Termo de Acordo com o Tribunal –, em conformidade com o art. 230 da Lei nº 8.112/1990 e a Resolução 2/2008, do CJF.

No ano de 2014, foram concedidos, na média aritmética, 10.190 benefícios no Auxílio Saúde e no Plano de Saúde.

Nessa questão de assistência à saúde, merece realçar que, tendo em conta a realização do V Congresso Brasileiro dos Serviços de Saúde do Poder Judiciário, na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2015, sob a responsabilidade do TRF2, em 20/08/2014, foi expedida a Portaria TRF2-PTP-2014/00344, instituindo o Comitê Gestor do V Congresso Brasileiro dos Serviços de Saúde do Poder Judiciário, sob a direção do Diretor da Divisão de Saúde do Tribunal.

Ao demais, sopesando a necessidade de alinhar as áreas de saúde da Justiça Federal da 2ª Região para que tenham uma estrutura que possibilite o intercâmbio de informações, ações e programas, a Resolução TRF2-RSP-2014/00030, de 27/11/2014, criou a Seção de Serviços de Saúde, no âmbito da Seção Judiciária do Espírito Santo.

ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES

Esta ação permite assegurar a assistência pré-escolar dos dependentes dos magistrados e servidores, na faixa etária de 0 a 6 anos (incluindo os excepcionais, cujo desenvolvimento corresponde à idade mental relativa à faixa etária estabelecida).

Em 2014, o auxílio teve como teto o valor de R\$ 594,15 e a média aritmética registrou 933 beneficiários.

AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES

Trata-se de prestação de benefício transporte, sob a forma de pecúnia, em caráter indenizatório ao servidor ativo, permitindo, assim, o auxílio no custeio das despesas com seu deslocamento da residência aos locais de trabalho. No ano de 2014, o quantitativo apurado, pela média aritmética, foi de 1.209 servidores.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES

Esta atividade refere-se à prestação de benefício alimentação, sob a forma de pecúnia, pago no mês anterior ao da competência do benefício, no valor mensal de R\$ 751,96. A média aritmética apurou, em 2014, o total de 4.843 servidores inscritos no auxílio-alimentação.



INFRAESTRUTURA E TI

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Prover estrutura e meios de segurança adequados

■ Descrição do objetivo

Disponibilizar, com economicidade, infraestrutura física, considerando a ergonomia, a acessibilidade, os processos de trabalho, a estrutura e os desenhos organizacionais; sistemas e meios para garantir a segurança pessoal e predial, permitindo a execução das atividades da Justiça Federal de forma eficiente, eficaz, efetiva e segura.

INFRAESTRUTURA

DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO DOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

O detalhamento do orçamento referente aos projetos de infraestrutura da 2ª Região pode ser consultado no item “Projetos” do tema “Orçamento”, deste relatório.

MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE

A Justiça Federal da 2ª Região permanece trabalhando para garantir os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais – PNE, observando, para tanto, as exigências legais relativas à acessibilidade nas dependências e a comunicação com o público interno e externo, em atenção à Recomendação nº 27, de 16/12/2009, do CNJ.

■ TRF2

Considerando que o TRF2 foi instalado em um prédio antigo, surgiram várias dificuldades para torná-lo acessível, nos moldes da legislação e das normas técnicas que regulam o tema. No entanto, ações de modernização das instalações, executadas em etapas, permitiram que fossem atingidos, efetivamente, os seguintes resultados:

- Criação da Biblioteca Acessível;
- Adaptação de 14 sanitários do bloco B do prédio Anexo II;
- Instalação de corrimão, na rampa de acesso à entrada principal, com as devidas indicações táteis para deficientes visuais;
- Instalação de piso tátil, no acesso à Biblioteca;
- Instalação de piso tátil, no *hall* de entrada do prédio;
- Criação de vagas destinadas ao estacionamento de veículos de cadeirantes;
- Modernização dos elevadores, provendo-os com recursos sonoros, altura adequada da botoeira, identificação das teclas em braille, corrimão interno, entre outros (também em conformidade com as normas técnicas);
- Capacitação de servidores, para melhor interação com pessoas PNE, tais como:
 1. Projeto *Ir e Vir - Instituto Muito Especial*, com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT;



2. Programa de Inclusão para Pessoas com Deficiências - Perspectivas e Desafios;
3. Execução de rampa de acesso, com corrimãos e com indicadores táteis de início e fim de declividade;
4. Adaptação das salas de sessão e do Plenário, com rampas de acesso e parlatório em dois níveis.

O Projeto de Adequação Institucional do complexo predial do TRF2, objeto do Procedimento de Execução Orçamentária e Financeira nº TRF2-EOF-2014/00271, cujo prazo de execução é de 36 meses, iniciando-se em 12/01/2015, contém, no escopo, as seguintes ações de promoção da acessibilidade, a serem implementadas:

- Execução de rampa interna, no térreo, para acessibilidade dos elevadores centrais;
 - Execução de mapa tátil, na entrada do prédio;
 - Disponibilização de balcão de atendimento acessível, tanto no térreo como em todos os gabinetes e cartórios dos Órgãos de julgamento colegiado;
 - Execução de piso tátil, nos acessos aos elevadores e nas circulações principais;
 - Criação de um banheiro público acessível, em todos os pavimentos, no hall de elevadores;
 - Implantação de comunicação visual acessível.
- SJRJ

A SJRJ funciona em 28 prédios, sendo 13 próprios ou cedidos e 15, alugados. A maioria desses imóveis foi ocupada antes da edição das normas vigentes aplicáveis à acessibilidade.

A SJRJ tem buscado dotar os imóveis administrados de condições mínimas de acesso das pessoas PNE às instalações, obedecendo às recomendações normativas que pautam a matéria, considerando, inicialmente, o seguinte alvo:

- Deslocamento horizontal, com eliminação de degraus e obstáculos em dimensões mínimas de circulação, e portas para circulação de cadeirantes, no acesso ao prédio e em seu interior (a todos os compartimentos);
- Deslocamento vertical entre os diversos pavimentos, com instalação de elevadores ou plataformas mecânicas e rampas, em conformação adequada ao uso por cadeirantes;
- Instalação de balcões acessíveis a cadeirantes ou apoio junto aos balcões;
- Instalação de sanitários adaptados para uso de pessoas PNE, em todos os imóveis;
- Implantação de piso podotátil, direcional e de alerta, em áreas gerais de deslocamento de público, em ambientes que, por suas dimensões, indiquem a necessidade da instalação de indicadores de escadas e elevadores;
- Demarcação de vagas para deficientes físicos, em áreas de estacionamento atualmente destinadas ao público em geral;
- Instalação de poltrona para obesos e lugares para cadeirantes em auditórios, de acordo com a exigência da legislação em vigor;

Visando a atender ao conteúdo mínimo acima elencado, foram realizadas licitações, em 2014, para contratação de serviços para todos os imóveis da SJRJ. Dessas licitações, as que abrangiam os serviços civis em 12 localidades, foram fracassadas, o que impediu sua efetivação.

Convém distinguir outras intervenções realizadas no exercício de 2014, a saber:



- Foram reformados 14 sanitários, um por pavimento, no Anexo II do Fórum da Avenida Rio Branco, para adaptá-los ao uso de pessoas PNE;
 - Como forma de remediar as condições de deslocamento vertical dos imóveis ocupados, foram adquiridos equipamentos tipo garaventa, *stair-trac*, que são elevadores portáteis para escadas destinados ao deslocamento de cadeirantes. É importante focar que a única construção, que não agrega as condições suficientes para utilização de *stair-trac*, é a Subseção Judiciária de Itaperuna, a qual está em vias de ser reinstalada em outro imóvel, alugado, em melhores condições;
 - O imóvel da Subseção Judiciária de Barra do Piraí está sendo adaptado, para instalação de elevador adequado ao uso de pessoas PNE;
 - Inauguração do Fórum Regional de Campo Grande, cujas instalações seguem a legislação de acessibilidade.
- SJES

A SJES, igualmente, vem promovendo ações contínuas para promoção da plena acessibilidade em seus edifícios, com destaque para as já implementadas:

- Sinalização tátil, em todos os prédios. Os serviços incluíram a fixação de sinalização podotátil e instalação de mapas táteis e placas em braile, em todos os prédios, propiciando plenas condições de acessibilidade para deficientes visuais;
- Locação de novo prédio, para a Subseção de Linhares, inclusive com obras de acessibilidade. O prédio sofreu adaptação a cargo do proprietário, com base no projeto desenvolvido pela SJES, contemplando sanitários acessíveis, separados por gênero, em cada pavimento, além de elevador e *calçada cidadã*, o que garantiu a acessibilidade a todos os locais;
- Execução de novos balcões de atendimento, adaptados ao uso por cadeirantes, posicionados na secretaria e na recepção do prédio de Linhares;
- Sinalização tátil e visual do novo prédio de Linhares. Foi realizada contratação específica, para dotar o novo prédio das mesmas condições de sinalização tátil e visual, já oferecidas nos demais imóveis;
- Conclusão e aprovação dos projetos, para o Fórum de Serra. O novo prédio, com início previsto para 2015 e término para 2016, contará com condições plenas de acessibilidade.

▪ BIBLIOTECA DO TRF2

O TRF2 continua empenhando esforços para que os recursos informacionais, espaciais, tecnológicos e humanos da Biblioteca venham a atender plenamente os preceitos da Lei nº 10.098/2000 e do Decreto nº 5.296/2004, bem como da Recomendação nº 27, de 16/12/2009, do CNJ. Nesse sentido, a Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação – SED implementou as seguintes ações:

- Recursos Humanos: O quadro de pessoal da Biblioteca conta com estagiários de segundo e terceiro grau com necessidades especiais variadas. Esta experiência tem sido muito importante à avaliação e ao desenvolvimento do projeto de Biblioteca Acessível. Embasando-se no olhar do próprio usuário com deficiência, foi possível investir em tecnologias que se revestem de real utilidade, otimizando, assim, o dispêndio de recursos financeiros;
- Capacitação: A equipe da Biblioteca tem participado de treinamentos específicos para o atendimento, nesse ambiente, à pessoa com deficiência, como curso de Libras, Projeto Ir e Vir, Programa de Inclusão para Pessoas com Deficiência e seminários sobre o tema. A Unidade conta também com o apoio de especialistas em acessibilidade, que orientam as atividades, em prol de uma biblioteca mais acessível;



- Tecnologia Assistiva: A Biblioteca dispõe de parque tecnológico dotado de computadores com monitores de 22 polegadas, teclados ampliados e *software* leitores de tela, como o *Jaws*, *Dosvox*, *Nvda* e *Windoseyes*, e linhas braille. Demais disso, possui impressora braille, fusora de alto relevo, leitores eletrônicos para pessoas PNE, nos aspectos físico e visual;
- Acervo Bibliográfico: o acervo bibliográfico especializado em Direito (50.000 itens) está disponível aos usuários com vários tipos de carências, por meio de leitores eletrônicos de voz, mecânicos e ampliadores de imagem. No caso dos leitores eletrônicos de voz, como o “Poet”, o usuário pode gravar o conteúdo do livro em *pen drive*.

Outrossim, encontra-se disponível um acervo jurídico em áudio-livro, com bases de dados acessíveis, isto é, o conteúdo digital é acessado por intermédio dos leitores de tela.

O conteúdo da Biblioteca Digital do TRF2 é tratado através de OCR (reconhecimento óptico de caracteres), para que se torne pesquisável e acessível para os usuários com dificuldades no campo visual:

- Espaços Físicos e Móveis: as dependências da Biblioteca foram ajustadas, pela Secretaria de Infraestrutura e Logística – SIE, para atender à norma de acessibilidade NBR9050, de modo a destinar um espaço no setor para comportar os equipamentos e promover a mobilidade dos usuários (PNE), com a instalação de um balcão fácil, com área livre para a manobra de cadeira de rodas, colocação de piso tátil e banheiros acessíveis;
- Parcerias: Desde o início do projeto da Biblioteca Acessível, a Unidade tem contado com a parceria da equipe do Senado Federal, da ONG Acessibilidade Brasil, do Instituto Nacional de Tecnologia - INT, da Biblioteca Nacional - BN, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT1, do Instituto Benjamin Constant - IBC, de universidades, da Fundação Nora Dowil e da Empresa Incluir Soluções de Acessibilidade;
- Comunicação: A Biblioteca tem recebido visitas de escolas especializadas, como o Instituto Benjamin Constant – IBC, e de universidades, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (Escola Superior de Desenho Industrial), interessadas nos recursos acessíveis.

No particular, cabe citar a visita à Biblioteca do TRF2 da TV Cultura e da TV Brasil, com a finalidade de conhecer e divulgar o espaço acessível da Unidade.

Em 2014, foram realizadas, ainda, duas licitações de suma importância para o Projeto de Acessibilidade: compra de um leitor eletrônico autônomo de última geração, que lê vinte páginas por minuto, em diversos idiomas, possuindo vários recursos tecnológicos, que pretendem facilitar o processo de leitura, proporcionando às pessoas PNE maior independência.

Ressalte-se que outra aquisição - o *scanner* planetário – será utilizada pela Biblioteca e na Biblioteca digital, no atendimento desse público. Tendo em vista os recursos acessíveis que o equipamento possui, será factível inserir os estagiários PNE em mais uma atividade de relevância para a Biblioteca.

▪ WEB

O desenvolvimento dos *sites* da JF2 tem por norte as diretrizes e recomendações do *Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico (e-MAG)*. Cumpre sublinhar a adoção de outras medidas que, de igual maneira, corroboram para a acessibilidade do *site*, em sentido mais amplo, tais como: adequação aos dispositivos móveis e construção, objetivando melhor posicionamento nos motores de busca.

▪ ATENDIMENTO AO CIDADÃO

No tocante ao atendimento presencial, os terminais de consulta processual, localizados no andar térreo do TRF2, permitem ao cadeirante acessá-los de forma independente.



Adite-se a existência de dois servidores da *Central de Atendimento ao Cidadão*, que fizeram curso de Libras – Linguagem Brasileira de Sinais, sendo, portanto, capazes de auxiliar a pessoa que requeira atendimento especial.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS

A 2ª Região dispõe, em sua estrutura organizacional, de unidades administrativas, com competência exclusiva para administração de serviços de transporte e manutenção da sua frota de veículos; sendo bem certo que o gerenciamento dessas atividades se faz através de sistema informatizado, valendo-se dos modelos de formulários constantes da Instrução Normativa nº 04-01/2010 do CJF.

■ Despesas com a Manutenção da Frota de Veículos Oficiais

Quadro nº73 – Custos Associados à Manutenção da Frota de Veículos da JF2 – 2014

Grupo de Despesas	Valores Globais (R\$)			Total
	TRF2	SJRJ	SJES	
Contrato de Manutenção	340.707,84	32.121,95	101.746,25	474.576,04
Contrato de Fornecimento de Combustível	195.845,86	114.276,53	274.911,00	585.033,39
Contrato de Cobertura Securitária	219.816,23	20.709,08	12.752,00	253.277,31
Despesas Ordinárias com Aquisição de Peças para Manutenção	92.709,34	39.154,37	0,00	131.863,71
Despesas Ordinárias com Aquisição de Extintores	1.563,30	0,00	0,00	1.563,30
Custo com Empregados terceirizados	58.719,04	0,00	0,00	58.719,04
Outros				
Seguro Obrigatório	9.539,37	6.616,54	3.368,00	19.523,91
Confecção de Placas	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	918.900,98	212.878,47	392.777,25	1.524.556,70

GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS

Nos contratos de prestação de serviço de limpeza e higiene e vigilância e nos contratos de prestação de serviço com locação de mão de obra (para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos da 2ª Região), quer no TRF2 ou nas Seccionais, não se verificou evento relativo a interrupções de serviços nem se detectou descumprimento contratual relevante, que comprometessem a execução contratual, sendo, quando necessário, adotadas as medidas cabíveis, visando à aplicação das sanções administrativas dispostas na Lei nº 8.666/93.

No TRF2, o setor técnico foi instado a implementar, nas futuras contratações de limpeza e vigilância, os requisitos de qualidade, conforme orientação recebida da Secretaria de Controle Externo do TCU, no Rio de Janeiro (SECEX-RJ), de forma a aprimorar o Termo de Referência relativos aos serviços em tela.

Ademais, os atuais contratos de terceirização firmados no âmbito do TRF2 possuem cláusulas que obrigam à retenção de verbas trabalhistas, em observância ao que dispõe a Resolução nº 169/2013



do CNJ. Não houve necessidade, no decorrer do exercício, de utilizar os créditos retidos para pagamento de verbas trabalhistas. Os valores retidos somente são liberados, ao final dos contratos, após a verificação do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas. No entanto, a sistemática é bastante onerosa para a Administração, pois requer acompanhamento de dados dos funcionários das empresas terceirizadas e a análise de uma série de documentos, que não eram exigidos nessa espécie de contratação, para fins de eventuais liberações de valores.

Quadro nº 74 – Contratos Contínuos – Despesas em 2014 - TRF2

Tipo de Despesa	Valores Empenhados	Valores Liquidados	Valores Pagos
Fornecimento de energia elétrica	4.702.000,00	4.245.135,66	4.245.135,66
Fornecimento de água e tratamento de esgoto	479.200,00	404.821,54	404.723,50
Manutenção de bens imóveis (prestação continuada)	6.812.590,42	5.641.871,18	5.641.871,18
Manutenção de bens imóveis (serviços não continuados)	979.288,43	827.507,28	827.507,28
Locações de imóveis	1.364.000,00	1.103.898,18	1.103.898,18
Total	14.337.078,85	12.223.233,84	12.223.135,80

Nota: no item "Manutenção de bens imóveis (serviços não continuados)" consta o valor empenhado de R\$ 21.000,00, referente a orçamento das Seções Judiciárias, cuja execução está a cargo no TRF 2ª Região.

Nota2: no item "Manutenção de bens imóveis (serviços não continuados)" foram lançadas todas as despesas relativas à manutenção do imóvel que não se caracterizam como serviços de natureza continuada, incluindo aquisições para tal finalidade (empenhado: R\$ 188.571,95; liquidado: R\$ 160.655,00; pago: R\$ 160.655,00).

Quadro nº75 – Contratos Contínuos – Despesas em 2014 - Seções Judiciárias

Tipo de Despesa	Valores Empenhados	Valores Liquidados	Valores Pagos
Fornecimento de energia elétrica	8.877.574,00	7.925.969,06	7.925.969,06
Fornecimento de água e tratamento de esgoto	1.328.614,00	1.182.182,84	1.182.182,84
Manutenção de bens imóveis (prestação continuada)	9.936.357,76	8.150.949,48	8.147.298,42
Manutenção de bens imóveis (serviços não continuados)	1.661.173,64	845.988,62	845.988,62
Locações de imóveis	5.525.443,25	4.774.447,69	4.774.447,69
Total	27.329.162,65	22.879.537,69	22.875.886,63



Nota1: no item "Manutenção de bens imóveis (serviços não continuados)" foram lançados todas as despesas relativas à manutenção do imóvel que não se caracterizam como serviços de natureza continuada, incluindo aquisições para tal finalidade (empenhado: R\$ 656.176,24; liquidado: R\$ 257.989,47; pago: R\$ 257.989,47).

SEGURANÇA DO TRABALHO

■ Homologações de Atestados/Perícias (Médicas e Odontológicas)

Quadro nº 76 – Atestados e Perícias – 2014

	TRF2	SJRJ	SJES	Total
Perícias e Juntas Médicas e Odontológicas	2.332	3.665	928	6.925

■ Exames Médicos Pré-Admissionais

Quadro nº 77 – Exames Médicos Pré-Admissionais – 2014

	TRF2	SJRJ	SJES	Total
Exames realizados	49	207	17	273

SEGURANÇA

■ Segurança Pessoal e Patrimonial

Em 24/09/2014, a Portaria TRF2-PTP-2014/00406 aprovou a revisão da Instrução Normativa 24-06, que regulamenta os procedimentos a serem adotados para a coordenação, execução e controle das atividades referentes à vigilância e à segurança das autoridades, servidores, visitantes, bens e instalações do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

A IN 24-06 inclui, dentre suas normas gerais, a determinação de que os serviços de segurança nas dependências das unidades da 2ª Região devem ser executados por Agentes de Segurança Judiciária, durante 24 horas; devidamente capacitados para a função; obrigatoriamente usando identificação ostensiva, através do uso de distintivo funcional e *boton*, fornecidos pelo TRF2; tendo como auxiliares imediatos os Vigilantes e BPC's ("Bombeiro Profissional Civil", integrante de empresa contratada para prevenção e combate a incêndio) e, excepcionalmente, como auxiliares eventuais, em situações de risco, os Policiais Federais, Militares, Civis, Guardas Municipais e Bombeiros Militares, que estejam à disposição do TRF2, independente da lotação física.

Na mesma seara, a Resolução 34-TRF/2, de 22/12/10, alterando a denominação de Assessoria Técnica de Segurança para Assessoria de Segurança Institucional, estabeleceu que a esta Unidade compete atuar como setor de assessoria aos Magistrados Federais da 2ª Região, sendo diretamente subordinada ao Presidente do Tribunal e integrada por especialistas da Segurança Pública das Polícias Estaduais.

■ Comissão Permanente de Segurança

Em consonância com o art. 2º da Resolução CNJ 104/2010, alterada pela Resolução CNJ 124/2010, foi instituída a Comissão de Segurança Permanente, no âmbito da 2ª Região, através da Portaria



664-TRF2, de 06/10/10, com a incumbência, dentre outras, de elaborar o plano de proteção e assistência dos juízes em situação de risco e conhecer e decidir pedidos de proteção especial formulados por magistrados, sem prejuízo das atribuições da Presidência.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Garantir soluções tecnológicas efetivas.

■ Descrição do objetivo

Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação, adequando-os e promovendo a integração entre os órgãos da Justiça Federal, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento, a melhoria na execução das rotinas de trabalho e a segurança da informação (integridade, confidencialidade e disponibilidade de serviços), garantindo a convergência tecnológica.

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EFETIVADAS

De início, impende sublinhar que, em 2014, a Secretaria de Tecnologia da Informação – STI do TRF2 trabalhou em ações priorizadas pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação da Segunda Região – CODITI. O comitê, de caráter consultivo, é presidido pelo Diretor Geral do TRF2, no intuito de analisar e priorizar todas as solicitações de ações de TI encaminhadas pelas diversas unidades administrativas e judiciárias, conforme estabelecido na Resolução TRF 00056/2013.

No exercício, além de implantar soluções tecnológicas, a STI participou de um grupo de trabalho, instituído pela Portaria CJF 377/2014 para a elaboração do Plano Diretor de TI – PDTI do TRF2 (2015-2017).

O PDTI configura um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e tem por alvo identificar as ações necessárias ao alcance das metas nacionais e dos objetivos institucionais estabelecidos no Planejamento Estratégico da Justiça Federal - PEJF e no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - PETI-JF.

O PDTI 2015-2017, em estrita consonância com as orientações do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça, foi aprovado através da Portaria TRF2-PTP-2014/00559, de 30/12/2014, para ser um instrumento alinhado ao PEJF e ao PETI-JF, com vistas a estabelecer um vínculo entre as metas estratégicas e as ações táticas de TI necessárias ao alcance dos objetivos e das metas propostas.

Ao demais, a STI vem buscando a unificação das equipes de TI na Região, incluindo revisão da estrutura organizacional, processos de trabalho e serviços de TI, a teor do Memorando TRF2-MEM-2015/0057. Este trabalho se harmoniza com a Resolução TRF2-RSP-2013/00056, que preconiza a necessidade de otimizar e alinhar a atuação das áreas de Tecnologia da Informação da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, bem como a necessidade de racionalização dos recursos materiais e de pessoal disponíveis.

Nesse contexto, a 2ª Região, atenta ao objetivo estratégico “Garantir soluções tecnológicas efetivas”, executou as seguintes ações em 2014:



- No TRF2:

■ Sistema para Votação de Honra ao Mérito

Operado um sistema para votação dos melhores projetos, no concurso de honra ao mérito realizado pelo Tribunal.

■ Serviço de Informação ao Cidadão – eSIC

Lançado o Serviço de Informação ao Cidadão.

■ Sistema Base Arch

O TRF2 fixou uma base de documentos a ser utilizada na Região.

■ Vídeos das Câmeras de Segurança

Os vídeos das câmeras de segurança revelaram aumento no período de retenção e tiveram a cópia de segurança garantida.

■ Projeto Memória

Este projeto almejou assegurar o armazenamento do acervo produzido pela DIGED.

■ Cadastro para Inscrição em Concurso

Atendida a inscrição do concurso para Juiz Substituto.

■ Rede sem Fio

Inaugurada a rede *wireless*, facultando o uso de dispositivos móveis no prédio do Tribunal.

- Na SJRJ:

■ Módulo SIGA-Gestão de Identidade

Projetado um módulo SIGA, para a gestão de usuários, grupos de *email* e acesso às pastas na rede.

■ System Center

Implantado o *software System Center 2012 R2*, a fim de oferecer às áreas técnicas um conjunto de ferramentas de gerenciamento unificadas, para prover monitoramento proativo; automação e autoatendimento de infraestrutura de TI; monitoramento de *performance* da aplicação; e serviços de gerenciamento de TI.

■ Módulo SIGA - Agendamento de Perícias

Incrementado um módulo SIGA para tratar o agendamento de perícias.

■ Projeto Piloto para JEFs

Constituído um projeto piloto, com a solução atual adotada nas Varas Criminais, em 3 Juizados Especiais, a fim de avaliar a infraestrutura necessária para armazenamento do material gravado.

■ Rede Privativa de Dados

Inserida a rede privativa de dados da Seccional, para ampliar sua autonomia nos serviços de transmissão de dados e voz.

■ SIGA-Documentos no CNJ

Acompanhamento da instalação e utilização do SIGA em outros órgãos, além do treinamento e o atendimento de segundo nível. O convênio é colaborativo, ou seja, os órgãos podem contribuir com a efetivação de melhorias.

■ Sistema de Comunicação Integrada Lync Server



Positivado o *software* de comunicação, oferecendo soluções de IM (serviço de mensagens instantâneas), presença, videoconferência e telefonia, que podem servir de suporte a requisitos de colaboração no nível institucional.

■ SIGA-Base de Conhecimento

Concebido módulo de base de conhecimento, uma base de dados com informações sobre os processos de trabalho e recursos institucionais e setoriais.

■ Implantação de Varas Federais - Turmas Recursais e JEFs de Campo Grande

Disponibilizados e instalados os equipamentos necessários ao funcionamento dos novos gabinetes e feitas adequações na infraestrutura de rede lógica.

■ SIGA-Documentos no TJ-RJ

Foi realizado o acompanhamento da instalação e a utilização do SIGA em outros órgãos, treinamento e atendimento de segundo nível. O convênio é colaborativo, ou seja, os órgãos podem contribuir com a implementação de melhorias.

■ Project Server

Implantado o *MS Project 2013*, colocando um conjunto de ferramentas à disposição das áreas administrativas dedicadas a projetos, o qual propicia o registro, o gerenciamento, o posicionamento e a publicação dos projetos por elas gerados.

- Na SJES:

■ Sistema de Gravação de Audiência

Instalou-se o sistema de gravação de audiência, nas salas de audiência que ainda não contemplavam esse sistema.

■ Novos Monitores

Substituídos os monitores antigos, acrescentando-se o 2º monitor.

■ Sala cofre

Instalado o *datacenter* tipo cofre, avalizando a segurança e a integralidade dos equipamentos e das informações institucionais.

■ Tablet

Distribuídos e configurados os *tablets* para os Magistrados.

- Nas Subseções Judiciárias:

■ Wireless Interiores

Implantada a rede sem fio.

ATUALIZAÇÕES DE SISTEMAS E MELHORIAS

■ Sistema de Transportes

Modernização e Regionalização do Sistema de Transportes (DIT)

■ Informações Funcionais de Servidores

Disponibilização de tela de consulta às informações funcionais e de cadastro de servidores nas *intranets* do TRF e Seccionais.

■ Plataforma de Autenticação da Rede Corporativa (TRF)



Atualização de plataforma de autenticação da rede corporativa para minimizar os riscos de falha no serviço.

■ **Sistema Juiweb** (TRF)

Inclusão de campos a fim de possibilitar a consulta de relatórios gerenciais.

■ **Sistema SIGA-Documentos** (SJRJ)

Implementação de recursos no SIGA-Documentos para prover o descarte e arquivamento de documentos conforme as tabelas de temporalidade.

■ **Módulo SIGA-Serviços** (SJRJ)

Implementação de controle de nível de serviço no módulo SIGA de Serviços.

AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

■ **Recontratação dos Serviços Continuados** (TRF)

Foi efetuada a recontração dos serviços continuados, evitando a descontinuidade de serviços de sustentação.

■ **Aquisição de Equipamentos** (TRF)

Foram adquiridos equipamentos para atender as demandas identificadas, como modernização e expansão da unidade de armazenamento, rede sem fio, *scanners*, monitores de vídeo, computadores, solução de firewall com VPN (finalização).

■ **Aquisição de Softwares** (TRF)

Foram adquiridos alguns softwares de uso diverso para atendimento de necessidades do TRF, e manutenção corretiva e evolutiva no sistema processual APOLO.

■ **Aquisição de Softwares** (SJRJ)

Regularização do licenciamento de *software Microsoft*, além da implementação de recursos para a gestão do parque computacional de forma mais eficiente, atualização da solução de backup com a implementação da solução de cópia de segurança para os novos bancos de dados *SQL Server*, atualização do servidor de aplicação *Jboss* (onde são executados os sistemas administrativos SIGA-DOC, SIGA-RH dentre outros), aquisição de licenças de *software* de uso diversos, para o atendimento de necessidades específicas das unidades judiciais e administrativas (destacando-se os softwares de leitura de tela e de OCR).

■ **Aquisição de Equipamentos** (SJRJ)

Aquisição de novos computadores com monitores, Solução de videoconferência, equipamentos *scanners* para unidades judiciais e administrativas, ampliação do suporte técnico e serviço de *mentoring* prestado às equipes de desenvolvimento, substituição de computadores e monitores defasados tecnologicamente que encontravam-se fora de garantia e sem contrato de manutenção, instalação de equipamentos de interconexão de rede no *Datacenter*.

■ **Aquisição de Softwares** (SJES)

Aquisição de licenças do sistema operacional *Linux Red Hat* (incluindo atualização e suporte).

■ **Aquisição de Equipamentos** (SJES)

Aquisição de novos equipamentos de micro informática como monitores, microcomputadores, *scanners*, aquisição do equipamento modelo *Power7 Plus* (projeto de solução de alta disponibilidade), *datacenter* tipo cofre.



MANUTENÇÕES E ATUALIZAÇÕES REALIZADAS

- Na 2ª Região:

- No decorrer do exercício foram registrados um total de 46.372 solicitações de atendimentos de TI e a finalização de 43.372 atendimentos, dentro do SLA (*service level agreement*) estabelecido.

- No TRF2:

- Instalação de dois monitores na área Judicial e Administrativa para acesso aos processos eletrônicos.
- Modernização microcomputadores da área Judicial.
- Substituição de notebooks dos magistrados

- Nas Seccionais:

- Substituições e/ou acréscimos de impressoras monocromáticas (SJES)
- Instalação de impressoras protocoladoras (SJES e SJRJ)
- Substituição notebooks magistrados (SJES)
- Modernização dos equipamentos de autoatendimento que atendem diretamente ao jurisdicionado.
- Substituição do equipamento utilizado pelo Sistema de Resposta Audível (SJRJ)

PROJETOS EM ANDAMENTO

Na 2ª Região, ao final do exercício, permaneceram em andamento os projetos a seguir listados:

- No TRF2:

■ Implantação Sistema Apolo

Este projeto, com implantação iniciada em 2013, teve total êxito em 2014, com efetiva adoção do processo eletrônico no segundo grau. Porém, o objetivo final é tornar todos os processos eletrônicos no 2º grau.

■ Sistema SIGA-RH

Este projeto tem por objetivo padronizar os processos de trabalho de RH na região, unificando o sistema de RH em uso na região.

■ Implementação de Pannel de Acompanhamento de Julgamento no Plenário (TRF)

Este projeto visa facilitar o acompanhamento da pauta e votação por advogados e partes.

■ Reformulação da Gestão de Identidade – SIGA-GI

Integrar o SIGA-GI a base de sistemas legados do TRF, beneficiando a gestão de acesso a importantes sistemas tais como o APOLO e o SIAPRO.

■ Renovação do Diário de Justiça Eletrônico

Renovar a tecnologia e modernizar os procedimentos de geração dos cadernos.

■ Portal de Informações e Jurisprudência

Contratar e Acompanhar o desenvolvimento de Serviço para renovar a infra de *Google Search Appliances*, substituir o sistema *Artemis* e disponibilizar de forma integrada, as jurisprudências administrativa e judiciária (de 1ª e 2ª Instancias), consulta processual, atos normativos e documentos da biblioteca.



■ **ITIL – Reformulação de Processos Internos de Trabalho da Área de TI**

Adotar as melhores práticas do mercado visando uma melhor gestão de serviços.

■ **Distribuição de Novos Tablets**

Distribuição e configuração dos *tablets* para os Magistrados.

■ **Gestão Orçamentária - Planejamento e Execução**

Desenvolver Sistema Regional para incorporar os controles do SAD e também suportar todo o fluxo de informações entre o planejamento orçamentário e a execução financeira dos gestores do TRF e das Seccionais.

■ **Implantação do Sistema Repositório**

Atender demanda da área de documentação.

■ **Revitalização do Sistema de Acompanhamento de Despesas – SAD**

Otimizar a performance, melhorar a interface, integrar ao SIAFI e disponibilizar BI financeiro com informações de Cotas e contratos.

■ **Substituição de Monitores Antigos**

Trocar monitores de 15" e 17" por modelos maiores.

■ **Atualização da Plataforma de Correio Eletrônico**

Implantação do correio no Exchange.

■ **Banco de Permutas**

Desenvolvimento de aplicação para registro de interesse de lotação.

- Na SJRJ:

■ **Avaliação do Sistema de Gravação de Audiências**

Este projeto visa o levantamento e adequação dos requisitos de preservação digital do sistema DRS Audiências em relação ao Moreq-Jus.

■ **Adaptações no SIGA-DOC**

Ajustes no sistema visando atender ao projeto da área de documentação.

■ **Acessibilidade no Projeto SIGA**

Implementação de recursos no SIGA para sua adequação a pessoas com necessidades especiais, neste caso visual.

■ **Acesso Remoto a Sistemas Corporativos**

Avaliação de outras soluções para disponibilizar o acesso remoto, visando à disponibilização do serviço para uso interno e a expansão do serviço para um número maior de usuários. Além disso, será avaliado o funcionamento dos sistemas externos através da solução de acesso remoto.

■ **Renovação do Parque de Computadores**

Atender a necessidade de substituição de microcomputadores antigos e sem contrato de garantia.

■ **Desenvolvimento do Módulo de Protocolo Integrado (SIGA-DOC)**

Implementação de funcionalidades no SIGA-Expedientes para contemplar o uso pelos Protocolos.

■ **Desenvolvimento do Sistema de Envio de IRPF**



Desenvolvimento de programa informatizado para possibilitar o envio eletrônico das declarações IRPF de todos os servidores, nos moldes do programa já desenvolvido pelo TRF 1ª Região.

■ **Implantação Piloto de Rede sem Fio**

Prover acesso aos recursos de TI de forma ágil e eficiente à magistrados, servidores, advogados e partes.

■ **Acordo de Cooperação com a Light**

Desenvolvimento de aplicação para viabilizar a consulta ao cadastro da Light.

- Na SJES:

■ **Redundância de Link**

Possibilitar a comunicação de dados entre a cidade Alta e a Sede da SJES de forma redundante para reduzir os riscos de indisponibilidade.

■ **Melhorias no Sistema de Videoconferência**

Este projeto visa à aquisição, testes e instalação de novos equipamentos para ampliarmos os acessos da videoconferência em mais de dois pontos simultâneos.

■ **Instalação de Novos Microcomputadores**

Substituição de microcomputadores antigos por novos.

■ **Estudo de Viabilidade e Eventual Implantação de Servidores de Impressão**

Alteração no modelo de administração do parque de impressoras, do modelo descentralizado para um modelo centralizado.

■ **Instalação de Impressoras de Etiquetas**

Implantação de impressoras de etiquetas modernas em substituição das antigas jatos de tinta.

CONVÊNIO COM A CEF E BB PARA A INFRAESTRUTURA DE TI-2009/2014

Este convênio, firmado entre as instituições financeiras Caixa Econômica Federal – CEF, Banco do Brasil – BB e o Conselho de Justiça Federal – CJF e gerido por este último, tem como objetivo prover recursos financeiros para o investimento na infraestrutura tecnológica necessária à implantação do processo eletrônico na Justiça Federal em todo o Brasil.

Na 2ª Região, a gestão das aquisições, inclusive das Seccionais, coube à Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, devendo os itens adquiridos fazer parte de Plano de Ação previamente aprovado em plenário no CJF.

Do montante total definido no acordo, couberam à 2ª Região, R\$ 22.924.500,00, distribuídos de acordo com o Plano de Ação, conforme a planilha seguinte. Anote-se que tais recursos disponibilizados, a partir do exercício de 2009, ficaram disponíveis para utilização até o exercício de 2014.

Quadro nº78 – Valores Distribuídos na Vigência do Convênio com a CEF e BB para TI – 2009/2014

Unidade	Valor (R\$)
TRF	3.250.000,00
SJRJ	16.360.000,00
SJES	3.314.500,00
Total	22.924.500,00

Fonte: Controle do Convênio da STI



Importa consignar que a não execução dos recursos disponibilizados, na data limite aprazada, adveio da inviabilidade da execução da ação referente à compra de dispositivos móveis para a SJRJ, cujo processo de licitação para a aquisição dos *tablets* foi conduzido pela SJES, em razão do alinhamento das unidades de TI, que prevê a distribuição dos processos de licitação entre os órgãos da 2ª Região.

Esclareça-se que a ata de Registro de Preço foi assinada no dia 16/12/2013, tendo como partícipes o TRF2 e a SJRJ. Sucede que o produto (*Tablet latitude 10*), oferecido na proposta da licitação, foi descontinuado pelo fabricante e a empresa vencedora se comprometeu a fornecer o novo modelo (*Tablet Dell Venue 11 Pro*). Todavia, o lançamento do referido modelo *Tablet Dell Venue 11 Pro*, com conexão através de "internet 3G", recurso exigido no edital, apenas se deu a partir dos meses de junho e julho, segundo informado pelo próprio fabricante, devido à demora no processo de homologação pela ANATEL.

Nesse passo, diante do prazo limite do dia 29/09/2014, para faturamento pelo convênio, e da impossibilidade de a empresa assegurar que os produtos importados teriam como ser faturados até essa data, acrescendo-se a incerteza do pagamento caso a data do faturamento fosse ultrapassada, a empresa fornecedora não aceitou assinar o contrato e fornecer os equipamentos *tablets*, através do convênio.

De toda sorte, é fato que 94,25% dos recursos disponibilizados do convênio foram utilizados durante sua vigência, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro nº 79 – Resultado do Convênio com a CEF e BB para a Infraestrutura de TI – 2009/2014

	BB	CEF	TOTAL (R\$)
Aprovado	11.462.250,00	11.462.250,00	22.924.500,00
Utilizado	10.989.622,46	10.616.395,53	21.606.018,09
% Utilizado em relação ao aprovado	95,88%	92,62%	94,25%
Saldo	472.627,54	845.854,37	1.318.481,91



ORÇAMENTO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia.

■ Descrição do objetivo

Garantir que haja recursos orçamentários, públicos ou não, suficientes vinculados à estratégia, de modo a garantir a sua execução de acordo com os objetivos e as metas estabelecidas no mapa estratégico.

ORÇAMENTO 2014 PARA A JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região coordenou a gestão do orçamento da Justiça Federal da 2ª Região e seus recursos financeiros, em harmonia com as determinações contidas na Lei Orçamentária nº 12.952, de 20/1/2014, e com as diretrizes e prioridades definidas na Lei nº 12.919/2013 – *Lei de Diretrizes Orçamentárias* - LDO 2014, bem assim com os parâmetros fixados na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Nessa perspectiva, foram assegurados recursos às seguintes atividades:

- pagamento das despesas com pessoal, incluindo as despesas de exercícios anteriores e sentenças judiciais;
- pagamento de benefícios;
- capacitação de magistrados e servidores;
- funcionamento das Varas Federais, dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais;
- manutenção da estrutura física com obras e reformas nas edificações existentes na 2ª Região;
- aquisições de materiais e equipamentos para as diversas Unidades da 2ª Região;
- instalação e manutenção de 5 novos Juizados Especiais Federais e, ainda, a instalação de 3 Turmas Recursais, todos no Município do Rio de Janeiro.

A indigitada Lei nº 12.952/2014 aprovou o Orçamento Geral da União - OGU para 2014, estimando a receita e fixando a despesa do exercício. A Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região (Unidade Orçamentária – UO 12.101 e 12.103, respectivamente) foi contemplada com uma dotação inicial de R\$ 1.299.773.431,00, ocorrendo, a seguir, um acréscimo de R\$ 187.330.481,00. Posteriormente, ainda sobreveio uma redução de R\$ 22.106.412,00, resultando numa dotação autorizada de R\$ 1.464.997.500,00.

Ao término do exercício, restou bloqueado o montante de R\$ 676.825,00, sendo R\$ 600.000,00 relativos ao TRF2 e R\$ 76.825,00 referentes à Justiça Federal de 1º Grau. Destarte, a dotação final disponível para execução foi de R\$ 1.464.320.675,00. O quadro a seguir visualiza o orçamento autorizado para a 2ª Região em 2014.



Quadro nº80 – Orçamento Autorizado para a JF2 em 2014

Dotação Orçamentária	TRF2	Seções Judiciárias 2ª Região	Total (R\$)
Dotação Inicial	340.838.862,00	958.934.569,00	1.299.773.431,00
Acréscimos	38.715.450,00	148.615.031,00	187.330.481,00
Redução Orçamentária	5.460.845,00	16.645.567,00	22.106.412,00
Dotação Final	374.093.467,00	1.090.904.033,00	1.464.997.500,00
Valores contingenciados	600.000,00	76.825,00	676.825,00
Dotação Final Disponível	373.493.467,00	1.090.827.208,00	1.464.320.675,00

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – TRF2

Sublinhe-se que não estão incluídos, no quadro acima, os valores destinados ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado (Precatórios e Requisitórios de Pequeno valor), acrescidas dos encargos patronais decorrentes desses pagamentos (R\$ 2.368.752.052,00). Importa esclarecer que a execução desses recursos pelo TRF2 segue o disposto no art. 28 da Lei nº 12.919/2013 (LDO 2014).

Quanto aos valores contingenciados, cabe destacar que, por ocasião da divulgação da necessidade de limitação de empenho e de movimentação financeira após a avaliação do primeiro bimestre pelo Poder Executivo, o Conselho da Justiça Federal promoveu o rateio do valor imposto à Justiça Federal (R\$ 51.730.732,00), cabendo à 2ª Região a quantia de R\$ 3.954.595,00.

À época, o CJF suportou grande parte do contingenciamento com a sua reserva, a qual se encontrava pendente de distribuição aos TRFs.

Tendo em vista que a programação da 2ª Região prevista no PLOA não contemplou os créditos mantidos na reserva do CJF, o contingenciamento imposto à 2ª Região não implicou reprogramação das ações inicialmente planejadas.

Ao término do exercício, o CJF promoveu ajustes internos nas margens contingenciáveis da Justiça Federal, donde permaneceu bloqueada apenas a importância de R\$ 676.825,00, não comprometendo as realizações da 2ª Região, na medida em que não havia despesa atrelada a tal montante.

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A 2ª Região consubstanciou o acompanhamento e o controle da execução do orçamento através da emissão de relatórios periódicos, que demonstram o evoluir da execução orçamentária e financeira do Tribunal e de cada Seção Judiciária, de acordo com o que foi planejado.

A análise a seguir evidencia a dotação disponível, o valor liquidado, a inscrição em restos a pagar e o percentual de execução da dotação, por unidade orçamentária e por tipo de despesas, não abrangendo, portanto, valores contingenciados.



Quadro nº 81 – Execução Orçamentária – Posição Consolidada por Tipo de Despesa – Valores em R\$

Grupo da Despesa	Dotação Final	Execução		% de Execução da Dotação
		Valores Liquidados	Valores a Liquidar (inscrição em restos a pagar)	
Pessoal	1.169.053.638,00	1.145.709.125,94	19.240.124,33	99,65%
Benefícios	85.310.851,00	84.127.503,30	802.367,22	99,55%
Atividades	192.214.756,00	149.559.827,12	38.467.697,71	97,82%
Projetos	17.741.430,00	2.714.553,48	14.143.025,65	95,02%
TOTAL	1.464.320.675,00	1.382.111.009,84	72.653.214,91	99,35%

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – TRF2

■ PESSOAL

Quadro nº 82 – Execução Orçamentária – Pessoal e Encargos Sociais – Valores em R\$

Grupo da Despesa	Unidade Orçamentária	Dotação Final	Execução		% de Execução da Dotação
			Valores Liquidados	Valores a Liquidar (inscrição em restos a pagar)	
Pagamento de Pessoal Ativo	JF 1º Grau	626.162.997,00	618.126.118,95	8.022.422,99	99,99%
	TRF2	199.997.827,00	197.549.575,39	2.445.775,94	99,99%
	TOTAL	826.160.824,00	815.675.694,34	10.468.198,93	99,99%
Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos servidores públicos federais	JF 1º Grau	119.116.171,00	117.432.914,63	1.683.256,37	100,00%
	TRF2	36.208.241,00	32.335.147,11	206.378,65	89,87%
	TOTAL	155.324.412,00	149.768.061,74	1.889.635,02	97,64%
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	JF 1º Grau	141.631.893,00	137.679.671,54	3.897.271,84	99,96%
	TRF2	45.936.509,00	42.585.698,32	2.985.018,54	99,20%
	TOTAL	187.568.402,00	180.265.369,86	6.882.290,38	99,78%
TOTAL GERAL		1.169.053.638,00	1.145.709.125,94	19.240.124,33	99,65%

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – TRF2

Durante o exercício de 2014 foram necessários aportes adicionais no montante de R\$ 19.197.827,00 para o TRF2 e de R\$ 79.162.997,00 para as Seções Judiciárias, visando ao atendimento de despesas ordinárias, das despesas geradas pelas Leis nº 12.771/2012 e 12.774/2012, que reajustaram, em janeiro, os vencimentos de magistrados e servidores após o fechamento da Proposta Orçamentária para 2014, além do provimento de cargos e funções vagas, inclusive para a implantação de Varas Federais, e do pagamento de despesas de exercícios anteriores, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CJF nº 224/2012.



■ BENEFÍCIOS

Quadro nº83 – Execução Orçamentária – Benefícios Assistenciais – Valores em R\$

Grupo da Despesa	Unidade Orçamentária	Dotação Final	Execução		% de Execução da Dotação
			Valores Liquidados	Valores a Liquidar (inscrição em restos a pagar)	
Assistência Médica e Odontológica	JF 1º Grau	18.609.500,00	18.125.427,33	375.820,82	99,42%
	TRF2	6.437.140,00	6.245.140,52	87.242,12	98,37%
	TOTAL	25.046.640,00	24.370.567,85	463.062,94	99,15%
Assistência Pré-Escolar	JF 1º Grau	5.629.351,00	5.499.580,27	84.520,19	99,20%
	TRF2	1.020.584,00	941.436,42	594,15	92,30%
	TOTAL	6.649.935,00	6.441.016,69	85.114,34	98,14%
Auxílio-Transporte	JF 1º Grau	2.109.280,00	2.057.447,63	48.929,58	99,86%
	TRF2	815.607,00	797.558,34	7.500,00	98,71%
	TOTAL	2.924.887,00	2.855.005,97	56.429,58	99,54%
Auxílio-Alimentação	JF 1º Grau	39.420.854,00	39.358.551,61	47.515,30	99,96%
	TRF2	10.848.535,00	10.792.446,04	239,26	99,49%
	TOTAL	50.269.389,00	50.150.997,65	47.754,56	99,86%
Benefícios Assistenciais Decorrentes de Auxílio Funeral e Natalidade	JF 1º Grau	304.000,00	255.489,74	15.005,80	88,98%
	TRF2	116.000,00	50.425,40	0,00	43,47%
	TOTAL	420.000,00	309.915,14	15.005,80	77,36%
TOTAL GERAL		85.310.851,00	84.127.503,30	802.367,22	99,40%

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – TRF2

Ao longo do exercício, ocorreram suplementações para atender as insuficiências verificadas, basicamente decorrentes de novos ingressos não contemplados inicialmente e de passivos devidos a magistrados da 2ª Região (Resolução CNJ nº 133/2011 e Resoluções CJF nº 175/2011 e 180/2011).

Por conta dos créditos disponíveis, alcançaram-se, em média, os seguintes totais de beneficiários atendidos:

- **ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA**
 - o 10.175 beneficiários: 2.468, no TRF2, e 7.707, nas Seções Judiciárias.
- **ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR**
 - o 933 beneficiários: 136, no TRF2, e 797, nas Seções Judiciárias.
- **AUXÍLIO-TRANSPORTE**
 - o 1.208 beneficiários: 350, no TRF2, e 858, nas Seções Judiciárias.
- **AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO:**
 - o 4.843 beneficiários: 1.117, no TRF2, e 3.726, nas Seções Judiciárias.



■ ATIVIDADES

Quadro nº 84 – Execução Orçamentária – Atividades – Valores em R\$

Grupo da Despesa	Unidade Orçamentária	Dotação Final	Execução		% de Execução da Dotação
			Valores Liquidados	Valores a Liquidar (inscrição em restos a pagar)	
Comunicação e Divulgação Institucional	JF 1º Grau	26.140,00	760,00	380,00	4,36%
	TRF2	120.000,00	53.508,00	46.163,80	83,06%
	TOTAL	146.140,00	54.268,00	46.543,80	68,98%
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	JF 1º Grau	10.495.313,00	8.162.192,72	1.026.209,82	87,55%
	TRF2	30.000,00	0,00	0,00	0,00%
	TOTAL	10.525.313,00	8.162.192,72	1.026.209,82	87,30%
Julgamento de Causas na Justiça Federal	JF 1º Grau	120.080.279,00	97.023.594,52	21.946.317,82	99,08%
	TRF2	61.463.024,00	44319771,88	15448626,27	97,24%
	TOTAL	181.543.303,00	141.343.366,40	37.394.944,09	98,45%
TOTAL GERAL		192.214.756,00	149.559.827,12	38.467.697,71	97,82%

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – TRF2

■ COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Os objetivos da ação foram atingidos, com destaque para a divulgação de eventos de conciliação (processual e pré-processual), posses de novos servidores, ações de capacitação e eventos em geral, voltados para o público interno e externo e alguns em parceria com outros órgãos.

■ ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES

Não foram apresentadas demandas de assistência jurídica gratuita ao TRF2, inexistindo, portanto, execução à conta desses créditos.

Nas Seções Judiciárias, a execução verificada correspondeu a 37.700 pessoas assistidas, o que representa o total de jurisdicionados que pleitearam o benefício.

■ JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL

o TRF2

- Dos investimentos aplicados em modernização das instalações do Tribunal, saliente-se a execução dos serviços efetivados em 2 elevadores e serviços de adaptação de imóveis, ajustando-os ao funcionamento de escritórios e adequando o *layout* em dois andares da sede do TRF2.
- Os recursos alocados para tecnologia da informação compreenderam contratações importantes em suporte e manutenção dos sistemas e equipamentos existentes, tornando plausível a sustentação dos serviços de Tecnologia da Informação - TI e assegurando níveis de serviço adequados ao negócio, tais como: a modernização e expansão de unidade



de armazenamento; a expansão da solução de rede sem fio; aquisições de *softwares* e manutenção corretiva e evolutiva no sistema processual APOLO. Além disso, foi possível a aquisição de monitores de vídeo, *scaneres* e microcomputadores, além de impressora *off-set*.

- De seu turno, os recursos destinados a treinamento ensejaram a capacitação total de 1.046 treinandos, entre servidores e magistrados.
- Registre-se que, em cumprimento ao disposto na Resolução CJF nº 253/2013, foi criada a Unidade Gestora 090054, nomeadamente para atender à Escola da Magistratura Federal, que se responsabilizou pelo treinamento de 214 magistrados.
- A aplicação de recursos no Centro Cultural Justiça Federal – CCJF garantiu as condições adequadas ao seu funcionamento e permitiu adaptações para a melhoria das instalações, bem como a contratação de empresa, para confecção de mobiliário para a sala de leitura.
- Sinale-se, por fim, a previsão da realização do XV Concurso Público para Juiz Federal Substituto da 2ª Região, mediante a arrecadação direta de recursos, estimada em R\$ 1.328.000,00. A execução desses créditos foi limitada a R\$ 782.040,00, montante correspondente ao valor efetivamente arrecadado.

O Seções Judiciárias:

- Nas Seções Judiciárias, os recursos destinados a treinamento reverteram na capacitação de 1.734 treinandos.
- Os investimentos em modernização das instalações favoreceram a execução de ações para atendimento parcial das necessidades de acessibilidade de imóveis no Rio de Janeiro, com instalação de elevadores portáteis.
- Nas ações executadas em tecnologia da informação, sobressaem: a regularização do licenciamento de *software Microsoft*; a disponibilização de novos equipamentos scanners; a ampliação do suporte técnico e serviço de *mentoring*; a substituição de computadores defasados tecnologicamente; a aquisição de licenças, dentre outras.



■ PROJETOS

Quadro nº 85 – Execução Orçamentária – Projetos – Valores em R\$

Grupo da Despesa	Unidade Orçamentária	Dotação Final	Execução		% de Execução da Dotação
			Valores Li- quidados	Valores a Li- quidar (inscrição em restos a pagar)	
Implantação de Varas Federais	SJRJ	1.417.000,00	1.264.651,43	148.609,04	99,74%
	TOTAL	1.417.000,00	1.264.651,43	148.609,04	99,74%
Aquisição de Imóvel para Funcionamento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro	TRF2	500.000,00	0,00	0,00	0,00%
	TOTAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00%
Reforma dos Anexos I e II da Seção Judiciária do Rio de Janeiro	SJRJ	3.000.000,00	390.021,91	2.440.056,00	94,34%
	TOTAL	3.000.000,00	390.021,91	2.440.056,00	94,34%
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Serra, na Seção Judiciária do Espírito Santo	SJES	1.843.000,00	190.452,42	1.652.547,58	100,00%
	TOTAL	1.843.000,00	190.452,42	1.652.547,58	100,00%
Reforma do Edifício-Sede e Anexos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região	TRF2	10.000.000,00	37.398,73	9.797.594,89	98,35%
	TOTAL	10.000.000,00	37.398,73	9.797.594,89	98,35%
Implantação de Turmas Recursais	JF 1º Grau	975.000,00	832.028,99	104.218,14	96,03%
	TOTAL	975.000,00	832.028,99	104.218,14	96,03%
Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal – PJe	SJRJ	6.430,00	0,00	0,00	0,00%
	TOTAL	6.430,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL GERAL		17.741.430,00	2.714.553,48	14.143.025,65	95,02%

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – TRF2

Em face da relevância da natureza dos recursos, distinguem-se, abaixo, os projetos da 2ª Região:

■ IMPLANTAÇÃO DE VARAS FEDERAIS

A meta foi plenamente atingida, com a instalação de 5 Juizados Especiais Federais em Campo Grande, no Município do Rio de Janeiro, em 15/12/2014.

O fato de as 5 unidades terem sido instaladas em um único prédio, para o qual não houve grandes custos com adaptações e reformas, subsidiou o oferecimento do montante de R\$ 1.883.000,00 para contingenciamento, sem que isso afetasse o resultado da ação.

Nessa conjuntura, na medida em que não havia programação à conta dessa ação, o referido valor foi disponibilizado para outras unidades da JF do 1º Grau.



▪ AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO TRF2

Esse projeto, no valor de R\$ 500.000,00, é fruto de emenda parlamentar. Nos termos do inciso II, § 2º do Art. 52 da Lei nº 12.919/2013 - LDO 2014, houve impedimento para a execução da emenda, em virtude de incompatibilidade do recurso disponibilizado com o custo total da edificação. Destarte, tal dotação permaneceu bloqueada ao final do exercício na conta "Crédito de projetos bloqueado para controle interno", apesar da tempestiva disponibilização do crédito pelo TRF2.

▪ REFORMA DOS ANEXOS I E II DA SJRJ

A reforma dos Anexos I e II, do foro da Avenida Rio Branco da SJRJ, contava, em seu planejamento, com a desocupação do Anexo I, o que possibilitaria a reforma sem que as instalações estivessem em funcionamento. No entanto, o projeto teve de ser reavaliado, pois resultou infrutífera a possibilidade de locação de espaço para funcionamento temporário das Varas Federais instaladas nos Anexos.

O escopo do projeto passou a abarcar exclusivamente itens que possibilitassem a reforma sem a necessidade de desocupação do prédio, tais como: substituição dos elevadores e do sistema de refrigeração; reforma das torres de refrigeração do sistema de ar condicionado e aumento do número de difusores de ar condicionado; reforma de banheiros; substituição da tubulação de água, de todos os quadros e sistemas de proteção do sistema elétrico; troca de pisos; melhorias nos acabamentos das áreas comuns, no sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV e no sistema de prevenção e combate a incêndio; e adequação à acessibilidade. A alteração na proposta do projeto reduziu o valor total da obra e, por consequência, o seu cronograma.

Houve, pelos motivos relatados acima, cancelamento parcial da dotação autorizada na LOA 2014, no valor de R\$ 2.000.000,00, sendo tal montante remanejado para outras ações da UO 12.101, cujas dotações se mostravam insuficientes.

Em razão da alteração do escopo do projeto, fato que provocou atraso no comprometimento dos créditos, R\$ 2.440.056,00 foram inscritos em Restos a Pagar, para execução em 2015.

▪ CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM SERRA – SJES

A dotação inicial foi incluída na LOA 2014 em decorrência de emenda parlamentar da Deputada Sueli Vidigal e integralmente empenhada. Note-se que, do valor inicial de R\$ 343.000,00, foram pagos, até 31/12/2014, R\$ 188.239,32, conforme preceituado no artigo 52 da LDO 2014.

A finalização dos projetos executivos e da elaboração da planilha orçamentária das obras implicou na necessidade de modificação do valor total do projeto e, conseqüentemente, do aporte de créditos suplementares para a ação, em virtude de custos adicionais não previstos originalmente, tais como: urbanização e elevadores.

A alteração do custo e do cronograma do projeto foi aprovada pelo CJF, por intermédio de aditamento no Plano de Obras da 2ª Região, em agosto/2014.

Nesse cenário, e considerando a reprogramação da ação Reforma dos Anexos da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, o que motivou o cancelamento parcial da respectiva dotação, foi possível suplementar o projeto em tela, no valor de R\$ 1.500.000,00.

O atraso na execução do projeto, porém, não trouxe prejuízos para a prestação jurisdicional no Município.



▪ REFORMA DO EDIFÍCIO-SEDE E ANEXOS DO TRF2

O projeto, aberto na LOA 2014, foi incluído no Plano de Obras Anual 2014, aprovado pelo CJF, no qual foram exaustivamente elencados os fatores determinantes para a realização da reforma do complexo predial, comprovando as precárias condições do imóvel, inclusive atestadas pela área técnica daquele Conselho.

O foco inicial da reforma foi o bloco A das três edificações, definindo-se, no planejamento, que a reforma do bloco B seria executada em uma segunda etapa. Diante da necessidade de nivelar e modernizar as condições das instalações existentes no bloco B, reconheceu-se a conveniência de estender a reforma ao referido bloco, tornando homogêneas as intervenções no complexo predial como um todo. Em face da mudança no escopo, com a inclusão do bloco B, a área total a ser reformada passou a ser de 29.790 m².

Apesar dos estudos preliminares, que consideraram todas as interferências previsíveis, no decorrer da elaboração do projeto, surgiram outras interferências, que acarretaram novos estudos, buscando a solução técnica correta para adequar as instalações. Dessa forma, o desenvolvimento dos projetos de todas as atividades envolvidas e a compatibilização dos mesmos, tornou-se um trabalho mais complexo do que o previsto anteriormente, demandando maior tempo de desenvolvimento. O desfecho deste trabalho foi essencial para subsidiar tanto o desenvolvimento da planilha de orçamento para a execução dos serviços, quanto o processo de licitação para execução da obra.

Diante desses eventos, R\$ 9.797.594,89 foram inscritos em Restos a Pagar, representando 99,62% do total empenhado.

Sinale-se que o pagamento realizado no valor de R\$ 37.398,72 diz respeito à elaboração de projeto de *retrofit* do sistema de refrigeração central do complexo predial.

▪ IMPLANTAÇÃO DE TURMAS RECURSAIS

Atentando-se que custo de instalação de uma Turma Recursal é fixado pelo CJF, o aporte adicional recebido para essa ação (R\$ 2.521.600,00) refere-se à implantação de 8 Turmas (1ª e 2ª Turmas Recursais da SJES e 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Turmas Recursais da SJRJ), sendo que 6 delas já haviam sido instaladas nos exercícios de 2012 e 2013, e 2 seriam instaladas no exercício de 2014.

Como se tornou viável, nos anos anteriores, suportar as despesas de instalação das Turmas Recursais com os créditos disponíveis à época, a dotação se mostrou superior às reais necessidades. Por essa razão, foi possível a suplementação da ação 4257 (PO 0008) em favor da própria UO, à conta do cancelamento de parte dos créditos não utilizados na ação em tela. Ademais, R\$ 167.000,00 foram bloqueados em favor da liberação da programação de TI.

Os resultados da ação foram superados, haja vista a instalação das 3 Turmas Recursais, sendo 2 previstas para instalação em 2014 e a terceira antecipada do cronograma de 2015. Todas as Turmas foram instaladas no Município do Rio de Janeiro, no foro da Avenida Venezuela.

▪ DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA FEDERAL – PJE - NACIONAL

Os créditos foram descentralizados em favor da Seção Judiciária do Rio de Janeiro ao final do exercício, não tendo sido solicitados pela 2ª Região. Dessa forma, diante da inexistência de despesas relativas à ação, não houve execução dos créditos recebidos.



AÇÕES QUE NÃO CONSTARAM DA LOA 2013 E QUE TIVERAM EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

PROJETO PROCESSO DIGITAL

Como já elucidado na análise do tema Infraestrutura e TI, o Contrato firmado entre as instituições financeiras Caixa Econômica Federal – CEF, Banco do Brasil – BB e o Conselho de Justiça Federal – CJF, gerido por este último, expirou no final de setembro de 2014 e teve por escopo prover recursos financeiros para o investimento na infraestrutura tecnológica necessária à implantação do processo eletrônico na Justiça Federal em todo o Brasil.

Importa acrescentar que, no exercício de 2014, foi aplicado o montante de R\$8.335.658,32, na Justiça Federal da 2ª Região, para finalização da solução de *firewall* com VPN (TRF2), solução de videoconferência e computadores com monitores (SJRJ) e sala-cofre (SJES).

CONTRATO TRF2 E CEF

No exercício de 2014, deu-se sequência a uma série de melhorias das instalações prediais do TRF2. Foram empregados, por meio do Contrato nº 69/2009, celebrado entre o TRF2 e a Caixa Econômica Federal-CEF, em 27/11/2009, com ônus integral a cargo da instituição financeira, recursos da ordem de R\$700.000,00 necessários à modernização do Plenário e à contratação de empresa para elaboração de orçamento analítico para os serviços de adaptação das instalações do prédio sede. Outras ações foram iniciadas em 2014, por intermédio de recursos do aludido Contrato, visando à realização de serviços de engenharia nas Salas de Sessões do TRF2 e de instalação de cabeamento estruturado, para uso de rede de dados e voz, para o novo prédio da Rua Dom Gerardo, onde serão instalados setores administrativos.

Releva sinalar, relativamente ao Contrato em questão, que há, no momento, aproximadamente, R\$4.000.000,00, cuja destinação ainda não foi definida pela Administração. É útil pontuar que a vigência do citado Instrumento expira em novembro de 2015, o que significa que a execução da despesa, compreendido o pagamento, deverá necessariamente ser efetivada até o último dia de vigência do Termo em tela.

SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO – PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPVs)

O pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado observou as determinações da Lei 12.919/2013 (LDO para 2014).

Por conta dos destaques recebidos, foram liquidados todos os precatórios inscritos para pagamento no exercício de 2014 relativos aos órgãos da Administração Direta, no valor de R\$ 830.647.845,72, e da Administração Indireta, no total de R\$ 397.394.564,78.

Quanto aos Requisitórios de Pequeno Valor – RPV, anote-se, por pertinente, que a gestão orçamentária e financeira dessa despesa é exercida pelo CJF, com vistas a garantir, na área da Justiça Federal, uniformidade no pagamento, independentemente dos créditos alocados em cada Regional.

Não obstante os esforços do CJF para obtenção de crédito suplementar junto à SOF, os aportes adicionais se mostraram insuficientes para a liquidação dos requisitórios atuados no mês de novembro/2014. Logo, o saldo disponível existente (R\$ 4.261.506,96) foi inscrito em Restos a Pagar, para liquidação em 2015.

Os pagamentos referentes aos RPVs perfizeram-se o montante de R\$ 740.170.304,04, à conta das dotações de 2014, incluindo a quantia de R\$ 96.819.267,49, a título de exercícios anteriores, para liquidação dos RPVs atuados em novembro e dezembro/2013, face à insuficiência orçamentária verificada naquele exercício, para pagamento integral das referidas sentenças. Em abril/2014, executou-



se o valor de R\$ 1.708.737,46, a título de Restos a Pagar, atendendo orientação do CJF. Foram re-inscritos R\$ 313.304,05, ainda seguindo orientação daquele Conselho.

Saliente-se que o recolhimento de contribuição patronal sobre precatórios e RPVs totalizou, até o final do exercício, o montante de R\$ 9.048.106,96 - GND 1 (contendo o valor de R\$ 144.825,14, referente a exercícios anteriores), em observância à Lei 11.941/2009.

Pela relevância, mencione-se o pagamento de R\$ 5.881.947,59 concernentes ao Regime Especial de Liquidação de Precatórios, estabelecido pela Emenda Constitucional nº 62/2009 e regulamentado pelo artigo 8º da Resolução CNJ nº 115/2010, à conta de recursos financeiros transferidos para esse fim pelos Comitês Gestores dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Efetivou-se, ademais, o pagamento de R\$ 6.353.302,82, relativos a outras entidades não integrantes do Orçamento Geral da União.

De seu turno, os Requisitórios de Pequeno Valor (RPV), conforme estabelecido pela Lei nº 10.259/2001, são limitados a 60 salários mínimos, devendo ser processados mensalmente, em ordem cronológica, e depositados, com correção monetária (TR), em até 60 dias, contados a partir do registro da requisição no TRF2.

Em 2014, face às limitações orçamentárias nessa rubrica, as requisições de novembro não foram liquidadas dentro do prazo estabelecido em lei (art. 17 da Lei 10.259/01 e Resolução nº 168/11 CJF). Essas requisições serão liquidadas com créditos de 2015.

■ PRECATÓRIOS

Os quadros seguintes demonstram os valores apresentados para inclusão de Precatórios no orçamento anual, bem como sua execução:

Quadro nº 86 – Proposta de Precatórios da Administração Direta

PROPOSTA DE PRECATÓRIOS						
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
Natureza	Quantidade de Precatório e Valor de Proposta					
	2014		2013		2012	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Alimentar	2.654	406.981.240,39	1.783	297.521.521,21	2.277	318.033.474,80
Comum	611	386.012.699,02	572	520.927.781,81	711	304.683.432,43
Capital	27	18.511.593,28	41	2.496.945,66	77	3.996.798,57
Total	3.292	811.505.532,69	2.396	820.946.248,68	3.065	626.713.705,80

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ-TRF2

Quadro nº 87 – Proposta de Precatórios da Administração Indireta

PROPOSTA DE PRECATÓRIOS						
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						
Natureza	Quantidade de Precatório e Valor de Proposta					
	2014		2013		2012	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Alimentar	1.263	93.665.705,80	868	97.833.735,70	1.141	70.978.498,89
Alimentar FRGPS	2.532	266.944.760,87	1.982	189.468.856,56	1.994	188.216.906,05
Alimentar FNAS	20	1.078.460,99	20	1.158.288,17	22	1.169.543,29
Comum	95	31.497.417,28	69	13.186.955,29	119	11.714.843,71
Capital	14	2.074.869,80	16	2.149.509,74	24	3.071.005,15
Total	3.924	395.261.214,74	2.955	303.797.345,46	3.300	275.150.797,09

205



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1454350.13323387-5314 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201501359A

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ-TRF2

Quadro nº 88 – Proposta de Precatórios Parcelados – 2005 a 2011

Origem	Comum		Capital		TOTAL	
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
Administração Direta	360	229.483.772,02	21	1.016.229,51	381	230.500.001,53
Entidades	35	3.765.885,97	14	2.209.255,14	49	5.975.141,11
TOTAL	395	233.249.657,99	35	3.225.484,65	430	236.475.142,64

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ-TRF2



Quadro nº89 – Precatórios da Administração Direta – Dotação e Pagamento

PRECATÓRIOS ADMINISTRAÇÃO DIRETA - DOTAÇÃO E PAGAMENTO									
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor					
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Alimentar	411.424.120,00	299.180.990,00	325.739.051,00	395.847.135,74	254.781.210,76	320.983.041,59	13.319.225,68	44.470.253,17	4.756.008,94
Comum	671.568.128,00	702.481.171,00	441.504.610,00	30.536.115,28	33.374.849,13	30.805.178,18	372.202.254,11	668.747.521,92	410.699.431,71
Capital	20.946.658,00	3.320.595,00	5.020.206,00	3.591.902,12	2.334.917,65	2.625.183,86	15.151.212,79	985.677,01	2.395.021,81
Total	1.103.938.906,00	1.004.982.756,00	772.263.867,00	429.975.153,14	290.490.977,54	354.413.403,63	400.672.692,58	714.203.452,10	417.850.462,46

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ/TRF2 e Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SPO/TRF2

Quadro nº90 – Precatórios da Administração Indireta – Dotação e Pagamento

PRECATÓRIOS ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - DOTAÇÃO E PAGAMENTO									
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor					
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Alimentar	98.440.136,00	96.366.134,00	65.785.629,00	90.226.735,32	94.191.491,82	64.642.387,55	3.878.257,22	2.299.402,09	1.143.229,55
Alimentar FRGPS	292.024.674,00	189.278.331,00	189.772.758,00	268.016.856,87	188.974.515,20	189.540.772,75	0,00	303.814,95	231.985,16
Alimentar FNAS	1.183.858,00	1.158.598,00	1.142.125,00	1.087.005,88	1.158.597,34	1.142.124,67	0,00	0,00	0,00
Comum	41.855.121,00	20.110.076,00	16.857.585,00	4.071.805,49	1.709.126,91	1.714.909,17	27.904.648,86	17.132.069,58	15.142.669,34
Capital	4.123.530,00	3.578.910,00	4.162.386,00	1.948.303,50	3.032.510,42	3.685.591,23	260.951,64	546.398,76	476.794,21
Total	437.627.319,00	310.492.049,00	277.720.483,00	365.350.707,06	289.066.241,69	260.725.785,37	32.043.857,72	20.281.685,38	16.994.678,26

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ/TRF2 e Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SPO/TRF2



■ REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPVs)

O quadro abaixo singulariza o montante dos depósitos de RPVs efetuados no período de 2012 a 2014.

Quadro nº 91 – Pagamento de Requisições de Pequeno Valor

REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR						
Natureza	Quantidade de Requisições e Valor Pago					
	2014		2013		2012	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Alimentar	47.618	311.474.998,24	40.646	281.264.512,18	56.563	431.638.403,10
Alimentar FRGPS	28.872	368.968.488,96	23.017	278.321.675,66	24.291	263.833.526,04
Alimentar FNAS	2.962	38.198.783,95	1.383	16.841.015,37	1.409	15.287.142,96
Comum	18.629	23.439.559,17	13.249	17.469.691,11	11.420	14.476.293,52
Capital	20	249.014,85	21	157.695,95	24	128.802,58
Total	98.101	742.330.845,17	78.316	594.054.590,27	93.707	725.364.168,20

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ-TRF2

■ PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E RPVs EM 2014 – SINTESE ESTATÍSTICA

Quadro nº 92 – Demonstrativo da Dotação/Execução de Precatórios e RPVs em 2014 – Valores em R\$

Ação: Operações Especiais	Destaque		Execução	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações				
Produto:				
Destaque:	1.541.566.225,00		1.228.042.410,50	
TOTAL	1.541.566.225,00		1.228.042.410,50	
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações				
Produto:				
Destaque	744.431.811,00		740.170.304,04	
RP Não Processados	2.022.041,51		1.708.737,46	
TOTAL	746.453.852,51		741.879.041,50	
Ação: Contribuição Patronal Sobre Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor				
Produto:				



Ação: Operações Especiais	Destaque		Execução	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
Destaque:	82.754.016,00		9.048.106,96	
TOTAL	82.754.016,00		9.048.106,96	
TOTAL GERAL				

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SPO-TRF2

Quadro nº 93 – Demonstrativos de Restos a Pagar em 2014 – Valores em R\$

Ação: Operações Especiais	Valor InscritoS	Execução
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transi- tada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações	0	0
UO 12103:		
Entidades (Dotação Descentralizada):		
TOTAL	0	0
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transi- tada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações		
UO 12103:	2.002.174,54	1.688.870,49
FRGPS (Dotação Descentralizada) ⁽²⁾ :	19.866,97	19.866,97
TOTAL	2.022.041,51	1.708.737,46

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças-TRF2

Quadro nº 94 – Depósitos de Precatórios em 2014 – Valores em R\$

Origem	Destaque		Transferências Finan- ceiras		TOTAL	
	2014					
	QTD	Valores	QTD	Valores	QTD	Valores
Administração Direta	3.283	830.647.845,72			3.283	830.647.845,72
Entidades	1.367	128.290.702,03			1.367	128.290.702,03
FRGPS e FNAS	2.536	269.103.862,75			2.536	269.103.862,75
Comitê Gestor da 2ª Re- gião			33	5.881.947,59	33	5.881.947,59
Entidades Não Integran- tes do Orçamento da União			15	6.600.423,31	15	6.600.423,31
TOTAL	7.186	1.228.042.410,50	48	12.482.370,90	7.234	1.240.524.781,40

Obs: Valor efetivamente depositado. Não abate o valor das devoluções realizadas no exercício.

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ-TRF2



Quadro nº95 – Pagamento de RPVs – Competência 2014 e Exercícios Anteriores

Origem	Competência				TOTAL	
	2014		Outros Exercícios			
	QTD	Valores	QTD	Valores	QTD	Valores
Varas Federais (inclusive Comarcas Estaduais com competência delegada)	17.871	157.206.867,88	3.592	27.353.551,02	21.463	184.560.418,90
Juizados Especiais Federais	67.130	488.304.709,80	9.508	69.465.716,47	76.638	557.770.426,27
TOTAL	85.001	645.511.577,68	13.100	96.819.267,49	98.101	742.330.845,17

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ-TRF2

Quadro nº 96 – Pagamento de RPVs – Competência 2014 – Natureza dos Depósitos

Origem	Natureza									
	Alimentar/EFU		Comum/EFU		Alimentar/FRGPS		Alimentar/FNAS		Capital/EFU	
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
VFs (inclusive Comarcas Estaduais com competência delegada)	12.170	100.637.883,58	2.292	12.632.964,88	3.317	42.581.664,17	75	1.126.810,77	17	227.544,48
JEFs	29.140	171.574.176,41	13.964	7.830.689,16	21.446	275.789.413,87	2.580	33.110.430,36		
TOTAL	41.310	272.212.059,99	16.256	20.463.654,04	24.763	318.371.078,04	2.655	34.237.241,13	17	227.544,48

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ-TRF2

Quadro nº 97 – Precatórios e RPVs – Devolução de Valores em 2014

	Origem	Valores Devolvidos em 2014
Precatórios	Administração Direta	1.325.857,92
	Entidades	1.043.412,45
RPVs	União	2.372.411,30
	FRGPS	486.410,74
	FNAS	9.945,87
TOTAL		5.238.038,28

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ-TRF2

Quadro nº 98 – Total de Precatórios e RPVs Depositados em 2014– Valores em R\$

Depósitos em 2014	Quantidade	Valores
Precatórios ^{(1) (2)}	7.234	1.240.524.781,40
RPVs ^{(2) (3)}	98.101	742.330.845,17
TOTAL	105.335	1.982.855.626,57

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças-TRF2.

Obs

;(1) O valor inclui precatórios do Comitê Gestor da 2ª Região e Entidades Não Integrantes do Orçamento da União;

(2) Não abate o valor referente às devoluções ocorridas no exercício de 2014;

(3) Está incluído o valor de R\$ 96.819.267,49 referente ao pagamento de RPVs atuadas em novembro e dezembro/2013, liquidadas em janeiro/2014.



CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro nº99 – Despesas com o Quadro de Estagiários – 2014

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	989	1010	980	966	R\$ 10.230.903,80
1.1 Área Fim	835	843	815	805	
1.2 Área Meio	154	167	165	161	
2. Nível Médio	232	247	250	246	R\$ 1.634.232,81
2.1 Área Fim	41	45	47	45	
2.2 Área Meio	191	202	203	201	
3. Total (1+2)	1221	1257	1230	1212	R\$ 11.865.136,61

Fonte: Unidades de Gestão de Pessoas da 2ª Região e EMARF

AUXÍLIO TRANSPORTE

Em 01/02/2014, face ao aumento do seu valor no Rio de Janeiro, a Portaria nº TRF2-PTP-2014/00143 ajustou o Auxílio-Transporte de R\$ 121,00, para R\$ 132,00.

Na Seção Judiciária do Espírito Santo não se aplicou o referido reajuste no benefício.

BOLSA-AUXÍLIO

Em 01/08/2014, através do Despacho nº TRF2-DES-2014/07274, exarado no Memorando nº TRF2-MEM-2014/02610, autorizou-se a majoração dos valores da Bolsa-auxílio, como se segue:

- nível superior: de R\$ 726,00, para R\$ 798,60; e
- nível médio: de R\$ 435,60, para R\$ 479,16.



CONCLUSÃO

A Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região retratou, nos indicadores constantes deste Relatório, a visão realista da gestão empreendida na Justiça Federal da 2ª Região, no exercício de 2014.

À vista dos resultados apresentados, apreendemos que a Justiça Federal da 2ª Região logrou bem cumprir sua missão institucional, empenhando-se no alcance dos objetivos e metas definidos para o último exercício do ciclo estratégico 2010/2014 do Painel Estratégico da Justiça Federal e das Metas do Poder Judiciário traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, sem prescindir do adequado alinhamento às Leis Orçamentárias.

Como antevimos na Introdução, priorizamos as ações voltadas à promoção do interesse público primário, à melhoria de suas instalações, à regionalização dos serviços e ao incremento de alterações na sua estrutura organizacional, readequando a força de trabalho às necessidades do serviço, de sorte a otimizar os recursos humanos e financeiros e a culminar na agilização dos trâmites judiciais.

Na mesma perspectiva, instalamos, no Município do Rio de Janeiro, cinco Juizados Especiais Federais no bairro de Campo Grande, completando a meta de instalação de varas federais, e três novas Turmas Recursais (5ª, 6ª e 7ª), no centro da cidade. Nesse tema, abrimos espaço para dizer do orgulho da JF2 em saber que o Foro Federal de Campo Grande aflora como o primeiro núcleo jurisdicional avançado da Justiça Federal brasileira e para frisar a importância dos Juizados Especiais Federais na democratização do acesso à justiça, máxime por compreendê-los como a porta mais imediata para a população, com seus ritos mais céleres e simples e pelo tipo de causa que julgam.

Ainda pensando na democratização do acesso à justiça, agora frente à realidade virtual, avançamos na consolidação do sistema de processo eletrônico no âmbito da segunda instância federal da 2ª Região, que, em dezembro de 2014, completou um ano e registrou, no total do exercício, a distribuição de 51.063 processos virtuais, em contrapartida a 19.733 processos físicos.

Demais disso, a nossa estatística processual revelou a boa produtividade dos magistrados da JF2, ao demonstrar que, em 2014, o número de feitos julgados superou o quantitativo de distribuídos, pois que autuamos 408.581 processos e totalizamos 443.993 feitos julgados.

E, reafirmando o destaque da conciliação como política estratégica do Judiciário em resposta aos anseios da sociedade por uma justiça ágil e efetiva, processamos 73 eventos de conciliação e realizamos 4.680 das 7.374 audiências designadas, o que reverteu em 13.427 pessoas atendidas e movimentou a importância de R\$38.473.729,22.

Na mesma linha, visualizamos que a JF2 cumpriu quase que integralmente todas as quatro Metas Nacionais estabelecidas para o segmento da JF em 2014. Na Meta 1 (julgar quantidade maior de processos que os distribuídos no ano corrente), chegamos a 97,37%. Na Meta 2, que envolve quatro alvos a serem perseguidos, atingimos integralmente dois: – (1) Identificar e Julgar, até 31/12/2014, 80% dos processos distribuídos no 1º Grau e no 2º Grau em 31/12/2009: 118,61%; e (2) Identificar e Julgar, até 31/12/2014, 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais: 122,40% –, ao passo que, nos outros dois, executamos percentuais superiores a 97% – (1) Identificar e Julgar, até 31/12/2014, pelo menos 100% dos processos distribuídos no 1º grau e no 2º Grau até 31/12/2008: 97,17%; e (2) Identificar e Julgar, até 31/12/2014, 100% dos processos distribuídos nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais até 31/12/2010: 99,51%. Na Meta 4 (Julgamento das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo 100% das ações distribuídas até 31/12/2011 e 50% das ações distribuídas em 2012), obtivemos o índice de 83,47%, no primeiro alvo da meta, e, no segundo, o de 145,72%. Na Meta 5 (Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não



fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal), decerto que alcançamos uma redução no seu congestionamento, da ordem de 6,7%, não o suficiente, porém, para chegar aos 10% fixado.

Em outra sequência, nos indicadores do Painel Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, a despeito de não satisfazer o desempenho ideal das metas prescritas, ficou claro que não descuidamos do ambiente da Tecnologia da Informação – TI. Tanto progredimos no compromisso de intensificar a uniformização dos procedimentos regionais de TI, quanto mantivemos o foco em promoções essenciais à modernização do nosso parque tecnológico e ao aperfeiçoamento da política de TI.

Antes de seguir na narrativa das demais ilações, é mister consignar que a Pesquisa de Satisfação do Usuário da Justiça Federal 2013/2014, mencionada no Relatório de Gestão/Exercício 2013, foi realizada no período de 18/11/2013 a 28/02/2014. No cômputo final, a pesquisa apresentou 58,7% de satisfação dos usuários com a JF, sendo que a JF2 atingiu o índice de 50%, situando-se em um patamar abaixo da meta fixada no Planejamento Estratégico (de, no mínimo, 55%), influenciado, principalmente, pela baixa avaliação obtida no quesito: serviços judiciais (tempo de tramitação processual).

No particular, urge afiançar que analisamos detidamente os resultados divulgados, para subsidiar a elaboração de planos e projetos de recuperação dos serviços que reclamarem, pela ótica do usuário-cidadão, maior atenção, dentre eles a previsão de ajustes na estrutura dos órgãos processantes, a partir de 2015.

De outro giro, reconhecendo que a readequação da força de trabalho não pode excluir a valorização do servidor, até porque tal pensar é consentâneo com a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Judiciário, instituída pelo CNJ, firmamos e/ou assinamos Termos Aditivos, para prorrogação da vigência dos Acordos de Cooperação Acadêmica e Técnica com renomadas instituições, todos direcionados à Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região – EMARF. Dirigida aos servidores, lançamos uma prática pioneira na JF2, que foi a regionalização da programação de ações de capacitação, e o Ambiente Virtual de Aprendizagem – o Espaço Educacional –, que significou um grande avanço na efetivação de práticas educativas à distância.

Posteriormente, assentamos que foram devidamente tratadas as deliberações emanadas pelo TCU no exercício de 2014 e comunicadas as providências adotadas pela JF2 ao Órgão de Controle.

Atentamos, ainda, que a JF2 não possui, em sua estrutura organizacional, unidades de auditoria interna; sendo as funções de auditoria desempenhadas pelas unidades de controle interno. Aqui, ponderamos que, em acatamento ao explicitado no item 9.46 do Acórdão nº 821/2014, o Sistema de Controles Internos é objeto de um plano de ação, com implementação prevista para o exercício de 2015, de modo a ensejar a identificação dos riscos mais significativos para os objetivos da Unidade Consolidadora e o desenvolvimento de controles internos voltados à mitigação ou eliminação desses riscos.

Elucidamos que, do total das 14 auditorias previstas no Plano Anual de Auditoria da 2ª Região, do exercício de 2014 (PAA 2014), a Secretaria de Controle Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – SCI/TRF2, executou 12 auditorias (no TRF2: 6; na SJRJ: 3; e na SJES: 3), representando, aproximadamente, o cumprimento de 86% do PAA 2014. Indicamos, aliás, que, desses trabalhos de auditoria, resultaram 38 “Recomendações do Órgão de Controle Interno” (no TRF2: 24; na SJRJ: 7; e, na SJES: 7); alcançando-se o seguinte resultado: 32 foram atendidas, com a observância de que 20 serão objeto de monitoramento no exercício de 2015; 5 restaram prejudicadas de análise, em vista dos esclarecimentos prestados; e 1 não foi acolhida pelo gestor.

Acrescentamos que não sobejaram recomendações pendentes de atendimento no exercício de 2014 e que, das recomendações pendentes de atendimento ao final de 2013, 80% foram atendidas no exercício de 2014, gizando que a única recomendação considerada não atendida foi reiterada no exercício de 2014 e será objeto de monitoramento no exercício de 2015.



Além das auditorias previstas no PAA 2014, a SCI/TRF2, em conjunto com a Secretaria de Controle Interno do CJF e dos demais TRFs, efetuou a auditoria de Avaliação de Controles Internos Administrativos, totalizando 13 trabalhos de auditoria executados em 2014. As constatações referentes à mencionada auditoria estão reunidas no Processo Administrativo digital nº TRF2-ADM-2014/00120.

Na mesma seara, informamos que a Corregedoria Regional da JF2 realizou todas as correções presenciais e eletrônicas previstas no calendário, conquistando a meta de 100% de acompanhamento das Varas/Juizados/Setores Administrativos; autuou e deu andamento às reclamações recebidas contra magistrados, como representação ou comunicação, em razão da existência de indícios da prática de infração disciplinar; e gerenciou e controlou o efetivo desempenho das seccionais nas Metas Nacionais do Poder Judiciário de 2014, aplicáveis ao TRF2.

Contamos que, nas Seccionais, além das correções efetivadas pela Corregedoria, as Diretorias do Foro praticam inspeção no âmbito administrativo. Na SJRJ, todas as 26 unidades previstas no cronograma foram devidamente inspecionadas pela DIRFO. Na SJES, a auditoria anual não se concretizou, em virtude da auditoria externa feita pelo TRF2 no mesmo período.

Retornando à problemática da força de trabalho da JF2, enfatizamos que a mesma, em especial na área administrativa, não vem acompanhando o ritmo do crescimento da demanda imposta pelo progressivo aumento de unidades judiciárias. Nessa esfera, reconhecemos diversos fatores de risco, tais como: (a) o déficit de cargos com especialidade, para as unidades, que reivindicam perfis específicos, agravado pela impossibilidade de transformação de cargos de áreas diversas, conforme decidido pelo TCU (Acórdão nº 2105/2012/Plenário/TCU); (b) o percentual (16,60%) do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária (excluindo-se os Oficiais de Justiça Avaliadores Federais), cujo requisito de ingresso é o Bacharelado em Direito, que se mostra aquém da exigência trazida com a adoção do processo eletrônico, o qual impulsiona um fluxo mais célere dos autos enviados para os Gabinetes; e (c) o envelhecimento do quadro de pessoal.

Sucedee, contudo, que o risco que se nos afigura mais central advém da atual ausência da perspectiva de uma carreira e de uma boa remuneração do cargo efetivo, por julgá-los fatores importantes para a permanência do servidor no Órgão e para o ingresso de novos servidores. No exercício, observamos que, das 93 vacâncias de cargos de servidores da JF2, 21 decorreram de pedidos de exoneração e 36, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável. Averiguamos, também, que 81 nomeações foram tornadas sem efeito, devido ao não interesse dos candidatos nomeados em tomar posse. Ao revés, em 2012 e 2013, os quantitativos foram bem menores, apurando-se, respectivamente, 46 e 52 vacâncias de cargos pelos motivos mencionados.

Côncios de que a falta das mencionadas condições acarreta o constante surgimento de lacunas de lotação, obstaculizando a pronta reposição das vagas surgidas, o TRF2 encaminhou solicitação ao CJF, para fins de análise, que resulte em elaboração de projeto de lei instituindo cargos efetivos para a JF2. A mais, de modo a atenuar a situação, iniciamos estudos para a padronização dos procedimentos e para a unificação de algumas áreas administrativas (TI, pagamento, aposentadorias/pensões e documentação) e das unidades processantes, o que favorecerá a realocação de servidores e, com isso, o provimento das unidades deficitárias. E, para 2015, orientamos nossas áreas de gestão de pessoas a realizarem entrevistas com os servidores que solicitarem desligamento, para melhor diagnosticarmos a situação.

Noutra questão, avaliamos que, em 2014, o TRF2 e as Seções Judiciárias foram contemplados com créditos orçamentários no montante de R\$ 1.464.870.841,70. A este valor foram acrescidos destaques recebidos de R\$ 350.000,00 e reduzidos os valores do contingenciamento (R\$ 676.825,00) e dos créditos de projetos bloqueados para controle interno (R\$ 500.000,00), perfazendo uma dotação final de R\$ 1.464.044.016,70; sendo certo que, nesse valor, não incluímos a dotação para pagamen-



to de sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor e respectiva contribuição patronal).

Caracterizamos, ainda, que os percentuais de execução dos limites orçamentários liberados para execução foram de 98,65% no TRF2 (excluídos valores bloqueados, assim como a dotação para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado), de 99,74% na SJRJ e de 99,69% na SJES.

Nesse contexto, impende sinalar que, em 2014, a receita global da JF2 ultrapassou o patamar de R\$ 1,9 bilhão e verificamos que a soma das despesas para sua operação e manutenção abeira-se a 56,46% dos recursos arrecadados. Patenteamos, destarte, que os valores recolhidos ao Tesouro, a cargo das Unidades da JF2, montam a mais de 1,7 vezes o valor das despesas para a manutenção do TRF2, da SJRJ e da SJES.

Prosseguindo, mostramos que a concessão de suprimento de fundos é congruente com as orientações da Resolução nº 583, de 20/11/2007, do CJF, e que a JF2, salvo casos excepcionais, estabeleceu a sua concessão no valor máximo de R\$2.000,00, embora o mencionado normativo permita valor superior (10% do valor fixado no art. 23, II, “a” da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 9.648/98). Asseveramos que esse procedimento não é utilizado para manutenções regulares e periódicas, mas, tão só, para despesas enquadradas como miúdas de pronto pagamento e de viagem, que, por sua natureza ou urgência, não se submetem ao processo normal de aquisição, ou seja, configuram exceção quanto à não realização de procedimento licitatório.

De outro tanto, salientamos que a inclusão, previsão e execução das despesas voltadas para o pagamento de sentenças judiciais observaram as determinações legais. A liquidação dos precatórios inscritos obedeceu à ordem cronológica de apresentação dos mesmos no TRF2 e garantiu a preferência dos créditos alimentares em relação aos demais, sendo todos liquidados no último trimestre de 2014, quando o Governo Federal disponibilizou os recursos financeiros necessários. Nessa moldura, foram depositados 7.186 precatórios e 98.101 requisitórios de pequeno valor, totalizando quase R\$2 bilhões; com a ressalva de que, nesse cálculo, não foram abatidas eventuais devoluções havidas posteriormente ao depósito.

Em remate, cabe enfatizar que, em observância ao disposto na Resolução CJF nº 253/2013, criamos a Unidade Gestora - UG 090054 - Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região – EMARF, responsável, a partir do exercício de 2014, pela execução das dotações destinadas ao atendimento das despesas da referida Escola.

O final do exercício de 2014 marcou a ultimação do ciclo estratégico 2010/2014 do Painel Estratégico da Justiça Federal e anunciou o nascimento do novo ciclo de planejamento estratégico nacional para 2015-2020.

De mais a mais, o término de 2014 foi o prenúncio da finalização do biênio de gestão desta Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a ocorrer no início do mês de abril vindouro.

Daí exsurge que a gestão do exercício não se limitou exclusivamente à consecução dos projetos traçados para o biênio abril/2013–abril/2015. Verdadeiramente, nosso olhar adentrou no horizonte 2015–2020, desejando preparar as bases para que a novel gestão possa bem desempenhar o compromisso assumido para o próximo biênio.

O Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução nº 198/2014, estabeleceu a Estratégia do Judiciário para o ciclo 2015/2020, definindo os macrodesafios a serem perseguidos por esse Poder. O Conselho da Justiça Federal, pela Resolução nº 313/2014, institucionalizou a Estratégia da Justiça Federal para os próximos seis anos. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, mediante a Resolução nº TRF2-2014/00034, definiu o desdobramento do novo ciclo de planejamento estratégico nacional para a Justiça Federal da 2ª Região.

Por oportuno, repisamos que, hoje, não basta a capacidade de se minimizarem recursos para atingir determinado fim que constitui a base da eficiência. Além de bem gerir os recursos e administrar do



modo certo, é preciso fazer as coisas certas, o que implica escolhas com consequências de longo prazo.

O detalhamento das diversas ações praticadas no exercício de 2014, alinhadas a metas e a indicadores, nas seções que compõem este Relatório, denota a incansável busca pela prestação jurisdicional de excelência, anseio maior dos operadores do Direito e dos jurisdicionados.

O trabalho conjunto e aliado das diversas áreas e segmentos da Justiça Federal desta 2ª Região é um caminho a ser perseguido por todas as gestões, pois resulta em benefícios para toda a sociedade.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015.

SERGIO SCHWAITZER

Presidente



ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

GRÁFICOS

Gráfico nº1 - Alcance das Metas Estratégicas da JF2 – PEJF	42
Gráfico nº2 - Alcance das Metas Estratégicas de TI – PETI	50
Gráfico nº3 - Processos Distribuídos e Julgados na JF2 - Exercícios 2012/2013/2014	67
Gráfico nº4 - Comparativo Mensal de Distribuídos - 2ª Região Consolidado - 2014	69
Gráfico nº5 - Distribuídos - 2ª Região Consolidado - 2014	69
Gráfico nº6 - Comparativo Mensal de Julgados - 2ª Região Consolidado - 2014	70
Gráfico nº7 - Julgados - 2ª Região Consolidado - 2014	70
Gráfico nº8 - Comparativo Mensal da Tramitação - 2ª Região Consolidado - 2014	71
Gráfico nº9 – Tramitação – 2ª Região Consolidado – 2014	71
Gráfico nº10 - Comparativo Anual de Processos - 2ª Região Consolidado - 2014	72
Gráfico nº11 – Distribuídos - Processos Eletrônicos + Físicos – TRF2 – 2014	85
Gráfico nº12 - Distribuídos por Órgão Julgador- Processos Eletrônicos + Físicos – TRF2 – 2014	85
Gráfico nº13 - Comparativo Mensal de Distribuídos - Processos Eletrônicos e Físicos – TRF2 – 2014	86
Gráfico nº14 - Julgados - Processos Eletrônicos + Físicos – TRF2 – 2014	86
Gráfico nº 15 - Julgados por Órgão Julgador - Processos Eletrônicos + Físicos – TRF2 – 2014	87
Gráfico nº16 – Comparativo de Julgados (TJI) por MATÉRIA (TUA) – Processos Eletrônicos e Físicos – TRF2 – 2014	87
Gráfico nº17 - Comparativo Mensal de Julgados - Processos Eletrônicos e Físicos – TRF2 – 2014	88
Gráfico nº18 - Tramitação - Processos Eletrônicos + Físicos – TRF2 – 2014	88
Gráfico nº19 - Tramitação por Órgão Julgador - Dezembro/2014 - Processos Eletrônicos + Físicos – TRF2	89
Gráfico nº20 - Tramitação por Turma Especializada - Processos Eletrônicos + Físicos – TRF2 – 2014	89
Gráfico nº21 – Comparativo Mensal da Tramitação – Processos Eletrônicos e Físicos – TRF2 – 2014	90
Gráfico nº 22 – Comparativo Anual de Processos por Natureza (Eletrônicos e Físicos) – TRF2 – 2014	90
Gráfico nº23 - Comparativo 2013 e 2014 de Julgados - Processos Eletrônicos e Físicos – TRF2	91
Gráfico nº24 - Comparativo 2013 e 2014 de Distribuídos - Processos Eletrônicos e Físicos – TRF2	91
Gráfico nº25 - Comparativo 2013 e 2014 da Tramitação- Processos Eletrônicos e Físicos – TRF2	92
Gráfico nº26 - Comparativo Anual de Processos por TIPO DE JUÍZO - SJRJ - 2014	92
Gráfico nº27 - Comparativo Mensal da Tramitação - SJRJ - 2014	93
Gráfico nº28 - Comparativo Mensal de Distribuídos - SJRJ - 2014	93
Gráfico nº29 - Comparativo Mensal de Julgados - SJRJ - 2014	94
Gráfico nº30 - Comparativo Anual de Processos por TIPO DE JUÍZO - SJES - 2014	94



Gráfico nº31 - Comparativo Mensal da Tramitação - SJES - 2014	95
Gráfico nº32 - Comparativo Mensal de Distribuídos - SJES - 2014	95
Gráfico nº33 - Comparativo Mensal de Julgados - SJES - 2014	96
Gráfico nº34 – Percentual das Ordens de Serviço Executadas em 2014	118

QUADROS

Quadro nº 1 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – TRF2	19
Quadro nº 2 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – SJRJ	33
Quadro nº 3 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas – SJES	37
Quadro nº 4 - Desempenho Comparativo de Indicadores do PEJF 2012/2014	46
Quadro nº 5 - Desempenho Geral do Planejamento Estratégico da 2ª Região – PEJF	48
Quadro nº 6 - Desempenho Comparativo de Indicadores do PETI 2012/2014	52
Quadro nº 7- Desempenho Geral do Planejamento Estratégico de TI da 2ª Região – PETI	54
Quadro nº 8 – Desempenho da JF2 nas Metas Nacionais de 2014.....	56
Quadro nº 9 - <i>Status</i> dos Projetos Estratégicos da 2ª Região	58
Quadro nº 10 – Macroprocesso Finalístico da JF2	66
Quadro nº 11 - Estatística Processual da JF2 - Exercícios 2012/2013/2014	66
Quadro nº 12 - Movimentação Processual por Órgão Julgador - Processos Eletrônicos + Físicos - TRF2 – 2014.....	72
Quadro nº 13 - Mapa de Julgados por Órgão Julgador e Relator - TRF2 - 2014	73
Quadro nº 14 - Mapa de Julgados por Órgão Julgador e Relator Fase - TRF2 – 2014	77
Quadro nº 15 - Resumo das Demandas Recebidas na Ouvidoria – 2014	101
Quadro nº 16 - Resumo das Demandas Recebidas na Ouvidoria, por Assunto – 2014	101
Quadro nº 17 - Resumo das Demandas Recebidas na Ouvidoria, por Canal Utilizado – 2014	102
Quadro nº 18 - Calendário das Correções Realizadas pela Corregedoria Regional da JF2 - 2014	108
Quadro nº 19 - Relatório das Inspeções da DIRFO da SJRJ - 2014.....	111
Quadro nº 20 – Informativos da 2ª Região	113
Quadro nº 21 – Solicitação de Entrevistas e/ou Informações Processuais – Veículos de Comunicação	114
Quadro nº 22 – Informativos da 2ª Região – Jornalismo Impresso e Eletrônico - TRF2	115
Quadro nº 23 – Informativos da 2ª Região – Jornalismo Impresso e Eletrônico - SJRJ.....	115
Quadro nº 24 – Informativos da 2ª Região – Telejornalismo.....	116
Quadro nº 25 – Dados comparativos sobre o total de trabalhos realizados no biênio 2013/2014.....	118
Quadro nº26 - Estatística de Processos Digitalizados em 2014	120
Quadro nº27 – Quantidade de Licitações	123



Quadro nº28 – Registros de Preço	123
Quadro nº 29 – Compras e Contratações.....	123
Quadro nº 30 – Lavratura de Novos Instrumentos	124
Quadro nº31 – Lavratura de Instrumentos por Objeto.....	124
Quadro nº 32 – Lavratura de Termos Aditivos por Tipo de Instrumento	124
Quadro nº 33 – Lavratura de Termos de Rescisão	124
Quadro nº 34 – Quantitativo de Penalidades Aplicadas	124
Quadro nº 35 – Gestão de Material	125
Quadro nº 36 – Desfazimento de Bens por Tipo de Procedimento	125
Quadro nº 37 – Despesas com Publicidade - UO 12101	126
Quadro nº 38 – Despesas com Publicidade - UO 12103	127
Quadro nº39 – Concessão de Suprimento de Fundos	128
Quadro nº40 – Utilização de Suprimento de Fundos.....	129
Quadro nº41 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência – TRF2 ...	129
Quadro nº42 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência – SJRJ.....	130
Quadro nº43 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência – SJES	131
Quadro nº44 – Acervo Arquivístico.....	135
Quadro nº45 – Avaliação e Descarte de Documentos do TRF2	135
Quadro nº 46 – Atendimento ao Usuário	135
Quadro nº47 - Dados Comparativos sobre Aquisição de Material Bibliográfico – Biênio 2013/2014.....	136
Quadro nº 48 - Itens Bibliográficos Objeto de Doação	137
Quadro nº49 – Dados Comparativos sobre o Atendimento Prestado – Biênio 2013/2014	137
Quadro nº50 - Bases de Dados Unificadas em dezembro/2014	139
Quadro nº51 – Situação das Contas da JF2 perante o TCU – Exercícios 2012/2013/2014.....	142
Quadro nº 52 - Auditorias 2014 – Órgão auditado: TRF2	148
Quadro nº 53 - Auditorias 2014 – Órgão auditado: SJRJ.....	148
Quadro nº 54 - Auditoria 2014 – Órgão Auditado: SJES.....	148
Quadro nº 55 - Taxas de Depreciação Adotadas.....	151
Quadro nº56 - Depreciação de Bens Móveis	152
Quadro nº 57 - Depreciação de Bens Imóveis.....	152
Quadro nº58 - Restrições Contábeis Registradas no Exercício de 2014	153
Quadro nº59 - Audiências de Conciliação Designadas na 2ª Região - 2014.....	155
Quadro nº60 – Cargos de Juiz Federal e Juiz Federal Substituto	160
Quadro nº61 – Remoção, Promoção, Permuta e Convocação	160
Quadro nº62 – Servidores efetivos	161
	219



Quadro nº 63 – Provimentos e Vacâncias de Cargos	161
Quadro nº 64 - Nível de Escolaridade da Força de Trabalho	162
Quadro nº65 – Quantitativo de Estagiários na JF2	165
Quadro nº66 – Dados dos Eventos Realizados pela EMARF em 2014	165
Quadro nº67 - Ações Educacionais Internas	174
Quadro nº68 – Aposentados, pensionistas e instituidores (posição em 31/12/2014) – Magistrados e servidores	175
Quadro nº 69 – Exame Periódico de Saúde – 2014.....	177
Quadro nº70 – Imunização Contra Gripe – 2014	177
Quadro nº 71 – Apoio à Psiquiatria e Psicologia – 2014	178
Quadro nº72 –Posturas e Movimentos/Ginástica Laboral – 2014.....	178
Quadro nº73 – Custos Associados à Manutenção da Frota de Veículos da JF2 – 2014.....	184
Quadro nº 74 – Contratos Contínuos – Despesas em 2014 - TRF2	185
Quadro nº75 – Contratos Contínuos – Despesas em 2014 - Seções Judiciárias	185
Quadro nº 76 –Atestados e Perícias – 2014	186
Quadro nº 77 – Exames Médicos Pré-Admissionais – 2014.....	186
Quadro nº78 – Valores Distribuídos na Vigência do Convênio com a CEF e BB para TI – 2009/2014.....	193
Quadro nº 79 – Resultado do Convênio com a CEF e BB para a Infraestrutura de TI – 2009/2014	194
Quadro nº80 – Orçamento Autorizado para a JF2 em 2014	196
Quadro nº 81 – Execução Orçamentária – Posição Consolidada por Tipo de Despesa – Valores em R\$	197
Quadro nº 82 – Execução Orçamentária – Pessoal e Encargos Sociais – Valores em R\$.....	197
Quadro nº83 – Execução Orçamentária – Benefícios Assistenciais – Valores em R\$	198
Quadro nº 84 – Execução Orçamentária –Atividades – Valores em R\$	199
Quadro nº 85 – Execução Orçamentária – Projetos – Valores em R\$	201
Quadro nº 86 – Proposta de Precatórios da Administração Direta	205
Quadro nº 87 – Proposta de Precatórios da Administração Indireta.....	205
Quadro nº 88 – Proposta de Precatórios Parcelados – 2005 a 2011	206
Quadro nº89 – Precatórios da Administração Direta – Dotação e Pagamento	207
Quadro nº90 – Precatórios da Administração Indireta – Dotação e Pagamento	207
Quadro nº 91 – Pagamento de Requisições de Pequeno Valor	208
Quadro nº 92 – Demonstrativo da Dotação/Execução de Precatórios e RPVs em 2014 – Valores em R\$.....	208
Quadro nº 93 – Demonstrativos de Restos a Pagar em 2014 – Valores em R\$	209
Quadro nº 94 – Depósitos de Precatórios em 2014 – Valores em R\$.....	209
Quadro nº95 – Pagamento de RPVs – Competência 2014 e Exercícios Anteriores.....	210
Quadro nº 96 – Pagamento de RPVs – Competência 2014 – Natureza dos Depósitos	210
	220



Quadro nº 97 – Precatórios e RPs – Devolução de Valores em 2014	210
Quadro nº 98 – Total de Precatórios e RPs Depositados em 2014– Valores em R\$.....	210
Quadro nº99 – Despesas com o Quadro de Estagiários – 2014.....	211

